

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGEFB  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**A APP-SINDICATO E A FORMAÇÃO POLÍTICA DAS/OS EDUCADORAS/ES  
NA ABRANGÊNCIA DO NÚCLEO SINDICAL DE FRANCISCO BELTRÃO  
(2007-2014).**

**DENILA COELHO**

**Francisco Beltrão - PR  
2015**

**DENILA COELHO**

**A APP-SINDICATO E A FORMAÇÃO POLÍTICA DAS/OS EDUCADORAS/ES NA  
ABRANGÊNCIA DO NÚCLEO SINDICAL DE FRANCISCO BELTRÃO (2007-2014).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – nível de Mestrado – Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa Sociedade, Conhecimento e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para a defesa de dissertação.

Orientador: André Paulo Castanha.

**Francisco Beltrão - PR  
2015**

Catálogo na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Coelho, Denila

C672a A APP-Sindicato e a formação política das/os educadoras/es na abrangência do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão (2007-2014) / Denila Coelho. – Francisco Beltrão, 2015.  
231 f.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. André Paulo Castanha.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Sindicatos - Professores. 2. Educadores - Participação política. I. Castanha, André Paulo. II. Título.

CDD 20. ed.– 331.88098162

Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090

# FOLHA DE APROVAÇÃO

**Denila Coelho**

**Título do Trabalho:** A APP-Sindicato e a Formação Política das/os Educadoras/es na abrangência do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão (2007-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Nível de Mestrado, Área de Concentração: Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestre em Educação a autora.

## COMISSÃO EXAMINADORA




Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza  
UNINOVE – Universidade Nove de Julho

  
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista

UNIOESTE – Campus de Cascavel

  
Prof. Dr. José Luiz Zanella

UNIOESTE – Francisco Beltrão

  
Prof. Dr. André Paulo Castanha

Orientador – PPGEFB - UNIOESTE – Francisco Beltrão

Francisco Beltrão, 28 de agosto de 2015

Dedico este trabalho ao meu pai Domingos e a minha mãe Gilse, que desde o meu nascimento vêm contribuindo para minha evolução e com os quais aprendi a lutar pela realização dos meus sonhos e ideais.

Às minhas irmãs, em especial a Leane e a Natalia, que estiveram sempre ao meu lado, me incentivando e me apoiando, principalmente nos últimos dois anos de estudo.

À todas/os funcionárias/os de escolas, agentes educacionais I e II, minhas/meus colegas de profissão, que mesmo sendo por vezes invisibilizados dentro dos seus locais de trabalho, seguem contribuindo para que tenhamos uma educação pública de melhor qualidade.

Ao companheiro e amigo Valdecir Farias da Silva – “Baba”, in memoriam, pela sua contribuição na minha vida profissional, na militância e na pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

O tempo dedicado ao mestrado exige das/os estudantes muita disciplina de estudo, principalmente quando o/a pesquisador/a necessita permanecer trabalhando. O tempo destinado ao lazer acaba sendo bem reduzido, quase inexistente. Este fato exige das pessoas mais próximas o entendimento da necessidade das ausências, por esta razão quero registrar aqui os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram nesta minha caminhada, seja com elementos para a pesquisa, seja com o apoio e/ou compreensão das minhas ausências neste período.

Agradeço, de maneira especial, o orientador dessa pesquisa Professor André Paulo Castanha, pelas contribuições no que se refere ao texto e principalmente por acreditar que seria possível realizá-la mesmo mediante os percalços do caminho.

Aos professores Carlos Bauer de Souza, Eraldo Leme Batista e José Luiz Zanella pelas contribuições e pela participação nas bancas de qualificação e defesa.

As/os professoras/es que ministraram disciplinas no Programa de Mestrado em Educação/FB em 2013-2014 e tiveram importantes contribuições com esta pesquisa.

A Assistente do Programa de Mestrado em Educação/FB Zelinda Côrrea pela disponibilidade e atenção com que sempre me atendeu e me orientou.

A todas/os funcionárias/os da Unioeste/FB, que direta ou indiretamente, participam e proporcionam condições de realização das disciplinas e demais atividades.

As minhas colegas de mestrado Ana Carla, Ana Paula, Andréia, Elis Regina, Fabiana, Kathiane, Morgana e Quelli Cristina, pelas experiências trocadas, apoio e companheirismo. De maneira especial, agradeço a Ana Paula, Fabiana, Quelli e ao Jacir, pela amizade, colaboração e participação nos momentos mais difíceis vivenciados, especialmente em 2014.

A funcionária de escola e secretária de funcionárias/os da APP-Sindicato Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, Eliane Figura pelo empréstimo dos cadernos utilizados na formação política sindical da APP-Sindicato.

A todas/os educadoras/es do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão que participaram da pesquisa respondendo aos questionários.

A direção estadual bem como as suas assessorias e a direção regional da APP-Sindicato, juntamente com as funcionárias Cleonice e Terezinha que possibilitaram o acesso a diversos materiais e documentos e, em especial, a Marlei, Janeslei, Edmilson, Mariah Seni, Miguel, Marizete e Eliane.

As minhas diretoras de escola Marinêz e Eliane por todo o apoio e incentivo, principalmente no ano de 2013.

A Marlei Fernandes de Carvalho por ter enviado à comissão de negociação com a SEED a solicitação de alteração do edital de afastamento para estudos, que possibilitou a participação de funcionárias/os bacharéis no processo de seleção e o afastamento para cursar mestrado e doutorado.

A todas/os minhas/meus amigas/os pelo incentivo e pelo apoio, pois foi extremamente importante contar com todas/os, especialmente Rosane, Ivo, Ana Cláudia, Noeli, William, Erivelton e Deivys. E a Liliana pela correção ortográfica desse texto.

A minha família pela qual sinto muito orgulho e admiração.

MARCO DE ESTRADA  
Ho Chi Minh

Nem muito alto, nem muito largo,  
Nem Imperador, nem rei,  
Você é só um marco de estrada  
Que se ergue junto a Rodovia.  
As pessoas passam  
Você indica a direção  
E impede que elas se percam.  
Você informa a distância  
Que se precisa ainda percorrer.  
Sua tarefa não é pequena  
E toda gente lembrará de você  
(APP-Sindicato, 2012, II, p. 06).



COELHO, Denila. *A APP-SINDICATO E A FORMAÇÃO POLÍTICA DAS/OS EDUCADORAS/ES NA ABRANGÊNCIA DO NÚCLEO SINDICAL DE FRANCISCO BELTRÃO (2007-2014)*. Francisco Beltrão-PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2015. Dissertação, 227 p. (Mestrado em Educação).

## RESUMO

A organização da classe trabalhadora ao longo da história teve papel fundamental na conquista de direitos e de melhores condições de trabalho. No intuito de conhecer melhor a história de luta e a organização das/os trabalhadoras/es em educação do Paraná, realizamos esta pesquisa, com o objetivo de conhecer e entender as influências e os impactos provocados pela Escola de Formação da APP-Sindicato na formação política e sindical das/os educadoras/es do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão - NSFb, no período de 2007 à 2014. O método de pesquisa utilizado foi o materialismo histórico dialético e as fontes de investigação foram: bibliografias; documentos produzidos pela APP-Sindicato, sendo eles: matérias no site institucional, jornal 30 de Agosto, vídeos, cadernos de formação, projetos e relatórios de estudos, fichas de inscrição e listas de presença da formação, atas do NSFb, estatuto da entidade; dados retirados do site da Secretaria de Estado da Educação – SEED, legislação do Estado e do Brasil, além de questionários respondidos por cinquenta educadoras/es do NSFb. A formação política sindical se configurou em um importante instrumento de socialização de conhecimento, ampliação de consciência e organização das/os trabalhadoras/es em educação no Estado do Paraná. Apontamos os limites e possibilidades da formação oferecida pela Escola de Formação da APP-Sindicato e a partir dos resultados apresentamos uma proposta de formação para o NSFb. Concluímos que apesar das dificuldades enfrentadas pela escola, a experiência foi/é um importante trabalho que precisa ser intensificado para que atinja o maior número possível de educadoras/es. Entendemos que a formação das/os educadoras/es é estratégica, pois estes profissionais desempenham uma tarefa importante que é a escolarização, ou seja, atuam diretamente na educação de toda a sociedade. Enfatizamos que somente uma educação pensada pela classe trabalhadora será capaz de possibilitar condições para a realização da transformação social tão almejada pelas/os trabalhadoras/es.

**Palavras-chave:** Formação Política e Sindical, Organização das/os trabalhadoras/es em educação, APP-Sindicato.

COELHO, Denila. *THE APP-UNION AND THE TEACHERS' POLITICIAN FORMATION ON THE COVERAGE OF UNION CENTER FROM FRANCISCO BELTRÃO (2007-2014)*. Francisco Beltrão-PR: Western Parana State University, 2015. Dissertation, 227 p. (Master's degree in Education).

## ABSTRACT

The working class organization throughout history played a key role in winning rights and better work conditions. In order to better understand the struggle story and organization of Paraná education workers, we carried out this research aiming to know and understand the influence and impact caused by the Training School of APP-Union in political and trade union training of the Trade Union in Francisco Beltrão Center - NSFEB educators, from 2007 to 2014. The research method was dialectical historical materialism, and the research sources were bibliographies, documents produced by APP-Union, namely, articles in the institutional website, August 30 newspaper, videos, training books, projects and study reports, registration forms and training attendance lists, NSFEB minutes, status of the entity, data taken from the Ministry of Education website - SEED, Paraná and Brazil legislation, as well as questionnaires answered by fifty NSFEB educators. The union political education was shaped in an important tool for knowledge socialization, consciousness expansion and education workers organization in the State of Paraná. We pointed out the limits and possibilities of the training offered by the School of Education of APP-Union and from the results we present a proposal of training for NSFEB. We conclude that despite the difficulties faced by the school, the experience was/is an important work that needs to be intensified to reach the largest possible number of educators. We understand that the training of teachers is strategic because these professionals play an important task which is schooling, that is, they act directly on the education of the whole society. We emphasize that only an education designed by the working class is capable of enabling conditions for the realization of social change long sought by workers.

**Keywords:** Union and Political Education, Organization of workers in education, APP-Union.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: Síntese da Estrutura da APP – Sindicato .....</b>	<b>84</b>
<b>Figura 2- Quantidade de participantes da formação DCEPQ, de 2007 a 2009, NSFb.....</b>	<b>112</b>
<b>Figura 3- Quantidade de participantes da Formação CFRE, NSFb de 2008 a 2010. ....</b>	<b>121</b>
<b>Figura 4- Quantidade de participantes da Formação Política e Sindical, NSFb, de 2010 a 2012. ....</b>	<b>134</b>
<b>Figura 5- Material da Secretaria de Funcionárias/os.....</b>	<b>186</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 - Identificação dos Cursistas da Formação DCEPQ, NSF B de 2007 a 2009.</b>	111
<b>Tabela 2 - Municípios do NSF B, cursistas da Formação DCEPQ, de 2007 a 2009</b>	112
<b>Tabela 3 - Municípios do NSF B, cursistas da Formação CFRE, de 2008 a 2010</b>	119
<b>Tabela 4 - Identificação dos Cursistas da Formação CFRE, NSF B de 2008 a 2010</b>	120
<b>Tabela 5 - Identificação dos Cursistas da Formação Política e Sindical, NSF B, de 2010 a 2012.</b>	133
<b>Tabela 6 - Identificação dos Cursistas da Formação Política e Sindical, NSF B, de 2010 a 2012.</b>	133
<b>Tabela 7- Identificação da população de estudo</b>	144
<b>Tabela 8 - Vida Profissional</b>	145
<b>Tabela 9 - Atividades Sociais e Sindicais</b>	160
<b>Tabela 10 - Atividades de Formação e Políticas</b>	164

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Presidentes da direção estadual e NS de Francisco Beltrão (1947 – 2014).</b> .....	85
<b>Quadro 2 - Eixos, objetivos e cadernos, proposta 2007 – 2009.</b> .....	89
<b>Quadro 3 - Cronograma 2007 – Etapa Estadual</b> .....	92
<b>Quadro 4 - Etapas/datas/participantes da Formação DCEPQ, 2007, NSFB</b> .....	99
<b>Quadro 5 - Cronograma e Temas debatidos na Etapa Estadual - 2008</b> .....	101
<b>Quadro 6 - Fascículos/datas/participantes da Formação DCEPQ, 2008, NSFB</b> ..	102
<b>Quadro 7 - Cronograma e temas debatidos na Etapa Estadual - 2009</b> .....	106
<b>Quadro 8 - Fascículos/datas/participantes da Formação DCEPQ, 2009, NSFB</b> ..	107
<b>Quadro 9 - Fascículos/datas/participantes da formação CFRE, 2008, NSFB</b> .....	114
<b>Quadro 10 - Cadernos utilizados em 2008 no CFRE, NSFB</b> .....	115
<b>Quadro 11 - Fascículos/datas/participantes da formação CFRE, 2009, NSFB</b> .....	116
<b>Quadro 12 - Cadernos utilizados em 2009 no CFRE, NSFB</b> .....	117
<b>Quadro 13 - Fascículos/datas/participantes da formação CFRE 2010, NSFB</b> .....	119
<b>Quadro 14 - Eixos, cadernos e objetivos utilizados na formação, de 2010 a 2012</b>	122
<b>Quadro 15 - Fascículos/datas/participantes da formação DCEPQ, 2010, NSFB</b> .	123
<b>Quadro 16 - Conteúdos, autores e objetivos dos cadernos de formação de 2010, NSFB</b> .....	125
<b>Quadro 17 - Fascículos/datas/participantes da formação DCEPQ, 2011, NSFB</b> .	126
<b>Quadro 18 - Conteúdos, autores e objetivos dos cadernos de formação de 2011, NSFB</b> .....	128
<b>Quadro 19 - Temas/data/mediadores/participantes da ES, 2012, NSFB</b> .....	130
<b>Quadro 20 - Conteúdos dos cadernos I e II da ES, 2012, NSFB</b> .....	131
<b>Quadro 21 - Conteúdo do III caderno da ES, 2012, NSFB</b> .....	132
<b>Quadro 22 - Temas/data/mediadores/participantes da FPSE , 2013, NSFB</b> .....	136
<b>Quadro 23 - Conteúdos dos cadernos utilizados em 2013</b> .....	137
<b>Quadro 24 - Temas/data/mediadores/participantes da FPSE, 2014, NSFB</b> .....	140
<b>Quadro 25 - Contribuições do Profuncionário na carreira das/os funcionárias/os de escola</b> .....	148
<b>Quadro 26 - Razões pelas quais não cursou o PDE</b> .....	149
<b>Quadro 27 - Razões pelas quais cursou o PDE</b> .....	150
<b>Quadro 28 - Contribuições do PDE</b> .....	151
<b>Quadro 29 - Relatos dos não sindicalizados sobre a história de luta das/os trabalhadoras/es em educação</b> .....	152

<b>Quadro 30 - Valor mensal da contribuição sindical.....</b>	<b>153</b>
<b>Quadro 31 - Razões pelas quais não é sindicalizada/o .....</b>	<b>154</b>
<b>Quadro 32 - O que é o Sindicato? E qual o papel do Sindicato?.....</b>	<b>155</b>
<b>Quadro 33 - Quais autores costuma ler .....</b>	<b>164</b>
<b>Quadro 34 - Descreva sua função enquanto educador.....</b>	<b>168</b>
<b>Quadro 35 - Que tipo de trabalhador você se considera?.....</b>	<b>171</b>
<b>Quadro 36 - Como você se vê no processo produtivo.....</b>	<b>173</b>
<b>Quadro 37 - Como você entende a profissão de educador no processo produtivo</b>	<b>175</b>
<b>Quadro 38 - Motivos pelos quais nunca participou da formação Política da APP- Sindicato .....</b>	<b>180</b>
<b>Quadro 39 - Motivos que o levou a participar da formação Política da APP- Sindicato .....</b>	<b>181</b>
<b>Quadro 40 - Quantidade de Educadoras(es)/Ativas(os)/sindicalizadas(os) no PR e NSFB, total e porcentagem de 2007 a 2012 .....</b>	<b>185</b>

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AABB: Associação Atlética Banco do Brasil

ABE: Associação Brasileira de Educação

ADEJAS: Associação dos Dirigentes das Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos

AEC: Associação de Educadores Católicos

AI: Ato Institucional

AIB: Ação Integralista Brasileira

AIDS: Acquired immunodeficiency syndrome (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

AIT: Associação Internacional dos Trabalhadores

ALAS: Associação Latino-Americana de Sociologia

ALEP: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

ALISC: Associação dos Licenciados de Santa Catarina

ANDE: Associação Nacional de Educação

ANDES: Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior

ANL: Aliança Nacional Libertadora

ANPED: Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, atualmente Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, com a mesma sigla

AP: Ação Popular

APEOESP: Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

APLB: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia

APLP: Associação dos Professores Licenciados do Paraná

APMF: Associação de Pais, Mestres e Funcionários

APML: Ação Popular Marxista Leninista

APMP: Associação do Pessoal do Magistério do Paraná

APP: Associação dos Professores do Paraná

APP-SINDICATO: APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

ASEEP: Associação dos Servidores das Escolas Estaduais do Paraná

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM: Banco Mundial

BOC: Bloco Operário Camponês  
CADES: Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário  
CASLA: Casa Latino Americana  
CAT: Central Autônoma de Trabalhadores  
CAT: Comunicação de Acidentes de Trabalho  
CEAGRO: Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia  
CBE: Conferências Brasileiras de Educação  
CEB: Câmara da Educação Básica  
CEDES: Centro de Estudos Educação e Sociedade  
CEPIAL: Congresso de Cultura e Educação para a Integração da América Latina  
CFE: Conselho Federal de Educação  
CFRE: Curso de Formação para Representantes de Escola  
CGT: Comando Geral dos Trabalhadores  
CGT: Confederação Geral dos Trabalhadores  
CGTB: Confederação Geral do Trabalho do Brasil  
CIA: Agência Central de Inteligência  
CIESP: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo  
CIOSL: Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres  
CISC: Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos  
CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas  
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNE: Conselho Nacional de Educação  
CNPS: Conselho Nacional de Política Salarial  
CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
CONAE: Conferência Nacional de Educação  
CONCLAT: Congresso Nacional da Classe Trabalhadora  
CONED: Congresso Nacional de Educação  
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas  
CPB: Confederação dos Trabalhadores do Brasil  
CPPB: Confederação dos Professores Primários do Brasil  
CRPP: Conselho de Representantes dos Professores do Paraná  
CSA: Central Sindical das Américas  
CSB: Central dos Sindicatos Brasileiros  
CSI: Confederação Sindical Internacional  
CSUB: Confederação Sindical Unitária Brasileira



CTB: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DCEPQ: Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio- Econômicos

ECO/CUT: Escola Centro Oeste de Formação da CUT

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

ENS: Educador Não Sindicalizado

ES: Educação Sindical

ESC: Educador Sindicalizado Cursista

ESNC: Educador Sindicalizado Não Cursista

EUA: Estados Unidos da América

FAMPER: Faculdade de Ampère

FASUBRA: Federação de Associações de Servidores das Universidades Públicas

FB: Francisco Beltrão

FES: Fórum das Entidades Sindicais

FFLCH – USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo

FGTS: Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FPSE: Formação Política Sindical e Educacional

FSM: Federação Sindical Mundial

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

GT de Formação: Grupo de Trabalho de Formação, pode ser Estadual ou Regional

GTR: Grupo de Trabalho em Rede

HISTEDBR: Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil

IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IML: Instituto Médico Legal

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPES: Instituto de Pesquisa e Estudos Socioeconômicos

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais  
MDB: Movimento Democrático Brasileiro  
MEB: Movimento da Educação de Base  
MEC: Ministério da Educação  
MEJ: Movimento de Educação e Justiça  
MSD: Movimento Sindical Democrático  
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra  
MT: Mato Grosso  
MUT: Movimento Unitário dos Trabalhadores  
NCST: Nova Central Sindical de Trabalhadores  
NPC: Núcleo Piratininga de Comunicação  
NREs: Núcleos Regionais de Educação  
NS: Núcleo Sindical  
NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão  
OIT: Organização Internacional do Trabalho  
OLT: Organização por Local de Trabalho  
PARLASUL: Parlamento do Mercosul  
PCB: Partido Comunista do Brasil  
PCCS: Plano de Cargos, Carreira e Salário  
PCCV: Plano de Cargos, Carreira e Vencimento  
PDE: Programa de Desenvolvimento Educacional  
PIB: Produto Interno Bruto  
PLADEPE: Plano de Desenvolvimento de Pessoal da Educação  
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PND: Plano Nacional de Desestatização  
PNE: Plano Nacional de Educação  
PPC: Proposta Pedagógica Curricular  
PPE: Programa de Pós-Graduação em Educação  
PPP: Projeto Político Pedagógico  
PR: Paraná  
PREMEN: Programa de Expansão e Melhoria do Ensino  
PSD: Partido Social Democrático  
PSPN: Piso Salarial Profissional Nacional  
PSS: Processo Seletivo Simplificado

PT: Partido dos Trabalhadores  
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro  
PTD: Plano de Trabalho Docente  
PUC: Pontifícia Universidade Católica  
QFEB: Quadro de Funcionários da Educação Básica  
QPM: Quadro Próprio do Magistério  
QPPE: Quadro Próprio do Poder Executivo  
RDT: Regime Diferenciado de Trabalho  
SAS: Serviço de Atendimento ao Sindicalizado  
SC: Santa Catarina  
SDS: Social Democracia Sindical  
SEED: Secretaria de Estado da Educação  
SICREDI: Cooperativa de Crédito Rural  
SINPRO/RJ: Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro  
SINSEPAR: Sindicato dos Servidores dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino do Paraná  
SINTE ou SINTE/PR: Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Estado do Paraná  
SINTEP/MT: Sindicato dos Profissionais da Educação Pública do Estado de Mato Grosso  
SP: São Paulo  
TA: Trabalhadoras/es ativas/os  
TIC's: Tecnologias da Informação e Comunicação  
UDESC: Universidade do Estado de Santa Catarina  
UDN: União Democrática Nacional  
UDR: União Democrática Ruralista  
UEM: Universidade Estadual de Maringá  
UFFS: Universidade Federal da Fronteira Sul  
UFMA: Universidade Federal do Maranhão  
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais  
UFMT: Universidade Federal de Mato Grosso  
UFPR: Universidade Federal do Paraná  
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina  
UGT: União Geral dos Trabalhadores  
UNATE: União Nacional dos Trabalhadores em Educação

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP: Universidade Estadual Paulista

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNINOVE: Universidade Nove de Julho

UNIOESTE: Universidade Estadual do Oeste do Paraná

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID: United States Agency for International Development dos EUA – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

USP: Universidade de São Paulo

UTE-MG: União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>12</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>13</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS.....</b>	<b>15</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO I:.....</b>	<b>31</b>
<b>APP-SINDICATO: HISTÓRIA, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>Algumas Considerações sobre a História de Luta da Classe Trabalhadora.....</b>	<b>31</b>
<b>APP-Sindicato: da Fundação à Década de 1980.....</b>	<b>41</b>
<b>Fundação do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.....</b>	<b>51</b>
<b>CAPÍTULO II:.....</b>	<b>82</b>
<b>A ESCOLA DE FORMAÇÃO DA APP-SINDICATO, HISTÓRIA, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO.....</b>	<b>82</b>
<b>Formação Política 2007 – 2009.....</b>	<b>92</b>
<b>Curso de Formação para Representantes Escola - OLT, 2008 – 2010.....</b>	<b>114</b>
<b>Formação Política e Sindical, ano de 2010 - 2012.....</b>	<b>121</b>
<b>Formação Política-Sindical e Educacional, anos de 2013 e 2014.....</b>	<b>134</b>
<b>CAPÍTULO III:.....</b>	<b>142</b>
<b>A SINDICALIZAÇÃO E A FORMAÇÃO POLÍTICA NO NÚCLEO SINDICAL DE FRANCISCO BELTRÃO: VISÕES DA BASE.....</b>	<b>142</b>
<b>Temática I - Identificação.....</b>	<b>144</b>
<b>Temática II – Vida Profissional.....</b>	<b>145</b>
<b>Temática III – Atividades Sociais, Sindicais e Políticas.....</b>	<b>151</b>
<b>FORMAÇÃO POLÍTICO SINDICAL DA APP-SINDICATO – ELEMENTOS CONCLUSIVOS.....</b>	<b>188</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>211</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>223</b>

## INTRODUÇÃO

A escolha dessa temática para estudo partiu da própria experiência, enquanto educadora e das mudanças ocorridas na minha atuação no chão da escola, a partir da participação nos cursos de formação da APP-Sindicato. Se esta condição me possibilitou mudar a forma de educar, acredito que o mesmo tenha sucedido com outras pessoas. Para situar o leitor sobre o meu envolvimento com o objeto, começo com um breve memorial da minha trajetória.

A história tem início em outubro de 1980, quando meus pais Domingos e Gilse resolveram ter seu primeiro filho. Nasci no dia 21 de julho de 1981, sou filha de agricultores familiares e, por isso, residi no campo até os dezenove anos de idade.

Meu pai estudou até a quarta série e minha mãe até a terceira série, do que hoje se denomina ensino fundamental séries iniciais. Apesar da pouca instrução escolar de meus pais, quando iniciei meus estudos na escola rural multisseriada de Renascença - PR, em 1988, já sabia desenhar as letras e escrever nomes. Tudo isso graças a minha mãe que desde cedo me ensinou a decifrar o mundo das letras.

Como meus pais não eram proprietários de terra, no decorrer da vida passei por diversas mudanças e localidades. Estudei em várias escolas, cursei o ensino primário na zona rural, em turmas multisseriadas, nos municípios de Renascença - PR, Francisco Beltrão - PR e Nova Prata do Iguazu - PR.

Em 1991, nos mudamos para o município de Nova Prata do Iguazu – PR, na Linha São Jorge. Um período marcante da minha história, uma vez que, no ano seguinte, precisei morar na casa de tios na cidade de Marmeleiro – PR, para prosseguir com os estudos e lá permaneci por três anos, pois minha família residia a seis quilômetros da cidade de Nova Prata do Iguazu - PR e na época não se disponibilizava transporte escolar naquela localidade.

Retornei para casa quando Leane, minha irmã, começou o ensino fundamental séries finais, íamos juntas para a escola, de carona com um vizinho e retornávamos andando todos os dias para chegar em casa, exceto nos dias de chuva. Passei minha adolescência no sítio e carrego comigo muitas recordações, banhos de chuva, vôlei com os amigos, visitas da família na casa dos vizinhos, chimarrão, bailes e jogos de futebol nos finais de semana.

Por falta de opção, iniciei o curso de magistério na cidade de Nova Prata do Iguazu - PR, fiz amizades e algumas permanecem até hoje. Nesta época, morávamos nas terras de meu avô paterno e como ele já possuía outros filhos morando em Lucas do Rio Verde – MT resolveu vender suas terras e mudar para lá. Neste período, minha avó materna

faleceu por problemas cardíacos e decidimos ficar morando no sudoeste. Instalamo-nos em Salto do Lontra, cidade em que residimos até hoje, pois, os familiares da minha mãe moravam em municípios próximos.

A cada mudança novos desafios, novas amizades, saudades, lembranças e assim seguiu a vida. Sempre gostei de ler e ouvir música, principalmente nos finais de semana, que era quando possuía mais tempo livre, ajudava nos serviços domésticos e, por vezes, também com as atividades da agricultura. Terminei o magistério no ano de 1999. Minha atuação como professora do ensino de primeira à quarta série do primeiro grau se resume aos estágios, nunca tive vontade de estar em sala de aula e seguir esta profissão. Terminado este curso fiz uma seleção para trabalhar no SICREDI<sup>1</sup> em Salto do Lontra e fui morar em Cascavel à procura de emprego. Retornei trinta dias após ter saído do município, em virtude de ser chamada para trabalhar.

Sintetizando: nessa fase, possuía um grupo de amigos que conheci na escola e que nos encontrávamos no final de semana, trabalhei como caixa do SICREDI durante um ano e três meses, conheci meu ex-marido, Jorge, e passamos a morar juntos. Terminado meu contrato fiz um trabalho voluntário durante um mês no Projeto AABB Comunidade<sup>2</sup>, uma atividade de contraturno para crianças e adolescentes, com alimentação, atividades esportivas, leitura, entre outras.

Na sequência comecei a trabalhar no supermercado Manfroi onde permaneci por quatro anos e três meses, no caixa e no escritório, atuando no setor financeiro. O horário de trabalho era puxado, mas fiz novas amizades com quem compartilhei bons momentos e das quais sinto saudades. Iniciei no ano de 2004, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - campus de Francisco Beltrão, o curso de Economia Doméstica. Trabalhava durante o dia e estudava à noite.

No ano de 2005, fiz um concurso público para trabalhar como funcionária de escola, no setor administrativo, passei e assumi no dia 31 de janeiro de 2006 essa função, que desempenhei com muito orgulho até os dias atuais. Saí do supermercado para ganhar menos, mas tinha como vantagem o tempo livre aos sábados. Durante os anos em que trabalhei no supermercado sempre procurei realizar as atividades da melhor forma possível, no entanto, nunca me conformei com a situação e isso motivava a busca por outro emprego que possibilitasse menos desgaste físico e emocional.

---

<sup>1</sup> Cooperativa de Crédito Rural.

<sup>2</sup> AABB Comunidade é um programa de complementação educacional, parceria da prefeitura com a Associação Atlética Banco do Brasil – AABB, que funciona três vezes por semana e atende crianças e adolescentes no turno contrário de seus estudos e conta com oficinas de arte, pintura, tricô, crochê, karatê, música, educação física e atividades educacionais. As crianças e adolescentes que participam tem alimentação, uniformes, atendimento médico e odontológico e contam com uma equipe de educadores.

A carreira das/os funcionárias/os de escola não estava muito consolidada, o panorama trazia ausência de plano de carreira, da profissionalização, em muitos casos a desvalorização e preconceitos estavam presentes, principalmente pela cultura de muitos, de que, a escola é composta apenas por professores e alunos. Por muitas vezes, quando respondia à pergunta sobre qual era minha profissão e dizia ser funcionária de escola, ouvia “que pena, não é professora”. Nestes momentos, procurei explicar às pessoas sobre a importância das/os funcionárias/os na educação e dizia que tenho orgulho do que faço.

Sobre a escola, até o momento em que assumi minhas funções, só tinha o contato enquanto aluna. Ao iniciar minhas atividades não tive ninguém para me ensinar o trabalho. A primeira capacitação realizou-se seis meses depois que assumi a função. O primeiro ano foi de dificuldades e erros, momento em que contei com o auxílio de amigos e colegas de trabalho.

O intervalo compreendido entre os anos de 2005 a 2008 marcou-se pelos debates com relação ao Plano de Carreira das/os funcionárias/os de escola. Os estudos eram realizados pela comissão formada por representantes da APP-Sindicato e membros do Governo. E conforme acontecia essa construção, o sindicato debatia com a base<sup>3</sup> a minuta do Projeto de Lei, através dos Coletivos Estaduais e regionais de funcionárias/os. Foi neste momento que iniciei minha participação na área sindical.

No ano de 2007, terminei o curso de Economia Doméstica e iniciei o Profucionário, curso Técnico em Gestão Escolar, em Nível Médio, o qual possibilitou conhecer melhor a história da educação e direcionou disciplinas para auxiliarem na prática diária de trabalho na escola. Com duração de dois anos, garantiu a minha profissionalização, enquanto funcionária de escola.

Em 2008, fui convidada para participar de um curso de formação da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, o qual não tinha relação específica com a função que exercia, mas que trabalhava a formação política dos educadores, com o objetivo de despertar a consciência e de transformar a sociedade existente, fazendo-a justa e digna para todas as pessoas. Neste período, por conta deste curso, me sindicalizei e comecei a me interessar pela luta das/os trabalhadoras/es.

Ainda no mesmo ano, realizou-se em Curitiba o III- Encontro Estadual de Funcionárias/os de Escola do Paraná, que contou com a presença, de aproximadamente 600 pessoas, com o objetivo de debater a proposta final do Plano de Carreira, o qual foi aprovado pela Lei Complementar nº 123/2008, que instituiu o Plano de Cargos, Carreira

---

<sup>3</sup> O termo base é utilizado para referenciar todos os sindicalizados do Estado do Paraná.



e Vencimentos do Quadro de Funcionárias/os da Educação Básica – QFEB, implementado em 2009, beneficiando muitos profissionais.

O conhecimento da legislação que norteia as atividades escolares começou a partir do Profuncionário e da formação sindical, fator este que contribuiu para a melhoria da qualidade do meu trabalho. Passei a colaborar nas reuniões e argumentar com maior propriedade nas semanas pedagógicas, além de me inserir na luta da categoria por uma educação pública de qualidade. Antes dessas experiências, pela falta de conhecimento de questões básicas, até mesmo sobre o que era a função do funcionário no espaço escolar, fazia tudo o que me era solicitado sem questionar a legalidade ou entender a importância, realizava trabalho burocrático sem intencionalidade pedagógica.

Enquanto militante sindical, participei de várias assembleias tanto regionais quanto estaduais, atos públicos, marchas do trinta de agosto, seminários, conferências da educação e congressos promovidos pelo sindicato, tanto em nível regional quanto estadual, congresso nacional da CNTE<sup>4</sup> e atividades da CUT<sup>5</sup>. Em meio a essas atividades, tive o privilégio de conhecer pessoas especiais, dentre elas vou citar duas que tiveram grande importância na minha construção enquanto pessoa e militante, o professor Miguel Forlin e o meu saudoso amigo Valdecir Farias da Silva (Baba).

Nos cursos de formação do sindicato em 2008, conheci uma pessoa importante na minha história, o meu querido e saudoso amigo Baba. Um moço de jeito tranquilo que despertou em mim a militante adormecida, através dele comecei a me interessar pelas causas sociais e iniciei o mestrado. Nossa convivência foi curta, mas intensa e só me dei conta do quanto fazia parte da minha vida quando ele não estava mais aqui.

Baba se fazia presente mesmo à distância, conforme os anos foram passando fomos consolidando nossa amizade. Foi um incentivador e, de tudo o que compartilhamos, levarei sempre comigo a certeza, de que a luta sempre vale a pena, de que se queremos transformar o mundo precisamos fazer nossa parte e ocupar os espaços.

Começou a partir daí a minha militância política partidária no partido dos trabalhadores. Outra ideia que me remete a ele é o trecho da música: “é preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã”. O tempo que temos é o hoje, o amanhã é incerto e não dá para esperar. Hoje devemos expressar os sentimentos, e aproveitar os pequenos momentos para fazer a diferença na sociedade.

Na volta de uma das viagens a Curitiba, o professor Miguel Forlin, referência enquanto ativista, lutador das causas sociais, me oportunizou saber mais sobre sua história

---

<sup>4</sup> Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

<sup>5</sup> Central Única dos Trabalhadores.

de vida e isso foi decisivo no sentido de me fazer repensar a minha vida e traçar novos objetivos. Conseqüentemente, no ano 2010, resolvi me separar, nunca fui oficialmente casada, mas dividia o lar com meu companheiro, Jorge, há dez anos. Não que o “casamento” tenha dado errado, ele deu certo durante o tempo em que convivemos, marcado por aprendizados, conquistas, renúncias, como quase tudo o que acontece em nossas vidas.

Posterior à separação, vivenciei momentos de tristeza, angústia e dificuldades financeiras, no qual contei com a ajuda da Leane e de meus pais. Aos poucos, conquistei novas amizades, refiz caminhos e retomei projetos de vida. Não senti solidão durante minha vida, sempre estive rodeada de amigas/os e companheiras/os com quem pude contar. O apoio dos familiares foi constante e nutriu o orgulho e admiração que lhes dedico.

Seguindo minha trajetória, em 2011, retomei os estudos fazendo uma especialização em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar pela FAMPER<sup>6</sup>, a qual conclui com um estudo sobre a: “Visão dos funcionários da Escola Estadual do Bairro Itaipu sobre educação, suas trajetórias e desafios”.

Nesse mesmo ano, aceitei o desafio de fazer parte da chapa regional que concorreu para a direção do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, na secretaria de formação política sindical, atividade voluntária em prol dos trabalhadores em educação. Tivemos na regional uma única chapa, a qual foi legitimada pela eleição, na qual permaneci realizando a organização dos cursos de formação política e outras atividades até 2014.

Sempre gostei de estudar e a ideia de fazer mestrado estava presente, como era trabalhadora e sem condições financeiras para cursar em outras cidades, me acomodei. No entanto, no ano de 2012, com a abertura do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Educação – nível de Mestrado, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, campus de Francisco Beltrão, retomei a busca pela realização dessa nova etapa de formação.

Quando minha amiga, Madalena, encaminhou o edital de seleção, o que senti foi um misto de euforia e dúvida. A linha de pesquisa Sociedade, Conhecimento e Educação, que eu pretendia cursar tinha cinco vagas disponíveis, no entanto eu ainda não tinha um projeto. Na ocasião, Baba sugeriu que o projeto fosse sobre a escola de formação da APP-Sindicato, consultei outras pessoas, pois, permanecia a dúvida entre este tema e a educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Optei pela escola

---

<sup>6</sup> Faculdade de Ampere.

de formação tanto pela sugestão dos amigos, quanto por ser uma temática com que tenho mais familiaridade e na qual acreditava contribuir de forma mais efetiva.

Realizada a primeira seleção em Francisco Beltrão, o resultado em julho de 2012 trouxe a aprovação na prova escrita, por coincidência estava em Curitiba, para o CEPIAL<sup>7</sup>, aproveitamos para comemorar com os amigos e o Baba estava presente. Fiz a entrevista, não fui selecionada para cursar como aluna regular. Logo em seguida, no dia 27 de agosto meu amigo Baba acabou falecendo em um acidente de carro.

Os meses se passaram e a vontade de desistir persistia, apesar disso, continuei as leituras e melhorei o projeto de acordo com as observações feitas pela banca. A nova seleção de mestrado de que participei deve-se à insistência da querida Ana Paula, uma vez que o anseio de seguir adiante era ausente, ocasionando um aumento significativo no nervosismo e na ansiedade. Mesmo assim, realizei todas as etapas e fui aprovada.

O ano de 2012 teve outros acontecimentos que considero interessantes dos quais destaco: a retomada na prática da dança gaúcha via participação no grupo de danças gaúchas, chamado Amigos da Bailanta e a participação efetiva na campanha eleitoral nas eleições municipais. Em janeiro de 2013, participei de uma viagem cujo roteiro contemplou a Argentina e o Chile, iniciando o projeto de conhecer a América Latina.

Em 2013, cursei as disciplinas do mestrado sem afastamento do trabalho, por conta de um item no edital, que apesar de garantir a participação das/os funcionárias/os de escola na seleção interna para afastamento, exigia a formação em licenciatura. Enquanto bacharel, mesmo dentro do número de vagas, permaneci trabalhando. A minha chefia imediata, as diretoras da escola, Marinêz e Eliane, ajustaram meu horário para que eu pudesse cumprir com a carga horária de 40 horas semanais sem prejuízo nas aulas, resultando em um ano de muita correria, emoções, alegrias e tristezas.

O ano de 2014, tinha tudo para ser um ano bem tranquilo e com dedicação exclusiva ao mestrado, uma vez que foi possível conseguir o afastamento para cursá-lo. Essa possibilidade se deu através da solicitação de alteração do edital de seleção pela comissão de negociação da APP-Sindicato com a SEED. Atendida a solicitação alterou-se o item do edital que permitia a participação na seleção apenas da/o funcionária/o que tivesse licenciatura, mesmo sem ser este um critério para exercer a função. A revisão do edital permitiu que a/o funcionária/o bacharel também pudesse obter liberação para estudar. Assim, participei do processo de seleção e comecei a usufruir da licença para estudos no dia quatro de abril.

---

<sup>7</sup> Congresso de Cultura e Educação para Integração da América Latina.

Infelizmente ou felizmente, não sei bem ao certo, nem tudo o que planejamos acontece da forma como imaginamos. A vida não espera concluirmos nossas atividades para que possa seguir seu curso. Assim, 2014 foi um ano de muitos contratemplos e de muito aprendizado, apesar das adversidades vividas e também por conta delas. Logo após ter saído de licença, meu pai começou a adoecer, e para resumir, passou por 92 dias de internação hospitalar, sendo oito deles na Unidade de Terapia Intensiva, intercalados no período de maio a dezembro, permanecendo acamado mesmo quando estava em casa, por grande parte desse período. Passou por uma série de complicações compostas por endocardite, dois acidentes vasculares cerebrais, sendo um isquêmico e outro hemorrágico, ambos com paralisia parcial do lado direito, pneumonia, duas cirurgias na cabeça, por conta da hidrocefalia e duas infecções hospitalares.

A última alta hospitalar se deu no dia 22 de dezembro e, felizmente, com os esforços das equipes de saúde dos hospitais e pronto atendimentos por onde ele passou, o trabalho das fisioterapeutas, nossas contribuições, e apoio dos familiares e amigos fizeram com que ele se recuperasse e hoje caminha sozinho, vive sua vida quase que normalmente como antes. Diante disso, foi somente a partir de janeiro de 2015 que retomei minhas atividades e os estudos de forma mais efetiva.

Esses fatos acabaram atrasando a pesquisa, tanto que não foi possível qualificar no tempo previsto. Mesmo continuando as leituras e escrevendo muitas vezes dentro do hospital, é muito difícil produzir nessas condições. Por conta de tudo isso, apesar de ter encaminhado os questionários em 2014, só consegui recolhê-los e organizá-los em 2015.

Outro fator que também dificultou o retorno dos questionários utilizados na pesquisa foi a greve da educação básica do Paraná (profissionais dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio). O ano letivo de 2015 se iniciou de maneira atípica, em greve. Uma greve de resistência, cujo objetivo era a manutenção de direitos adquiridos historicamente através de muita luta das/os educadoras/es. Estas/es estavam legitimamente exercendo seu direito de organização e resistência frente à política neoliberal de redução de direitos. Foram 73 dias de greve que são descritos de forma sucinta no tópico que traz as considerações da pesquisa.

A greve e a luta das/os trabalhadoras/es em educação têm influência direta em minha pesquisa. Tanto que uma das maiores dificuldades foi, sem dúvida, separar a militante da pesquisadora. E hoje, na fase final da pesquisa, estou ciente de que isso é impossível. Foi a "militante" que me transformou em "pesquisadora". A minha militância, a vida profissional e a minha pesquisa se entrelaçam e não dá para separar, pois o ser humano se constrói nas relações sociais que estabelece e é a partir da nossa realidade e

de suas contradições que podemos buscar a transformação social.

Depois desse pequeno memorial, quero destacar que foi essa trajetória de vida, de militante e dirigente, que originou o meu interesse pela presente temática de pesquisa. Assim, a presente pesquisa procura conhecer e entender as influências e os impactos trazidos pela escola de formação, no que se refere à organização dos trabalhadores em educação, na sua postura política e atuação política e pedagógica no interior das escolas. Além disso, através da formação acadêmica tenho como objetivo qualificar minha militância e contribuir para a transformação social.

A relevância dessa pesquisa consiste no fato de as/os educadoras/es serem formadoras/es de opiniões e tendo a Escola de Formação atuação em todo o Estado do Paraná através dos vinte e nove núcleos sindicais (NS)<sup>8</sup>, entendemos que a mesma influenciou positivamente no processo de formação política das/os educadoras/es, contribuindo para melhorar a prática pedagógica das/os docentes e das/os funcionárias/os de escolas. Conforme Dal Rosso:

O docente é um agente de transformação. O mesmo conceito aplica-se para o sindicato. O sindicato é um instituto voltado para a transformação da sociedade no sentido de superar os grandes problemas sociais e culturais recebidos das gerações anteriores e perpetuados. Por isso, o papel do sindicato vai além da ordem. Questiona a validade dessa ordem e apresenta parâmetros para sua mudança. Essa linha de raciocínio pode ser expandida no sentido de conferir ao sindicato uma tarefa revolucionária (2011, p. 25).

Neste sentido, justifica-se o estudo da escola de formação da APP-Sindicato, cujo objetivo principal foi/é a ampliação de consciência e organização dos trabalhadores no Paraná e no Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. A escola de formação da APP-Sindicato nasceu em 2007, através de um projeto de formação político sindical, unindo as experiências formativas da APP-Sindicato, CNTE e CUT, com a orientação pedagógica e a certificação da UFPR<sup>9</sup>. Tem como participantes prioritários os/as trabalhadores/as em educação pública do Paraná representados pela APP-Sindicato, e a partir dela é possível a participação de sindicalizadas/os de outros sindicatos. Além disso, tem como objetivo ampliar a capacidade militante através de conteúdos que contribuam para o estudo e a reflexão sobre o papel político das/os educadoras/es.

A questão que se coloca é: qual tem sido a contribuição deste programa na formação para a militância e na organização das/os trabalhadoras/es em educação? Quais

---

<sup>8</sup>Denominam-se Núcleos Sindicais, as diretorias das regionais concentradas em uma cidade, que tem sob sua responsabilidade o trabalho de base em uma determinada região.

<sup>9</sup>Universidade Federal do Paraná.

os impactos na educação pública na área de atuação, do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão?

Na tentativa de responder a estas indagações, utilizamo-nos do materialismo histórico-dialético, pois ele permite entender o particular e relacioná-lo com o contexto geral a fim de abstrair as contradições e chegar à construção da síntese das múltiplas determinações, uma vez que é através da análise dialética da realidade e de suas contradições que podemos buscar sua transformação. Sobre o materialismo histórico-dialético, Frigotto, em texto publicado em 1987 destacou:

Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão de postura, neste sentido, antecede o método. Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de aprender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais (FRIGOTTO, 1994, p. 77).

A partir desse método, buscamos o entendimento da realidade partindo do movimento histórico de luta das/os trabalhadoras/es em educação do Paraná, especialmente do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Através dele procuramos analisar o particular e relacioná-lo com o contexto social, a fim de explicitar a organização social da entidade e suas ações, visando a transformação das condições de trabalho e, para além disso, da sociedade. Nesse sentido, Marx e Engels nos ensinam que:

A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (1998, p. 11).

Partindo dessa orientação, buscamos entender a atuação da Escola de Formação da APP-Sindicato que procura instrumentalizar seus sindicalizados através dos cursos de formação política sindical. Despertar a consciência do/a educador/a sobre a importância do seu trabalho enquanto agente de transformação da sociedade é uma das pautas do sindicato, não apenas para a luta corporativa por melhores condições de trabalho e salários, mas também pela busca de mudança na estrutura da educação, visando contribuir

para a construção de um projeto de transformação da sociedade, saindo, assim, da pequena política para a construção da grande política proposta por Gramsci.

A metodologia utilizada na pesquisa baseia-se em estudos bibliográficos, análise documental e pesquisa de campo. O estudo teórico tem por objetivo situar o leitor no tempo histórico e, neste contexto, inserir a luta de classes com ênfase na luta das/es trabalhadoras/es em educação pública do Paraná, a partir da fundação da entidade sindical que representa esta categoria no Estado e do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, que representa nossa região.

Para tanto, nos utilizamos de diversos autores, dentre os quais citamos: Roceto e Orso; Mattos; Saviani; Sader; Bauer, Paulista e Diniz; Monlevade; Anjos; Frigotto; Ferreira Junior e Bittar; Gramsci; Lenin; Gruppi; Marx e Engels. Foram consultadas as leis brasileiras referentes ao período da ditadura militar e as demais, que tratam de assuntos relacionados à luta das/es trabalhadoras/es em educação. Da APP-Sindicato, utilizamos matérias do site institucional; edições do jornal 30 de Agosto; os cadernos de formação, conferências e congressos; projetos e relatórios da formação; estatuto e vídeo do 30 de agosto de 1988. Do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, utilizamos as atas<sup>10</sup> de reuniões regionais, fichas de inscrição e lista de presença dos cursistas, vídeo institucional e depoimento. Além dos materiais descritos, utilizamos a legislação do Paraná referente aos planos de carreira das/os educadoras/es e demais regulamentações pertinentes; sites como o dia a dia educação, o portal do servidor e sites das centrais sindicais, mencionadas no decorrer do texto.

O primeiro capítulo compõe-se de referencial teórico e demais documentos a fim de contextualizar historicamente o período de estudo. Vale ressaltar que os apontamentos referentes à história do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão se deram basicamente através da consulta das atas de reuniões e do vídeo institucional. Realizou-se a leitura de 385 atas, sendo algumas delas citadas no decorrer do texto. Já sobre a APP-Sindicato de modo geral, para além dos materiais institucionais, nos utilizamos do livro de Anjos, o qual contribuiu significativamente com a parte histórica.

No segundo capítulo, mediante a leitura dos cadernos utilizados na formação da APP-Sindicato, a consulta das listas de presença e das fichas de inscrição dos cursos que tinham por base a formação política sindical e educacional, oferecidos no Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, organizou-se um banco de dados que permeou as discussões e

---

<sup>10</sup> As atas do NSFB não possuem uma sequência de numeração de acordo com o ano, algumas delas não foram zeradas no final do ano e seguem a sequência do ano anterior e foram utilizadas exatamente da forma como estão registradas nos livros.

análises do capítulo. Os cadernos utilizados neste período, de 2007 à 2014, não estão arquivados no núcleo sindical. Obtivemos esse material através do arquivo pessoal de uma cursista que disponibilizou os cadernos para a pesquisa, possibilitando assim o acesso a praticamente todos os cadernos utilizados no período de 2007 a 2014. As listas de presença e fichas de inscrição foram localizadas no Núcleo Sindical e os projetos e relatórios foram disponibilizados pela Secretaria Estadual de Formação.

O terceiro capítulo tem como base a pesquisa de campo, realizada através de questionário, que foram encaminhados através da internet. Ao todo utilizamos cinquenta questionários, sendo dez de não sindicalizados, vinte de sindicalizados não cursistas e vinte de sindicalizados cursistas da formação política e sindical da APP-Sindicato, Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Utilizamos-nos de tabelas para sintetizar as respostas objetivas, e quadros para organizar as respostas descritivas que foram utilizadas na íntegra.

O estudo está estruturado em três capítulos e mais um texto longo que apresenta algumas considerações resultantes desse processo de pesquisa.

*O capítulo I: APP-Sindicato: História, Estrutura e Organização*, tem como foco a história da APP-Sindicato e do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, bem como sua estrutura e organização. No intuito de contextualizar historicamente o processo de construção que culminou na fundação das organizações das/os trabalhadoras/es em educação, apresentamos neste capítulo, de forma sucinta, considerações sobre a história de lutas da classe trabalhadora a partir da década de 1920. Em seguida, inserimos a fundação da APP-Sindicato, sua história e organização até a década de 1980, quando se deu a criação do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Procuramos trabalhar de forma articulada a história do Núcleo sindical e da APP-Sindicato inserindo-as no contexto nacional.

*O capítulo II: A Escola de Formação da APP-Sindicato: História, Estrutura e Organização*, parte das demandas de formação apresentadas nas atas do NSFB, mas o foco centrou-se na Escola de Formação da APP-Sindicato criada em 2007. A partir das atividades e análises dos materiais utilizados na formação, construímos uma história da escola entre 2007 e 2014. Trabalhamos de forma sintética a formação em nível estadual e de forma ampliada as atividades desenvolvidas no NSFB. Trazemos ainda uma síntese da estrutura da entidade e, como o objetivo é analisar como se dá a formação política, sindical e educacional da APP-Sindicato, apresentamos dados referentes aos cadernos utilizados, metodologias, projetos e relatórios.

*O capítulo III: A Sindicalização e a Formação Política no Núcleo Sindical de Francisco Beltrão: Visões da Base*, no qual trabalhamos especificamente com o material



dos questionários aplicados a cinquenta educadoras/es. Através de perguntas objetivas e descritivas procuramos levantar dados sobre a visão das/os educadoras/es no que se refere às organizações sindicais e políticas, bem como estas/es educadoras/es se entendem no processo produtivo.

*Formação Política Sindical da APP-Sindicato – Algumas Considerações*, é uma espécie de capítulo conclusivo que traz apontamentos sobre a teoria e a formação política sindical e apresenta uma proposta de formação para o Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

Para facilitar a consulta das referências utilizadas, principalmente da APP-Sindicato, separamos de acordo com o tipo de fonte, sendo as matérias do site identificadas com letras junto com o ano e os cadernos de formação com algarismos romanos.

Por fim, é importante destacar que a pesquisa é um espaço privilegiado de formação e que este texto expressa uma síntese de todo o processo de leitura e escrita e não é definitivo. Convidamos as pessoas para que façam a leitura e tirem suas próprias conclusões.

## **CAPÍTULO I: APP-SINDICATO: HISTÓRIA, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO**

Nas nossas lutas nunca se perde, sempre se ganha, porque se não se ganha financeiramente ou em melhoria nas escolas, mas, se ganha porque a gente se fortalece na luta, porque sabe que não se pode desistir e tem que continuar na luta (Forlin, 2013a).

Este capítulo tem por objetivo apresentar um pouco da trajetória da APP-Sindicato e da luta dos trabalhadores em educação do Paraná. Para tanto, inserimos essa luta no conjunto da classe trabalhadora brasileira a partir da década de 1920. A história de luta da classe trabalhadora é riquíssima, marcada por muitos acontecimentos importantes que merecem destaque. Como o objeto de estudo é a formação sindical da APP-Sindicato, entendemos que não é possível aprofundar de forma coesa a história dos trabalhadores, portanto, mencionaremos de forma bem sucinta apenas alguns pontos que consideramos relevantes.

### **Algumas Considerações sobre a História de Luta da Classe Trabalhadora**

Inicialmente, observamos através de diversas leituras que a história de luta das/os trabalhadoras/es foi marcada por muito sofrimento, como: condições indignas de trabalho, excessiva jornada, exploração da força de trabalho, até mesmo infantil e leis repressivas que não permitiam a organização dos trabalhadores. Conforme apontado por Giannotti no seu livro, *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil* (2007), muitas/os trabalhadoras/es morreram de fome e cansaço. Aos poucos, tomaram consciência da sua condição de exploradas/os e oprimidas/os, começaram a se mobilizar, reivindicar pão, diminuição da carga horária de trabalho e o direito de criar suas associações. Esse não foi um processo tranquilo, pois as respostas às tentativas de organização vinham sempre sob a forma de repressão. A melhoria das condições de trabalho exigiu o sacrifício de várias/os trabalhadoras/es, deixando inclusive mortos e feridos.

Giannotti (2007), destacou a importância da publicação do Manifesto do Partido Comunista, escrito por Marx e Engels, o qual acenou para a necessidade de uma nova ordem social, apresentando como ideia central a luta de classes entre o proletariado, que vende sua força de trabalho para os donos do capital e possui como riqueza apenas a sua prole, e a Burguesia, classe representativa dos patrões e, conseqüentemente, os detentores do capital, destacou também, a importância da Comuna de Paris, uma revolução na qual as/os trabalhadoras/es tiveram papel principal, garantindo o direito de voto a qualquer

cidadão e a obrigatoriedade e gratuidade da educação primária.

Outro fato histórico importantíssimo foi a fundação por aproximadamente cinquenta trabalhadores de diversos países, da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), conhecida como Internacional<sup>11</sup>, em 1864. O objetivo era unir as forças na luta comum em prol da redução da jornada de trabalho. A partir desse momento surgiram as primeiras centrais sindicais e partidos políticos das/os trabalhadoras/es. Em contrapartida, no final da Primeira Guerra Mundial, criou-se a Organização Internacional do Trabalho (OIT), organização tripartite composta por governos, patrões e trabalhadoras/es, cujo objetivo era estabelecer normas para as relações entre capital e trabalho, constituindo-se em instrumento de combate à possibilidade de novas revoluções e atuando para acabar com as lutas e as greves. As decisões e orientações eram publicadas nas chamadas convenções da OIT, na sua primeira publicação trouxe a deliberação sobre a jornada de oito horas (GIANNOTTI, 2007).

A conjuntura internacional de greves, revoluções e organização das/os trabalhadoras/es, além de ser um movimento de resistência, significou uma tentativa de avanço na conquista de direitos que hoje são considerados básicos, à vida e às condições de trabalho, o que acabou influenciando trabalhadoras/es em vários países, inclusive no Brasil. A divulgação das lutas nesse período concretizava-se através de jornais operários, considerados como um significativo instrumento de resistência, que mesmo proibidos, circulavam de mão em mão, possibilitando as/os trabalhadoras/es acompanhar as reivindicações e ideias políticas das lideranças. Nesse sentido,

A luta político-ideológica deveria se basear nos temas centrais da visão dominante entre os trabalhadores lutadores daquela época, que era o anarquismo. Jornais operários e discursos sempre falavam do antimilitarismo, do anticapitalismo, do internacionalismo proletário e do combate à alienação religiosa (GIANNOTTI, 2007, p. 73).

No Brasil, especificamente, a partir de 1900, começou uma fase marcada por muitas greves, repressões, mortes e resistência. Com a luta operária duramente reprimida pelos patrões, o cenário constituía-se de greves por direitos mínimos, apresentando algumas manifestações de cunho exclusivamente político. Por conta dessa conjuntura, em 1907, existiu uma tentativa de controle dos sindicatos através do Decreto Governamental

---

<sup>11</sup> Também denominada por Lenin de Primeira Internacional, é considerada a primeira organização internacional dos trabalhadores (GIANNOTTI, 2007, p. 38).

nº 1.637<sup>12</sup> e da criação de uma Lei que previa a expulsão de estrangeiras/os que ameaçassem a segurança e a tranquilidade pública (GIANNOTTI, 2007, p. 65). Essa medida não intimidou a classe trabalhadora, tanto que,

Em 1915, em São Paulo, é criado o Comitê de Defesa Proletária, um organismo de unificação da luta dos trabalhadores que estimulará uma onda de greves durante o período de 1915 a 1920. Com a guerra na Europa, o Brasil passa a fornecer produtos primários aos países que combatiam a Alemanha: EUA<sup>13</sup>, Inglaterra, França e Rússia. Os trabalhadores sofriam as consequências: aumento da carga horária de trabalho e redução dos salários. Só nos anos de 1915 e 1916 eclodiram 144 greves em São Paulo (GIANNOTTI, 2007, p. 67).

Observa-se que o contexto internacional refletiu diretamente nas lutas nacionais, como foi o caso da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa<sup>14</sup>. A Revolução Russa contribuiu para o aumento das lutas operárias, sua duração e radicalização. Ela também estimulou a criação de partidos comunistas. Com a criação desses partidos, a imprensa anarquista perdeu lugar para a imprensa comunista, reduzindo assim a influência dos anarquistas, pois, este também foi um espaço de disputa ideológica e política (GIANNOTTI, 2007, p. 68-79).

No que se refere à educação, “de forma direta, pode-se verificar que até praticamente na década de 1930, no Brasil, só tinham acesso à educação escolar, formal, os detentores da terra e seus descendentes” (ROCETO e ORSO, 2013, p. 151). Sobre essa questão, Saviani destacou que,

No Brasil das primeiras décadas do século XX, em especial nos anos de 1920, agitava-se a questão da expansão das escolas primárias tendo em vista livrar o país da chaga do analfabetismo, considerado vergonha nacional. Emergia, aí, a visão nacionalista marcada pela exaltação do civismo e do patriotismo, o que configurava o nacionalismo como uma ideologia de direita. Com efeito, a esquerda, tanto na sua extração socialista como anarquista ou comunista, como que se baseando no lema que fecha o *Manifesto Comunista* redigido por Marx e Engels “Proletários de todos os países, uni-vos”, se definia como internacionalista (2010, p. 310).

---

<sup>12</sup> Esse Decreto tratou da criação de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Datado de 05 de janeiro de 1907, foi assinado por Affonso Augusto Moreira Penna, na ocasião Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil (Brasil, 1907).

<sup>13</sup> A sigla foi utilizada dessa forma por Giannotti e significa Estados Unidos da América. No entanto a sigla usada comumente é USA (United States of America).

<sup>14</sup> De acordo com Rossi e Gerab, a Revolução Russa teve dois momentos importantes: em fevereiro de 1917, quando houve um processo de mobilização popular que se transformou em greve geral, libertou políticos e prendeu ministros de Estado. E em outubro de 1917, quando houve a ocupação do Palácio de Inverno e a substituição da estrutura tsarista pela da República Socialista Soviética da Rússia, mudando a história do país e de países periféricos (2009, p. 27).

A conjuntura da década de 1920, mencionada por Giannotti, caracterizava-se pela forte repressão contra as/os trabalhadoras/es, na transição do Brasil “agrário” para o “moderno” advindo do início da industrialização. A burguesia foi se organizando, criou em 1928 o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), considerado como centro ideológico e organizador dos industriais paulistas. A crise de 1929, aumentou a repressão, a miséria e, conseqüentemente, o número de greves. Diante desse quadro, em 1930, ocorreu a substituição do liberalismo<sup>15</sup> por uma política de intervenção do Estado na economia (a chamada Revolução de 1930), objetivando o desenvolvimento e a modernização. Neste período, as tendências políticas entre os trabalhadores eram: socialista<sup>16</sup>, anarquista<sup>17</sup>, comunista<sup>18</sup> e a católica<sup>19</sup> (2007, p. 85-95).

Ao referir-se à década de vinte, Mattos aponta o declínio anarquista e a competição com os comunistas, aumento da repressão do Estado, com fechamento de entidades e jornais, prisão e exílio de lideranças, criação da Inspeção de Investigação e Segurança Pública. Destacou também a fundação do Partido Comunista do Brasil – PCB, em 1922, e suas incursões através do Bloco Operário Camponês (BOC)<sup>20</sup>, em 1928. Sendo que, “em 1929, os comunistas concretizam o desejo de criar uma central sindical sob sua orientação, fundando em Congresso a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB)” (MATTOS, 2009, p. 51), cujo objetivo era utilizá-la como instrumento para dirigir as massas rumo à transformação social.

Sobre as conquistas trabalhistas desse período Bauer, Paulista e Diniz, salientam

---

<sup>15</sup> O liberalismo é uma doutrina político-econômica que pretende defender a liberdade total para as chamadas “forças produtivas”: capital e trabalho. Considera que o Estado não deve intervir na economia e nos assuntos do capital e trabalho. É no livre mercado que o capital e trabalho se entendem e que, automaticamente toda economia se regula (GIANNOTTI, 2007, p. 54-55). De acordo com Sader, na América Latina e no Brasil, “o liberalismo foi a ideologia do bloco primário exportador, cujos interesses se fundamentavam no livre comércio de exportação e importação. Centrava-se no liberalismo econômico, este não necessariamente alinhado ao liberalismo político” (2010, p.16).

<sup>16</sup>Baseada na socialdemocracia europeia, a qual se dividia entre os que eram contrários ao capitalismo selvagem mas aceitavam o capitalismo civilizado, defendiam a reforma da sociedade e os que não acreditavam que o capitalismo tivesse conserto ou salvação, e faziam a defesa da Revolução (GIANNOTTI, 2007, p. 95-96).

<sup>17</sup>Tinham uma visão anticapitalista, lutavam pelo fim da propriedade privada e das classes sociais. Negavam o Estado, pois segundo essa visão toda autoridade é opressora (GIANNOTTI, 2007, p. 96-97).

<sup>18</sup> Segundo Giannotti, “Comunismo significa o fim do capitalismo, da propriedade privada e das classes sociais. Significa a construção de uma nova sociedade sem a exploração do homem pelo homem”. Baseava-se no centralismo democrático de Lenin. Fazia a defesa de que ao sindicalismo cabia a luta econômica combinada com os ideais do partido e os sindicatos deveriam tornar-se uma escola de socialismo (2007, p. 97-98).

<sup>19</sup>Fazia oposição às demais tendências citadas, uma vez que a igreja era ligada às classes dominantes e seus fiéis não deveriam misturar-se a esses sindicatos, a orientação era para que criassem suas próprias organizações, deveriam ser pacientes e tolerantes sem se envolver na luta de classes entre patrões e operários (GIANNOTTI, 2007, p. 98-99).

<sup>20</sup> O Bloco Operário recebeu essa denominação de BOC em 1928, que expressava a importância da aliança entre operários e camponeses no processo da revolução brasileira. No entanto, essa unidade não passou de um projeto difícil de ser realizado (BUONICORE, 2005).

que “[...] foram pouco significativas, a legislação aprovada quase nunca era aplicada e a repressão policial era intensa. O conjunto do movimento operário era fragmentado e restrito aos grandes centros urbanos [...]” (2013, p. 18). Ainda sobre este período, o livro *Brasil Nunca Mais* registrou os levantes tenentistas e a Coluna Prestes, cujas bandeiras eram: a moralidade pública, democratização do voto e dignidade nacional, o que acabava por atrair a simpatia das classes médias urbanas. Os movimentos tenentistas acabaram empolgando o país até 1930, no entanto, não tiveram envolvimento com o movimento operário (1985, p. 55).

Na área da educação, com o intuito de organizar um partido do ensino, treze intelectuais cariocas criaram, em 1924, uma associação que firmou-se como órgão apolítico e laico, congregando todos os interessados na causa da educação, chamada de Associação Brasileira de Educação (ABE)<sup>21</sup>. Mesmo com o discurso apolítico e laico, a instituição envolveu-se com o Partido Democrático do Distrito Federal, também conhecido como Partido da Educação Nacional e com assuntos religiosos. Ao longo de sua história, seus membros organizaram as Conferências Nacionais da Educação, sendo que desse meio surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo, em 1932 (SAVIANI, 2010).

O cenário liberal não admitia leis que regulamentassem as relações entre capital e trabalho. O Estado tentava controlar os sindicatos que seguiam a linha anarquista através de perseguições e lançou a ideia de sindicatos oficiais<sup>22</sup>, com o discurso de colaboração entre as classes (GIANNOTTI, 2007).

De acordo com Sader,

As origens do movimento popular brasileiro precedem a Revolução de 1930: provêm do sindicalismo anarquista, do comunista e socialista, que, pela primeira vez, levantaram no Brasil a necessidade de uma alternativa ao sistema de poder dominante. Suas bandeiras, diretamente classistas, foram influenciadas pela interpretação da Revolução Russa (1917) como uma revolução “operária camponesa” e pelas lutas do movimento operário europeu. Tiveram grande mérito ao dar início à organização autônoma do movimento popular, centrada na atuação dos trabalhadores imigrantes, que, por sua vez, trouxeram experiências com as doutrinas fundadoras da esquerda na Europa – de composição

---

<sup>21</sup>A ABE permanece em funcionamento até os dias atuais e de acordo com o site institucional “o pensamento da ABE influenciou na elaboração de leis que traçaram as diretrizes e bases da educação e de planos nacionais de educação” (LINS e SILVA, 2009). Maiores informações sobre essa instituição podem ser obtidas por meio eletrônico no endereço <<http://www.abe1924.org.br>>.

<sup>22</sup> Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, porém, tutelado a ele. Inicialmente enfrentaria a competição das organizações sindicais autônomas construídas de 1900 a 1930, com o objetivo de “servir como interlocutores dos trabalhadores junto ao governo e vice-versa, funcionando por dentro do Estado, como órgãos públicos e, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais” (MATTOS, 2009, p. 63).

urbana, sem raízes no campo. No entanto, no Brasil, a maioria da população residia na zona rural, de modo que a vertente de esquerda que se formou não elaborou estratégias específicas, assentadas na realidade brasileira. Por isso, temas candentes, como a luta contra o latifúndio, a dominação externa e a elaboração de estratégias nacionais, não eram ainda centrais para a esquerda (2010, p. 14).

Esse movimento popular, centrou-se “[...] no nacionalismo como ideologia, em um bloco de forças entre o empresariado brasileiro, o movimento sindical urbano e as classes médias, comandadas pelo novo Estado brasileiro, o primeiro Estado com dimensão e ideologia nacional” (SADER, 2010, p. 15). Nessa perspectiva,

O modelo hegemônico introduzido pela Revolução de 1930 pode ser caracterizado como um modelo nacional-estadista, no qual o impulso ao desenvolvimento foi centrado, fundamentalmente, no Estado e na industrialização. A organização das classes fundamentais emergentes – empresariado nacional, classes médias e movimento sindical urbano – era articulada pelo Estado, incentivador da unidade corporativa desses setores, mas que, ao mesmo tempo, vetava sua constituição política, então regida pela liderança de Getúlio Vargas.

Essa orientação, aliada à visão classista da esquerda – em particular do Partido Comunista -, provocou certo distanciamento entre a esquerda partidária organizada e o movimento nacionalista (SADER, 2010, p. 16).

Sader expõe as transformações, continuidades e rupturas desde a década de 1930. Segundo ele, “a ruptura mais importante aqui se deu em 1930. Até aquele momento, grandes pactos de elite bloqueavam a possibilidade de o povo assumir o protagonismo da história do país” (2010, p. 11). Conforme Giannotti, no período compreendido

entre 1930 e 1945, Vargas provocou uma virada na política e na economia do Brasil. A República Velha, simbolizada pelo café, que aplicava a clássica política econômica liberal, havia esgotado o seu ciclo. A partir de 1930, essa política cede, gradativamente, espaço a uma nova, na qual o Estado passa a intervir na economia. Essa intervenção visa incentivar a expansão da indústria, substituindo produtos e máquinas importadas por outras que poderiam ser feitas aqui no Brasil. Para isso, o Estado criou as bases da indústria pesada: Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Brasileira de Alcalis, entre outras. A economia brasileira, baseada no café, até a crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque tinha propiciado uma rápida acumulação de capital no Brasil e parte desse excedente, a partir da nova situação econômica mundial, passou a ser aplicada na indústria (2007, p. 111-112).

Vargas chegou ao poder através da Aliança Liberal, que teve seu apoio fundamentado na classe média urbana. Em 1930 criou o Ministério do Trabalho, Indústria

e Comércio e em 1931, elaborou e efetivou a Lei de Sindicalização<sup>23</sup>, que dava liberdade para os sindicatos funcionarem livremente desde que obedecessem às normas. Os sindicatos que antes lutavam pelos interesses das/os trabalhadoras/es foram obrigados a “esquecer” a luta de classes e trabalhar com a conciliação das mesmas. Os estatutos seguiam um padrão oferecido pelo Ministério do Trabalho, proibiam fazer política, greve, criar central sindical e se filiar a organismos internacionais. As normas organizadas neste período foram explicitadas mais tarde na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)<sup>24</sup> e incluíam o monitoramento das contas dos sindicatos e da presença dos sindicalizados nas assembleias. Embora houvesse resistência às normas, inclusive com violência, ficou cada vez mais difícil resistir, pois, o governo passou a conceder os benefícios apenas aos sindicalizados oficiais (GIANNOTTI, 2007, p. 130-136).

Data também de 1931 a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública sob a direção de Francisco Campos que fez diversas alterações através de decretos, dentre as quais destacamos a criação do Conselho Nacional de Educação e o reestabelecimento do Ensino Religioso nas escolas públicas, ainda que de forma facultativa. A educação passou a ser tratada como uma questão nacional. Nas palavras de Saviani, “Em suma, no período analisado, compreendido entre 1932 e 1947, as ideias pedagógicas no Brasil foram marcadas por um equilíbrio entre a pedagogia tradicional, representada predominantemente pelos católicos e a pedagogia nova” (2010, p. 271). O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido em 1932, propôs um planejamento do sistema educacional, através do qual apresentou-se o plano de reconstrução educacional, demonstrando a necessidade do rompimento com a estrutura tradicional, propondo um sistema orgânico, onde a escola primária se articulava com a secundária. Saviani ressaltou que o manifesto era doutrinário, baseado na perspectiva escolanovista, e, mesmo apresentando algumas contradições, se constituiu num documento de política educacional, defendia a escola pública e era político, pois expressou “a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 1920 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país” (2010, p. 254). A divulgação desse Manifesto ocasionou o rompimento entre os renovadores e católicos dentro da ABE, resultando na criação da Confederação Católica Brasileira de Educação, em 1933, cuja principal bandeira no período foi combater a laicidade do ensino.

Na questão partidária, em oposição ao Partido Comunista fundou-se em 1932, a

---

<sup>23</sup> Para mais detalhes ver o Decreto n° 19.770, de 19 de março de 1931 (BRASIL, 1931).

<sup>24</sup> A CLT, criada através do Decreto Lei n° 5.452 de 1° de maio de 1943, sistematizou e reuniu a maior parte do acúmulo que se referia as leis trabalhistas instituídas na década de 1930.



Ação Integralista Brasileira (AIB) que tinha como líder Plínio Salgado e cujo intuito era salvar o Brasil dos comunistas. Nesse contexto, ocorreu a elaboração da Constituição de 1934, que instituiu a Justiça do Trabalho, assegurou a pluralidade e autonomia sindical, não estabelecendo disposição sobre um sindicato único, porém, durante o Estado Novo<sup>25</sup>, através de Decretos, mudou-se a estrutura sindical através da imposição de um sindicato único, com a proibição de sindicatos que não fossem os oficiais. O cenário expressava a ausência de liberdade, censura da imprensa, continuidade à política de incentivo industrial, com proposta de substituição das importações. Naquele momento histórico, uma contradição presente, era o fato de que, ao mesmo tempo em que os comunistas eram presos no Brasil, o país lutava ao lado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)<sup>26</sup>, fato este que acabou enfraquecendo o regime ditatorial de Vargas. Também marcaram a Era Vargas a criação da Aliança Nacional Libertadora<sup>27</sup>, em 1935, presidida por Luiz Carlos Prestes, e a criação da Confederação Sindical Unitária Brasileira (CSUB)<sup>28</sup>, logo fechada pelo governo (GIANNOTTI, 2007).

Sobre esse momento histórico, Saviani (2010) registrou a criação do INEP (1938), o Código de Processo Civil (1939), Código Penal (1940), Código do Processo Penal (1941), o anteprojeto do novo Código Civil e a Lei Orgânica do Ministério Público Federal, a Reforma Capanema<sup>29</sup>.

Nas fábricas onde os operários trabalhavam a todo o vapor, com horários excessivos e salários arrojados, reanimaram-se as lutas. Os comunistas, que não estavam presos, passaram a organizar protestos. Em abril de 1944, foi criado o Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT), que apareceu, abertamente, em 1945. Organizado em 13 estados diferentes, teve a adesão de mais de 300 dirigentes sindicais. No seu programa, exigia, entre outras coisas, a extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores do campo, melhoria nas leis sociais e na assistência social e liberdade sindical. A classe operária retomava seu longo caminho de luta e organização (GIANNOTTI, 2007, p. 126).

De acordo com Bauer, Paulista e Diniz, “basicamente dois tipos de sindicatos passam a se organizar no país. Os de ramos de atividade categoria econômica, como metalúrgicos, construção civil e os sindicatos de profissão, categoria diferenciada como professores, profissionais liberais, marítimos, etc.” (2013, p. 24). Os autores destacam

---

<sup>25</sup> Período de Governo que foi de 1937, quando ocorreu um golpe de estado, até 1945, quando Vargas foi deposto.

<sup>26</sup> Denominação da Rússia a partir de 1922 (GIANNOTTI, 2007, p. 42).

<sup>27</sup> Frente popular antifascista.

<sup>28</sup> Criada em 1º de maio de 1935, pelos comunistas (GIANNOTTI, 2007, p. 121).

<sup>29</sup> Essas reformas sob a direção do Ministro Gustavo Capanema reorganizaram toda a estrutura educacional através de oito Decretos (SAVIANI, 2010, p. 269).

ainda que a implantação da legislação trabalhista, através da CLT, contribuiu para o refluxo das movimentações e ocorrência de greves isoladas.

Por imposição da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, o sindicalismo no Brasil ficou vinculado ao Estado, que determinava suas formas de organização e limitava seu espaço de atuação. Este modelo corporativista pleiteava, quando de seu surgimento, criar uma forma de coexistência pacífica das relações entre o capital e o trabalho. Nos anos de 1945 a 1950 observou-se um período delimitado por uma conjuntura que indicava um começo de democratização e um renascimento do movimento sindical (2013, p. 25).

A retomada da organização dos trabalhadores nos seus organismos internacionais aconteceu no final da Segunda Guerra Mundial, através da fundação da Federação Sindical Mundial (FSM), em 1945. Tal entidade não contou com a participação dos católicos que, por sua vez, participavam da Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (CISC). Em 1949, parte do grupo que compunha a FSM saiu e fundou a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL). Ocorreram diversas transformações mundiais das quais destacamos o avanço das guerrilhas de caráter nacionalista, a teologia da libertação<sup>30</sup> e a Revolução Cubana. Em consequência dessas mudanças, na tentativa de conter o comunismo, os Estados Unidos da América ofereceu apoio aos golpes militares na América Latina (GIANNOTTI, 2007, p. 139-145).

O Estado Novo acabou por extinguir os partidos políticos, que voltaram a se organizar em 1945, tendo como uma das primeiras organizações a União Democrática Nacional (UDN)<sup>31</sup>, seguida do Partido Social Democrático (PSD)<sup>32</sup>, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>33</sup> e do PCB<sup>34</sup>, sendo estes os partidos de maior expressividade, o que não significou a inexistência de outros com menor representatividade (SAVIANI, 2010, p. 279).

O cenário paranaense e brasileiro desse período, segundo Anjos (2008, p. 21-22), compôs-se de lutas pelas terras com diversas mortes no campo, desemprego, miséria, falta de condições de vida digna e luta para acesso e permanência das crianças nas escolas. A

---

<sup>30</sup> A Teologia da Libertação enfatizou o “compromisso dos cristãos com a libertação social e política. Libertação da miséria, da fome e de toda dominação e opressão” (GIANNOTTI, 2007, p. 144).

<sup>31</sup> Surgiu do Partido Social Democrático - PSD, fundado em 1926. A UDN configurou-se como um partido urbano, acolhendo em seu seio os círculos ligados às altas finanças, em especial a burguesia comercial (SAVIANI, 2010, p. 278).

<sup>32</sup> Herdou a máquina política de Vargas, organizou-se a partir dos interventores estaduais, consequentemente possuía ampla base nacional e praticamente todo o eleitorado rural (SAVIANI, 2010, p. 279).

<sup>33</sup> Criado por Getúlio Vargas para atrair os votos do operariado e impedir que estes participassem do PCB (SAVIANI, 2010, p. 279).

<sup>34</sup> Que vinha crescendo e foi considerado ilegal em 1947 (SAVIANI, 2010, p. 279).

partir de 1945 teve início o processo de redemocratização e a expansão do ensino público.

O caderno dois do Projeto de Formação 2012/ 2014 da APP-Sindicato (2012, II, p. 27) apresenta o ano de 1945 como marco do movimento sindical da educação, através da organização dos professores em associações. “Em 1946, foi elaborada uma nova Constituição que democratizou a estrutura política do país após os anos da Ditadura Vargas. Infelizmente, a nova Constituição não mexeu na estrutura sindical implantada por Getúlio e nem tratou da Reforma Agrária” (GIANNOTTI, 2007, p. 151).

De acordo com o livro *Brasil Nunca Mais*:

O intervalo 1946-1964 representa uma etapa de desenvolvimento econômico e mudanças sociais que gerariam a necessidade de modificações profundas no edifício social brasileiro, fosse num sentido nacionalista e democrático, fosse no sentido do autoritarismo militar de coloração fascista.

Depois de um breve período de liberdades democráticas, já em 47 o presidente eleito, Marechal Eurico Gaspar Dutra<sup>35</sup>, comanda uma forte guinada à direita na cena política. O alinhamento ideológico entre os militares brasileiros e norte-americanos inspirou os rumos da política nacional durante o Governo Dutra: um governo pró-Estados Unidos, rigidamente antipopular e autoritário (1985, p. 56).

Na educação Monlevade salientou que a democratização do acesso, na medida em que proporcionou o crescimento no número de professores secundários, ocasionou a diminuição nos salários e a deterioração das condições de trabalho. Nesse contexto, por volta de 1946, fundaram-se várias associações, algumas transformaram-se mais tarde em sindicatos, dentre elas o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP); a Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB) (2007, p. 41).

No que se refere à educação, Saviani apontou que na Carta Constitucional de 1946 se encontram elementos que dizem respeito ao programa de reconstrução educacional da Educação Nova, alguns deles já presentes na Constituição de 1934:

a exigência de concurso de títulos e provas para o exercício do Magistério (artigo 168, inciso VI); a descentralização do ensino (artigos 170 e 171); o caráter supletivo do sistema federal (artigo 170, parágrafo único); a cooperação da União com os sistemas dos estados e Distrito Federal (artigo 171, parágrafo único); a vinculação orçamentaria de um percentual de impostos destinados à educação na base de pelo menos 20% dos estados, Distrito Federal e municípios e 10% da União (artigo 169); a assistência aos alunos necessitados tendo em vista a eficiência escolar (artigo 172); a criação de institutos de pesquisa junto às instituições de ensino superior (artigo 174, parágrafo único); a

---

<sup>35</sup> Eleito pelo PSD em 1946 e governou o Brasil entre 1946 a 1950.

competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (artigo 5º, inciso XV, alínea d) (SAVIANI, 2010, p. 281).

A partir dessas bases legais, Clemente Mariani, Ministro da Educação e Saúde, constituiu uma comissão para tratar da LDBEN. No espaço de discussão dessa comissão, surgiu a proposta de um Conselho Nacional de Educação, com poderes deliberativos e não apenas consultivos. Ao final dos trabalhos, o anteprojeto da LDBEN, passou por ajustes do Ministro que acabou alinhando-o com a postura conservadora do governo. Houve discordâncias sobre o projeto na câmara, que resultaram no seu arquivamento (SAVIANI, 2010).

### **APP-Sindicato: da Fundação à Década de 1980**

No contexto geral, o ano de 1947, registrou dois acontecimentos históricos importantes que merecem ser mencionados: primeiro a cassação do registro do PCB e, conseqüentemente, do mandato de seus parlamentares; segundo, o fechamento da CGTB e das Uniões Sindicais de estados e municípios, na tentativa de frear a organização dos trabalhadores (SAVIANI, 2010).

Caracterizando a conjuntura, Anjos ressaltou que,

No Estado do Paraná, no início de 1947, a população tinha acabado de eleger o primeiro governador por sufrágio universal, após anos de intervenção federal. Com o panorama da vida Nacional e Estadual apresentado, no final da década de quarenta, inicia-se uma época propícia para movimentos de classe e criação de associações.

E é nesse imbróglio político que os/as professores/as paranaenses sentindo falta de consideração e respeito para com a importância das atividades do magistério, passam a reivindicar reposição de vencimentos que estavam muito baixos por causa de inflação (2008, p. 22).

Foi nesse cenário que fundou-se a Associação dos Professores do Estado do Paraná (A.P.P.<sup>36</sup>), no dia 26 de abril de 1947, por professores do Colégio Estadual e do Instituto de Educação do Paraná. O objetivo era se fortalecer enquanto categoria e chamar a atenção para os problemas do magistério. Dentre os quais destacavam-se: a questão salarial, a falta de regulamentação da carreira (com nomeação, exoneração e transferência através de interesses políticos), atraso nos pagamentos de até meio ano e contratação por dez meses. Inicialmente atendia apenas as/os professoras/es da cidade de Curitiba, mas a intenção era alcançar todos os profissionais do Estado. A primeira reivindicação pleiteava

---

<sup>36</sup> A sigla era escrita com pontos entre as letras, sendo que mais tarde estes foram eliminados (ANJOS, 2008, p. 24).

a regulamentação da carreira de professor primário e entre suas primeiras ações esteve a realização de uma assembleia geral que contou com a presença do Governador, além da categoria (ANJOS, 2008)<sup>37</sup>.

A conjuntura geral brasileira da década de 1950, segundo Bauer, Paulista e Diniz, possibilitou abertura do governo em relação às mobilizações, tentativa de política de conciliação com o movimento sindical, aumento da força desses movimentos no período, com ressurgimento das comissões de fábrica, pois:

O agravamento da situação econômica nacional fez aumentar a pressão dos trabalhadores sobre o governo. A inflação e o desequilíbrio do balanço de pagamentos cresciam ao mesmo tempo em que apareciam os primeiros sinais do declínio da produção industrial e ampliavam-se os protestos do setor agroexportador, atingido pela política de confisco cambial adotada pelo governo. A classe operária começou a lutar pela obtenção de vantagens econômicas, apesar das negociações propostas por Vargas no sentido de obter a cooperação dos trabalhadores para um projeto de reconstrução econômica que beneficiasse todas as classes e o movimento sindical começou a recuperar agressividade.

Na segunda metade da década de 1950, o país vivia um clima de democracia e desenvolvimentismo com as medidas econômicas do então governo de Juscelino, e, conseqüentemente, o populismo enfrentou um período de maiores reivindicações trabalhista urbana e começam a ganhar maior visibilidade outros agentes como os movimentos oriundos do campo (2013, p. 27).

Saviani apontou Anísio Teixeira como figura central da educação brasileira na década de 1950 e destacou algumas características desse período. Em 1953, foi criada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), com objetivo de elevar o nível e a expansão do ensino secundário. Outro marco foi o conflito iniciado em 1956, entre a escola particular e pública, no qual donos de escolas privadas e a igreja católica defendiam a escola particular e, por outro lado, diversos intelectuais representando as correntes de pensamento liberal-idealista, liberal pragmatista e a tendência socialista, defendiam a educação pública. Saviani destacou ainda que, “efetivamente, o esforço, empreendido por Florestan Fernandes contribuiu de forma importante para que a discussão sobre a LDB chegasse às massas e aos sindicatos

---

<sup>37</sup> Seu primeiro estatuto aprovado em 1947, passou por reformulação em 1955 sendo alterado de forma mais significativa em 1972. Essa alteração visou à divisão da atuação das associações por regiões de acordo com a Resolução do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná – CRPP. Resultando em muitas divergências e ocasionando inclusive o chamamento de uma nova assembleia para a alteração do estatuto. No entanto, sem consenso entre as partes, a questão foi parar na justiça. Em 1973, convocou-se nova assembleia para reformular o estatuto e dentre as mudanças constava a ampliação da jurisdição para todo o Estado novamente. A última alteração enquanto Associação foi em 1982, em virtude da unificação com as demais Associações (ANJOS, 2008).

operários” (2010, p. 292). Diante desse conflito, foram mobilizadas diversas organizações e produzidas matérias pelas partes conflitantes defendendo suas posições, tendo como uma das medidas a redação de um novo manifesto por Fernando de Azevedo, denominado de *O manifesto dos Educadores mais uma vez convocado* (SAVIANI, 2010, p. 293).

De acordo com Saviani, houve uma renovação católica que se manifestou através da organização das semanas pedagógicas pela Associação de Educadores Católicos (AEC), e entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, destacaram-se dois movimentos de educação popular<sup>38</sup>: o Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>39</sup> e o Movimento Paulo Freire de Educação de Jovens e Adultos, ambos apresentavam pontos comuns com a pedagogia nova. Em 1957, retomaram-se os debates sobre a proposta de LDBEN, no entanto, o projeto só foi aprovado em 1961 através da Lei nº 4.024. Em resposta ao aumento de mobilizações por educação popular, criou-se em 1959 o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)<sup>40</sup>, a primeira organização empresarial voltada para a ação política, objetivando combater o comunismo (SAVIANI, 2010, p. 317ss).

Segundo Giannotti, no âmbito sindical, o início da década de 1960 marcou a realização do Terceiro Congresso Nacional dos Trabalhadores, cuja polêmica principal ficou por conta da criação de uma central sindical nacional. Em função das divergências não houve consenso e mais tarde se criou uma organização parecida, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)<sup>41</sup>. As organizações rurais conseguiram a legalização dos seus sindicatos e a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) em 1962 e intensificaram as lutas do campo. A direita se organizou através da criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Socioeconômicos (IPES)<sup>42</sup> e do Movimento Sindical Democrático (MSD)<sup>43</sup>, em 1961 (2007, p. 166ss).

---

<sup>38</sup> Segundo Saviani “A expressão educação popular, na Primeira República encontrava-se associada à instrução elementar que se buscava generalizar para toda a população de cada país, mediante a implantação de escolas primárias. Coincidia com o conceito de instrução pública. A mobilização que toma vulto na primeira metade dos anos de 1960 assume outra significação. Em seu centro emerge a preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira. E a educação passou a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão “educação popular” assumiu, então o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo visando controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente” (2010, p. 317).

<sup>39</sup> MEB: foi criado pelo Decreto nº 50.370 de 1961, assinado pelo presidente Jânio Quadros dirigido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e executado por leigos (SAVIANI, 2010, p. 317).

<sup>40</sup> Financiado por grandes empresas nacionais e internacionais, atuava fazendo propaganda e interferia na política financiando candidatos e aliciando a compra de parlamentares (SAVIANI, 2010, p. 341).

<sup>41</sup> Criado em 1962 agiu quase como uma central sindical, teve dois anos de existência e seu poder de mobilização era decorrente da aliança com o governo e militares progressistas (GIANNOTTI, 2007, p. 171).

<sup>42</sup> Polo aglutinador de direita “era uma articulação entre empresários, militares, classe média assustada e supervisionada pela CIA – Agência Central de Inteligência e a embaixada dos EUA” (GIANNOTTI, 2007, p. 175).

<sup>43</sup> O MSD passou a ser o braço direito do IPES (GIANNOTTI, 2007, p. 175).

A década de 1960, considerada por Saviani (2010) como sendo de intensa experimentação educativa, teve a predominância da concepção pedagógica renovadora, foi quando a pedagogia nova teve seu auge e também seu declínio. Data desse período a criação da Ação Popular (AP)<sup>44</sup>, em 1963, e a mobilização dos universitários em 1968.

Em 1962, começou a vigorar a primeira LDBEN que teve como uma das primeiras ações a instalação do Conselho Federal de Educação (CFE), este conselho aprovou ainda neste ano o Plano Nacional de Educação (PNE) proposto por Anísio Teixeira e homologado pelo ministro Darcy Ribeiro (SAVIANI, 2010, p. 305). Outro acontecimento que marcou o ano de 1962 foi a criação da Primeira Confederação dos Professores Primários do Brasil – CPPB<sup>45</sup>. De acordo com Miranda (2011, p. 107): “A CPPB é fruto da participação de entidades de diversos estados brasileiros em congressos desde a década anterior, tendo o primeiro ocorrido em 1953, na Bahia”.

No Paraná, o governador Ney Amintas de Barros Braga não se mostrava disposto a negociar. O prazo estabelecia para o início de 1963 o atendimento da seguinte pauta: o Estatuto do Magistério, a reestruturação dos níveis de carreira e o reajuste salarial. Sem respostas, a categoria definiu em assembleia a deflagração da greve que foi chamada de Operação Tartaruga e consistiu na realização de aulas de 30 minutos. O movimento contou ainda com uma grande concentração em Curitiba e passeatas no interior do estado. Essa foi contabilizada como sendo a primeira greve realizada pelas educadoras/es do Paraná organizadas/os através da APP (ANJOS, 2008, p. 31-33).

O movimento popular que inicialmente se organizou através da sindicalização por volta da década de 1930, foi se fortalecendo e teve seu auge de mobilização em 1964, quando João Goulart apresentou em um comício a intenção de iniciar o processo de reforma agrária e limitar a remessa de lucros para o exterior (SADER, 2010). Giannotti destacou que: os anos que antecederam a ditadura militar contaram com uma esquerda atuante no Brasil, trazendo uma ameaça ao crescimento da produção e a acumulação capitalista.

Frente a isso, as elites passaram para a população a ideia de que o país associando-

---

<sup>44</sup> Organização que radicalizou sua oposição à ditadura militar transformando-se em Ação Popular Marxista Leninista (APML) optando pela luta armada acabou dizimada pela repressão (SAVIANI, 2010, p. 339).

<sup>45</sup> A CPPB, em 1979, passou a denominar-se Confederação dos Professores do Brasil – CPB. Essa alteração na nomenclatura foi uma tese proposta pelos delegados da APP-Sindicato no I Seminário Brasileiro de Associação de Professores (ANJOS, 2008, p. 35). Do NS de Francisco Beltrão, as atas registram a escolha dos seguintes delegados titulares: Felix Padilha, Antonio J. Batista, Ernesto Schaffrath e os suplentes: Esterina H. Senem, Celso Scolari e Lucelia Donatti, para participação no XXI – Congresso da CPB, no ano de 1988 (Ata 52, 1987, p. 41-41v). Ao longo dos anos, consolidou-se como entidade federativa e principal via de organização docente, filiando-se em 1987, a CUT e passando em 1990, durante um congresso, a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, com o objetivo de unificar as federações setoriais da Educação numa mesma entidade nacional (APP-Sindicato, 2012, II, p. 27-28).

se ao capital internacional em colaboração com os Estados Unidos seria muito mais forte. Assim fez-se necessário calar as vozes dos que discordavam. Com o objetivo de acabar com a participação da classe trabalhadora nas decisões políticas do país, formulam-se as diretrizes da política sindical. “O sindicalismo deveria ser amordaçado e deveria ser levado um combate mortal às lideranças de esquerda. Prisões, perseguições e assassinatos passaram, então, a ser rotina” (2007, p. 181).

Referindo-se ao golpe militar, Sader salientou que este revelou a preferência da burguesia pela aliança com o capital internacional e o latifúndio, que foi a maior ruptura vivida pela história brasileira, num momento em que o movimento popular se destacou e alcançou grande força entre as massas. Ressaltou ainda que:

A ditadura golpeou profundamente o campo popular em todas as suas formas: dos sindicatos urbanos aos rurais, das universidades às escolas básicas, dos intelectuais aos artistas, dos jornais cotidianos às revistas, dos parlamentares progressistas aos juízes, das editoras de livros aos teatros e aos produtores de cinema, dos militantes aos simpatizantes da esquerda. Quebrou-se o eixo do campo popular, assim como suas extensas raízes de massa, instalando-se, pela primeira vez em muitas décadas, um Estado antipopular.

As lutas populares no Brasil foram obrigadas a encarar um novo desafio, o de enfrentar a ditadura, a dominação externa, as oligarquias internas e ainda reivindicar a questão democrática (SADER, 2010, p. 20).

O livro *Brasil Nunca Mais* também apontou o crescimento das lutas populares nos anos de 1962 a 1964, destacando a luta por reformas estruturais a partir da derrubada do parlamentarismo imposto pelos militares, conquistada através de um plebiscito. Naquele momento mesmo com as dificuldades de organização de base, os trabalhadores sindicalizados foram se mobilizando e conseguindo mais sindicatos participantes às lutas em favor das reformas de base propostas por Goulart (1985, p. 57). Segundo exposto no mesmo livro:

A ruptura de abril de 1964 resultou no arquivamento das propostas nacionalistas de desenvolvimento através das Reformas de Base. A partir daí, foi implantado um modelo econômico que, alterado periodicamente em questões de importância secundária, revelou uma essência que pode ser resumida em duas frases: concentração da renda e desnacionalização da economia (1985, p. 60).

O presidente eleito João Goulart foi deposto com o golpe militar de 1964 e substituído pelo general Castello Branco, indicado pelos militares. A ditadura militar trouxe consigo diversas medidas para garantir sua permanência, das quais destacamos os



Atos Institucionais (AI), o primeiro datado de 09 de abril de 1964<sup>46</sup>, o AI-2<sup>47</sup> de 27 de outubro de 1965, o AI-3<sup>48</sup> de 05 de fevereiro de 1966 e o AI-4<sup>49</sup> de 07 de dezembro de 1966, com intuito de legitimar o golpe militar, tornar indiretas as eleições para presidente e governadores, extinguir os partidos políticos autorizando apenas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) dentre outras providências (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 61).

No dia 1º de junho de 1964, com a promulgação da Lei nº 4.330 (BRASIL, 1964) regulamentou-se o direito de greve na forma do artigo 158 da Constituição Federal<sup>50</sup>. Segundo Bauer, Paulista e Diniz,

As alterações mais significativas, introduzidas, no nível econômico, depois de 1964, marcam mudanças nas relações entre capital e trabalho. Dentre essas modificações, destacam-se a política salarial, a substituição do sistema de estabilidade decenal no emprego pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, FGTS a contenção de créditos, a racionalização das atividades empresariais, com o surgimento da ampliação e diversificação das burocracias ligadas às atividades econômicas. Tais medidas visam conter a inflação, mas, na verdade, acabaram privilegiando as grandes empresas.

Houve modificações na política salarial introduzidas pelos militares. Por meio de uma série de leis, buscava disciplinar aumentos e reajustes correspondentes, utilizando-se de decretos que determinavam índices para as correções salariais dos trabalhadores em empresas estatais e de economia mista, pela lei 4725 de julho de 1965, estendendo essas medidas, num segundo momento ao setor privado. Os reajustes passaram a ter seus índices decretados anualmente pelo Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS). Como consequência entre 1964 e 1968 os trabalhadores tiveram seus salários reduzidos em mais de 30% (2013, p. 31).

Saviani apontou que esta ruptura ocasionada pela ditadura ocorreu apenas no âmbito político e não no socioeconômico. “Não tendo havido ruptura, mas continuidade

---

<sup>46</sup> Este Ato Institucional dispôs sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa e foi assinado por Arthur da Costa e Silva, Francisco de Assis Correia de Mello e Augusto Hamann Rademaker Grunewald (BRASIL, 1964).

<sup>47</sup> Manteve a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31/03/1964, e dá outras providências. Assinado por Humberto de Alencar Castello Branco, Juracy Montenegro Magalhães, Paulo Bossio, Arthur da Costa e Silva, Vasco Leitão da Cunha e Eduardo Gomes (BRASIL, 1965).

<sup>48</sup> Fixou datas para as eleições de 1966, dispôs sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das capitais dos Estados e deu outras providências. Assinado por Humberto de Alencar Castello Branco, Mem de Sá, Zilmar Araripe, Decio de Escobar, Juracy Magalhães e Eduardo Gomes (BRASIL, 1966a).

<sup>49</sup> Convocou o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República e deu outras providências. Assinado por Humberto de Alencar Castello Branco, Carlos Medeiros Silva, Zilmar Araripe, Ademar de Queiroz, Manoel Pio Correa e Eduardo Gomes (BRASIL, 1966b).

<sup>50</sup> Tal lei foi revogada através da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989.

no plano socioeconômico, compreende-se que tenha havido continuidade também na educação” (2010, p. 364). Justifica-se dessa forma, a não alteração da LDBEN no que se referiu às diretrizes a serem seguidas, alteraram-se as bases organizacionais a fim de ajustar a educação ao modelo econômico. Oliveira destacou ainda dois pontos fundamentais: o primeiro foi o fato de que mesmo no período de ditadura militar se manteve a resistência ao poder central com as mais diversas formas de luta; o segundo, foi que os professores, de forma geral, acolheram entusiasmados as reformas educacionais: a Reforma universitária de 1968 e a dos ensinos de primeiro e segundo graus de 1971 (1999, p. 18).

No campo educacional, a orientação pedagógica a partir de 1965, foi a pedagogia tecnicista<sup>51</sup>, sendo que, “a incorporação das ideias pedagógicas tecnicistas na organização dos sistemas de ensino foi empreendida pelas iniciativas de reformas que começaram com o ensino superior<sup>52</sup>, a partir de estudos desenvolvidos no âmbito do Conselho Federal de Educação (CFE)”, ocasionando uma reorganização da escola (SAVIANI, 2010, p. 373).

Mesmo neste período de repressão, de regime militar, a APP teve ações importantes na conquista de direitos dos professores no Estado do Paraná. Anjos (2008, p. 36-38), enfatizou, que a partir do ano de 1966, observou-se pouca participação nas assembleias e mesmo com o aumento no número de associados, a instituição enfrentou dificuldades financeiras. A situação só melhorou a partir de uma parceria na venda de lotes na praia de Itapoá – SC, para professores associados da APP. Como tentativa para atrair mais sócios, instalou-se um consultório médico na sede da Associação. Além dessas questões foi montada uma comissão para debater o estatuto do magistério e acompanhar a tramitação do projeto na Assembleia Legislativa.

O livro *Brasil nunca mais* relatou que os quartéis se transformam em colégios eleitorais e que nessa estrutura Costa e Silva saiu vitorioso da disputa e assumiu a presidência, em março de 1967, com isso, “[...] o Brasil ganha uma nova Constituição, uma nova Lei de Segurança Nacional e uma Lei de Imprensa, que chega a estabelecer a infalibilidade do presidente da República e de alguns altos mandatários do regime” (1985, p. 62). Mesmo com a repressão, a população começou a se organizar nos mais diversos espaços e, em 1968, iniciaram-se as manifestações que contaram com a participação da

---

<sup>51</sup> A pedagogia tecnicista é baseada no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade. Pretende reordenar o processo educativo e torná-lo objetivo e operacional (SAVIANI, 2010, p. 381).

<sup>52</sup> O projeto resultante na Lei nº 5.540/1968, foi elaborado por um grupo de trabalho, após a ocupação, pelos universitários, das principais universidades. Procurou-se atender a demanda dos estudantes e professores, contrapondo-se aos interesses do regime, resultando na publicação do Decreto nº 464/69, que ajustou a reforma aos desígnios do regime (SAVIANI, 2010, p. 374).

classe média urbana, ressurgiram as lutas operárias, cresceram os enfrentamentos e denúncias contra o regime.

Como consequência, estabeleceu-se o Ato Institucional nº 05, AI-5, de 1968, atribuindo ao presidente Costa e Silva o direito de decretar a intervenção tanto nos estados quanto nos municípios sem as limitações da constituição (BRASIL, 1968). Através desse ato poderiam ser suspensos os direitos políticos de qualquer cidadão pelo período de dez anos, assim como a cassação de mandatos em qualquer um dos entes federados.

Pouco antes de vigorar o AI-5, os professores, através da APP, começaram uma greve anunciada durante a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com duração de 15 a 28 de outubro de 1968, por conta do não atendimento da solicitação da criação do Estatuto do Magistério e de melhorias nas condições de trabalho. Resultou desse movimento a promessa de implantação do Estatuto e do Quadro Próprio do Magistério, cuja proposta acabou sendo encaminhada à assembleia com alterações que causavam prejuízos à categoria, bem como a promessa de cem por cento de reposição de vencimentos, que acabou aplicada com disparidade para os ensinos primários e médios, pois eram consideradas categorias separadas, e a revogação das punições (ANJOS, 2008, p. 41-42).

Com o afastamento de Costa e Silva, impediu-se a posse do vice-presidente, sendo indicado para ocupar o cargo em 1969 o General Emilio Garrastazu Médici. O período de governo de Médici foi marcado por muita violência e repressão. “Desenvolve-se um aparato de ‘órgãos de segurança’, com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina” (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 63).

De acordo com Bauer, Paulista e Diniz,

O país passou por um notável surto de crescimento econômico, entre os anos de 1968 a 1973. Foi o chamado período de milagre econômico. Como consequência, um valor cada vez maior passou a ser atribuído à planificação, à tecnologia e aos profissionais especializados. Mas o milagre passava longe de resolver as questões sociais e os problemas advindos da situação política social e econômica. Os trabalhadores eram os mais prejudicados (2013, p. 35).

Objetivando inibir e punir os movimentos grevistas na educação, instituiu-se em 1969, o Decreto-Lei nº 477, que baseado nas atribuições do AI-5, “define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino público ou particulares, e dá outras providências” (BRASIL, 1969). Este decreto foi revogado no início do processo de abertura política, pela Lei nº

6.680 de 1979.

Segundo Frigotto,

A década de 1970 demarca, sem dúvida, o início das políticas educacionais na América Latina vincadas pelo vesgo reducionista do economicismo e resultante tecnicismo e cuja operacionalização se efetiva mediante a fragmentação dos sistemas educacionais e dos processos de conhecimento. Trata-se de políticas impostas, via de regra por violentas ditaduras. O caso brasileiro é, neste particular, emblemático. Duas reformas, a universitária em 1968 e dos níveis de primeiro e segundo grau em 1971, complementam um ciclo de ajuste da educação ao projeto do golpe civil-militar de 1964 (2010, p. 16).

Sobre a década de 1970, Saviani (2010, p. 392) menciona que: “[...] junto à presença da concepção analítica e à predominância da tendência tecnicista, surgiram estudos empenhados em fazer a crítica da educação dominante [...]”. Esses estudos circularam principalmente na pós-graduação<sup>53</sup>, os quais foram denominados de tendência crítico-reprodutivista e tiveram um papel importante, pois mesmo sem apresentar alternativas, faziam a crítica à educação vigente, cuja política educacional “[...] era uma política de ajustamento da escola utilizada como instrumento de controle da sociedade visando a perpetuar as relações de dominação vigentes” (SAVIANI, 2010, p. 397).

Segundo Bauer, Paulista e Diniz,

A partir de 1973, a situação do país não possibilitava mais o otimismo, o milagre econômico cobrava sua atuação ilusória. Contribuíram para este fato, o choque do petróleo, a elevação da inflação e a consequente perda de renda dos trabalhadores, que começaram a buscar por meio das manifestações públicas, melhores condições de salários e condições de trabalho (2013, p. 35).

Ferreira Junior e Bittar, no livro *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964 – 1985)*, consideram que, na primeira metade da década de 1970, “[...] o modelo de organização societário capitalista propugnado pelas forças sociais que deram o golpe de Estado de 1964 começou a sofrer uma crise de hegemonia política” (2006, p. 40). E que na segunda metade, retoma-se a iniciativa política por parte da sociedade civil que se opunha ao modelo de crescimento econômico vigente. O final dessa década, “[...] foi marcado pela desaceleração no ritmo do crescimento econômico, baseado na modernização autoritária das relações capitalistas de produção que o regime militar havia implementado desde 1964” (2006, p. 41).

---

<sup>53</sup> Instalada no regime militar, como estratégia para realização das metas do Plano Nacional de Desenvolvimento, objetivando a formação de quadros nos campos científico e tecnológico (SAVIANI, 2010, p. 392).

A ditadura militar consistiu em um período de forte repressão nas ruas, os cidadãos tiveram seus direitos cerceados e os ditadores organizaram uma série de legislações no intuito de legitimar suas ações. Uma delas foi o Decreto-Lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978, que tratou “sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional” (BRASIL, 1978). O referido decreto só foi revogado no final da década seguinte pela Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989.

Mesmo neste período, conforme retratou Anjos, os educadores do Paraná resistiram e fizeram o enfrentamento. Um dia após a publicação dessa lei, os professores de Londrina iniciaram uma nova greve, paralisando as atividades e através de uma comissão buscaram o apoio dos demais colegas da Capital, do interior e da APP e com esses apoios, o movimento cresceu. A greve aconteceu de 05 de agosto a 17 de setembro de 1978 e a categoria viveu momentos de muitas dificuldades, pressões dos diretores de escola e do governo, policiamento em frente às escolas e prisão de professores. A partir da necessidade de explicar o motivo da greve à população, uma vez que a imprensa tinha se posicionado contrária a ação da categoria, a APP instituiu a comissão de imprensa e divulgação. O saldo do movimento grevista foi positivo, conquistou-se: “curso de ingresso 1ª a 4ª séries; regência de classe para 1ª a 4ª séries; curso de promoção 5ª a 8ª séries; curso de ingresso 5ª a 8ª séries; estabilidade para os suplementaristas<sup>54</sup> com pelo menos dois anos de serviço” (2008, p. 65).

Marcaram o final da década de 70 a criação da Associação Nacional da Educação (ANDE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), a Federação das Associações de Servidores das Universidades Públicas (FASUBRA) e a filiação de diversas entidades de professores de Escolas Públicas de 1º e 2º graus a CPB (SAVIANI, 2010, p. 403). Mesmo com o aumento da filiação das entidades a CPB, fundou-se no final dessa década a União Nacional dos Trabalhadores em educação (UNATE), como alternativa de organização nacional, liderados pela União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE-MG), APEOESP e outras oposições sindicais. Sendo que em 1981, procedeu-se a unificação política das várias correntes e permaneceu apenas a CPB (MONLEVADE, 2007, p. 43).

Segundo Bauer, Paulista e Diniz,

A retomada do movimento operário na década de 1980 marcou o ponto mais alto da possibilidade insurrecional do proletariado brasileiro e sua centralidade. As ações operárias de massa deste período constituem um

---

<sup>54</sup> Encontra-se o registro dessa modalidade na Lei Estadual nº 4.544/61 e no Decreto nº 1.495/76 (ANJOS, 2008, p. 59-60). De acordo o Art. 1º do Decreto de 1976, “as aulas suplementares são de cunho eventual, transitório ou esporádico”. Era um professor temporário, sem direitos e sem garantia de emprego.

momento sem equiparação na história do movimento operário brasileiro. A classe operária brasileira destacou-se nacionalmente como sujeito político organizado contra o governo e o patronato, depois de ter se projetado com as greves operárias do ABC decorrida a partir de 1978, 79 e 80, cuja projeção da luta capital-trabalho ultrapassou a dimensão local. Influenciou uma série de outros movimentos sociais no Brasil, com uma onda de mobilizações, greves, ocupações e piquetes desencadeados a partir dos diversos locais de trabalho, somado à crise econômica que aprofundou imensamente a crise política do Estado ditatorial (2013, p. 39).

De acordo com os mesmos autores emergiu nesse período um processo de organização e participação de diversos movimentos da sociedade civil, decorrentes das mudanças na estrutura produtiva, fazendo surgir o novo sindicalismo<sup>55</sup> e resultando na criação do Partido dos Trabalhadores – PT<sup>56</sup> e na Central Única dos Trabalhadores – CUT<sup>57</sup> (2013, p. 37).

### **Fundação do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão**

A década de 1980 foi um período de grande efervescência política. Conforme apontou Oliveira (1999, p. 18), marcou a defesa por eleições diretas com maior participação popular, promovendo o início do debate nacional sobre cidadania em torno da Constituição promulgada em 1988 e da LDBEN<sup>58</sup>. Essa década possui diversos acontecimentos relacionados à luta da classe trabalhadora dentre os relatados por Giannotti (2007), citamos: a CONCLAT, arrocho salarial, muitas greves, demissões em massa, desemprego, o Encontro Nacional do MST<sup>59</sup> em Cascavel-PR e a organização dos latifundiários através da União Democrática Ruralista (UDR).

Referindo-se a esse período histórico, Saviani mencionou uma significativa ampliação na produção acadêmica, as dificuldades enfrentadas pelas correntes pedagógicas de esquerda e as Conferências Brasileiras de Educação, registrou ainda que,

A organização dos educadores na referida década pode, então ser

---

<sup>55</sup> Esse termo refere-se ao movimento das/os trabalhadoras/es objetivando construir um sindicalismo de massa, autônomo, livre, democrático e de classe (BAUER, PAULISTA e DINIZ, 2013, p. 37).

<sup>56</sup> Criado em 1980.

<sup>57</sup> Fundada em 28 de agosto de 1983, durante o primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Está organizada com uma estrutura nacional, em todos os estados e no Distrito Federal. Possui 3.806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras/es associados e 23.981.044 trabalhadoras/es na base (CUT, 2014).

<sup>58</sup> Oliveira observou que apesar de ter sido debatido e aprofundado o projeto de LDBEN, no momento da aprovação foi desfigurado e ajustado ao projeto de desmonte do Estado (1999, p. 18).

<sup>59</sup> De acordo com a reportagem publicada no site Paraná Online, em 2004, consultada em 2015, o MST foi fundado oficialmente em 20 de janeiro de 1984, em Cascavel-PR, durante o 1º Encontro de Trabalhadores Rurais Sem Terra. Conforme apontou o site, a primeira ocupação ocorreu em 07 de outubro de 1979, no Rio Grande do Sul e a partir de 1981, o movimento já se organizava nacionalmente (PARANA ONLINE, 2004).

caracterizada por meio de dois vetores distintos: aquele caracterizado pela preocupação com o significado social e político da educação, do qual decorre a busca de uma escola pública de qualidade, aberta a toda a população e voltada precipuamente para as necessidades da maioria, isto é, da classe trabalhadora; e outro marcado pela preocupação com o aspecto econômico-corporativo, portanto, de caráter reivindicativo, cuja expressão mais saliente é dada pelo fenômeno de greves que eclodiram a partir do final dos anos de 1970 e se repetiram em ritmo, frequência e duração crescentes ao longo da década de 1980 (SAVIANI, 2010, p. 404).

Sobre esse período Anjos (2008, p. 67 – 69) descreveu em seus escritos a greve de 1980. Segundo ele, a construção do movimento grevista contou com novas estratégias, tais como: realização da entrega oficial das reivindicações e ato público na Boca Maldita, na tentativa de diálogo. Porém, devido à falta de disposição do governo em atender a pauta de reivindicações, a greve foi deflagrada e durou vinte e cinco dias, correspondendo ao período de 05 a 30 de outubro. Como ainda vigorava a ditadura militar e as legislações de repressão, essa greve passou a ser chamada de Movimento de Educação e Justiça – MEJ. Mesmo ocorrendo num período de repressão a greve teve algumas conquistas:

[...] piso de dois salários mínimos para PA-1<sup>60</sup>; cem por cento de gratificação de regência; abono de trinta por cento em dezembro. Não houve muitas conquistas práticas que refletissem de imediato, porém, em questão de organização do movimento, foi dado um grande salto qualitativo se comparado com o movimento anterior em 1978. Contudo, aquele tem sua importância por ter surgido, da base, iniciado em Londrina (ANJOS, 2008, p. 70).

Na década de 1980, a APP-Sindicato Núcleo Sindical de Francisco Beltrão iniciou oficialmente suas atividades sindicais. Sua área de atuação compreendia e compreende parte do sudoeste do Estado do Paraná, abrangendo os municípios que compõem os Núcleos Regionais de Educação de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão (APP-Sindicato, 2013).

Em 1981, foi registrada a primeira ata do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, datada de vinte e seis de abril, quando ocorre a instalação oficial da APP Regional, durante o II - Encontro de Professoras/es do Sudoeste. Na ocasião teve a leitura de uma mensagem do presidente da diretoria estadual Izaias Ogliari que, na impossibilidade de estar presente, encaminhou como seus representantes Ivo Pitz e Elinde Borges da Silveira; foram distribuídos boletins informativos e informes sobre a pauta estadual e nacional. A

---

<sup>60</sup> Sigla correspondente à Classe/ Nível na tabela de vencimentos da época. De acordo com Anjos, a sigla PA-1 se referia ao professor com nível de atuação 1, inicial, atuante de 1ª a 4ª séries, com carga horária de 20 horas semanais e a habilitação mínima era de 2º grau em três séries, as demais classes da tabela possuíam outras características (2008, p. 71).

sede da associação ficou instalada na Rua Tenente Camargo, 1560, sala 29, 1º andar, nas dependências do Colégio Nossa Senhora da Glória em Francisco Beltrão (Ata 01/81, 1981, p. 1-1v).

O Professor Luiz Albuquerque, em vídeo institucional, relatou que inicialmente tinha um pequeno grupo de professores participantes. Apontou como dificuldades a comunicação com Curitiba, os deslocamentos e a política educacional vigente na época. Ressaltou que, por conta da ditadura, quem ousasse reivindicar melhores condições de trabalho era tido como subversivo, tratado como baderneiro, além da pressão, corte nos salários, substituição nas escolas e dificuldades em conseguir aulas por ser grevista, porque nesse período os cargos eram nomeados politicamente. Segundo ele, o trabalho de diálogo com os educadores para mostrar a importância da união e do associativismo e da consciência política começou desde o início. Mencionou que mesmo com todas as dificuldades, o professor Ezidio Peroldi e outros professores, passaram pela maioria das escolas da região conversando com os professores (APP-Sindicato FB, 2013).

Milton Graeff, professor e diretor da APP, lembrou em um vídeo institucional organizado para a inauguração da sede regional em 2013, que na década de 1980, praticamente conheceu todo o Paraná por conta das assembleias que eram descentralizadas e ocorreram em Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Curitiba. Destacou que em Francisco Beltrão contavam com o auxílio das irmãs e dos padres que emprestavam os espaços (salões paroquiais) para as reuniões em geral e do comando de greve, uma vez que a regional não tinha condições financeiras de pagar pela locação. E quando os professores iam para as assembleias em Curitiba quem ficava contribuía no pagamento do transporte e da alimentação dos que viajavam. Na época eram poucos os sócios e, segundo ele, essa solidariedade ajudou na união e no fortalecimento da categoria (APP-Sindicato FB, 2013).

Esse relato de trabalho de base, desde que surgiu o Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, pode ser observado também nos registros em ata deste período. Em alguns momentos, aparecem enquanto relatos das visitas dos membros da diretoria as escolas e em outros, como reuniões com os educadores dos municípios. Para entender um pouco da história desse núcleo sindical, um dos recursos utilizados foi a leitura das Atas desde 1981 até 2014, de reuniões diversas e assembleias, totalizando 385 atas. Os registros de várias delas são mencionados no decorrer do texto. Na década de 1980, encontramos 65 atas que relatam parte do trabalho do NS de Francisco Beltrão referentes a reuniões de diretoria, eleições e posse de diretoria, planejamento e assembleias, dentre outras. Vale ressaltar, que no nosso entendimento, o trabalho sindical não se resume a essas



formalidades registradas, no entanto, é um material relevante para a memória da entidade e da luta da categoria por melhores condições de trabalho e pela qualidade da educação pública.

Características importantes visualizadas na leitura desses documentos referem-se à preocupação com a unidade da categoria e a necessidade de ampliação no número de associadas/os, o trabalho de base, a transparência na gestão, principalmente no que se refere ao relato das atividades das/os diretoras/es e à criação de comissões para levantar dados e depois decidir no coletivo as ações da diretoria. É frequente a ocorrência dos relatos dos participantes em eventos ou até mesmo nas visitas às escolas, de como foi essa participação, embora não se tenha detalhado cada um desses acontecimentos nas Atas. A atualização da conjuntura e das negociações com o governo também são bem presentes, além da preocupação com a falta de participação da categoria. Outro fator importante diz respeito à eleição de delegados que fizeram a representação do NS nos congressos e atividades que a entidade participou desde o início, em assembleia, bem como a posição do núcleo sindical nas decisões estaduais mediante a consulta à base, a aquisição de equipamentos, sempre passando pela discussão da necessidade e aprovação em diretoria, mediante a apresentação de três orçamentos e a avaliação dos trabalhos e planejamento das atividades pensadas no coletivo a partir da conjuntura.

Em agosto de 1981, a APP, realizou assembleia estadual que avaliou os resultados das negociações e definiu greve para 14 de setembro, o segundo MEJ (movimento grevista assim denominado em função da repressão), contou com passeata até o Palácio Iguazu e acampamento em frente à Prefeitura Municipal de Curitiba. Importante registrar que esse encaminhamento não foi consenso, em virtude das divergências foi submetido à votação e tendo o maior número de votos acatou-se essa proposta. Anjos (2008, p. 75-77) ressaltou ainda, que depois de novas negociações a greve teve seu fim em 10 de outubro, com os seguintes resultados:

[...] criação da tabela de vencimentos, tendo o piso inicial de 2,2 salários mínimos para o professor da Classe PA-1, a partir de 1981. Os demais professores seriam beneficiados pela aplicação da Tabela de Vencimentos, pois a cada reposição de vencimentos, cuja base seria o PA-1, deveria ser obedecido a Tabela de Vencimentos; o governo se comprometeu com a lista tríplice para eleição de diretores a partir do ano de 1982; garantiu a continuidade da Comissão Mista paritária até a concessão das demais reivindicações; Regime Diferenciado de Trabalho, com hora atividade; ausência de punição aos professores que participaram do movimento. Essa foi uma greve com poucas conquistas imediatas, todavia, garantiu um grande avanço em termos de organização, consolidação da entidade e que mais mexeu com a opinião pública (ANJOS, 2008, p. 77).

Recorremos novamente a Anjos, (2008, p. 81) para detalhar outro movimento grevista, o chamado terceiro MEJ, que iniciou em 08 de setembro e terminou em 21 de setembro de 1982. O descumprimento do acordo que tratava da reposição salarial, por parte do governo, motivou a greve. Este movimento sofreu represálias através de comissões para processos administrativos e da Polícia Federal que indiciou as/os professoras/es, sendo necessário entrar na justiça com medida cautelar, a qual deu liminar favorável à APP. Como resultado desse movimento:

Não se conseguiu atendimento das principais reivindicações, contudo, constava no relatório do acordo com o governo: o não desconto das aulas, mediante reposição; a não punição por parte das Comissões de Inquérito; empenho do Governador para contornar os indiciamentos de professores na Polícia Federal; manutenção do piso de dois salários mínimos e dois décimos de agosto a dezembro, apenas para o PA-1; para as demais classes: PB-2, PC-3, PD-4 e PE-5; EC-3, ED-4, e EE-5<sup>61</sup>, retornaria os dois salários mínimos e dois décimos, mantendo-se a estrutura da Tabela de Vencimentos, em janeiro de 1983; vinte por cento de antecipação de aumento a todos os funcionários em setembro e mais dez por cento em outubro; avanços diagonais por merecimento a partir de outubro de 1982 e, a partir deste, os avanços, seriam anuais, porém o professor ou especialista avançaria a cada dois anos (ANJOS, 2008, p. 81).

No período em que a categoria saía de uma greve bastante tensa, os professores do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão iniciaram a luta por sua sede própria, o objetivo era conseguir o terreno para construção da sede administrativa e da casa do professor. No entanto, acabou sendo construída apenas a sede administrativa, localizada na Rua Mato Grosso, nº 1090, Bairro Vila Nova, em Francisco Beltrão – PR, concluída em 1987, uma vez que não houve liberação de verba da estadual para o restante da construção, devido a outras necessidades mais urgentes a nível de Estado. Encontra-se ainda registrado nas atas do NS de Francisco Beltrão, principalmente nessa década, um fator característico nas reuniões, que era a forte presença das questões religiosas, com citações bíblicas e oração do pai nosso. Destacamos dentre os assuntos tratados nesse período: a construção de uma Tese sobre melhoria do ensino, por uma comissão em 1983, apresentada no I - Congresso Estadual dos Servidores Públicos do Paraná, que tinha como proposta a criação de um Centro de Estudos em Francisco Beltrão, que acabou não se efetivando. Há registros ainda de reuniões específicas para tratar das aulas extraordinárias e da qual foram tiradas propostas a serem encaminhadas a Secretaria de Estado da Educação referentes ao

---

<sup>61</sup> As siglas correspondem a Classe/Nível na tabela de vencimentos da época.

Decreto nº 4.515/84<sup>62</sup>, registradas na Ata 35, p. 25-26, datada de 09 de julho de 1985.

Em assembleia realizada no mês de agosto de 1986, o NS definiu como estratégia para construção da greve, a mobilização das/os professoras/es através da reunião dos representantes com seus municípios e a reprodução do material de apoio organizado pela estadual (Ata 45, 1986, p. 34-35v). A greve teve duração do período 04 de setembro a 15 de outubro, contou com a participação de professoras/es de todo o Estado, com acampamento e diversas atividades. A novidade foi a primeira greve de fome, da qual participaram: “Ely de Souza (Ivaiporã), Ronaldo José do Nascimento (Jardim Alegre), Helena Fernandes (Foz do Iguaçu), Kenzo Sato e Adyr de Lima (Curitiba), Fernando Sérgio Ribeiro Artigas (Maringá), Sandoval Ignácio Pereira da Silva (Iporã) [...]” (ANJOS, 2008, p. 89).

Sobre essa greve, Forlin (2013a) em depoimento para o vídeo institucional da APP-Sindicato NS de Francisco Beltrão relatou que: concursado há dois anos, complementava sua faculdade em Irati, quando de ônibus de linha dirigiu-se até Curitiba para se encontrar com os grevistas. Na capital, encontrou diversos professores de Francisco Beltrão, os quais permaneceram durante vinte e sete dias acampados em frente ao Palácio, juntamente com o MST. Forlin, destacou a importância desse ato para sua vida, reforçando que além de aprender a lutar com a categoria aprendeu a respeitar o MST. Sendo que,

As conquistas dessa greve foram: concurso de 1ª a 8ª séries e 2º Grau para 1987; piso de três Salários Mínimos, em Lei; Regime Diferenciado de Trabalho-RDT, em Lei, com vinte, trinta e quarenta horas; garantia de estabilidade do CLT, por dois anos; diminuição do interstício de dois para um ano, para avanço vertical e de seis em seis meses para os professores com vinte e cinco ou trinta anos de serviço; contagem de férias em dobro; contagem de tempo para aulas extraordinárias; não punição, nem desconto pelos dias parados; teste seletivo do Quadro Único do Pessoal Executivo para o Quadro Próprio do Magistério; solução para os professores do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – PREMEN/MEC; criação de uma Comissão de Negociação dos Servidores de Escolas<sup>63</sup>; negociar para diminuir o problema das conveniadas; fortalecimento da categoria; respeito maior do Governo para com a APP-Estadual; adesão dos diretores de escola que se juntaram aos colegas nas assembleias; solidariedade da população; adesão, à greve por várias Inspetorias de Ensino e Núcleos Regionais (ANJOS, 2008, p. 89).

---

<sup>62</sup>Este decreto assinado pelo então governador José Richa, tratou das aulas extraordinárias e das contratadas pelo regime CLT, normatizou o processo e estabeleceu prioridades para a distribuição das mesmas. Este decreto encontra-se disponível no endereço on-line: <<http://celepar7cta.pr.gov.br/seap/legrh-1.nsf/5199c876c8f027f603256ac5004b67da/9adbaba77c0fd85603256a9a00745aba?OpenDocument>>.

<sup>63</sup> Dessa comissão surgiu mais tarde o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública - SINTE que se unificou com a APP-Sindicato (ANJOS, 2008, p. 91).

Com o final da greve seguiu-se o trabalho de base, informando a categoria sobre as negociações com o governo e tirando dúvidas, fazendo o trabalho organizativo e burocrático, até chegar à assembleia regional de abril de 1988, que além dos informes e encaminhamentos, tratou da possibilidade de nova greve. Foram relatados os acontecimentos e a preocupação, pois desde 21 de novembro de 1987, quando foi decretado o estado de greve, até aquele momento não havia avanço na carreira, nem reposição e reajuste de salários (Ata 54, 1988, p. 43-45).

Do estado de greve passou-se à greve, que durou de 05 de agosto até 22 de setembro, por conta do não cumprimento dos acordos realizados em 1986. Na ocasião, houve a ocupação da Assembleia Legislativa e repressão com violência no dia 30 de agosto de 1988. Neste movimento, novamente registrou-se greve de fome dos professores Élon Pereira de Campos e Agostinho Guimarães Coutinho<sup>64</sup> de Maringá (ANJOS, 2008, p. 92-95).

Conforme vídeo gravado no dia 30 de agosto de 1988, as/os educadoras/es se reuniram para a caminhada até o palácio, onde esperava-se que a comissão de negociação fosse recebida pelo governador Álvaro Dias. Durante a caminhada do alto dos prédios a população jogava papel picado apoiando a manifestação. Chegando em frente à prefeitura municipal, os militares tentaram, sem sucesso, obstruir a passagem do caminhão de som, através do qual se reforçava que o objetivo das/os educadoras/es era o diálogo. Enquanto a polícia tentava impedir a passagem, as/os educadoras/es gritavam: “abaixo a repressão”. Teve confronto. No caminhão de som, as/os organizadoras/es/dirigentes apelavam para que as/os educadoras/es mantivessem a calma, não brigassem. Em compensação, os policiais usavam seus cassetetes e a cavalaria passou no meio dos manifestantes derrubando inclusive algumas pessoas. Um grupo de professoras/es estava acampado em frente ao palácio, ao tentarem montar mais barracas, foram impedidos pela força policial. Os militares e a tropa de choque formaram um cordão de isolamento em frente ao palácio impedindo o acesso. Durante o tempo em que aguardavam a comissão de negociação ser recebida, surpreenderam-se com o ataque de bombas que acabaram ferindo várias pessoas, das quais mais de vinte tiveram que ser encaminhadas ao pronto socorro para atendimento, alguns inclusive sangrando (APP-SINDICATO, 2006).

A imprensa mencionou apenas algumas pessoas feridas, provavelmente apenas as que precisavam de maiores cuidados, ou que tenham se apresentado ao IML<sup>65</sup>, porém, foram dezenas. Mas o ferimento maior e

---

<sup>64</sup> “Pai de aluno de escola pública e professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (ANJOS, 2008, p. 95).

<sup>65</sup> Instituto Médico Legal.

mais grave está na ferida que se impregnou nos corações dos/as trabalhadores/as em educação do Paraná, para sempre. Depois, no transcorrer da greve, mesmo revoltados, os professores não agrediram nem verbal nem fisicamente, policiais e membros do governo. Como represália e resposta, criaram um boletim com a denominação: 30 de Agosto, vindo a se tornar o atual Jornal 30 de Agosto, de circulação estadual e nacional, onde são informadas e registradas todas as lutas da classe dos trabalhadores. Essa criação foi para registrar este dia, para sempre, e, definitivamente, como dia de “Luto e Luta” (ANJOS, 2008, p. 81).

Tradicionalmente, no dia 30 de agosto dos anos que se seguiram até os dias atuais, educadoras/es, pais e estudantes participam da caminhada que percorre o mesmo trajeto realizado em 1988, para que esta data seja lembrada e nunca mais aconteça tamanho desrespeito. A concentração é na praça Santos Andrade, local de saída da marcha que segue até o palácio. Todo o trajeto é acompanhado por caminhões de som, com educadoras/es falando sobre a trajetória dos educadoras/es e a pauta de reivindicações. Na chegada ao palácio é feito um ato público, a comissão de negociação geralmente é recebida, as/os educadoras/es aguardam, após o término da reunião com o governo, a comissão repassa os informes e todos retornam a suas casas.

A greve de 1988, segundo Forlin (2013b), objetivava impedir a retirada de direitos dos trabalhadores, conquistados na greve de 1986. Lembrando o 30 de agosto, Forlin caracterizou-o como um dia muito triste, no qual, as/os professoras/es recebidos em frente ao Palácio pela tropa de choque, acabaram feridos, inclusive uma professora de Francisco Beltrão. Cita ainda, que nem todas/os as/os professoras/es estavam envolvidos com a mobilização, por diversos motivos, fator que acabou fortalecendo o governo. Na negativa de atendimento via negociação, a ferramenta utilizada foi a greve.

Outras atividades importantes realizadas naquele ano que merecem destaque foram: o Encontro de Professores Municipais e o Seminário Internacional, conforme relatado por Anjos:

Nos dias 6 e 7 de outubro de 1988 a APP Estadual realizou o “I Encontro de Professores Municipais”, com a participação de cento e trinta e quatro municípios porque a Diretoria da APP-Estadual estava preocupada com as consequências resultantes da transferência de responsabilidades da administração da Educação de 1ª a 4ª séries, do poder do Governo do Estado para o Governo dos Municípios, sem a contrapartida financeira. Essa transferência era denominada Municipalização do Ensino (2008, p. 98-99).

Essa preocupação com a municipalização do ensino se evidenciou em outra atividade realizada no mesmo mês, o I- Seminário Internacional, que tinha por objetivo trocar experiências sobre o processo de municipalização em outros países e criar

estratégias. O Seminário contou com a participação de dirigentes de entidades de seis países da América Latina e um da Europa.

No cenário nacional, as mobilizações populares em favor das eleições diretas agregaram força. Segundo Sader, tal fortalecimento e a organização dos movimentos populares colaboraram na construção da Constituição Federal de 1988. No entanto, no mesmo período houve a expansão do projeto neoliberal, fazendo com que esses movimentos populares assumissem uma posição defensiva, pois eram as “[...] vítimas privilegiadas das novas políticas mediante o enfraquecimento das políticas sociais, a cassação de direitos sociais, a elevação contínua do desemprego e do subemprego e o ataque aos movimentos sociais e a toda forma de oposição” (SADER, 2010, p. 25). Mesmo assim, a resistência popular foi essencial para limitar as políticas neoliberais.

Com a promulgação da Constituição, as/os trabalhadoras/es conquistaram o direito à livre associação sindical. Isto posto, no dia 18 de março de 1989, a Associação de Professores do Paraná passou à condição de Sindicato em Assembleia Estadual realizada em Londrina, denominando-se: APP-Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná. Diante dessa importante mudança, foram necessárias explicações sobre os objetivos e as vantagens da transformação em sindicato. Nesse período existiam vinte e quatro núcleos sindicais no Estado (ANJOS, 2008, p. 101-102).

Dentre as atividades realizadas enquanto Associação dos Professores do Paraná apontadas por Anjos (2008) destacamos: passeata em 1951, em favor da regulamentação da carreira do magistério; Operação Tartaruga com passeata em 1963; greve de 1968, chamada de Congresso do Magistério<sup>66</sup>; greves de 1978, 1980 e 1981; unificação com outras associações, proporcionando uma maior força da categoria; greve de 1986, com acampamento em frente ao palácio por melhores salários (ficando nesse momento acordado o piso em três salários mínimos); greve de 1988, em virtude do não cumprimento do acordo da greve anterior, sendo esta, fortemente reprimida no dia 30 de agosto<sup>67</sup>, passando a ser sindicato, em 1989.

A transformação de Associação em Sindicato trouxe a necessidade de elaboração de um novo estatuto que contemplasse as mudanças. Deste modo, em 1989 realizaram-se dois congressos com discussão, elaboração e aprovação do novo documento, optando-se

---

<sup>66</sup> Esse Estatuto do Magistério já apresentava um quadro de carreira para os/as professores/as (APP-Sindicato, 2012, II, p. 33).

<sup>67</sup> O Art. 202 do Estatuto da APP-Sindicato (2012) ressalta, “o dia 30 de Agosto é o Dia de Luto e Luta contra a repressão do governo aos/as Professores/as, de 1988, e será lembrado com manifestações de unidade, força e consciência política”.

pela preservação da sigla APP. Esta manutenção de sigla, passou por diversas ações, tanto no Paraná quanto no Ministério do Trabalho em Brasília, até que fosse devidamente efetivada. Sucedeu a reformulação do estatuto em 1995<sup>68</sup>, em virtude da filiação na CUT e em 1998, por conta do processo de unificação com o SINTE-PR<sup>69</sup> (ANJOS, 2008, p. 103-121).

De acordo com as atas consultadas no NS de Francisco Beltrão, foram eleitas/os em assembleia delegadas/os para a participação no congresso que discutiu a formulação do novo estatuto em 1989<sup>70</sup> e também as/os delegadas/os que representariam o NS no Congresso Nacional sobre educação em Aracaju<sup>71</sup>.

Além das mudanças institucionais e de reorganização da instituição, o ano de 1989 ficou marcado pela greve, batizada de greve branca, que consistiu na realização de aulas de trinta minutos e resultou na liberação de seis professoras/es para a realização do trabalho sindical na diretoria estadual, recepção da comissão do sindicato para a negociação com o governo, constituição de comissões paritárias para discutir o Regime Diferenciado de Trabalho - RDT<sup>72</sup> e no pagamento do auxílio noturno. Realizaram-se encontros, entre 1989 e 1990, em diversos municípios para tratar da Municipalização do Ensino (ANJOS, 2008, p. 103-104). No NS de Francisco Beltrão a redução da carga horária foi utilizada para preparar aulas e corrigir provas conforme registro na ata 07/89 (1989, p. 5-6v).

---

<sup>68</sup> Para esta tarefa foram eleitos/as para representar o NS de Francisco Beltrão: Nestor Luiz Morgan, Alberto Alçodi, Delci Inês Maes, Eustério Luis Veit, Palmira T. Faquinello, Duilio Pacci, Lauri Luiz Toassi, João Batista Libardi, Zenaide F. Maraffon, Pedro Paim da Luz, Gilmar Fiorese (Ata 44/95, 1995, p. 39v-40).

<sup>69</sup> Delegadas/os Eleitas/os para o Congresso de Unificação: Rosane, Maria Perin, Valderez, Simone, Miguel, Sadi, Ana Negri, Marisa, Eustério, Clicéria e Suzana, suplentes: Leda, Alberi, Zeno, Giselda, Cleo e Catarina (Ata 11/97, 1997, p. 60-61). Nesta ata consta apenas o nome, sem o sobrenome das/os eleitas/os.

<sup>70</sup> “Esterina M. Senem, Delci Maes, Varlete Potrick, Ernesto Schaffrath, Maria I. Muller, Valeria G. Machado, Ivo Zanella, Fátima M. Menino, Olga Andreis, Antonio Batisti” (Ata 02/89, 1989, p. 2-2v.).

<sup>71</sup> Esterina M. Senem, Olga Andreis, Ivandro Tochetto e Ernesto Schaffrath (Ata 09/89, 1989, p. 7-7v).

<sup>72</sup> O RDT é uma conquista da categoria, cuja discussão iniciou em 1984, pela APP estadual. Através de uma comissão, que visitou os Núcleos Sindicais, reuniu as escolas e elaborou um relatório que passou pela aprovação da Assembleia Estadual e foi entregue ao governo, que reconheceu a importância da reivindicação e criou uma comissão de dez membros sendo um representante da APP e os demais do governo, para elaborar a proposta. Após diversos debates e ajustes, em 1988 foi constituída nova comissão que manteve os dez membros, de forma paritária com cinco representantes de cada lado. Depois de várias discordâncias e da destituição da comissão pela Secretaria de Estado da Educação – SEED, foi aprovada a Resolução nº 4.000/88 que liberou a aplicação da legislação a partir de 1º de janeiro de 1989 (ANJOS, 2008, p. 96-98). O RDT possibilitou ao/a professor/a que tinha 20 horas semanais de trabalho, trabalhar 40 horas semanais, sendo 32 horas em sala de aula com as/os alunas/os e 8 horas a serem feitas na escola sem as/os alunas/os, essas 8 horas equivalem ao que chamamos hoje de hora atividade. Além disso, o/a professor/a poderia trabalhar mais 20 horas semanais, chamadas de extraordinária o que totalizaria 52 horas de trabalho em sala de aula, recebendo o equivalente a 60 horas. Parte das/os professoras/es tinham essa jornada, alguns se recusaram a trabalhar para além das 40 horas. O problema estava na hora da aposentadoria, pois as 8 horas que eram sem alunas/os não entravam na contagem então ou a/o professor/a se aposentava proporcionalmente ou precisava trabalhar mais tempo. Para os que estavam na ativa o Plano de Carreira aprovado em 2004 conseguiu corrigir essa questão, já os que estavam aposentados aguardam resultado de ação jurídica.

Nos anos que se seguiram, houve novas dificuldades financeiras proporcionadas pelo corte do governo nas arrecadações das mensalidades<sup>73</sup> com desconto na folha de pagamento, sendo necessária a realização de empréstimos para quitar as despesas imediatas da instituição. Foi neste panorama que, em 1990, organizou-se uma nova greve com paralisação das atividades durante noventa e seis dias, de 22 de março até 25 de junho. Neste período realizaram-se três grandes passeatas em Curitiba, passeatas no interior do Estado, centenas de assembleias regionais e quatro assembleias estaduais, ocupação de alguns Núcleos Regionais de Educação e da Secretaria da Fazenda. Houve ameaças de demissões de estatutárias/os e celetistas, suspensão de pagamentos de abril a maio, substituição de diretoras/es e abertura de processos administrativos, corte do desconto das mensalidades das/os associadas/os nas folhas de pagamento e corte da liberação de cinco das seis pessoas liberadas para as atividades sindicais na diretoria estadual. Apesar de ter sido um grande movimento, a pauta não obteve muitos avanços e, dessa forma, considerou-se como conquista a organização da categoria, a consciência da comunidade sobre necessidade de defesa da escola pública e a visibilidade com relação ao sucateamento e o descaso do governo com relação à educação (ANJOS, 2008, p. 104-107).

Forlin (2013a), lembrou que a categoria não tinha mais como se manter financeiramente, inclusive passaram nos supermercados procurando negociar a compra dos alimentos para pagar quando recebessem. Essa estratégia encontrava dificuldades, pois, devido à inflação alta, os comerciantes só aceitavam a proposta em últimos casos. Na época realizaram-se atos de ocupações em Curitiba e em diversos outros locais, no município de Francisco Beltrão as/os educadoras/es ocuparam o Núcleo Regional de Educação por mais de uma semana.

Tratando da conjuntura deste período, Bauer, Paulista e Diniz, salientaram que,

No movimento operário, em 1989 já havia expressado certo esgotamento da ascensão do proletariado brasileiro como força social ligado ao movimento operário internacional. Já se tinha se moldado uma consciência de massa, que naturalizava a conciliação de classe, obstruindo as possibilidades de independência de classe.

A década de 1990 foi um período de perdas políticas para o movimento operário. A política neoliberal desenvolvida por Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso modificou a situação dos trabalhadores de tal forma que a mera manutenção dos empregos passou

---

<sup>73</sup> Foram sete meses de corte da arrecadação automática da consignação das mensalidades, entre os anos de 1988 e 1990, nesse período o valor da sindicalização era descontado da folha de pagamento e depois repassado a APP-Sindicato, com a ordem de suspensão desse desconto, o estado parou de recolher o valor da mensalidade, sendo assim, as/os professoras/es passaram a pagar nos balcões dos núcleos sindicais, o que dificultou a arrecadação e diminuiu a receita (ANJOS, 2008, p. 104).



a ocupar o centro das principais lutas sindicais. Através da privatização do setor público, aumento do desemprego e das perdas salariais, a maior parte dos sindicatos ficaram desmobilizados e as possibilidades de greve foram gradativamente reduzindo (2013, p. 40).

No campo educativo nos Governos Collor e Cardoso, segundo Frigotto, apesar dos setores de esquerda desenvolverem propostas no que se refere ao capítulo da educação no processo constituinte, na Constituição de 1988 e nos projetos da LDBEN e do PNE, estas não foram incorporadas. E isso só se compreende a partir da leitura do projeto de ajuste da sociedade brasileira às demandas do capital, pois os debates e formulações das/os educadoras/es não eram compatíveis a essa ideologia, sendo então rejeitadas (2002, p. 23).

No Paraná, de 1988 a 1990, foi composto o Comitê de Defesa da Escola Pública, do qual a APP-Sindicato fez parte e contribuiu de forma significativa na Constituinte do Paraná e na LDBEN, conforme mencionado por Nunes (2009, p. 76). De acordo com o autor, na Constituição Estadual, apesar do texto referente a educação ser resultante dos trabalhos do Comitê e das entidades que o compunham, ocorreram perdas na sistematização final. Quanto a LDBEN, encaminhou-se uma proposta inteira, que foi acolhida e passou por muitos cortes, sendo observados no texto final itens que foram formulados nesse espaço.

A partir de 1990, instalou-se o Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, segundo Andreatta:

A ideia de criação do Fórum Paranaense surgiu também como resposta à necessidade histórica e concreta de reação da comunidade envolvida com a escola à conjuntura contraditória, ambígua, conflitiva, excludente e ainda à dependência da educação à lógica do mercado, da economia – que estávamos (e estamos) vivendo. Cada entidade ligada à Educação e aos Trabalhadores em Educação já fazia a sua luta, mas junto a sua respectiva categoria. Era necessário que se organizasse, urgentemente, uma maneira de se lutar democrática e coletivamente e nasceu assim um organismo coletivo, plural e voltado para o mesmo objetivo: **A DEFESA INTRANSIGENTE DA ESCOLA PÚBLICA** (2009, p. 82, grifo da autora).

Em âmbito nacional, a CNTE propôs ao Ministro Murilo Hingel, do Governo Itamar Franco, em 1993, o estudo de um Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Este estudo teve contribuição do Fórum Permanente de Valorização do Magistério e da Qualidade da Educação Básica. No entanto, com a eleição de FHC houve discordância com relação ao piso e acabou não sendo efetivado. Criou-se então, através da Emenda Constitucional nº 14/96, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), e “[...] embora tenha havido

uma valorização salarial real para os professores que recebiam remunerações miseráveis, a massa salarial não aumentou” (MONLEVADE, 2007, p. 45).

Sobre a década de 1990, Mattoso salientou que: “[...] demonstrou não somente uma sociedade combativa e com crescente compromisso democrático, mas também a presença de governos cada vez mais dispostos a se submeter aos ditames externos e a gerir o país para apenas um terço da nação” (2010, p. 35). Ao analisar seus escritos sintetizamos que neste período, o governo FHC apostou na modernidade, baseando-se na integração do país na economia internacional globalizada e dispensando o projeto de desenvolvimento ou políticas de defesa da produção e do emprego nacionais. Foi uma fase de baixo crescimento econômico, taxas de desemprego elevadas, condições de trabalho em deterioração<sup>74</sup>, restrição a proteção social pública, sem aumento significativo do salário e déficit de habitações com investimentos insuficientes para reduzir os números.

Data de 1990, a criação do Plano Nacional de Desestatização (PND) através da Lei nº 8.031/90<sup>75</sup> que “[...] privatizou 69 empresas e participações acionárias estatais federais nos seguintes setores: elétrico, petroquímico, de mineração, portuário, financeiro, de informática e de malhas ferroviárias” (MATTOSO, 2010, p. 49). Os argumentos utilizados para defender a privatização justificavam-se pelo inchaço do Estado e a incapacidade deste em administrar tais empresas, assim, ao vendê-las obter-se-iam os recursos para utilização na redução da dívida pública. Segundo Mattoso:

É verdade que, na década de 1990, o baixo crescimento e o desemprego tenderam a enfraquecer os movimentos sindicais urbanos. No entanto, a recente experiência democrática, a forte identidade nacional dos movimentos sociais e a resistência de alguns setores empresariais favoreceram a ocorrência de um novo entusiasmo no conjunto da sociedade brasileira.

Desta forma, nosso país demonstrou maior resistência que outros países latino-americanos tanto aos princípios gerais que nortearam as políticas macroeconômicas que levaram ao baixo crescimento, à vulnerabilidade externa e à preservação da desigualdade quanto às constantes tentativas de destruição da Previdência Social, de privatização dos setores de energia (sobretudo em relação à Petrobras) e dos bancos públicos federais, de valorização do Estado mínimo e de desqualificação das políticas públicas (2010, p. 54).

Em meio a essa conjuntura, ocorreu a fundação da Força Sindical, em 08 de março de 1991, em um Congresso no Memorial da América Latina. Essa entidade filiou-se à

---

<sup>74</sup> Caracterizada por empregos informais, precários, com trabalhos de curta duração, salários descontínuos e sem contribuição para a previdência (MATTOSO, 2010, p. 41).

<sup>75</sup> Essa Lei foi assinada pelo Presidente Fernando Collor, cujo objetivo era o de regulamentar a privatização de empresas estatais (BRASIL, 1990).

Confederação Sindical Internacional – CSI e de acordo com os dados obtidos no site institucional, a central possui 1635 entidades filiadas e atuação em todos os estados e no Distrito Federal, conforme matéria datada de 2010 (FORÇA SINDICAL, 2014).

Ao analisar este período histórico, Frigotto entendeu que a conjuntura no período pós ditadura militar ficou marcada pela concentração da ciência e da tecnologia na mão de poucos, pelo aumento da desigualdade entre nações e grupos sociais, pela perda de autonomia das nações para grupos econômicos internacionais. Assim, aumentou-se ainda mais a riqueza de uma minoria e a exclusão dos direitos mínimos da maioria, que ficou cada vez mais pobre, além da dominação cultural através das redes de televisão que priorizavam os valores de consumo das economias centrais e seus estilos de vida. O Brasil assumiu essa ideologia de mercado de forma subordinada aos centros hegemônicos do capitalismo mundial (2002, p. 20-23).

No âmbito organizativo e institucional, a educação básica, de direito social de todos passa a ser cada vez mais encarada como um serviço a ser prestado e adquirido no mercado ou filantropia. As apelativas e sequenciais campanhas de “adote uma escola”, “amigo da escola”, padrinho da escola e, agora, do “voluntariado”, explicam a substituição de políticas efetivas por campanhas filantrópicas. Passa-se a imagem e instaura-se uma efetiva materialidade de que a educação fundamental e média não necessitam de profissionais qualificados, mas de professores substitutos e de voluntários (FRIGOTTO, 2002, p. 24).

Segundo Frigotto e Molina (2010), as ideias neoliberais que orientaram as políticas sociais e educacionais na década de 1990 devastaram a economia e o patrimônio público, focalizando o consenso de que o público é ineficiente e o privado é bom. Neste período houve o investimento no desmonte dos sindicatos, dos movimentos sociais e na despolitização. Na educação, o ideário neoliberal se traduziu em noções de qualidade total, sociedade do conhecimento, competências e empregabilidade, entrando na sociedade brasileira e no chão da escola, apesar da resistência dos sindicatos da classe trabalhadora, mais especificamente da educação.

Ainda sobre a aplicação das políticas neoliberais na educação, Rech (2007) em texto publicado em 1999, destacou que essa política ocasionou o enfraquecimento do poder nacional e a concentração em agências internacionais. Organismos internacionais como a Unicef<sup>76</sup> e a Unesco<sup>77</sup>, que se dedicavam a educação, tiveram seu poder reduzido em favor das agências de financiamento, como é o caso do Banco Mundial.

---

<sup>76</sup> Fundo das Nações Unidas para a Infância.

<sup>77</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

O Banco trata a educação por um reducionismo economicista, querendo aplicar às escolas, os princípios da racionalidade empresarial e usando uma linguagem transportada do econômico para o educacional. Suas políticas também são marcadas pelo afastamento dos pedagogos, das concepções de educação, passando este espaço a ser ocupado pelos economistas. A escola passa a ser vista como uma empresa, o diretor como um gerente, os alunos como clientes, os resultados escolares como produtos, os agentes educativos como insumo (inclusive os professores) e o principal parâmetro para todas as ações educativas passa a ser a relação custo/benefício e as taxas de retorno. Isto permite políticas como a superlotação das salas de aula, correção das distorções idade/série, eliminação da reprovação, tendo sempre – para tais ações – parâmetros econômicos e não pedagógicos. O Banco também é o grande responsável pela visão eminentemente quantitativa e não qualitativa da educação. O mercado também determina os fins da educação e por isso já se fala em cidadãos competitivos. Já houve tempos em que os fins da educação eram determinados pela filosofia. Esta dimensão só é compreensível com a fixação de toda a centralidade da vida humana no mercado (RECH, 2007, p. 35).

A implementação das políticas neoliberais na educação básica no Paraná financiadas pelo Banco Mundial, segundo Piton, inseriu a lógica privatista na educação pública, reforçando o individualismo e a competitividade, ocasionando exclusão, na medida em que afastou a escola pública da função de produzir e socializar o conhecimento e construir a cidadania ativa (2007, p. 45). A autora pontuou que, apesar da postura contrária e da contestação do sindicato na tentativa de manutenção dos direitos da escola pública, as ações tornaram-se insuficientes para conter o projeto neoliberal. Assim:

As reformas educativas instituídas no período pesquisado seguem orientações semelhantes em termos mundiais e nacionais. Mas, no Paraná em alguns âmbitos as racionalidades privatistas foram mais acentuadas, o que coloca as reformas educativas paranaenses algumas singularidades das quais merecem destaques: a Paranaeducação<sup>78</sup> e as mudanças no Ensino Médio com criação do Pós-Médio. Essas reformas expressam as condicionalidades políticas e ideológicas do neoliberalismo, orientadas pelo BM<sup>79</sup> (BIRD)<sup>80</sup> e BID<sup>81</sup>, mas em termos de Brasil, nenhum outro Estado assumiu reformas dessa envergadura e profundidade (2007, p. 47).

Ainda segundo a autora, “[...] considerando os resultados efetivos da política neoliberal no período, muitos dos aspectos essenciais dessas políticas não foram viabilizados graças à combatividade da APP/Sindicato”. Piton ressaltou a importância desse enfrentamento que, muitas vezes mesmo sem resultados imediatos, serviram para

---

<sup>78</sup> Empresa criada dentro da Secretaria de Estado da Educação “para instituir a lógica capitalista precarizando o trabalho docente e influenciando o contexto educativo de forma ampla” (PITON, 2007, p. 47). Vale lembrar que a defesa histórica da APP-Sindicato foi/é pela contratação através de concurso público.

<sup>79</sup> Banco Mundial.

<sup>80</sup> Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

<sup>81</sup> Banco Interamericano de Desenvolvimento.

retornar à pauta itens que não estavam mais em discussão (PITON, 2007, p. 47).

Ao buscar a documentação no NS de Francisco Beltrão da década de 1990, foram encontradas 97 atas que expressam encaminhamentos de reuniões organizativas, coletivos, conselhos regionais, assembleias, assim como de eleições internas e planejamento. As atas que se referem às greves não fazem parte dessa contagem, pois possuem livros separados. A partir da leitura das atas foi possível perceber os assuntos que estavam em evidência neste período, tais como: a necessidade de politização e unificação da categoria na luta, temática debatida no conselho regional; necessidade de mobilização por conta da retirada de abonos e retorno da data-base, reuniões de diretoria que em boa parte contaram com a presença de representantes de municípios e de base; campanha de filiação; debate em torno da organização por local de trabalho; debate sobre a filiação à CUT; unificação com o sindicato dos funcionários; prestação de contas, informes gerais, esclarecimentos sobre a pauta; participação no Congresso Nacional de Educação - CONED<sup>82</sup>; plenária da CUT; debate sobre o PNE; Congressos Estaduais da APP-Sindicato em 1992, 1994 e 1996<sup>83</sup>.

Importante lembrar que as conquistas não se deram somente nos momentos de greve, o sindicato organizou-se e, através das comissões de negociação, pautou as necessidades da categoria. Paralelo a este processo, se fez presente durante algum tempo o debate para a unificação com o sindicato dos funcionários e para a filiação na CUT. Entendendo que a luta em muitos momentos ultrapassou a pauta da educação, “em junho de 1995, a Assembleia da APP-Estadual referendou sua filiação com a Central Única dos Trabalhadores – CUT, no Clube Guaíra, em Ponta Grossa” (ANJOS, 2008, p. 113).

Com a finalidade de tratar das questões pedagógicas e educacionais, em 1997, concretizou-se a I – Conferência Estadual de Educação com o tema: Por uma Educação Pública que queremos e o Congresso Extraordinário de Unificação da APP-Sindicato com o SINTE-PR, objetivando somar forças, melhorar as condições de trabalho e a qualidade

---

<sup>82</sup> Para este congresso foram eleitas/os na Assembleia, em 1998, as/os delegadas/os titulares: “Helia Rodrigues Zanetti, Valmir Natalino Alves dos Santos, Sandra Regina Gonçalves e João Batista Libardi, e as/os suplentes: Herminio Celeste Ceresoli, Paulina Pertuzatti, Silvia B. Grando e Inês Ana Isoton” (Ata 08/98, 1998, p. 70 – 70v).

<sup>83</sup> Na década de 90, foram escolhidas/os as seguintes pessoas como delegadas/os que participaram dos Congressos Estaduais da APP-Sindicato em 92: Miguel Forlin, Delci Maes, Virginia de Freitas, Maria de Lurdes Bertani, Neli Ana Badin, Maria Schaffrath, Esterina Senem e Pedro Carbonera (Ata 18/92, 1992, p.16-16v); em 1994: Gilmar Fiorese, Nestor Luiz Morgan, Eustério Luis Veit, Duilio Pacci, Delci Inês Maes, Helia Rodrigues Zanetti, Arlindo Arisi, Lauri Luiz Toassi, Maria Ivone da Silva e Valdir, delegado nato Hermogenes Lazier (Ata 32, 1994, p. 29v-30v); em 96: titulares: Delci Maes, Claudete Fraportti, Miguel Forlin, Eustério Luis Veit, Clecilda Parabocz, Leila Deliberalli, Sandro Giacobbo, José Francisco, Otomar Ratier, Antonia Jacomuni e Solange Bussato, suplentes: Zenaide Maraffon, Marlene Lopes, Duilio Pacci, Romano Possatto, Adelar Massaroli, Sandra Giacobbo, Valderes A. Bueno, Idair Marchi Furtado, Giselda M<sup>a</sup> Cruz, Jose Pedro e João Batista (Ata 11/96, 1996, p. 47v-48).

da educação. Em 1998, a unificação foi referendada pela Assembleia Estadual e o sindicato passou a denominar-se: APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná<sup>84</sup> (ANJOS, 2008, p. 117-118).

Essa junção baseou-se no entendimento de que, na educação, todas/os as/os trabalhadoras/es são educadoras/es, independente da sua função no espaço escolar. Tanto a filiação na CUT, quanto a unificação com o SINTE-PR, não foram processos tranquilos, houve muito debate acalorado e divergências. O Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, por exemplo, era contrário à filiação na CUT. Conforme questionamento constante na Ata 35, “Quanto à filiação da CUT, a APP, está filiada à CNTE, e a CNTE está filiada à CUT, questionamos porque filiar a APP à CUT, uma vez que a CNTE já o é. Nós já repassamos uma porcentagem de R\$ à CNTE, à CUT teríamos ou teremos que pagar mais 5%” (Ata 35, 1995, p. 32). Em contrapartida, havia professores que viam a “questão da filiação da CUT como forma de aumentar a força política, ou a força trabalhista. Foi sugerido a questão de se realizar um encontro maior com o objetivo de esclarecer ainda mais os professores do nosso núcleo sindical” (Ata 35, 1995, p. 32v). Em outros momentos essa questão foi abordada, mas não aparece nas atas com clareza o posicionamento. A informação de contrariedade do NS foi fornecida pelo professor Miguel Forlin, em conversas informais sobre o sindicato. Todavia, o questionamento presente na Ata 35/95, sobre os custos da filiação à CUT já evidencia contrariedade.

No caso da unificação, diversos professores de todo o Estado se opuseram, bem como alguns funcionários apresentaram resistência. No entanto, com o passar do tempo observou-se que ambas as ações foram acertadas e proporcionaram um acúmulo de forças para o movimento sindical, apesar de ainda hoje encontrarmos divergências nessas temáticas. Tanto que na época, com a filiação da APP à CUT/Paraná, esta teve um crescimento em torno de cerca de 40%, o que nos deu um grande poder de decisão e de participação conforme registro na Ata 39/95 (1995, p. 35v).

O ano de 1998, teve grande importância para os trabalhadores do Paraná, com forte embate à política neoliberal. Na ocasião, lutava-se por plano de carreira, contra a Paranaeducação e o Plano de Desenvolvimento de Pessoal da Educação – PLADEPE<sup>85</sup>, a categoria fez caminhada de Ponta Grossa a Curitiba e greve de fome. De acordo com

---

<sup>84</sup>De acordo com o Estatuto da APP-Sindicato, “a representação da categoria profissional abrange todos/as Trabalhadores/as em Educação: Professores/as, Funcionários/as, Professores/as Pedagogos/as, Orientadores/as Educacionais, Supervisores/as Escolares, Administradores/as Escolares e demais funções análogas, das redes públicas estadual e municipais de educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), em todas as suas modalidades, da ativa e aposentados, independente do regime jurídico” (Estatuto APP-Sindicato, 2012, p. 07).

<sup>85</sup>Era um plano, cuja proposição transformava os professores efetivos, estatutários em celetistas, tirando a estabilidade destes e as conquistas de vários anos de luta da categoria.

Anjos:

No dia 17 de junho de 1998, compareceu grande número de professores na Assembleia Legislativa do Paraná, quando foi entregue o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos - PCCV<sup>86</sup>, como proposta dos professores do Paraná, encaminhada pela APP-Estadual. Ao mesmo tempo oito professores e funcionários de escola realizavam greve de fome como forma de pressão sobre o governo para atendimento à reivindicação. Foram eles: José Valdivino de Moraes (Rosário do Ivaí); José Rodrigues Lemos e Inês Aparecida Mello Sobutka (Cascavel); Ivanir Glória de Campos (Foz do Iguaçu); Vilma Santos Costa (Piraquara); Paulo Roberto Rodrigues Amaro (Paranaguá); Maria Aparecida Basso (Moreira Salles); e Élon Ribeiro (Curitiba) (2008, p. 119).

Resultaram desse enfrentamento a não concretização do PLADEPE, mas em contrapartida, o Governo novamente aplicou o corte do desconto em folha dos sindicalizados, objetivando enfraquecer o sindicato e determinou processos de afastamento e demissões de sindicalistas (ANJOS, 2008, p. 118).

Em 1999, ocorreu o I – Encontro Estadual de Funcionários, cujo tema foi: “Sem funcionários a escola não funciona” (APP-Sindicato, 2012b, p. 34) e a II – Conferência Estadual de Educação com a temática: Propostas para Construir o Plano Estadual de Educação<sup>87</sup> (ANJOS, 2008).

Regionalmente, realizou-se neste ano em Francisco Beltrão, a XX sessão do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública Gratuita e Universal, que segundo a avaliação da diretoria do NS foi produtiva e positiva. Sobre a greve, a base através dos representantes de municípios se manifestou, e “em síntese, as propostas convergem para não à greve, mas continuar se mobilizando dentro das escolas e na sociedade, porém, é necessário aguardar as decisões da assembleia<sup>88</sup>” (Ata 02/99, 1999, p. 74). No ano de 2000, também realizou-se o Congresso Estadual da APP-Sindicato<sup>89</sup>.

De acordo com Forlin (2013a), os oito anos do Governo Lerner foram de muita luta, os professores tiveram muitas perdas, pararam diversas vezes para ter de volta o que

---

<sup>86</sup> “Na época recebia a denominação de Plano de Cargos, Carreira e Salário – PCCS” (ANJOS, 2008, p. 119).

<sup>87</sup> Sendo eleitas/os delegadas/os titulares para esta Conferência representando o NS de Francisco Beltrão: Aloisio João Scandolaro, José Francisco dos Santos Silveira, Pedro Ferreira de Almeida, Marta Balestrin, Zelia Petik, Clecilda Parabocz, Jocelita Cassia Rodrigues, Elizangela Petik, Maria Madalena dos Santos e Susana Beatriz Lourenci, suplentes: Sandra Regina Gonçalves, Gladis Aparecida Sandri, Liandra Mara Branco Navarini e Rosalind Pilatti (Ata 09/99, 1999, p. 82-82v).

<sup>88</sup> Esse termo assembleia, aqui refere-se a Assembleia Estadual que é a instância máxima de deliberação.

<sup>89</sup> Sendo eleitas/os as/os delegadas/os para representar o NSF: Pedro F. Almeida, José W. Padilha, José Fco C. dos Santos Silveira, Maria G. Rohling, Clecilda Parabocz, Inacio Reicherts, Rosilaine Schan, José F. Sacaboski, José Carlos C. dos Santos, Viro de Grawn, Saionara Branchi, Aloisio Scandolaro, Elizangela Petik, Marta Balestrin (Ata 12/00, 2000, p. 85-95v).

lhes era tirado, os avanços e o terço de férias não foram mais pagos, o que era um direito. Para regularizar essa situação foram necessárias as greves de 2000 e 2001, que culminaram com a volta do concurso público, que acabou implementado pelo Governo Requião, assim como o pagamento dos avanços.

De 2000 a 2009, temos 121 atas que se referem a planejamento, reuniões de diretoria, palestras, assembleias, conselhos regionais, eleições e posse de diretoria, seminários, dentre outras. Encontram-se registros de participação de delegados do NS de Francisco Beltrão em Congressos da CNTE a partir de 2002<sup>90</sup>. O que se observa é que houve uma tentativa de melhorar a organização para atingir cada vez mais educadores. Na assembleia regional, realizada em abril de 2000, o plenário se manifestou fazendo defesas contrárias e favoráveis com relação a greve por tempo indeterminado “[...] a Assembleia entrou em votação e com grande maioria venceu a greve por tempo indeterminado, quatro votos por tempo determinado e quatro abstenções” (Ata 06/00, 2000, p. 92v).

O movimento que resultou na greve de 2000, iniciou em forma de paralisação parcial, com aulas de trinta minutos e a greve total nas escolas estaduais a partir do dia 23 de maio (Ata 08/00, 2000, p. 93v). Essa greve terminou em 17 de junho, e durante esse período, novamente ocorreu a realização de greve de fome pelos seguintes educadores/as: “Endy Paulo Chaves (São José dos Pinhais), Nivaldo Batista de Souza, (Telêmaco Borba), Janeslei Aparecida Albuquerque e Miguel Angel Baez (Curitiba), Sueli de Souza Pinto (União da Vitória), Eva Brandão Coelho e Fátima Fernandes de Oliveira (Guaraniaçu)” (ANJOS, 2008, p. 123). Sendo as principais conquistas: “a hora-atividade de 10% para todos os professores; e, vale-transporte para funcionários de escola” (APP-SINDICATO, 2012, II, p. 34). Na avaliação realizada pela diretoria e representantes de base em reunião, a greve foi considerada um sucesso (Ata 09/00, 2000, p. 94).

Ainda no mesmo ano, houve a tentativa de aprovação do Projeto de Lei nº 411/2000, que propunha a admissão pelo regime de CLT, desencadeando todo um processo de mobilização que acabou por terminar com a deflagração da greve em 2001. Em assembleia regional, após as falas contrárias e favoráveis, dispensou-se a votação, ficando unânime a posição do NS de Francisco Beltrão contrário à greve (Ata 09/01, 2001, p. 3-4).

---

<sup>90</sup> Os/as delegados/as escolhidos/as na assembleia, em 2002, foram, titulares: José Francisco dos Santos Silveira, Elizangela Petik, Pedro Ferreira de Almeida, Suplentes: Clecilda Parabocz, Pedro Balsanello e Alice C. Pagno (Ata 10/01, 2001, p.4v-5); em 2005, titulares: Miguel Forlin, Antonio A Rossi, Carmélia R. Pacheco, suplente: Sadi F. Jacobovski (Ata 27/04, 2004, p. 43v-45); em 2008: Eliane Figura, Inês Roseli Soares Tonello, Miguel Forlin e Leonir Tozetto (Ata 05/07, 2007, p. 76-77).



A professora Clecilda Parabocz relatou no vídeo institucional do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão (2013), que na greve de 2001, parte da delegação de Francisco Beltrão votou contrária a esta greve. Mesmo derrotados na votação e entendendo que a assembleia era soberana, as/os educadoras/es realizaram uma plenária no restaurante Três Pinheiros em Guarapuava com os integrantes dos quatro ônibus, que retornavam da assembleia realizada na capital. O objetivo era fortalecer o movimento, unir a categoria, porque mesmo com posição contrária era preciso estar junto com os outros companheiros, todos deveriam participar para que se obtivesse êxito.

Essa greve iniciou em 27 de setembro e terminou em 06 de outubro de 2001, como estratégia foram ocupadas as dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tentando sensibilizar os deputados e abrir a negociação com o Governo. Diante da negativa, a greve permaneceu até a retirada do Projeto de Lei nº 411/00, que terceirizava a contratação de pessoal de apoio através das Associações dos Dirigentes das Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos – ADEJAS, e dispensaria a realização de concursos públicos para os funcionários (ANJOS, 2008, p.124).

No ano de 2002, realizou-se vigília em frente à Catedral de Curitiba em prol da isonomia salarial no plano de cargos, carreira e vencimentos, pelas/os aposentadas/os e a III – Conferência Estadual de Educação com o tema: Construindo o Plano Estadual de Educação para um Novo Governo, na qual as/os educadoras/es elaboraram uma proposta para o Plano Estadual de Educação (ANJOS, 2008, p. 125).

Segundo dados apresentados na *Revista da III - Conferência Estadual de Educação*, a Conferência Estadual de Educação da APP-Sindicato foi antecedida pelo Seminário “Educação Pública de Qualidade”, realizado em 2001 e por vinte e três conferências regionais da educação<sup>91</sup>, entre abril e maio de 2002. Palestras e grupos de trabalho debateram a conjuntura econômica e política nacional e internacional; políticas educacionais do Governo Lerner; temas, níveis e modalidades de ensino; formação, valorização e carreira dos trabalhadores; financiamento, gestão do ensino e a organização democrática do sistema estadual. Participaram da Conferência Estadual cerca de mil pessoas (APP-SINDICATO, 2002).

As determinações propostas pelos organismos financeiros internacionais e implementadas pelo Governo Lerner foram questionadas no texto da carta da conferência,

---

<sup>91</sup> Realizadas nos Núcleos Sindicais de: Apucarana, Arapongas, Assis Chateaubriand, Cambará, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Mandaguari, Maringá, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Ponta Grossa, Umuarama e União da Vitória (APP-SINDICATO, 2002).

[...] é uma ação eminentemente política; uma política de encolhimento do Estado, de destruição dos serviços públicos, de mercantilização da vida. Para a escola seguem à risca a recomendação de Adam Smith, o pai do liberalismo: “instrução pública sim, mas em doses homeopáticas”. Não é por outra razão que reduziram o Porte das Escolas<sup>92</sup>, proibiram matrículas no Ensino Fundamental noturno, (desobedecendo até determinações judiciais), impuseram a Correção de Fluxo, extinguíram os cursos profissionalizantes e cometeram outras barbáries. Só não avançaram mais, como fizeram outros Estados (Municipalização de 5ª a 8ª séries, redução das férias para 30 dias, elevação da aula para 60 minutos, extinção do Quadro Próprio dos Estatutários, congelamento dos Avanços na Carreira, cobrança da Previdência dos Aposentados, entre outros), em função da tenaz resistência imposta pelos Trabalhadores da Educação, através de sua entidade, a APP-Sindicato (APP-SINDICATO, 2002, p. 09).

O ponto central da conferência objetivava explicitar a educação que temos e qual queremos, para, a partir dessa construção coletiva, promover o debate com os candidatos ao Governo do Estado do Paraná a ser realizado em agosto de 2002. A proposta elaborada pelas/os trabalhadoras/es buscava uma “[...] Educação Pública que possibilite, de fato, o pleno exercício da cidadania e o acesso ao saber universal que é de todos e que, hoje, só uma minoria se beneficia” (APP-SINDICATO, 2002, p. 09).

Em agosto os resultados da Conferência foram entregues aos candidatos durante o debate e, a partir de 2003, iniciaram-se as cobranças em torno do que foi acordado no debate com o candidato que venceu as eleições, no caso Roberto Requião. Cobrava-se do governo que as medidas neoliberais começassem a ser revogadas. Assim, “a Paranaeducação entra em processo de desmonte, o Estado realiza concurso público para professores/as; os diretores de escolas voltam a ter eleições democráticas; a hora atividade aumenta para vinte por cento, entre outras medidas” (ANJOS, 2008, p.127).

No panorama nacional, de acordo com Sader, a vitória de Lula aconteceu devido à rejeição de Fernando Henrique Cardoso. O governo Lula herdou uma dura situação econômica e consensos nacionais baseados no neoliberalismo, podendo ser considerado contraditório, “adotou políticas sociais e política externa claramente inovadoras e, ao mesmo tempo, manteve tanto a política econômica-financeira como a política agrícola tradicional” (2010, p. 27).

Dentre as discussões em evidência no NS de Francisco Beltrão destacamos em 2003 e 2004: as negociações com o governo, encontro de aposentados, sobre a

---

<sup>92</sup> O termo porte das escolas refere-se a quantidade de trabalhadoras/es na Escola e depende do número de matrículas existentes no estabelecimento de ensino.

previdência<sup>93</sup> e sobre a disciplina de educação física, debate sobre a Lei nº 10.639/03<sup>94</sup>, seminário de funcionários, formação e organização por local de trabalho, o PCCV e as dificuldades financeiras do NS, participação no CONED<sup>95</sup>. Após muitos anos de discussão e negociação, conquistamos em 2004, o plano de carreira das/os professoras/es<sup>96</sup>, o concurso público para as disciplinas e pedagogas/os, bem como se intensificaram as negociações e debates relacionados ao plano de carreira das/os funcionárias/os (APP-SINDICATO, 2012, II, p. 34).

Analisando os últimos períodos, Carvalho ressaltou que é preciso reportar-se a 2003, quando mudamos o ciclo de desmonte do Estado para um novo período. Através da luta e resistência foram obtidas a derrota do governo neoliberal de Jaime Lerner e a derrota do alinhamento vertical de destruição do Estado de direito do governo FHC, demarcando a luta em defesa da educação pública. “Retomamos à política do servidor estatutário com a realização dos concursos de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007” (CARVALHO, 2011, p. 4).

Em 2005, realizou-se a caminhada de Ponta Grossa à Curitiba<sup>97</sup>, na tentativa de que o governo atendesse às reivindicações da categoria. E, após vinte anos sem concurso público para funcionárias/os, neste ano foi conseguido a realização do concurso público para o cargo de técnico administrativo. O movimento ocupou a SEED, na tentativa de impedir que as/os funcionárias/os que não passaram na prova e estavam trabalhando fossem demitidos, no entanto, o governo não cedeu (APP-SINDICATO, 2012, II, p. 35).

No dia 27 de abril aconteceu uma paralisação Nacional que contou com participação expressiva das/os funcionárias/os de escolas do NS de Francisco Beltrão, conforme apontou a avaliação desse movimento na Ata 06/05 (2005, p. 52v-53v). Este

---

<sup>93</sup> Neste encontro procedeu a escolha de representantes para irem a Brasília, no dia 11 de junho, em manifestação contra a reforma da previdência da forma como foi proposta, sendo eles: Maria T. Tesser, Zeno J. Weit, Iracema F. dos Santos, Romano Possatto, Nilva B. Andrade, Rosilaine M. Schran, Elisabete Bernardi, Nilvia I. Pavani, Rita Becegatto e Paulina Pertzatti (Ata 06/03, 2003, p. 22-23).

<sup>94</sup> Que alterou a LDBEN nº 9.394/96 e incluiu no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (Ata 12/03, 2003, p. 28v-29).

<sup>95</sup> Em 2004, foram eleitas/os para participar dos debates do CONED: Maria Gesser Rohling, Pedro Ferreira de Almeida, Cilo do Carmo Ferreira, Susana Lourenci e Romano Possatto (Ata 16/2004, 2004, p. 32v-34v).

<sup>96</sup> “Há 20 anos a categoria, mesmo após conseguir o Estatuto do Magistério, lutava para alcançar um plano amplo. Foram inúmeras reuniões e mobilizações para chegar ao melhor plano” (CARVALHO, 2011, p. 4). Essa conquista se materializou através da Lei Complementar nº 103/04, que “dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, altera a redação da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976, e dá outras providências”. Essa legislação teve uma alteração que foi a Lei nº 106/04 para instituir “no âmbito da SEED, o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, destinado ao professor, com objetivo de aprimorar a qualidade da Educação Básica da Rede Pública Estadual, de acordo com as necessidades educacionais e sócio-culturais da Comunidade Escolar”.

<sup>97</sup> Consta na Ata 03/05 (2005, 50-50v), a participação de um representante do NS de Francisco Beltrão nesta atividade, mas não consta o nome da pessoa.

ano marcou a história dessa categoria, uma vez que além do concurso público no Estado<sup>98</sup>, criou-se a nível nacional, a área profissional 21, através do Parecer CNE<sup>99</sup>/CEB<sup>100</sup> nº 16/2005. Este documento estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de serviços de apoio escolar, possibilitando a oferta do curso Profucionário em nível médio, com habilitação técnica em: Infraestrutura e meio ambiente escolar, alimentação escolar, gestão escolar e multimeios didáticos, com o objetivo de profissionalização dos funcionários (BRASIL, MEC, 2005). Realizou-se também neste ano, a IV – Conferência Estadual de Educação com o tema: A Escola como Território de Luta.

No campo sindical, foi criada em 29 de junho de 2005, a Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, com sede em Brasília e representação em vinte e dois estados, sendo “composta por 5 confederações, 82 federações, 1078 sindicatos e cerca de 10 milhões de trabalhadores” (NCST, 2014).

No ano seguinte, em 2006, por conta das eleições governamentais, organizou-se uma Conferência Estadual Extraordinária, intitulada de *Propostas dos Trabalhadores da Educação para o Próximo Governo*. Precedida de 29 Conferências regionais, uma destas realizadas no NS de Francisco Beltrão, contando com mais de mil participantes na etapa estadual que objetivava articular “a luta ‘corporativa’ por melhores salários, carreira, condições de trabalho, atendimento à saúde, concursos, isonomia, a luta política por um projeto de educação emancipadora para o povo do Paraná – que é a luta pela vida” (APP-SINDICATO, 2007a).

Foi de 2006 também a realização do concurso para funcionários de escola no cargo de agente de apoio, a aprovação da Lei nº 15.308/06, que tratou da mudança de atividades do/a professor/a por motivo de doença, sem perdas salariais, os chamados readaptados, além do início da campanha pela equiparação salarial dos docentes com os demais servidores estaduais, que têm o ingresso por concurso em nível superior e a incorporação ao salário das/os funcionárias/os do abono e da gratificação que recebiam (APP-SINDICATO, 2012, II, p. 35).

A Escola de Formação Sindical teve início no ano de 2007, com a criação do programa de Formação Político Sindical para os dirigentes do sindicato<sup>101</sup> e para a base, em parceria com a CNTE e a UFPR, cujo objetivo principal era a formação de novas

---

<sup>98</sup> Uma ação realizada pelo NS de Francisco Beltrão foi panfletagem no dia da aplicação da prova do concurso, como estratégia de divulgação da entidade.

<sup>99</sup> Conselho Nacional de Educação.

<sup>100</sup> Câmara da Educação Básica.

<sup>101</sup> Diretoria Estadual e Regionais.

lideranças sindicais. Tivemos ainda neste ano o reajuste salarial de 17%, a instituição do pagamento da data-base através da Lei nº 15.512/07, a proposta de criação do cargo de quarenta horas<sup>102</sup> e a construção do Plano de Carreira das/os Funcionárias/os<sup>103</sup>, que foi aprovado no ano seguinte pela Lei Complementar nº 123/08<sup>104</sup>, juntamente com a incorporação das gratificações para fins de aposentadoria (APP-SINDICATO, 2012, II, p. 35).

Em 2007, a APP-Sindicato realizou o seu X- Congresso Estadual<sup>105</sup>, contando com a participação de mais de quinhentas pessoas delegadas/os de todo o Estado que analisaram a conjuntura internacional, nacional, estadual, educacional e fizeram o balanço político do último período (APP-SINDICATO, 2007b).

Data do ano de 2007 a fundação de duas centrais sindicais, a União Geral dos Trabalhadores – UGT e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB. A UGT iniciou suas atividades em 19 de julho, a partir da unificação da Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT, da Social Democracia Sindical – SDS e da Central Autônoma de Trabalhadores – CAT, com representação em todos os estados. Possui 1.357 entidades filiadas, representando “cerca de 5,5 milhões de trabalhadores na base dos sindicatos (dos quais 20% são sindicalizados, o que corresponde a 1,1 milhões de trabalhadores sindicalizados) (UGT, 2014). A CTB foi criada em dezembro, possui representação em todos os estados, porém, não apresentava maiores informações no seu site (CTB, 2014).

Em 08 de fevereiro de 2008, surgiu a Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB, com representação em dezoito estados, apresenta no site dados de 2011, no qual constam 300 sindicatos filiados e 15 federações (CSB, 2014).

---

<sup>102</sup> Os concursos realizados para professoras/es no Estado do Paraná são para jornadas de 20 horas semanais, no entanto, na maior parte da carreira as/os professoras/es trabalham 40 horas semanais. Quando estas/es assumem o concurso, o tempo de serviço trabalhado em 40 horas só é incluído nesse padrão. O/a professor/a trabalha as outras 20 horas com aulas extraordinárias, contribui com a previdência com o correspondente do total da carga horária, mas na hora de se aposentar acaba sendo prejudicado, porque sem regulamentação dependia da interpretação dos governos, o que nem sempre é favorável, além de ter a média de aposentadoria diminuída e em alguns casos quando este passou em outro concurso o tempo de aulas extraordinárias não contou para tempo de aposentadoria neste segundo padrão. O cargo de 40 horas representa a regulamentação da carreira, efetivada através do Decreto nº 4.213, de 03 de fevereiro de 2009 (CARVALHO, 2009).

<sup>103</sup> “[...] reivindicado por mais de 40 anos e implementado após duas marchas da categoria e um convencimento ideológico junto ao governo e à sociedade de que ‘Somos Todos(as) Educadores(as)’ (CARVALHO, 2011, p. 4).

<sup>104</sup> “Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro de Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná, conforme específica e adota outras providências”.

<sup>105</sup> Representando o NS de Francisco Beltrão foram eleitas/os as/os seguintes delegadas/os: Miguel Forlin, Maria Taidés Freire Tesser, Eliane Figura, Leonir Tozetto, Pedro Balsanello, Antonio Angelo Rossi, Maria de Fátima Landero, Susana Beatriz Lourenci, Nestor Luiz Morgan, Edelson dos Santos, Rosemari de S. P. Silvestre, José Ermindo Minuzzo, Jussara Aparecida Ribeiro, Maria de Lourdes Beckor Salvodi, Sadi F. Jakobovski, Maria Helena de F. Silva, Inês Roseli Tonello e Luiz Gonçalves (Ata 05/07, 2007, p. 76-77).

O período histórico que vai de 2001 a 2013 pode ser caracterizado pela ausência de greves longas, o que não significa que a categoria estivesse adormecida, muito pelo contrário, esse foi um período marcado por caminhadas, atos públicos, greves de um a três dias, também chamadas de paralisações e de muitas negociações que resultaram em conquistas para a categoria.

Algumas mobilizações deste período foram citadas nas atas do NS de Francisco Beltrão, em alguns momentos aparecem com as datas e o tipo, em outros, apenas como calendário de mobilização. As mobilizações mencionadas são: paralisações, que são as chamadas greves de um dia, onde todos os profissionais da educação são convidados a parar suas atividades; as mobilizações, que são paralisações parciais com aula de 30 minutos, debate no restante do tempo ou atos públicos; os atos públicos que podem ser realizados através de representatividade e sem paralisação das atividades, geralmente realizados em Curitiba e nas cidades sedes dos Núcleos Regionais de Educação, nessa regional, em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, ou então atos públicos realizados em dias de paralisação total; trabalho com a comunidade escolar, através das cartas aos responsáveis, debate com os alunos, esclarecimentos nas reuniões da Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF; marcha de Ponta Grossa a Curitiba, panfletagem, manifestações com faixas e recepção ao governador<sup>106</sup>. Também consta a participação neste período de educadoras/es nos Congressos da CNTE<sup>107</sup>.

Dentre as conquistas, destacamos algumas entre 2009 a 2012: Decreto Lei que instituiu o cargo de quarenta horas<sup>108</sup>; ampliação de vagas nos concursos públicos tanto de professoras/es quanto de funcionárias/os; prorrogação dos concursos de 2006 e 2007; Lei Complementar nº 130/10 que regulamentou a promoção na carreira das/os professoras/es PDE<sup>109</sup>; regulamentação da composição e funcionamento das equipes multidisciplinares em todos os núcleos de educação através da Resolução nº 3.399/10, da

---

<sup>106</sup> A recepção ao governador foi uma prática muito utilizada no ano de 2014 e que possibilitou maior visibilidade aos problemas da educação, mesmo quando a grande mídia não divulgava, a internet cumpria este papel. Este ato definido em assembleia estadual da categoria, consistiu na manifestação das/os educadoras/es nos eventos públicos onde o Governador se fez/faz presente. Educadoras/es organizadas/os e com faixas se fizeram presentes em eventos de diversas cidades do Paraná, o objetivo era cobrar publicamente as pendências do governo com a categoria e dar visibilidade às dificuldades da educação em todo o Estado, pois em sua maioria a mídia não ressaltava essas questões. Em alguns desses atos, o governador falou com as/os dirigentes que acabaram lhe entregando a pauta de reivindicações.

<sup>107</sup> Eleitos em Assembleia em 2011, titulares: Ana Paula Pereira, Denila Coelho, Antonio Juscelino Batista e Pedro Ferreira de Almeida, suplente: José F. de Oliveira (Ata 55/10, 2010, p. 24-25v); em 2014, titulares: Eliane Figura, Hélio Ternoski, William Pilger, Miguel Forlin, Marizete Pereira da Silva, Solange Regina Pierosan, suplente: Denila Coelho (Ata 113/13, 2013, p. 83-84v). Nos últimos dois congressos foram tanto titulares quanto suplentes, no entanto os suplentes não tinham direito a voto.

<sup>108</sup> Decreto nº 4.213/09 de 03 de fevereiro de 2009 (CARVALHO, 2009).

<sup>109</sup> O Programa de Desenvolvimento Educacional “se destina aos professores do quadro próprio do magistério (QPM), que se encontram no nível II, classe 8 a 11, da tabela de vencimentos do plano de carreira” (DIA A DIA EDUCAÇÃO, 2014a).

SEED; eleição direta para direção no Colégio Estadual do Paraná; nomeação de professoras/es e funcionárias/os; pagamento de parte da equiparação salarial; aumento da abrangência e do valor do auxílio alimentação; pagamento de progressões e promoções atrasadas de 2009 e 2010; garantia da hora-aula e hora-atividade para professoras/es intérpretes; implementação da hora-aula para professoras/es readaptadas/os e pedagogas/os, conforme o plano de carreira; liberação de professoras/es para mestrado e doutorado com vencimentos (APP-SINDICATO, 2012, II).

No ano de 2010 tivemos vinte e nove conferências regionais de educação com o objetivo de debater o caderno de resoluções, apresentar proposições e eleger os delegados que fizeram parte da V – Conferência Estadual de Educação: Avaliação das Políticas Educacionais – avanços e desafios: Propostas dos Trabalhadores da Educação para o Próximo Governo. A carta da conferência apresentou os avanços do último período e os desafios a serem alcançados, reafirmando a luta em defesa do direito à educação, da escola pública e das/os educadoras/es (APP-SINDICATO, 2011a).

E em 2011, realizou-se o XI – Congresso Estadual da APP-Sindicato, no qual foram apresentadas três teses: 1ª - ‘O pensamento crítico ao capitalismo na garantia do estado democrático de direito: a luta pela construção do socialismo’; 2ª - ‘Avançando rumo ao socialismo’ e 3ª - ‘Lutar não é crime. Lutar é um direito. Unificar as lutas para fortalecer os trabalhadores!’ com a intenção de promover debate e formulação, referentes a diversos temas presentes nos desafios enfrentados pelas/os trabalhadoras/es em educação (APP-SINDICATO, 2011b).

O fato de haver três teses apresentadas no congresso demonstra uma pluralidade de ideias. Entendendo que uma revolução para acontecer precisa de todas as pessoas, se faz essencial o debate, a análise da conjuntura e das possibilidades de avanço, para construir unidade nas divergências. Aglutinar onde há dissenso é sem dúvida o maior desafio. Realizou-se o debate da tese guia ‘O pensamento crítico ao capitalismo na garantia do estado democrático de direito: a luta pela construção do socialismo’, e a partir desse texto apresentaram-se as propostas, considerando que as que não tiveram dissenso foram acatadas e as demais colocadas para defesa e decisão por votação.

O ano de 2012 foi de intensa mobilização: ato na Boca Maldita, em Curitiba e pelo Estado, em 09 de fevereiro; paralisação com caminhada até o Palácio Iguazu, em 15 de março; ato em conjunto com o Fórum das Entidades Sindicais (FES), em 25 de abril; ato em conjunto com o FES em defesa dos ‘desenquadrados’, em 07 de julho; ato em frente à SEED, no ‘Dia do Funcionário(a) da Educação’, em 07 de agosto; panfletagem nas escolas com carta aos pais e à comunidade, em 28 de agosto; aulas de trinta minutos, com

debate nas escolas, em 29 de agosto; dia de luto e luta da Educação Pública do Paraná, com assembleia no dia 30 de agosto, que definiu estado de greve a partir dessa data. Sendo aprovado para o mês de setembro: ato em Curitiba e nas regionais, de 10 a 14 conselhos e/ou assembleias regionais e dia 18 paralisação e assembleia estaduais (APP-SINDICATO, 2012, n. 174, p. 2).

Além dessas atividades, a assembleia de 18 de setembro aprovou a manutenção do Estado de Greve e um intenso calendário de mobilização para o mês de outubro, com atos nas escolas, atos públicos, coletivo estadual de funcionárias/os e ato público em parceria com o FES (APP-SINDICATO, 2012, n. 175, p. 2). No ano de 2012, no NS de Francisco Beltrão realizaram-se, além das agendas definidas na assembleia estadual, reuniões organizativas, visitas nas escolas, conselhos e assembleias regionais, planejamento, coletivo de filosofia e sociologia, coletivo de funcionárias/os e os cursos de formação.

A última assembleia estadual da categoria em 2012 aprovou greve a partir de 13 de março de 2013, mediante a negativa de avanço da pauta e um calendário para a construção do movimento grevista que contou com: debate na escola, no dia 07/02; reunião com pais e alunos, e material para a comunidade escolar, de 18 a 22/02; Seminário Estadual de Funcionárias/os, em 22/02; panfletagens de 25/02 a 01/03; atos regionais em frente aos NREs, em 28/02; conselhos regionais de 04 a 07/03; conselho e assembleia estadual, em 08 e 09/03 (APP-SINDICATO, 2012, n. 177, p. 3).

Após todas as mobilizações mencionadas e reuniões com o governo para tratar da pauta, a assembleia estadual de 09 de março de 2013 debateu e avaliou o andamento das negociações e, mediante o atendimento da pauta central, definiu pela não deflagração da greve neste momento e pela manutenção do estado de greve, vigilância permanente com relação às negociações dos demais itens da pauta e aprovação do calendário de mobilização que contava com: debate nas escolas, em 16/04; caravanas a Brasília e paralisação com atos enfatizando a questão da saúde, em 24/04, e outras atividades (APP-SINDICATO, 2013, n. 180, p. 2).

O primeiro semestre de 2013 teve um saldo positivo, sendo conquistado:

Melhoria na carreira dos(as) funcionários(as) da Educação; Pagamento da data-base em parcela única (6,49%); Implantação do Piso Salarial Profissional Nacional (0,6%); Lei garantindo o pagamento, em outubro, da última parcela da Equiparação Salarial (3,94%); 30% de hora-atividade em julho; 33% de hora-atividade e inclusão no plano de carreira do Magistério; Garantia da constitucionalidade do Cargo de 40 horas (APP-SINDICATO, 2013, n. 183, p. 3).



No ano de 2013, outro acontecimento importante foi a Plenária Regional para escolha de delegadas/os para a etapa estadual da Conferência Nacional de Educação – CONAE. Do total de sete vagas destinadas à região do NS de Francisco Beltrão, seis referem-se à profissionais da educação básica e uma à educação profissional. Após leitura dos critérios, inscrição e defesa, foram eleitas/os: “José Carlos Correa dos Santos, Celso Pedro Scolari, Eliane Figura, Luciane Pandova Girardi, Joice V. Cristina Barbieri Masetto, Valdete de Fátima Hang e Sebastiana de Fátima Carvalho” (Ata, 108/13, 2013, p. 79-80).

A categoria seguiu em alerta e acompanhando as negociações que se seguiram, porém, os acordos firmados no que se referia a implantação da hora atividade e a proposta de atendimento à saúde não foram cumpridos pelo governo. Conforme indicado no Jornal 30 de Agosto da APP-Sindicato:

Iniciamos 2014 sem os 33,3% de hora-atividade, sem o novo modelo de atendimento à saúde, sem o reajuste real para os funcionários e com uma dívida de mais de R\$ 100 milhões referentes a avanços atrasados. Fora isto, até agora o governo não se posicionou favoravelmente ao índice de reajuste do Piso Nacional do professor e aos demais itens da nossa campanha salarial.

Se não bastasse isto, a categoria foi surpreendida com os descontos do **auxílio-transporte** para aqueles e aquelas que entram em licença médica. Uma medida desumana do governo. Para reverter este quadro, no último dia 19 de março, realizamos uma das paralisações mais fortes dos últimos anos, que contou com a adesão de mais de 95% da categoria e foi acompanhada de atos públicos em várias cidades do Paraná. Em Curitiba, reunimos mais de 10 mil pessoas numa marcha ao Palácio Iguazu (APP-SINDICATO, 2014, n. 190, p. 1, grifo do autor).

Diante desse panorama, a assembleia estadual definiu ações de mobilização da categoria dentre elas, destacamos a campanha ‘Hora-atividade pra Valer’, que iniciou na primeira semana de aula e consistiu na liberação das/os alunas/os, uma aula mais cedo uma vez por semana, sendo que em cada semana essa liberação ocorreu em um dia diferente, para que as/os professoras/es utilizassem esse tempo para preparo de aulas e correção de avaliações. Inicialmente, tinha um calendário pré-estabelecido que foi ampliado em virtude da definição da assembleia estadual que decidiu greve por tempo indeterminado a partir de 23 de abril. O objetivo era fazer cumprir uma legislação federal, referente ao PSPN, Lei nº 11.738/ 2008.

A greve geral iniciou em 23 de abril, “foram 7 dias de greve, no mês de abril, com mais de 90% das escolas públicas estaduais fechadas e de professores(as) e funcionários(a) realizando um intenso trabalho de mobilização em Curitiba e em todo Paraná” (APP-SINDICATO, 2014, n. 197, p. 3). De acordo com a avaliação realizada na

reunião mensal de diretoria e representantes de base e município do NS de Francisco Beltrão, “[...] além dos avanços de negociação da pauta o maior ganho foram os líderes que se fortaleceram em cada município e os novos que surgiram e abraçaram a organização dos comandos de greve [...]” (Ata 123/14, 2014, p. 96v).

Mesmo que de forma sintética podemos observar através das fontes analisadas, o movimento de resistência das/os trabalhadoras/es e as tentativas constantes de organização em busca de vida digna com o mínimo de direitos.

A trajetória de como essa Associação de Professores se constituiu no sindicato representativo das/os educadoras/es em educação pública do Estado do Paraná, está sintetizada no artigo segundo do estatuto da entidade:

Art. 2º. A APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná é a entidade resultante do processo de unificação da APP-Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais no Paraná, com o SINTE – Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Estado do Paraná.

§ 1º. A história ensina que a união e a unidade é que determinam uma entidade forte. A Associação de Professores do Paraná, fundada em 26/04/47, foi unificada com a APLP – Associação dos Professores Licenciados do Paraná, fundada em 06/05/67, e com a APMP – Associação do Pessoal do Magistério do Paraná, fundada em 09/12/72. Essa unificação ocorreu na Assembleia realizada em Ponta Grossa, em 13/12/81. A APP assumiu a condição de Sindicato por unanimidade, na Assembleia de 18/03/1989, em Londrina, passando a denominar-se “APP-Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais no Paraná”.

§ 2º. A ASEEP – Associação dos Servidores das Escolas Estaduais do Paraná foi transformada em SINSEPAR – Sindicato dos Servidores dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino do Paraná, na Assembleia realizada em 28/11/1988 que, por sua vez, transformou-se em SINTE – Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Paraná, em 10/08/1990, em Curitiba.

§ 3º. Em outubro de 1997, o Congresso Estadual Extraordinário de Unificação da APP-Sindicato e SINTE/PR, na cidade de Pontal do Paraná, com participação dos delegados das duas entidades, referendou a decisão de unificação das duas entidades sindicais.

§ 4º. Em 7 de março de 1998, na cidade de Campo Mourão, o SINTE/PR realizou sua Assembleia Estadual, aprovando as deliberações do mesmo Congresso e, em 25 de abril do mesmo ano, a APP-Sindicato realizou sua Assembleia Estadual Extraordinária Unificada, em Ivaiporã, referendando as deliberações do mesmo Congresso. Após esses dois eventos foram consideradas extintas as entidades sindicais acima, sendo ambas substituídas pela APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (Estatuto APP-Sindicato, 2012, p. 07).

Observamos desde o início das atividades, mesmo enquanto associação, que a APP buscou o trabalho em conjunto com outras associações e entidades de classe, sendo

natural a filiação do sindicato a CNTE e a CUT, considerando que existem lutas que podem e devem ser realizadas no conjunto da classe trabalhadora, uma vez que a tarefa de transformação social exige maior abrangência e não apenas o atendimento às especificidades da categoria.

A classe trabalhadora sempre esteve na luta, mesmo nos períodos de forte repressão proporcionados pela ditadura militar. No caso da APP-Sindicato, além da violência sofrida pelos educadores no dia 30 de agosto de 1988, fez-se necessário, por vezes, fazer mobilização para que a comissão de negociação fosse recebida, ou ainda, foi necessário entrar em greve para impedir a retirada de direitos já conquistados historicamente.

Através da leitura das atas foi possível visualizar um grande empenho do NS ao longo de sua trajetória em realizar o trabalho de base e a luta sindical, uma vez que o trabalho sindical não é remunerado e os Núcleos Sindicais não possuem diretoria liberada através do Estado para este fim.

Com relação à liberação para exercer o mandato sindical, não temos uma lei específica que trate dessa questão. A APP-Sindicato negocia com o governo a liberação de todos/as os/as dirigentes eleitos/as para a direção estadual, porém nem sempre se consegue a liberação das dezessete pessoas. A defesa do sindicato é para que, além da diretoria estadual possamos ter pelo menos uma pessoa por núcleo sindical liberada para o mandato sindical, no entanto, essa pauta ainda não conseguiu avançar.

Sobre a licença para exercer mandato sindical encontramos no portal do servidor do Governo do Estado do Paraná o seguinte texto:

O artigo 8º da Constituição Federal, garante a livre Associação Profissional ou Sindical, vedando a dispensa do empregado sindicalizado.

A Constituição Estadual, no artigo 37, assegura ao servidor público eleito para direção sindical, todos os direitos inerentes ao cargo, mesmo aos suplentes, do registro de candidatura até um ano após o término do mandato, extensivo aos candidatos não eleitos até um ano após a eleição.

Conforme estabelecem a Lei nº 10.981/94 e a Lei nº 15.304/2006, a obtenção da licença ocorre nas seguintes condições:

Liberação mediante requerimento do servidor na proporção de três dirigentes, mais um dirigente a cada dois mil servidores associados, por entidade Sindical, até o limite de oito;

Garantia de afastamento sem prejuízo dos vencimentos, vantagens de caráter pessoal e ascensão funcional;

Liberação com duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada por uma vez, sem previsão legal de prorrogação da liberação, face à revogação através da Lei nº 15.304/06 do dispositivo que constava da Lei nº 10.981/94, § único, artigo 3º (PARANÁ, 2015).

As duas leis mencionadas acima não foram encontradas na íntegra, portanto nos limitamos a apresentar o que consta no portal do servidor. Tanto os membros da direção regional quanto os da direção estadual têm o direito à liberação, porém a diferença se dá na maneira como isso ocorre.

A liberação das/os dirigentes estaduais é paga pelo estado, ou seja, ela mantém o vínculo no Estado sem prejuízos na carreira. No caso das horas liberadas para atuação das direções regionais, a liberação é paga pela APP-Sindicato, o que interrompe o vínculo com o Estado. Por exemplo, o dirigente regional professor/a pode optar por assumir vinte horas semanais de aula e as outras vinte horas solicitar a liberação para o trabalho sindical. No caso da/o funcionária/o, é necessário que este tire licença sem remuneração das quarentas horas semanais para que possa fazê-lo. Esta questão acaba inviabilizando a liberação das/os dirigentes regionais, pois traz prejuízos na carreira. Desta forma, a grande maioria acaba cumprindo com suas 40 horas semanais de trabalho e nos finais de semana realizam o trabalho sindical, ou seja, sacrificam o horário que seria de descanso do/a trabalhador/a para realizar atividades sindicais.

Cada Núcleo Sindical tem direito à vinte horas liberadas para cada mil sindicalizadas/os, conforme estabelecido no Regimento Único da APP-Sindicato. O NS de Francisco Beltrão possuía, em março de 2015, o total de 3.121 sindicalizadas/os, o que daria o direito à 60 horas liberadas mensais. No início de cada ano, na reunião de diretoria são apresentadas a quantidade de horas liberadas disponíveis e aberta as inscrições das/os interessadas/os. Lembrando que estas horas liberadas destinam-se ao trabalho de base, de visitas nas escolas e demais atividades sindicais, e, algumas vezes acabam não sendo preenchidas na totalidade.

Depois de apresentar um pouco da trajetória da APP-Sindicato e da luta sindical, no segundo capítulo trataremos especificamente da Escola de Formação, que iniciou suas atividades em 2007 e continua ativa até os dias atuais. Passou por diversas mudanças no decorrer desses anos, mas se constituiu num importante instrumento no processo de consciência das/os trabalhadoras/es em educação ligados a APP-Sindicato.

## **CAPÍTULO II: A ESCOLA DE FORMAÇÃO DA APP-SINDICATO, HISTÓRIA, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO**

Nós precisamos estudar, e estudar muito, porque nós não podemos estar na rua, nas ruas, para fazer monte, para ser massa, nós temos que estar lá sabendo por quê e o que queremos (Parabocz, 2013).

Este segundo capítulo trata especificamente da escola de formação da APP-Sindicato e tem como objetivo apresentar como ela se organizou no período de 2007 à 2014. Para tanto, foram coletados dados dos cadernos utilizados nos cursos de formação, bem como dos projetos, relatórios e demais documentos, a fim de demonstrar sua história, conteúdos e metodologias.

É possível observar a partir de 1995, nas atas do NS de Francisco Beltrão, registros que tratam da formação, da Organização por Local de Trabalho (OLT), dentre outras temáticas. A organização desses momentos de debate ocorreram através da realização de cursos, seminários e encontros. A preocupação com a formação era constante, a ata 42/95 mencionou a participação do professor Lauri Luiz Toassi, em um curso de Formação de Formadores. Conforme consta no registro, durante esta reunião, “este falou da OLT (Organização por Local de Trabalho) e da necessidade de se organizar em cada escola para fortalecer o sindicato” (Ata 42/95, 1995, p. 38).

Seguindo a leitura dos documentos encontramos na assembleia de março de 1996 a retomada da discussão sobre a OLT, tratando especificamente da eleição de representantes de escola e da comunicação destes com o Núcleo Sindical. Outro ponto interessante nessa assembleia, que merece destaque, diz respeito a preocupação em conhecer o Estado. “Segundo Lazier<sup>110</sup> nós devemos conhecer a fundo a estrutura e as leis de funcionamento do Estado, a APP deve tomar tais problemas com maior seriedade” (Ata 01/96, 1996, p. 42v).

A partir de 1996, observamos uma preocupação ainda maior com a questão da Organização por Local de Trabalho, inclusive com organização de seminários, tratando sobre a OLT, revolução industrial, processos históricos de lutas trabalhistas e a política neoliberal, conforme registrado na Atas 10 e 15 daquele ano.

No ano de 2000, na reunião de planejamento, apontou-se novamente a necessidade da promoção de seminário de formação sindical, política e pedagógica (Ata 01/00, 2000,

---

<sup>110</sup> Hermogenes Lazier, professor e dirigente sindical do NS de Francisco Beltrão, na época.

p. 86– 87v). Em setembro, encontramos registrado em ata, a realização de um seminário em Curitiba, que contou com a participação do Professor Pedro do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, o qual posteriormente reproduziu o seminário nas cidades de Francisco Beltrão e Realeza, com a denominação de “Seminário de Formação – como funciona a sociedade I” (Ata 11/00, 2000, p. 94v – 95). Em 2004, realizou-se um Encontro de Formação Sindical em Curitiba (Ata 22/04, 2004, p. 39 – 40v). Posterior a estes, encontramos os registros da formação a partir de 2007, quando mudou-se a forma de organização e a Escola de Formação Sindical da APP-Sindicato iniciou suas atividades através de uma parceria com o programa de formação da CNTE<sup>111</sup> que forneceu os cadernos com as teorias e com a UFPR, que certificou os cursos. Criou-se assim o programa de Formação Político Sindical para os dirigentes do sindicato e para a base, com a finalidade de constituir novas lideranças.

A necessidade de formar novos quadros dirigentes é constante e não se esgota nunca. A APP-Sindicato também necessita renovar seus quadros, tarefa esta que não é fácil. A dificuldade se dá em virtude de diversos fatores, como: falta de conhecimento, acomodação ou ainda pelos mais diversos impedimentos de ordem material ou pessoal.

Na tentativa de atender às demandas das/os trabalhadoras/es em educação nos mais diferentes aspectos, a APP-Sindicato se estrutura através das instâncias estaduais de deliberações que atualmente são: Assembleia Estadual, instância soberana (com participação de todos os sindicalizados); Congresso Estadual<sup>112</sup> (instância deliberativa ressalvadas as competências da Assembleia Estadual); Conferência Estadual de Educação<sup>113</sup> (deliberativa nas questões pedagógicas e educacionais); Conselho Estadual<sup>114</sup> (reúne-se antes da Assembleia Estadual com a função de propor, apreciar e acompanhar as diversas campanhas, decisões políticas e administrativas da diretoria estadual, regulamentar congressos e eleições, apreciar pareceres e relatórios do conselho fiscal e planos orçamentários); Conselho Fiscal<sup>115</sup> (examinam os livros contábeis, os registros e balancetes da Estadual e dos Núcleos Sindicais) e a Diretoria Estadual, (instância executiva orientada pela assembleia, congresso e conselho estadual, eleita por

---

<sup>111</sup> Proposta da Secretaria de formação da CNTE, objetivando “[...] disponibilizar para as entidades filiadas material de formação com vistas a proporcionar e garantir aos dirigentes os fundamentos necessários e complementares para a reflexão e compreensão do processo histórico da luta dos trabalhadores” (CNTE, 2008).

<sup>112</sup> Participam delegadas/os congressistas eleitas/os nos congressos regionais.

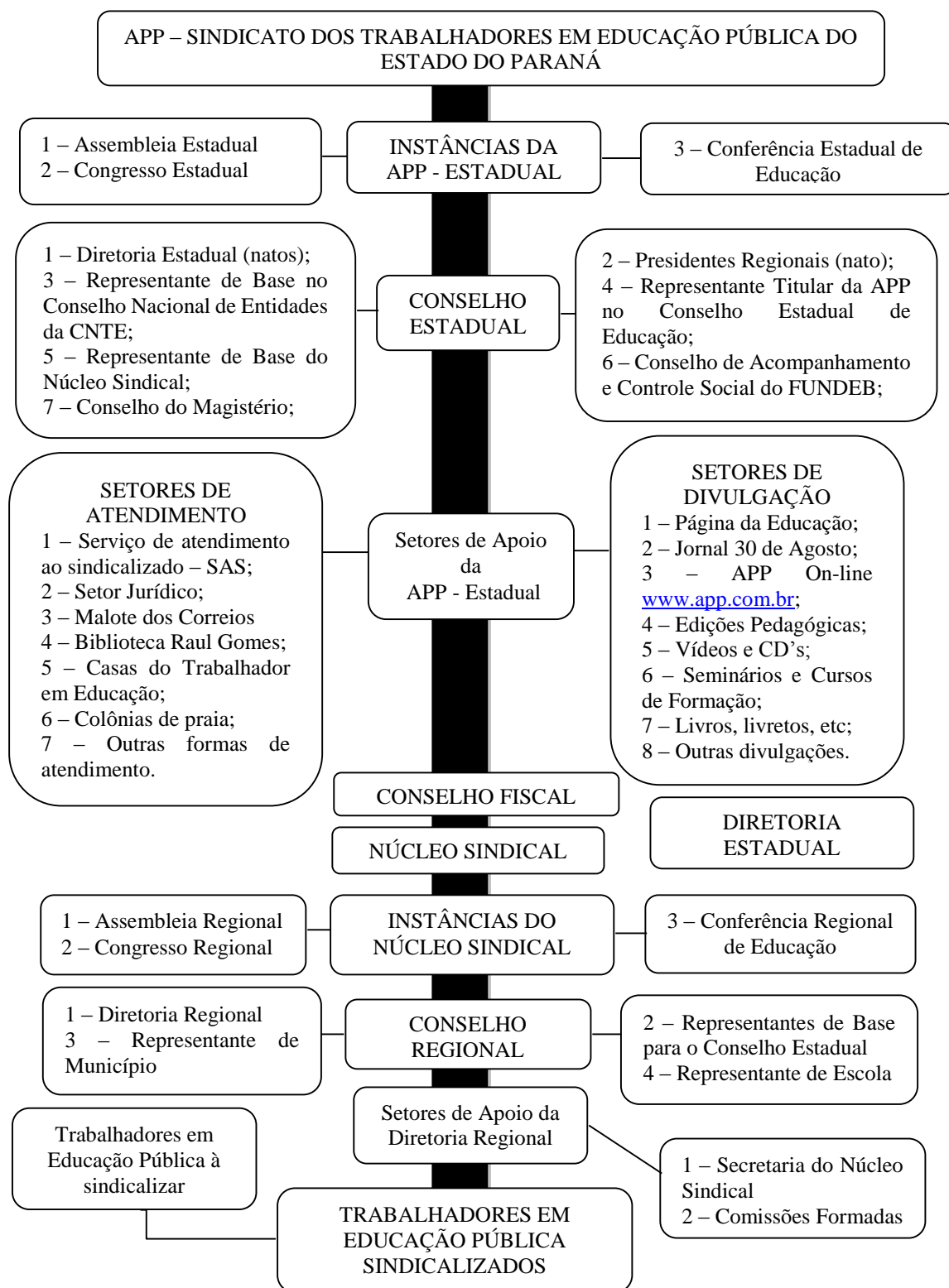
<sup>113</sup> Participam delegadas/os conferencistas retiradas/os das conferências regionais.

<sup>114</sup> Composto pela Diretoria Estadual, presidentes dos Núcleos Sindicais, representantes da APP-Sindicato na CNTE, presidente do Conselho Fiscal e representantes de base eleitas/os nas assembleias regionais, na proporção de um para cada mil sindicalizados no Núcleo Sindical.

<sup>115</sup> Composto por nove membros, eleitas/os independente e nominalmente.

voto) (APP-Sindicato, 2012, II). Para melhor visualização apresentamos a figura abaixo:

**Figura 1: Síntese da Estrutura da APP – Sindicato**



Fonte: Anjos (2008, p. 27), adaptada pela autora.

As Diretorias tanto Estaduais quanto Regionais, de acordo com o Estatuto vigente, são compostas por dezessete cargos, eleitos simultaneamente para um mandato de três

anos em conformidade com o Estatuto. Compõem atualmente as direções as seguintes secretarias:

I- Presidência; II- Secretaria Geral; III- Secretaria de Finanças; IV- Secretaria de Administração e Patrimônio; V- Secretaria de Organização; VI- Secretaria de Aposentados; VII- Secretaria de Assuntos Municipais; VIII- Secretaria Educacional; IX- Secretaria de Formação Política Sindical; X- Secretaria de Comunicação; XI- Secretaria de Sindicalizados; XII- Secretaria de Assuntos Jurídicos; XIII- Secretaria de Política Sindical; XIV- Secretaria de Políticas Sociais; XV- Secretaria de Funcionários; XVI- Secretaria de Gênero, Relações étnico-raciais e Direitos LGBT<sup>116</sup>; XVII- Secretaria de Saúde e Previdência (Estatuto APP-Sindicato, 2012, p. 16).

Vale ressaltar que essa composição atual foi construída no decorrer do tempo e não é a mesma composição inicial de 1947, uma vez que o número de secretarias foi se ampliando conforme a necessidade. O quadro a seguir traz as datas e as pessoas que ocuparam os cargos de presidência no período de 1947 à 2014.

**Quadro 1- Presidentes da direção estadual e NS de Francisco Beltrão (1947 – 2014).**

Ano	Direção Estadual	NS de Francisco Beltrão
1947	Faustino Fávaro	
1954	José Scheinkmann	
1961	Faustino Fávaro	
1963	Ocyron Cunha	
1966	Ismael Fabricio Zanardini	
1969	Antonio dos Santos Filho	
1971	Faustino Fávaro	
1973	Eduardo Tavares Pereira	
1976	Rubem de Oliveira (comissão provisória)	
1978	Izaías Ogliari	
1982	Izaías Ogliari	Leo Flach <sup>117</sup>
1985	Paulo Maia de Oliveira	Martha Westphal Lenoçh
1988	Isolde Benilde Andreato	Pedro Carbonera
1991	Izaías Ogliari	Vicente de Carli
1993	Mario Sérgio Ferreira de Souza	Hermógenes Lazier
1996	Romeu Gomes de Miranda	Claudete Fraportí
1999	Romeu Gomes de Miranda	Clecilda Parabocz
2002	José Rodrigues Lemos	José Francisco dos Santos Silveira <sup>118</sup>
2005	José Rodrigues Lemos	Miguel Forlin
2008	Marlei Fernandes de Carvalho	Miguel Forlin
2011	Marlei Fernandes de Carvalho	Clecilda Parabocz
2014	Hermes Silva Leão	Miguel Forlin

Fonte: Anjos (2008), Atas do NS de Francisco Beltrão. Informações organizadas pela autora.

Passaram pela direção da entidade durante toda essa trajetória diversas diretorias

<sup>116</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

<sup>117</sup> Renunciou ao cargo em 1983, passando a ser presidente o Professor Ernesto Schaffrath.

<sup>118</sup> Afastado por motivos de saúde foi substituído pela professora Maria Gesser Rohling de 29/05/2004 a 22/10/2005.



e um fato que chamou bastante atenção foi a quantidade de homens que exerceram o cargo de presidente, uma vez que a categoria é majoritariamente feminina. Temos o entendimento de que a direção não é apenas a presidência, que todas as secretarias são fundamentais para que se tenha uma boa gestão. De qualquer forma, entendemos que este dado pode se constituir em objeto de pesquisa, no sentido de entender como se dá a participação feminina nestes espaços, uma vez que o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho não veio acompanhado do compartilhamento do trabalho doméstico e do cuidado com a família.

Outro fator que merece destaque, diz respeito à reformulação estatutária da APP-Sindicato, ocorrida em 2012, estabelecendo no inciso V do artigo 38, que: “obrigatoriamente será garantida cota mínima de 50% de mulheres na composição da direção, preservando cota mínima de 30% de homens nas chapas apresentadas” (2012, p. 17). Esse critério vale para a composição das direções regionais e estadual, já adotado na composição das chapas que disputaram eleição em 2014, sendo também adotado para a formação de chapas para escolha de delegadas/os que representam a instituição em outras atividades. Ainda, o inciso VI do artigo 38, do Estatuto da APP-Sindicato ressalta que “as substituições de cargos das diretorias estadual e regionais que venham ocorrer deverão manter a cota de mulheres e de homens prevista no inciso V deste artigo” (2012, p. 17).

É importante registrar que o trabalho da diretoria sindical não é remunerado. Os diretores estaduais recebem o equivalente ao trabalho nas escolas, de acordo com o plano de carreira e ficam liberados de cumprir suas tarefas na escola se dedicando ao trabalho sindical. Já nas regionais, não há essa liberação, os diretores cumprem suas horas nas escolas e fazem o trabalho sindical nos horários de folga e nos finais de semana, sem receber salário por isso. Vale lembrar que todos os sindicalizados têm direito à participação nas instâncias deliberativas desde que atendam ao disposto no estatuto.

Mesmo com as dificuldades de tempo e distância, o Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, que abrange os municípios dos Núcleos Regionais de Educação de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, realizou/realiza o trabalho de base em uma área de atuação composta por vinte e sete Municípios no Sudoeste do Paraná. Sendo eles: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Capanema, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antonio do Sudoeste, São Jorge do

Oeste e Verê<sup>119</sup>.

A periodização de estudo deste capítulo compreende os anos de 2007, quando iniciou a formação via escola de formação até o ano de 2014. Tendo por objetivo analisar a formação sindical, caracterizar a população de estudo, detalhando quem são os cursistas e quais os critérios para a participação, assim como os conteúdos e as atividades realizadas. Para tanto, organizamos um banco de dados a partir das fichas de inscrição, da presença dos cursistas, dos projetos desenvolvidos, dos relatórios, das avaliações e dos cadernos utilizados no programa de formação.

O grande desafio que encontramos enquanto educadores e sindicalizados é o despertar de consciência dos trabalhadores, principalmente da educação, de que devemos lutar, mas não apenas pelos nossos interesses imediatos e individuais, mas sim que esta deve ser uma luta mais ampla pelos interesses da sociedade e de todo o povo. Com o objetivo de avançar nesse processo a APP-sindicato criou uma escola de formação política para fortalecer a luta da categoria e sua consciência, enquanto classe trabalhadora. O programa de formação passou por adequações no decorrer do tempo com o intuito de melhorar a qualidade, atender a demanda e ampliar a consciência dos educadores para que assumam um papel social e político (COELHO e CASTANHA, 2014, p. 214).

A direção da CNTE na apresentação do primeiro caderno utilizado na formação em 2007, o qual foi reeditado em 2011, ressaltou que:

“[...] a principal peculiaridade deste programa decorre do fato de ser todo ele concebido e estruturado pelos trabalhadores e trabalhadoras em educação, a partir da concepção de uma educação integral e de uma proposta político-metodológica pautada pela compreensão de sujeito e de realidade como totalidades históricas e do trabalho como princípio educativo e de construção coletiva do conhecimento (FERREIRA, 2011, p. 09).

O projeto inicial proposto pela CNTE era para ser desenvolvido em três anos. No entanto, a formação coordenada pela APP-Sindicato, embora tivesse seu planejamento inicialmente elaborado por triênio, não exigiu a obrigatoriedade da participação dos cursistas na sequência dos três anos, uma vez que a inscrição e a certificação foram feitas anualmente. Com o passar dos anos realizaram-se alterações no programa, na tentativa de atender às demandas da instituição. Atualmente é a própria APP-Sindicato que organiza os cadernos em parceria com a UFPR, de acordo com as temáticas que avalia serem

---

<sup>119</sup> Que pertence ao Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão e estava pertencendo ao Núcleo Sindical de Pato Branco. Passou a integrar o Núcleo Sindical de Francisco Beltrão após acordo entre os núcleos sindicais e referendo da assembleia estadual.

necessárias, sendo a universidade mencionada a responsável pela certificação.

Conforme matéria publicada em abril de 2007 no site institucional, a Secretária Estadual de Formação daquele ano, Maria Madalena Ames, reforçou que o objetivo do curso de Formação Político Sindical era o de preparar novas lideranças de trabalhadores e trabalhadoras de caráter classista e emancipador (APP-Sindicato, 2007a). Para tanto, organizou-se o programa de formação, cujo projeto era para os anos de 2007, 2008 e 2009, correspondendo a 180 horas de estudo para cada ano, das quais 100 horas seriam presenciais e 80 não presenciais, certificados pela UFPR. O registro nos possibilita entender que o objetivo era a formação de quadros para assumir às funções na instituição e atuar diretamente na base para fortalecer a categoria. A base da proposta do Programa Nacional de Formação da CNTE, adotada pela escola de formação em 2007, compreendia estudos de autores clássicos e contemporâneos nas áreas de sociologia, pedagogia, filosofia, política, economia e história.

O projeto inicial foi composto por quatro eixos temáticos considerados essenciais ao processo de formação. Três desses eixos foram estudados a partir de uma série de cadernos produzidos em parceria entre CNTE, CUT e APP-Sindicato e o quarto eixo, com temas transversais, foi desenvolvido paralelamente aos estudos dos eixos anteriores, mas sem contar com uma publicação específica. Além desse material, apresentaram-se sugestões de vídeos, seminários e oficinas a serem desenvolvidas.

A direção da CNTE, na apresentação do caderno sobre *Economia Política*, ressaltou que a publicação dos fascículos/cadernos se tornaram possível devido a parceria com o Sindicato dos Profissionais da Educação Pública do Estado de Mato Grosso – SINTEP/MT, o qual disponibilizou as versões dos cadernos utilizadas na formação dos educadores de Mato Grosso para que fossem revisadas e atualizadas para o uso no programa de formação da CNTE (MACIEL, 2007).

No quadro abaixo apresentamos os eixos, as temáticas e os objetivos de cada eixo planejados para a formação no projeto de 2007 - 2009. O Eixo I – Concepção Política e Sindical foi previsto para ser trabalhado no ano de 2007, o II – Formação de Dirigentes Sindicais, no ano de 2008 e o III – Planejamento e Administração Sindical em 2009.

É importante mencionar que todos os cadernos apresentados no quadro 02, referentes aos três primeiros eixos, podem ser encontrados no site da CNTE, no entanto, não é a mesma edição dos cadernos impressos mencionados neste trabalho, uma vez que os que estão disponíveis on-line, foram revisados e atualizados em uma nova edição.

**Quadro 2- Eixos, objetivos e cadernos, proposta 2007 – 2009.**

<b>Eixos</b>	<b>Cadernos/ Títulos</b>	<b>Objetivos do eixo</b>
I – Concepção Política e Sindical.	1º Introdução à Sociologia. 2º Teoria Política. 3º Economia Política. 4º Movimento Sindical e Popular Histórico. 5º Movimento Sindical na Educação no Brasil e no Paraná.	Proporcionar aos dirigentes uma fundamentação teórica e metodológica das concepções e teorias políticas, da história do movimento sindical e popular com recorte na organização dos/as trabalhadores/as da educação no Brasil e no Paraná.
II – Formação de Dirigentes Sindicais.	1º Fundamentos da Filosofia: Teorias do conhecimento; Lógica; Metodologia da atividade filosófica. 2º Teoria da Comunicação. 3º Análise de Conjuntura. 4º Estruturação e Organização Sindical. 5º Negociação Coletiva.	Possibilitar a formação política e prática na preparação dos dirigentes oferecendo uma formação metodológica.
III - Planejamento e Administração Sindical.	1º Planejamento Estratégico - o método. 2º Gestão Sindical e Planejamento Sindical: Relações de Trabalho; Administração de Finanças; Administração de Materiais. 3º Planejamento Estratégico da Ação Sindical. 4º Sistema Democrático de Relações de Trabalho.	Levantar elementos que ajudem a tornar o sindicato uma entidade democrática, bem administrada, participativa e coletiva para uma maior eficácia na ação sindical.
IV - Temas Transversais.	Não possui caderno, os Temas propostos são: Questão de Gênero; Combate a todas as formas de discriminação; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável; Financiamento da Educação – Fundeb <sup>120</sup> ; Planos de Carreira; Fundos de Pensão/Previdência; Currículo; Profissionalização de funcionárias/os; Formação Continuada; Orçamento Público e a Educação; Reforma Sindical, Trabalhista e as/os Trabalhadoras/es em Educação; Alca, Mercosul a Acordos Gerais de Livre Comércio; Reestruturação Produtiva; Neoliberalismo, Estado Mínimo e Serviço Público; Capacitação de membros de Conselhos Municipais e Estaduais de Educação e demais Conselhos; Outros.	Abordar temas fundamentais para a emancipação da classe trabalhadora e para a construção de uma sociedade socialista. Dentre os temas propostos, ênfase na questão de gênero, no combate a todas as formas de discriminação, na questão ambiental, na luta internacional da classe trabalhadora, entre outros.

Fonte: Site da APP-Sindicato. Informações organizadas pela autora.

Fez parte da proposta de formação, desde seu início até o ano de 2014, o desenvolvimento de uma etapa estadual e as etapas regionais. As etapas estaduais eram realizadas em Curitiba, das quais participavam representantes dos vinte e nove núcleos sindicais do Estado que, mediante essa participação, assumiam a organização dos cursos nas suas regionais. Segundo publicação no site da APP-Sindicato, referindo-se ao ano de 2007, “após cada etapa, os dirigentes regionais fizeram o repasse e a sistematização dos conteúdos trabalhados às educadoras e educadores participantes das etapas em todos os núcleos sindicais” (APP-Sindicato, 2007d).

<sup>120</sup> A sigla FUNDEB significa Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

As etapas regionais eram/são organizadas e repassadas nos Núcleos Sindicais, dependendo da temática são os próprios cursistas que participaram da etapa estadual que faziam/fazem o repasse dos conteúdos. No entanto, quando a temática exigia/exige conhecimentos teóricos dos quais não dominavam/dominam, estes organizavam/organizam o curso e convidavam/convidam outras pessoas para fazer o debate, geralmente outros/as professores/as da rede estadual, professores/as universitários/as ou representante de outras organizações sindicais.

O calendário das formações nas duas esferas era/é composto por encontros presenciais, sendo que, os estaduais ocorriam/ocorrem às sextas-feiras e aos sábados e os regionais, em sua maioria, aos sábados. Já as atividades não-presenciais foram/são realizadas através de leituras, sínteses e atividades no próprio local de trabalho. É importante destacar que havia/há flexibilidade nas datas em todas as etapas, tanto estaduais, quanto regionais, visando conciliar a formação com as lutas sindicais.

Com a ausência de um calendário fixo para as atividades formativas, geralmente a organização e a abertura das turmas regionais ocorreram após a primeira etapa estadual. O grupo de trabalho regional se apropriava das instruções, organizava o chamamento para abertura das inscrições, especificando o número de vagas, o cronograma prévio de datas, horários e critérios para participação. Na sequência, ao divulgar para a base, as pessoas interessadas definiam se participariam ou não da formação (COELHO E CASTANHA, 2015, 118).

A metodologia das atividades presenciais, em sua maioria, compreendiam uma fala, no período da manhã, lanche e debate e, no período da tarde, vídeos, trabalhos em grupo com leituras, discussões no grupo e posterior plenária para discussões mais gerais e encaminhamentos das atividades não presenciais. No que tange às atividades não-presenciais, era exigido de cada participante produção escrita ou comprovante de participação em atividades que eram recolhidas na etapa seguinte, mediante assinatura do cursista na listagem de entrega. A programação do dia não era fixa, podendo ser alterada para facilitar a organização e realização das atividades planejadas.

A formação contou e conta com um programa de informática acessado em todos os núcleos sindicais através de senha específica, onde eram/são feitas as inscrições para o curso e, após cada etapa presencial, registradas as frequências das etapas presenciais e as notas de cada participante, referentes à etapa não presencial. Em alguns núcleos sindicais quem fazia/faz esse trabalho de registro era/é o(a) secretário(a) de formação, em outros era/é a(o) funcionária(o) do sindicato. Estão arquivadas no núcleo sindical as fichas de inscrições, frequências e as atividades não presenciais entregues.

É importante destacar que são feitas avaliações e planejamentos anuais das atividades que serão realizadas nos cursos, de acordo com as necessidades do sindicato, ou seja, nesses momentos são sugeridas as temáticas de formação, encontros e eventos para o ano seguinte. As avaliações são feitas através de questionários entregues aos cursistas e aos coordenadores de cada turma, com questões de múltipla escolha e abertas, inclusive com sugestões de temáticas a serem trabalhadas no ano seguinte. O grupo de trabalho, a secretaria estadual de formação e seus assessores acolhem as sugestões e a partir daí são planejadas as temáticas e a ordem em que serão trabalhadas (COELHO e CASTANHA, 2015, p. 117).

No primeiro ano, em 2007, o programa de formação passou por três etapas: a elaboração e publicação do material didático, a realização do seminário estadual de capacitação dos/as secretários/as de formação e formadores (etapa estadual) e a realização de atividades formativas nos núcleos sindicais (etapas regionais). O público participante foi prioritariamente os/as trabalhadores/as em educação pública do Paraná, sindicalizados, as diretorias dos Núcleos Sindicais, os representantes de base, de município e de escola, membros do conselho fiscal e professores municipais. Inicialmente foram disponibilizadas duas vagas para cada Núcleo Sindical na turma estadual, havia a orientação para abertura de vinte e nove turmas regionais com a garantia de inscrição para cinquenta cursista em cada turma (APP-Sindicato, 2007c).

A turma estadual visava a formação de formadores, também chamados de multiplicadores<sup>121</sup>. Ou seja, as pessoas que participaram/participam das etapas na estadual eram/são responsáveis pela organização dos cursos nas suas regionais. Em Curitiba eram/são repassadas as instruções e, juntamente com o GT de formação, os núcleos sindicais se organizaram/organizam para desenvolver as etapas regionais.

A formação que teve início em 2007, denominava-se *Jornada Pedagógica: Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos*. Destinada a formação política dos educadores, realizou-se de 2007 a 2009. Em 2008, mediante a necessidade da instituição em melhorar a organização por local de trabalho, organizou-se também a *Jornada Pedagógica Curso de Formação para Representantes de Escola*, realizado de 2008 a 2010. Mesmo com as mudanças de organização, a denominação da formação nos anos de 2010 e 2011 permaneceu como *Jornada Pedagógica: Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos*. A partir de 2012 o nome do curso passou a ser *Educação Sindical*.

O curso foi pensado inicialmente para um triênio, sem a obrigatoriedade do

---

<sup>121</sup> Aqueles que tem a incumbência de multiplicar o conhecimento adquirido através dos conteúdos em seus núcleos sindicais.

cursista participar dos três anos, portanto, para facilitar a organização e a localização do leitor no texto, organizamos os subtítulos por triênio, e nos quadros que tratam das formações, para simplificar a identificação utilizamos as siglas: DCEPQ: Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos, CFRE: Curso de Formação para Representantes de Escola, ES: Educação Sindical e NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

### Formação Política 2007 – 2009

De acordo com as notícias publicadas no site da APP-Sindicato em 2007, o primeiro encontro estadual realizou-se de 13 a 15 de abril, no qual cada núcleo sindical indicou duas pessoas, a/o secretária/o de formação e outra pessoa com disponibilidade de auxiliar nas etapas regionais, uma vez que teriam o papel de multiplicar o conteúdo da formação. O quadro abaixo apresenta os dados da etapa estadual realizada em 2007.

#### Quadro 3- Cronograma 2007 – Etapa Estadual

Etapa	Datas	Temas/ Palestrantes/ Programação
I-	13 a 15/04	O tema “Introdução à sociologia” foi trabalhado pelos professores doutores: Marcos Ferraz (UFPR) e Juarez Guimarães (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) além de formadores da própria APP-Sindicato que encaminharam os debates.
II-	08 a 10/06	Sobre a programação dessa etapa não foram encontradas informações no site.
III-	03 a 05/08	O tema foi “Economia Política”, tendo como convidadas/os a Professora Doutora Taís Tavares Moura, o Deputado Federal Dr. Rosinha (PT/PR) e Gustavo Godas, Assessor de relações internacionais da CUT e integrante do Fórum Social Mundial.
IV-	28 a 30/09	O tema foi "História do Movimento Sindical Brasileiro" com a seguinte programação: <b>28/09 - Sexta-feira:</b> Credenciamento e entrega dos trabalhos da III Etapa; Abertura; Educadoras(es) e militantes de "carne e osso": alguns apontamentos para o debate - Profª Drª Andréa Caldas (UFPR); Intervalo; Debate - Profª Drª Andréa Caldas (UFPR); Almoço; O que é classe? - Prof. Dr. Claus Germer (UFPR); Intervalo; Continuação - Prof. Dr. Claus Germer (UFPR); Considerações sobre o Sindicalismo Europeu e Concepções do Movimento Sindical - Prof. Dr. Marcos Ferraz (Minero); Jantar; Sugestão de leitura: Apostila IV - Resistir e Reivindicar (p. 14 - 19). <b>29/09 – Sábado:</b> História do Movimento Sindical Brasileiro - do fim do trabalho escravo até 1930 - Prof. Sérgio Marson; História do Movimento Sindical Brasileiro (1930 – 1954) - da Revolução de 30 ao Getulismo - Edson Cruz; Intervalo; Trabalho em grupo; Almoço; Exposição dos grupos; História do Movimento Sindical Brasileiro (1954 – 1964) - do suicídio de Getúlio Vargas até o golpe de 64 - Prof. Sérgio Marson; Intervalo; História do Movimento Sindical Brasileiro (1964 – 1989) - da ditadura à democratização - Prof. Sérgio Marson; Debate; Encerramento; – Jantar; Histórico da CUT-PR e CUT-Brasil - Roberto Von Der Osten e Prof. Miguel Angel A. Baez. <b>30/09 – Domingo:</b> Encaminhamentos da Etapa IV - avaliação, entrega da pesquisa sociocultural e roteiro das turmas regionais; Estratégias e Desafios do Movimento Sindical Brasileiro - Caio Galvão; Intervalo; Debate;
V-	26 a 28/10	O tema foi “Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação no Brasil” com a participação dos/as professores/as: Dra Rose Meri Trojan, da UFPR, Ms. Maria Rosa Chaves Kunzle, Dra. Marta Sueli de Faria Sforini, da UEM (Universidade Estadual de Maringá), Juçara Maria Dutra Vieira, da CNTE e Ms. Giselle Moura Schnorr. Pela APP-Sindicato, participaram os dirigentes da entidade: professora Marlei Fernandes de Carvalho e professor Miguel Angel A. Baez.

Fonte: Site da APP-Sindicato – Formação. Informações organizadas pela autora.

É importante mencionar que as informações do quadro da página anterior foram retiradas das notícias publicadas no site da instituição, o qual só disponibilizou a programação completa da quarta etapa. Realizaram-se em 2007 cinco etapas presenciais e, para efeito de certificação, exigiu-se a participação mínima de 75% nas atividades. A carga horária da formação tanto estadual quanto regional, em 2007, foi de “180 (cento e oitenta) horas por turma, assim distribuídas: 05 (cinco) atividades presenciais de 20 (vinte) horas cada; 04 (quatro) atividades não presenciais também de 20 (vinte) horas cada”. Do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, participaram da etapa estadual no ano de 2007 o/a professor/a José Claudio Rech, secretário de formação, e Jussara Aparecida Ribeiro, secretária geral (RELATÓRIO, 2007).

O relatório da Secretaria Estadual de Formação da APP-Sindicato, referente a 2007, enfatizou que a realização da turma estadual garantiu as condições para as/os cursistas se tornarem equipes multiplicadoras que atuaram nas trinta e duas turmas regionais. A formação envolvendo a etapa estadual e as regionais foi denominada de jornada pedagógica: “**Desafios para a Construção da Escola Pública que queremos**”, e obteve a participação de um mil e quatrocentos trabalhadoras/es, que exerciam as funções de professoras/es, pedagogas/os e funcionárias/os de escolas das redes estadual e municipal.

O primeiro eixo trabalhado nas etapas regionais referiu-se à Concepção Política e Sindical, apresentando, de forma sintética, concepções teóricas sobre política, principais projetos políticos e sociais, a evolução do pensamento econômico, destacando a história do movimento sindical no Paraná, no Brasil e no Mundo. Conforme indicado no quadro 2, para se trabalhar as temáticas do Eixo I – Concepção e Política Sindical foram produzidos vários cadernos, aqueles que foram utilizados nas etapas de formação no Núcleo Sindical de Francisco Beltrão serão melhor detalhados na sequência. Os cadernos analisados aqui, conseguimos emprestado com uma cursista, uma vez que a biblioteca do Núcleo Sindical não possui arquivo desse material. É possível que tenham sido usados outros materiais durante a formação, os quais não serão objetos de análise, por não ter sido possível sua identificação.

O curso regional teve início com o estudo do fascículo II denominado *Teoria Política*<sup>122</sup>, o qual apresentou já na introdução, o poema o Analfabeto Político de Bertolt

---

<sup>122</sup> O caderno foi organizado por Alair Suzetti da Silveira, Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal do Mato Grosso. Graduada em Ciências Sociais, Especialista em Sociologia Política e Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (SILVEIRA, 2007).



Brecht, iniciando assim a discussão sobre política. O caderno dividia-se em cinco capítulos, sendo eles: I- Política na prática do coletivo; II- O Estado Capitalista; III- Principais projetos políticos e sociais; IV- Em questão a problemática da democracia; V- O Estado frente ao processo de globalização.

Este caderno abordou os conceitos de poder e Estado, apresentou os clássicos da ciência política: Hobbes, Locke, Rousseau, explicando a origem do Estado de acordo com suas concepções e Maquiavel que, além da conquista do poder, tratou das condições para a manutenção dos governantes no poder.

Na sequência, o caderno trouxe as contribuições de Karl Marx referentes à luta de classes, mais-valia, valor e preço, salário, forças produtivas, lucro, Estado, infraestrutura e superestrutura e modo de produção. O material procurou diferenciar a dialética hegeliana da dialética marxista, tratando da consciência de classe em si e da consciência de classe para si. De Antonio Gramsci, trouxe apontamentos com relação à ampliação da compreensão de Estado na perspectiva da sociedade civil e sociedade política, hegemonia, ideologia, intelectual orgânico, guerra de movimento e guerra de posição, crise de hegemonia e partido político. Com base em Claus Offe, tratou da concepção de que o Estado é um instrumento de dominação em constante disputa e, permanentemente ameaçado, pois não é um espaço de poder exclusivo da classe dominante. Segundo Offe “[...] a democracia encobre a relação de comunhão de interesses entre o Estado capitalista e os capitalistas, transformando o Estado no reflexo do interesse coletivo” (Apud SILVEIRA, 2007, p. 30).

Além do que foi mencionado, esse caderno tratou também de questões eleitorais, do que orientou e orienta os projetos políticos e de como nos comportamos com relação à disputa eleitoral, pois, tradicionalmente, a grande maioria da população escolhe pela figura do candidato e não por seus projetos. Expôs ainda as características e ideologias do liberalismo clássico, socialismo científico, social-democracia, neoliberalismo, terceira via e a experiência do leste europeu.

A questão da democracia desenvolvida no caderno baseou-se no autor Norberto Bobbio, e se deu em torno da seguinte pergunta: é possível democracia política sem democracia social? Fechando o caderno encontramos dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB), doenças, poder e economia a fim de analisar o Estado frente ao processo de globalização.

O caderno apresentou ainda dois anexos: 1º Dossiê, a ofensiva conservadora, a cultura do medo: nova etapa do capitalismo escrito por Flavio Aguiar; 2º Para uma teoria

do conhecimento em Gramsci de autoria de Giovanni Semeraro<sup>123</sup>. Os anexos foram apresentados no formato de artigo mais extensos. O caderno trouxe ainda indicações de filmes: Danton, o processo da revolução; Epidemia; Macunaíma; Missing – desaparecido; Rainha Margot; Regras da Vida; Os subversivos. É importante destacar a presença dos poemas de Bertold Brecht e Cora Coralina, além das frases de Leonardo da Vinci e Mário Quintana e as charges de Hélio Arakaki, que ilustraram o caderno.

Além dos poemas, outra característica importante dos cadernos de 2007 foi o fato de trazer questões para reflexão. As questões apareceram em todas as temáticas com o objetivo de proporcionar reflexão e debate, tendo o/a formador/a o importante papel de articulação entre a teoria construída historicamente e a realidade vivenciada no momento. Destacamos a seguir algumas das questões presentes no caderno, as quais julgamos relevantes:

Como Podemos definir o Estado e a sua relação com a sociedade? Quais os ensinamentos de Maquiavel para a atualidade? Será que a explicação de acumulação capitalista (mais-valia) ainda é válida na atualidade? Por quê? Em que estágio de “consciência de classe” estamos? Porque a hegemonia é tão fundamental para a transformação social? Qual a relação entre o Estado e a sociedade civil? Quais são os projetos de sociedade dos principais partidos políticos brasileiros? Qual a relação entre democracia, desemprego e violência? Quais as principais mudanças que se pode observar no papel do Estado, hoje? (SILVEIRA, 2007, p. 19 - 50).

O segundo caderno utilizado na formação regional tinha como título *Economia Política*<sup>124</sup>, cujo desafio era abordar a temática de forma que facilitasse a compreensão da realidade social, para tanto apresentou os seguintes textos: Síntese da evolução do pensamento econômico; O surgimento da economia política como ciência; A economia política de Karl Marx; A teoria econômica neoclássica (marginalista); Keynes e a economia política do século XX; Neoliberalismo (ou novo frenesi liberalista); Algumas reflexões sobre política econômica brasileira, além de um texto para leitura complementar, intitulado, “A colmeia murmurante ou velhacos que se tornaram honestos”, poema de Bernard Mandeville<sup>125</sup>.

De acordo com Maciel (2007) o objetivo não era formar especialistas em ciências econômicas, mas sim contribuir para a formação complementar da cultura geral das/os

---

<sup>123</sup> Professor de Filosofia da Universidade Federal Fluminense (SILVEIRA, 2007, p. 67).

<sup>124</sup> O autor deste caderno é João Orlando Flores Maciel, Professor Adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso, Mestre em Economia Regional e Urbana pela USP/SP (MACIEL, 2007).

<sup>125</sup> “A obra de Mandeville traz dois elementos importantes para a Teoria econômica: 1º- a distinção entre o normativo e o positivo, ou seja, o que deve ser e o que é, com ênfase neste último e, 2º- o reconhecimento de que o ser humano está sujeito à influência das paixões” (MACIEL, 2007, p. 55).

trabalhadoras/es em educação.

Ao se incluir textos de Economia Política de diferentes escolas, com diferentes ideologias, como é o caso da Escola Marxista frente à Escola Hedonista (Neoclássica), temos o propósito de instigar o espírito crítico dos(as) participantes do Programa de Formação, dando-lhes a possibilidade de comparar princípios e conceitos, tanto entre as Escolas do pensamento econômico, quanto com observações pessoais da realidade social que nos cerca (MACIEL, 2007, p. 09).

O caderno não privilegiou apenas uma teoria, mas sim procurou dar base histórica e teórica sobre o processo de produção e acumulação do capital, contextualizando historicamente como se deu a construção da sociedade para, a partir do debate e da relação teoria e prática, construir uma nova visão de mundo. Nesse sentido, manteve as questões para discussão após a apresentação teórica.

O caderno Economia Política trouxe ainda como anexo os textos: A gestão da educação como setor público não-estatal e a transição para o estado fiscal no Brasil, escrito por Raquel Pereira Chainho Gandini e Sandra Aparecida Riscal; Adeus às oligarquias? de autoria de Francisco de Oliveira<sup>126</sup>; O “efeito pedra no lago” já era, escrito por Franklin Martins<sup>127</sup>. Além da indicação dos seguintes filmes: Gandhi, Giordano Bruno, Amistad, Caminho para Guantánamo, Cidade de Deus, Terra em Transe, Dr. Zhivago. Neste caderno utilizaram-se frases de: Émile Zola, Bertold Brecht, Leonardo da Vinci, Paulo Freire e Mário Quintana.

O fascículo 4: *Introdução à História do Movimento Sindical*<sup>128</sup>, mostrou a classe trabalhadora enquanto sujeito da história. Correspondeu à terceira etapa presencial da formação regional. Sobre a elaboração deste material, Goettert destacou que:

É importante dizer, portanto, que este texto foi escrito a partir de amplas e variadas fontes bibliográficas. Por isso, as questões aqui levantadas devem ser entendidas como iniciais e bastante gerais, em que o aprofundamento, de cada uma delas, será possível mediante os textos apresentados nas referências bibliográficas e em outras fontes (GOETTERT, 2007, p. 07).

O caderno tratou dos seguintes tópicos: História, trabalhadores e trabalhadoras e

---

<sup>126</sup> Professor titular aposentado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), coordenador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania - FFLCH-USP (MACIEL, 2007, p. 71).

<sup>127</sup> Jornalista e ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal (MACIEL, 2007, p. 78).

<sup>128</sup> A autoria do caderno é de Jones Dari Goettert, graduado em História em 1997, pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Mestre em Geografia em 2000, pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, ingressou no Doutorado em Geografia em 2001 na UNESP (GOETTERT, 2007).

sujeitos históricos-sociais; Resistir, reivindicar; Considerações sobre o sindicalismo europeu; Algumas concepções do movimento sindical; História do sindicalismo no Brasil; O movimento sindical nos Estados e Considerações sobre a participação da mulher. É um caderno histórico que trouxe um pouco das lutas operárias e a resistência dos trabalhadores. Tratou do surgimento e trajetória do sindicalismo, bem como das concepções e seus principais teóricos. Sobre o sindicalismo brasileiro, dividiu a história em três períodos: 1º - do surgimento até 1930; 2º - de 1930 a 1964; 3º - de 1964 até a década de 1990.

O tópico sobre o movimento sindical nos estados orientava os cursistas a retomarem o resgate histórico do movimento sindical em seus estados, mas não apresentou um texto elaborado. Essa atividade se caracterizou como não presencial, sendo que o caderno sugeria o seguinte roteiro para contribuir no processo de pesquisa:

1. Cada participante deve fazer um resgate da história do movimento sindical do seu estado, contemplando as origens históricas do movimento sindical, as principais categorias, os principais padrões, os principais enfrentamentos: greves, mobilizações etc.
  2. Qual a importância do resgate dos movimentos sociais na história para o entendimento do sindicalismo no seu estado?
  3. Quais as influências no “novo sindicalismo” para a construção sindical no seu estado?
  4. A história do movimento sindical no seu estado pode ser compreendida na relação com a história do movimento sindical nacional?
  5. Como se deu o surgimento da CUT no seu estado?
  6. Quais os instrumentos necessários e possíveis para enfrentar os desafios que se colocam para o movimento sindical no seu estado? Quais as principais bandeiras? Quais os principais enfrentamentos?
- (GOETTERT, 2007, p. 51).

O caderno também trouxe um tópico sobre a participação da mulher, temática de muita relevância, uma vez que se observava/observa um silêncio da história no que se refere à participação da mulher, mas na qual ela sempre esteve presente. Procurou resgatar historicamente o domínio do homem sobre a mulher, apresentando dados sobre a participação feminina em sindicatos no período de 1896 a 1932, em âmbito mundial e nacional. O tema fez parte do Eixo IV e não possuía caderno específico, mas estava previsto para ser discutido de forma paralela aos demais eixos. Para desenvolvê-lo foram sugeridas as seguintes questões para debate no grupo:

1. Por que, por muito tempo, a historiografia pouco escreveu sobre as mulheres na História?
2. Quais eram os papéis desempenhados pelas mulheres antes do capitalismo?

3. Qual era a condição da mulher com o advento do capitalismo?
4. Quais as dificuldades encontradas pelas mulheres, desde o advento do capitalismo, para a efetiva participação nas entidades sindicais? Atualmente, como as mulheres estão se colocando nestas entidades?
5. A discussão sobre relações entre mulheres e homens (poder, dominação, subordinação, igualdade, respeito etc.) pode ser também parte das discussões nos sindicatos? Por quê?
6. As questões pertinentes ao gênero foram resolvidas com o mundo moderno e, hoje, neoliberal? Quais as formas de dominação que, atualmente, se colocam na relação entre homens e mulheres? (GOETTERT, 2007, p. 58).

Os anexos trouxeram textos que consideramos importantes, tais como: “Educadoras(es) e militantes de “carne e osso”: alguns apontamentos para o debate”, de Andréa Caldas<sup>129</sup>; “Sobre o conceito e o “não conceito” de classes em Marx”, de Mauro Iasi; Histórico da CUT Paraná e Histórico da CUT Brasil, os quais não possuem autores. Nesse caderno encontramos frases de Carlos Drummond de Andrade, Paulo Freire, Nancy Cristine Gomes, Aroldo Pereira, Fernando Pessoa e Bertolt Brecht. E foram indicados os seguintes filmes: O que é isso, companheiro?; A revolução não será televisionada; Cabra marcado para morrer; Daens: um grito de justiça; Eles não usam Black-tie; Entreatos; Brava gente brasileira; Um grito de liberdade. O caderno manteve a organização dos anteriores com questões para discussão sempre ao término da apresentação teórica.

O fascículo 5: *Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação no Brasil*, foi escrito por João Antonio de Monlevade<sup>130</sup>. O caderno foi dividido em quatro temas: I – “Quem são e o que são os profissionais da educação”, II – “Constituição Histórica da Categoria dos profissionais da Educação Escolar no Brasil”, III – “O Movimento de Sindicalização dos Educadores no Brasil”, IV – “Questões e Desafios para o Movimento Sindical dos Educadores”. Tal fascículo iniciou conceituando termos como educação, educação escolar e os profissionais da educação e em seguida fez um resgate histórico desde os jesuítas até a década de 1980. Na sequência, destacou os primeiros sindicatos e o movimento das/os educadoras/es públicos entre a divisão e a unificação, apontou a criação da CUT, os limites na profissionalização, sindicalização e unificação e finalizou com a trajetória das/os trabalhadoras/es no Estado, que era uma espécie de roteiro de pesquisa onde o cursista deveria buscar informações referentes ao seu Estado.

---

<sup>129</sup> Professora do Departamento de Planejamento e Administração Escolar da Universidade Federal do Paraná. Doutora em Educação pela UFPR (GOETTERT, 2007, p. 61).

<sup>130</sup> Sociólogo (Spring Hill College, EUA), Licenciado em Filosofia (Fac. Filosofia N. Sra. Medianeira, SP), Mestre em Administração Escolar (Unicamp), Doutor em Educação (Unicamp); foi Professor dos níveis fundamental e médio, Professor da UFMT; Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Mato Grosso (1985-1989), Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE (1987-1991); Membro do Conselho Nacional de Educação (1996-2000) (MONLEVADE, 2007).

Compunha o caderno frases enriquecedoras de José Martí, Che Guevara, Paulo Freire, Cora Coralina e Bertold Brecht, além da indicação dos seguintes filmes: *Germinal*; *Nós que aqui estamos por vós esperamos*; *Wal-Mart – o alto custo do preço baixo*; *Olga*; *Quilombo*; *Sociedade dos poetas mortos*; *Tempos Modernos*.

Quanto a metodologia do caderno, o próprio autor, Monlevade, destacou na apresentação que tratava-se do ver-julgar-agir para todos os temas, pois consistia em alternativas de pesquisa, texto de estudo e sugestões para a ação. Segundo ele, os textos seguiam uma sequência temática e histórica, procurando abranger a totalidade do tema geral. Como anexos, trouxe os seguintes textos: “Escola Pública e Feminização Docente: da instrução à educação”, de Marta Sueli de Faria Sforzi<sup>131</sup>; “Estado e Sindicalismo no Brasil, conflito, consenso, pacto ou parceria?”, de Moacir Gadotti<sup>132</sup>; “A Educação Popular no Brasil da década de 50 até os dias atuais”, de Maria Regina Martins Cabral<sup>133</sup>.

Ao analisar os cadernos utilizados no ano de 2007 e a proposta apresentada para a formação, observamos que estavam presentes nos fascículos os temas transversais que não possuíam publicação específica. Na tentativa de trazer o maior número de elementos possível, consultamos as listas de presença dos cursistas da formação correspondentes às cinco etapas realizadas durante o ano. Cada etapa realizou-se em dois dias, o primeiro com atividades nos três períodos: matutino, vespertino e noturno no segundo, apenas matutino e vespertino.

#### **Quadro 4- Etapas/datas/participantes da Formação DCEPQ, 2007, NSFB**

<b>Etapas</b>	<b>Data de realização</b>	<b>Número de Participantes</b>
I – Introdução à Sociologia	25 e 26 de maio (sexta-feira e sábado)	62
II – Teoria Política	29 e 30 de junho (sexta-feira e sábado)	53
III – Economia Política	24 e 25 de agosto (sexta-feira e sábado)	55
IV – História do Movimento Sindical e Popular Histórico	18 e 19 de outubro (quinta-feira e sexta-feira)	52
V – Movimento Sindical na Educação	09 e 10 de novembro (sexta-feira e sábado)	51

Fonte: Lista de presença de 2007. Informações organizadas pela autora.

Legenda: DCEPQ: Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos; NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

<sup>131</sup> Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPE da Universidade Estadual de Maringá – Maringá –PR. Doutora pela Universidade de São Paulo – USP (MONLEVADE, 2007, p. 56).

<sup>132</sup> Filósofo e pedagogo, diretor do Instituto Paulo Freire, é professor titular da Universidade de São Paulo onde leciona História das ideias pedagógicas. Foi professor de filosofia e história da educação na Pontifícia Universidade Católica - PUC de São Paulo, PUC de Campinas (SP) e na UNICAMP. Publicou vários livros, entre eles: *Convite à leitura de Paulo Freire*, *Pensamento pedagógico brasileiro*, *Escola cidadã*, *História das ideias pedagógicas* e *Pedagogia da Práxis*, onde desenvolve uma proposta educacional, cujos eixos são a formação crítica do professor e a construção da escola pública popular autônoma (escola cidadã), numa perspectiva dialética e integradora da educação (MONLEVADE, 2007, p. 63).

<sup>133</sup> Coordenadora do Projeto “Escola e Comunidade Construindo Qualidade na Escola Pública. Assessora de Projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos. Mestranda em Educação na Universidade Federal do Maranhão – UFMA (MONLEVADE, 2007, p. 86).

As etapas regionais foram coordenadas por José Cláudio Rech e Jussara Aparecida Ribeiro. Além dessas etapas presenciais, os cursistas realizaram em casa ou no local de trabalho a etapa não presencial que compunha a carga horária total do curso. Para comprovar o desenvolvimento de tais atividades, eram entregues no encontro seguinte relatórios sobre as leituras, sínteses e participação nas atividades realizadas pelo sindicato. Grande parte desse material encontra-se arquivado no Núcleo Sindical.

No ano de 2008, de acordo com a APP-Sindicato (2009, I, p. 07), além do Projeto de Formação Político Sindical, foram desenvolvidos os Projetos de Gênero e Organização por Local de Trabalho - OLT. O Projeto Formação de Gênero, desenvolvido em parceria com a UFPR e a UEM, trouxe para o debate temas como gênero, raça e diversidade sexual, com subsídios para a ação pedagógica nas escolas; enquanto o Projeto OLT, priorizou a participação do/a educador/a representante do sindicato, no chão da escola, reconhecido como pessoa importante e central na atuação sindical. Essa ampliação na formação resultou na melhoria da qualidade nas ações dos núcleos sindicais, pois além da etapa teórica realizada na sede regional do sindicato, as/os cursistas levaram para suas escolas a tarefa de organizar no seu local de trabalho debates e informações que poderiam ampliar o processo de consciência das/os educadoras/es.

Todos os programas de formação da APP-Sindicato seguiram/seguem a mesma estrutura, com turmas estaduais de que seriam/são destinadas aos multiplicadores e turmas regionais, com a participação da base sindicalizada.

Conforme indicado no relatório (APP-Sindicato, 2008), a formação atingiu o número de um mil e setecentos educadores em todo o Estado, considerando que os participantes da etapa estadual organizaram as etapas regionais nos núcleos sindicais, atuando como formadores. Lembramos que nem todas as pessoas que passaram pelo curso no decorrer do ano de 2008 receberam a certificação, pois para conseguir a mesma se fazia necessário ter a frequência mínima de noventa por cento nas atividades. A carga horária da formação tanto estadual quanto regional, em 2008, teve 160 (cento e sessenta) horas por turma.

No ano de 2008, realizaram-se três etapas estaduais, das quais participaram pelo NSF, José Cláudio Rech e Jussara Aparecida Ribeiro e nas quais foram trabalhadas as temáticas dos cadernos que, posteriormente, foram utilizados nos cursos nas regionais. Segundo relatório da secretaria de formação (2008), participaram dessas etapas estaduais oitenta e oito pessoas. O cronograma com as datas e os temas debatidos foram sintetizados no quadro a seguir.

## Quadro 5- Cronograma e Temas debatidos na Etapa Estadual - 2008

Etapa	Datas	Temas/ Palestrantes/ Programação
I-	04 a 06 de abril	<p>A professora Madalena Ames, secretária de Formação Sindical da APP, deu as boas-vindas aos participantes. Foi apresentado um vídeo com imagens das outras etapas do curso, realizadas em 2007. Participou desta etapa o jornalista Vito Giannotti e a etapa teve a seguinte programação:</p> <p><b>04/04 - Sexta-feira:</b> Credenciamento; Abertura: apresentação do clip do Eixo I de 2007; 1º tema – “Comunicação Sindical: Um mosaico de mil pedras”; Intervalo; 2º tema – “Comunicação para disputa da hegemonia” (capítulo 4); Almoço; “As muralhas da linguagem” (capítulos 2 e 3); Intervalo; Exercícios de linguagem (palavras); Exercícios de linguagem (frases); encerramento; Jantar - Hotel Centro Europeu; Confraternização - 'Festa da Gralha Azul', no Hotel Centro Europeu.</p> <p><b>05/04 – Sábado:</b> “Comunicação e hegemonia no Brasil” (capítulos 5 e 6); Intervalo; Debate; Almoço; “Comunicação Sindical: A arte especializada”; Intervalo; Análise em grupo e plenária da comunicação da APP (jornal, página eletrônica, etc); Encerramento</p> <p><b>06/04 – Domingo:</b> Orientação para o Curso de Formação pra Representantes de Escola (OLT); Intervalo; Continuação das orientações e informes, Almoço.</p>
II-	06 e 07 de junho	<p>Participou dessa etapa, na sexta-feira, o secretário de Política Social e Econômica da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras da América e Organização Regional Interamericana de Trabalhadoras/es, Rafael Freire Neto e a professora Marlei Fernandes, secretária de Organização da APP-Sindicato que falou sobre a Etapa III do Eixo II do Curso. No sábado, o palestrante foi o professor Sebastião Velasco e Cruz, da Unicamp, tratando sobre Teoria e método de análise de conjuntura e sobre como fazer análise de conjuntura, a partir do texto "O impeachment: uma crise singular".</p>
III-	07 e 08 de novembro	<p>A abertura do evento foi feita pela secretária de formação política sindical, Maria Madalena Ames, e pela presidente da APP- Sindicato, Marlei Fernandes de Carvalho, que falou sobre o andamento das negociações com o governo.</p> <p><b>07/11 - Sexta-feira:</b> Credenciamento; Abertura; Análise da Conjuntura - Elomar do Nascimento Cezimbra - Dirigente Nacional do MST e Coordenador do CEAGRO/MST (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia); Intervalo; Debate; Almoço; Financiamento da Educação no Brasil - Professora Doutora Andréa Barbosa Gouveia; Intervalo; Controle Social do Fundeb - Professor Edílson Aparecido de Paula - Secretário de Municipais da APP-Sindicato e Conselheiro do Fundeb; Debate - Mesa: Professora Andréa Barbosa Gouveia e Professor Edílson Aparecido de Paula; Encerramento; Café Colonial - Hotel Centro Europeu.</p> <p><b>08/11 – Sábado:</b> Agenda Sindical - Rafael Freire Neto (CSA - Central Sindical das Américas); Intervalo; Continuação do tema e debate, Almoço; Negociação Coletiva - Sandro Silva (Dieese), Intervalo; Avaliação; Encerramento; Café Colonial - Hotel Centro Europeu.</p>

Fonte: Site da APP-Sindicato. Informações organizadas pela autora.

No Núcleo Sindical de Francisco Beltrão foi trabalhada a Formação Político Sindical, em 2008, definida como **Jornada Pedagógica Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos**, cujo eixo central foi *Formação de Dirigentes Sindicais*. Para tanto, as temáticas dos cadernos foram filosofia, comunicação, conjuntura e negociação coletiva, temas que visavam contribuir na atuação dos dirigentes. A realização de quatro etapas justificou a utilização de quatro cadernos, ao invés de cinco, conforme apresentado no projeto inicial, pois cada encontro presencial trabalhou um caderno, conforme explicitado no quadro abaixo:



## Quadro 6 - Fascículos/datas/participantes da Formação DCEPQ, 2008, NSFB

Fascículo	Data de realização	Número de Participantes
02: Teoria e Prática da Comunicação Sindical <sup>134</sup>	02 e 03 de maio (sexta-feira e sábado)	48
02: Teoria e Prática da Comunicação Sindical	13 de junho (sexta-feira)	31
02: Como fazer análise de conjuntura	27 e 28 de junho (sexta-feira e sábado)	40
05: Negociação Coletiva e Orçamento Público na Área da Educação	28 e 29 de novembro (sexta-feira e sábado)	35

Fonte: Lista de presença de 2008. Informações organizadas pela autora.

Legenda: DCEPQ: Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos; NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

As etapas presenciais de maio e junho foram realizadas na sala de reuniões da Churrascaria Marabá, enquanto que as de novembro foram na sala de reuniões da Chácara Rafagnin.

Além da lista de presença, identificamos uma listagem de entrega dos trabalhos que fez parte da formação realizada como etapa não presencial, a qual compunha a carga horária total do curso. As etapas regionais, no ano de 2008, foram coordenadas por José Claudio Rech e Jussara Aparecida Ribeiro.

O curso regional iniciou com o estudo do fascículo 1: *Fundamentos da Filosofia: Os caminhos do “Pensar” para quem quer transformação*<sup>135</sup>. Na apresentação o autor reforçou: “Ninguém vive sem filosofia. Menos ainda educadores. Movidos a projetos, sonhos, opiniões, paixões, crenças, ciências, símbolos, percepções, racionalidades e irracionalidades” (PASSOS, 2008, p. 09). Com o desafio de pensar para além do que estava escrito, utilizou-se dos seguintes temas:

1 – A filosofia, o que é? 2 – Platão: as lições da alegoria da caverna, olhar crítico por entre as aparências. 3 – Epicuro: uma educação para a alegria. 4 – Thomas Morus: utopia e projetos uma educação radical para a intervenção. 5 – Immanuel Kant: da dependência para a autonomia – uma educação como prática da liberdade. 6 – Hegel: o desejo do desejo. 7 – Marx: não trabalhamos porque somos humanos, somos humanos porque trabalhamos. 8 – Lévinas: educar na perspectiva das diferenças e da outreidade<sup>136</sup>. 9 – Merleau-Ponty: a palavra que corporifica o mundo e antecede o pensamento. 10 – Jean Paul Sartre: dos covardes e safados à solidão solidária. 11 – Há muitas lógicas na

<sup>134</sup> Nessa etapa foi trabalhado o caderno 01: Fundamentos da Filosofia: Os caminhos do “Pensar” para quem quer transformação. O número do fascículo está colocado conforme se apresentava na lista de presença dos cursistas, o que pressupõe um equívoco na hora da digitação, uma vez que temos quatro cadernos e são mencionados três, tendo um repetido e o mesmo número do fascículo em temáticas diferentes.

<sup>135</sup> Filósofo e integrante do Grupo de Pesquisa de Movimentos Sociais e Educação da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Luiz Augusto Passos realiza pesquisas na área de educação ambiental e movimentos sociais.

<sup>136</sup> A palavra outreidade mencionada, refere-se ao outro (PASSOS, 2008, p. 50).

nossa vã filosofia. 12 – A (in)explicável invisibilidade das mulheres na filosofia ocidental.

Segundo Passos, “ao realizar uma ação, uma prática concreta, um projeto político, processos educacionais que criam pessoas, estamos no habitat da filosofia, o campo da praxiologia (agir e pensar o que se fez, para um novo agir)”, nos comportamos e agimos de acordo com a nossa concepção de mundo (2008, p. 14).

Os anexos constituintes do caderno trouxeram dois artigos: “Pelo necessário (e demorado) retorno ao Marxismo”, de Atilio A. Boron<sup>137</sup> e “A Contribuição da Filosofia para a Educação”, escrito por Antônio Joaquim Severino<sup>138</sup>. O autor do caderno, Luiz Augusto Passos, concluiu pontuando sobre a importância da filosofia e utilizou as seguintes biografias na elaboração: Hegel, Marx, Boaventura Souza Santos e Aristóteles. Observamos também a presença de frases de diversos autores e poemas.

O caderno trabalhou com uma grande variedade de autores, o que de certa forma possibilitou um conhecimento mais amplo sobre a temática, mas em contrapartida, acabou sendo superficial. Se ao invés de apresentar esse grande número de textos curtos, apresentasse menos textos, mais longos e com mais elementos, facilitaria o entendimento. O autor manteve a dinâmica de trazer questões para o debate ao final de cada texto, tais questões foram de grande relevância nas reflexões sobre teoria e prática.

O segundo fascículo, *Teoria e Prática da Comunicação Sindical*, foi escrito por Claudia Santiago e Vito Giannotti<sup>139</sup>. A direção da CNTE, na apresentação do caderno, apontou que ele “[...] visa abordar dois aspectos: a nossa comunicação enquanto Sindicatos e Confederação e a atuação dos grandes grupos econômicos e políticos na comunicação de massa, para difundir seus valores e manter sua hegemonia” (SANTIAGO e GIANNOTTI, 2008, p. 04). Para tanto, dividiu-se o caderno nos seguintes capítulos: 1 – Comunicação sindical: um mosaico de mil pedras; 2 – As muralhas da linguagem; 3 – Linguagem: palavras conhecidas e frases curtas; 4 – Comunicação para a disputa de hegemonia; 5 – História da comunicação sindical no Brasil; 6 – Comunicação e hegemonia no Brasil; 7 – Democratização dos meios de comunicação; 8 – Mídia: o verdadeiro partido da burguesia; 9- Comunicação Sindical, uma arte especializada.

Entender como se comportam as empresas de comunicação é fundamental. Muito se engana quem pensa que a grande mídia é imparcial, ela tem lado e, certamente, não é

---

<sup>137</sup> Secretário Executivo do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (PASSOS, 2008, p. 97).

<sup>138</sup> Professor Assistente, Doutor da Faculdade de Educação da USP (PASSOS, 2008, p. 115).

<sup>139</sup> Cláudia Santiago é jornalista, pós-graduada em Brasil pós-30, coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação – NPC e estudante de história (SANTIAGO e MORAES, 2008, p. 07). Vito Giannotti, fundou na década de 1990 o NPC, especialista em História das lutas da classe trabalhadora e em comunicação dos trabalhadores enquanto disputa hegemônica, ministrou cursos e palestras e escreveu livros, cadernos e cartilhas sobre essas temáticas. Foi diretor da CUT São Paulo (GIANNOTTI, 2007).

o lado da classe trabalhadora. Na APP-Sindicato, a comissão de imprensa e divulgação foi criada em 1978, justamente para informar a população sobre suas reivindicações, uma vez que as mídias se posicionavam contrárias as decisões tomadas pela categoria (ANJOS, 2008).

A preocupação com as mídias apareceu entre as/os educadoras/es do NSFEB em 1995 e ficou registrada em ata quando mencionou-se que “Enfrentamos a questão da MÍDIA que tem pregado que as “greves” são políticas e não reivindicatórias, somos a favor da reforma tributária mas as questões de aposentadoria e outras não são como a mídia apresenta” (Ata 39/95, 1995, p. 35). Esse é um problema ainda presente na atualidade, pois muitas das informações que nos chegam através da mídia são visões unilaterais e/ou parciais, deturpando os fatos.

Para além dessa questão, a comunicação foi/é um grande desafio, tanto para o sindicato quanto para os dirigentes. Depende de uma boa comunicação a sustentação e coesão das decisões da categoria. Quando a base tem conhecimento do processo de negociação e das ações da direção, facilita a tomada de decisões e o mesmo acontece com a diretoria, quando esta está em sintonia com a sua base.

O caderno teoria e prática da comunicação não trouxe as questões para discussão. Trouxe como anexos os textos: “A mídia nos nossos dias, a reunião de 08 de março de 2008”, sem autoria, levando a entender que o mesmo foi escrito pelos autores do caderno e “A voz do Brasil”, escrito por Paulo Bearzoti Filho. A bibliografia básica que subsidiou os textos contaram com os autores: Aguiar, Almeida, Anhaia, Antunes, Arbex, Bagdikian, Bearzoti Filho, Bihl, Bosi, Britto, Bucci, Chomsky, Chinem, D’Araujo, Dias, Faoro, Ferreira, Fiori, Freyre, Furtado, Giannotti, Giannotti e Santiago, Gnerre, Hobsbawn, Hollanda, Ellner, Kucinski, Lenin, Lima, Manfredi, Mariani, Matos, Mattelart, Momesso, Moraes, Motta, Morais, Ramonet, Sader, Santiago, Werneck, Wolton.

O terceiro Fascículo, *Como fazer análise de conjuntura*, teve como autores a jornalista Claudia Santiago e Reginaldo Carmello de Moraes<sup>140</sup>. Aprender a fazer análise de conjuntura é de grande importância na formação sindical, pois depende da análise de conjuntura todo o sucesso da ação sindical e, sendo assim, de nada adianta uma estratégia de luta se ela não tiver as condições históricas para se efetivar. O caderno dividiu-se nos seguintes capítulos: 1- O que é conjuntura; 2- O que é análise de conjuntura; 3- Para que fazer uma análise de conjuntura? 4- Quem faz análise de conjuntura; 5- Elementos da

---

<sup>140</sup> Filósofo e professor titular do Departamento de Ciência Política da UNICAMP e professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNICAMP/UNESP/ PUC-SP (SANTIAGO e MORAES, 2008, p. 07).

análise de conjuntura; 6- Interpretação e qualidade das informações; 7- Atores e planejamento da ação; 8- Analisar para transformar (SANTIAGO e MORAES, 2008).

O caderno não trouxe questões para discussão no final dos capítulos. Como anexo apresentou os textos: “Teoria e método na análise de conjuntura” e “O Impeachment: uma crise singular”, de Sebastião C. Velasco e Cruz, “Análise de conjuntura”, de Herbert Souza (Betinho), “América Latina: integração e lutas de emancipação”, de Gustavo Cotas<sup>141</sup>. A bibliografia básica para a construção dos textos apresentou os seguintes autores: Arbex, Atlas da Exclusão Social no Brasil, Brito, Faoro, Giannotti, Hobsbawn, Lima, Maringoni, Marx, Moraes, Pares, Sader, Santiago, Souza, Vieira, Justiça Global, Velascos e Cruz.

O último fascículo utilizado na etapa de formação de 2008 foi *Negociação Coletiva e Orçamento Público na Área de Educação*, elaborado pelo DIEESE<sup>142</sup>. O caderno tratou dos seguintes temas: I - O processo de negociação coletiva no setor público (trata do espaço do acordo nos processos de negociação, da argumentação, do planejamento e da organização coletiva no setor público); II - A negociação e o orçamento na educação (especifica orçamento, momentos, espaços de negociação no ciclo orçamentário e financiamento público de educação). Também trouxe um encarte com proposta de exercícios para o Tema Negociação Coletiva e Orçamento na Área da Educação, elaborado pelo DIEESE, sendo, o primeiro, exercício uma proposta de simulação de mesa em um processo de negociação coletiva e, o segundo, a simulação de uma sessão numa Câmara Municipal para tratar de orçamento.

As referências utilizadas foram: Braga, Cheibub, DIEESE, Fisher e Ury, Gernizn, Krein, Ministério do Trabalho e Emprego, Reck e Long, Zajdsnajder, APEOESP, Constituição Federal, Giacomoni, Giambiagi e Além, Melo, Silva, Todeschini, Unicef. Foram indicados sites que podiam ser importantes fontes de informação na internet como o da: Associação Brasileira de Orçamento Público, Banco Nacional de Desenvolvimento, Câmara dos Deputados, Conselho Regional de Economia do Paraná e do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Instituto de Estudos Socioeconômicos, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Senado Federal, Tribunal de Contas da União e Tesouro Nacional.

---

<sup>141</sup> Jornalista e economista paraguaio radicado em São Paulo (SANTIAGO, MORAES, 2008).

<sup>142</sup> Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Os técnicos responsáveis pelo caderno foram: Adhemar Mineiro, Alexandre Sampaio Ferraz, Ana Cláudia Moreira Cardoso, Carlindo Rodrigues de Oliveira, Diego Severino Rossi de Oliveira, Eliana Elias, Fausto Augusto Junior, Liliane Maria Barbosa da Silva, Patrícia Toledo Pelatieri e Geni Marques (revisão) (DIEESE, 2008).

Apresentamos no quadro 07 a síntese da programação da turma estadual em 2009.

### Quadro 7- Cronograma e temas debatidos na Etapa Estadual - 2009

Etapa	Data	Temas/ Palestrantes/ Programação
I-	24 a 26 de abril	<b>24/04 - Sexta-feira:</b> Credenciamento; Abertura: Resgate do Curso de Formação 2007 e 2008; História da Filosofia Ocidental (exposição e debate), Prof. Geraldo Balduino Horn/UFPR. <b>25/04 – Sábado:</b> Informes das Negociações/Mobilização, Marlei Fernandes de Carvalho; Introdução ao Pensamento Marxista (exposição e debate), Profª. Dra. Maria Dativa de Salles Gonçalves/UFPR; Leitura dirigida do texto "Pelo Necessário (e Demorado) Retorno ao Marxismo", de Atílio A Boron, 05 grupos: As Premissas do Método Dialético; As Falácias do Economicismo; As Contribuições Centrais do Marxismo ao Estudo da Sociedade; Plenária para socialização do trabalho em grupo, Fechamento do tema com Profª. Dativa; Solenidade 62 anos da APP-Sindicato. <b>26/04 – Domingo:</b> Trabalho em grupo (5) dos temas do Caderno da Etapa I de Formação Político-Sindical: 1) Tema 2, Platão: As lições da alegoria da caverna, 2) Tema 4, Thomas Morus: Utopia e projetos - uma educação radical para a intervenção, 3) Tema 5, Da dependência para a autonomia - uma educação como prática da liberdade, 4) Tema 6, Hegel: O desejo do desejo, 5) Tema 7, Não trabalhamos porque somos humanos, somos humanos porque trabalhamos; Socialização do trabalho em grupo e fechamento dos temas, Edmilson Feliciano Leite, Avanir Mastey e Dirceu Ferreira; Encaminhamentos finais.
II-	03 a 05 de julho	<b>03/07 - sexta-feira:</b> Credenciamento; Acolhida, apresentação da programação, contrato pedagógico de trabalho, Maria Madalena Ames; A importância do Marxismo para a filosofia e para a luta dos/as trabalhadores/as, Avanir Mastey/NS Metro Sul; Debate; A Expressão do Marxismo nos Movimentos Sociais, Lígia Klein/UFPR; Debate; Exibição do filme "A noite dos desesperados" (dirigido por Sydney Pollack, 1969). <b>04 /07 – sábado:</b> Os Fóruns Nacional e Paranaense em Defesa da Escola Pública numa perspectiva de luta dos/as Trabalhadores/as em Educação: Histórico, Proposições e Conquistas, Miguel Angel Alvarenga Baez e Isolde Benilde Andreata/APP-Sindicato e Tais Moura Tavares/UFPR; Debate; Trabalho em grupo para leitura dos textos do Caderno 2 da Formação: 1) Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania: Décio Azevedo Marques de Saes, p. 10 a 39; 2) Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos educação - Marlene Ribeiro, p. 41 a 57; 3) História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros, Maria da Glória Gohn, p. 60 a 73; Apresentação dos grupos; Debate e Síntese; Encaminhamentos do Programa de Formação; O capitalismo e suas crises, exibição do filme Vinhas da Ira (dirigido por John Ford e baseado no romance de John Steinbeck - 1940) e debate. <b>Dia 05 de julho – domingo:</b> Pauta de Reivindicações/Negociação com o Governo, Marlei Fernandes de Carvalho; Condições de Trabalho e Saúde dos/as Trabalhadores/as em Educação, Guilherme Albuquerque/UFPR, Idemar Vanderlei Beki/APP-Sindicato e André Jorge Marcelino da Costa Marinho, Sinpro/RJ; Debate; Encerramento.
III-	06 e 08 de novembro	<b>06/11 - Sexta-feira:</b> Mesa de Abertura: Maria Madalena Ames, Marlei Fernandes de Carvalho e Silmar Soares/CNTE; O impacto das propostas dos movimentos sociais na Conferência Nacional de Educação, Tais Moura Tavares/UFPR; Coordenação: Lirani Maria Franco; debate; Trabalho em grupo com a leitura do texto "O sofrimento do (no) trabalho: da necessária denúncia ao enfrentamento", Andréa Caldas/UFPR; Caderno 04 da Formação Político Sindical, p. 29-39; Plenária para socialização do trabalho em grupo, Coordenação: Janeslei Aparecida Albuquerque e Giselle Corrêa. <b>07/11- Sábado:</b> O sofrimento do (no) trabalho: da necessária denúncia ao enfrentamento, Andréa Caldas/UFPR Coordenação: Mariah Seni Vasconcelos Silva; Debate; Trabalho em grupo com leitura e debate dos textos "Apresentação" (p. 8 e 9 do Caderno 4) e do texto aprovado na Plenária Final da 7ª Conferência Nacional de Educação da CNTE (p. 71 a 94 do Caderno 4); Plenária para socialização do trabalho em grupo, Coordenação: Marlei Fernandes de Carvalho e Janeslei A. Albuquerque; Encerramento do dia; Jantar e Show de música afro-brasileiro na Casa Latino Americana (CASLA); <b>08/11- Domingo:</b> Informe de pauta de reivindicações e negociações com o governo, Marlei Fernandes de Carvalho; Avaliação do programa de formação da APP-Sindicato/CNTE/UFPR - 2007/2009; Encaminhamentos gerais.

Fonte: Site da APP-Sindicato. Informações organizadas pela autora.

Como se pode observar através do quadro que trata da formação estadual, os encontros presenciais ocorreram inclusive aos domingos, muitas/os educadoras/es chegavam em suas casas na segunda-feira pela manhã, quase no horário de ir para as escolas. Os estudos e debates realizados na estadual neste ano tiveram como base o caderno utilizado para o curso na regional.

O material utilizado na formação tanto estadual quanto regional, no ano de 2009, trouxe um apanhado histórico dos movimentos sociais, alguns conceitos e bandeiras de luta. De acordo com o que se apresentou nos cadernos, objetivou-se abordar, pela perspectiva marxista, a ação sindical, suas relações com os movimentos sociais e como isso refletiu na CONAE. Constam três cadernos que foram trabalhados nas etapas presenciais da formação no Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, que diferenciam-se dos que foram apresentados pela organização em 2007 e mencionados no quadro 02 do início desse capítulo.

O principal diferencial observado foi que os materiais impressos utilizados naquele ano não possuíam mais um autor específico, pois foram organizados pelo Grupo de Trabalho da Formação, também chamado de GT de Formação, composto por professores e agentes educacionais<sup>143</sup> da APP-Sindicato.

As etapas regionais no NSFB foram coordenadas pelas pessoas participantes da turma estadual que foram: José Claudio Rech e Jussara Aparecida Ribeiro e, a partir de setembro, integrou a equipe o professor Valtenor Hang. O quadro abaixo sintetiza as etapas realizadas no NSFB.

#### **Quadro 8- Fascículos/datas/participantes da Formação DCEPQ, 2009, NSFB**

Fascículo	Data de realização	Número de Participantes
01 – Fundamentos de Filosofia	29 e 30 de maio (sexta-feira e sábado)	35
02 – A Expressão do Marxismo nos Movimentos Sociais: A proposta do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública	04 e 05 de setembro (sexta-feira e sábado)	30
03 – A Expressão da Filosofia da Libertação nos Movimentos Sociais	23 e 24 de outubro (sexta-feira e sábado)	25
04 – O Impacto das Propostas dos Movimentos Sindicais e Sociais na Conferência Nacional da Educação	27 e 28 de novembro (sexta-feira e sábado)	25

Fonte: Lista de presença de 2009. Informações organizadas pela autora. Legenda: DCEPQ: Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos; NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

<sup>143</sup> Faziam parte do GT Estadual de Formação em 2009: Marlei Fernandes de Carvalho, Isabel Catarina Zollner, José Ricardo Corrêa, Áurea de Britto Santana, Janeslei Aparecida Albuquerque, Maria Madalena Ames, Mariah Seni Vasconcelos Silva, Miguel Angel Alvarenga Baez, Lirani Maria Franco da Cruz, Catarina Ribeiro Ribeiro Lenaryovicz, Solange Ferreira dos Santos, Augusto Flávio Rabello Duarte, Haroldo Ferreira da Silva, Giselle Corrêa Nienkotter, Ana Tereza Alves Pereira, Edmilson Feliciano Leite, Valdecir Farias da Silva e Rosani Moreira. Além dos colaboradores: Valdirene de Souza, Isolde Benilde Andreatta e Rodrigo Augusto Romani.

No ano de 2009, de acordo com as listas de presenças, efetivaram-se quatro etapas presenciais, sendo que cada etapa foi realizada em dois dias, com estudo dos três cadernos já apresentados. É importante destacar que as/os educadoras/es que vieram/vêm para a formação traziam/trazem consigo diversas vivências e culturas e era/é com essa base diversificada que se trabalhava/trabalham as teorias. O modo como cada um/a abstraiu/abstrai a teoria dependeu/depende muito das condições dadas, da forma como se deu/dá a formação e de sua concepção de mundo.

Além dessa etapas presenciais mencionadas no quadro 08, as/os cursistas realizaram a etapa não presencial que compõe a carga horária total do curso. O quadro apresenta um caderno denominado *Fundamentos da Filosofia*, cujo material não foi analisado porque não tivemos acesso a ele. Assim sendo, segue a análise dos demais cadernos:

Na apresentação do caderno, *A expressão do Marxismo nos Movimentos Sociais: A Proposta do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública*, o GT ressaltou que o material foi elaborado:

[...] no intuito de aprofundar um pouco mais a construção teórica estreitando, no diálogo com os movimentos sociais e na experiência do Fórum, sua relação com a nossa realidade, construindo assim uma elaboração pautada na práxis, ou seja, na relação teoria e prática. O material reunido nesse caderno traz um apanhado histórico dos movimentos sociais com alguns conceitos, bandeiras de lutas, sujeitos envolvidos, dificuldades e conquistas acumulados no conjunto de suas ações, seguida de provocações sobre o caráter pedagógico dos mesmos. Nossa intenção é refletir, debater e aprender mais a partir de suas experiências. E para não correr o risco de cair na abstração, propomos uma reflexão sobre o Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, que há 19 anos contribui para a elaboração de políticas públicas de estado em consonância com o Fórum Nacional (APP-Sindicato, 2009, f. 2, p. 08).

O caderno foi organizado com os seguintes textos: “Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania”, de autoria de Décio Azevedo Marques de Saes<sup>144</sup>; “Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais”, de Marlene Ribeiro; “História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros”, escrita por Maria da Glória Gohn; “A Formação do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública” escrito por Odilon Carlos Nunes<sup>145</sup>; “Histórico do Fórum

---

<sup>144</sup> Professor titular da Faculdade de Educação e Letras da Universidade Metodista de São Paulo (APP-Sindicato, 2009, f. 2, p. 10).

<sup>145</sup> Professor do setor de Educação da Universidade Federal do Paraná e primeiro coordenador do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Democrática e Universal. Este texto foi publicado no caderno pedagógico 3, em junho de 2002 (APP-Sindicato, 2009, f. 2, p. 75).

Paranaense da Escola Pública”, da autora, Isolde Benilde Andreata<sup>146</sup> e a “Carta de Princípios do Fórum Paranaense em defesa da escola pública, gratuita e universal”. Também integrou o caderno o poema do Bertold Brecht, Elogio da Dialética.

Outro material utilizado foi o Fascículo: *A Expressão da Filosofia da Libertação nos Movimentos Sociais: A proposta de escola do MST e da APP-Sindicato*, coordenado pelas professoras Maria Madalena Ames da APP-Sindicato e Taís Moura Tavares da UFPR<sup>147</sup>, que apresentou os seguintes textos: “Aprendendo a Democracia na América Latina: Atores Sociais e Mudança Cultural” de Paulo Krischke; “Educação, Filosofia e Escola”, de Giselle Moura Schnorr<sup>148</sup>; “Tendências das Políticas Educacionais na América Latina”, de Rose Meri Trojan; “Democracia e superação do neoliberalismo”, de Carlos Henrique Árabe<sup>149</sup>; “Os movimentos populares, uma nova conjuntura e os desafios para a renovação do socialismo no século XXI”, de Gustavo Codas<sup>150</sup>. E o poema em espanhol, “Burgueses” de Nicolás Guillén.

Na apresentação do caderno, o GT de Formação destacou:

Observamos, nos temas desenvolvidos no decorrer do ano de 2009, algumas preocupações centrais do programa de formação, uma delas é a explicitação dos fundamentos filosóficos, sob a ótica marxista, de nossa ação sindical em suas relações com os movimentos sociais, em especial os relacionados com a educação. Na terceira etapa o nosso esforço coletivo é, de certa forma, “localizar” essa temática histórica e geograficamente na América Latina, trazendo evidentemente outras categorias para nossas análises sem tampouco apagar o que acumulamos até aqui (APP-Sindicato, 2009, f. 3, p. 8).

O Fascículo: *O Impacto das Propostas dos movimentos Sindicais e Sociais na Conferência Nacional de Educação*, também foi organizado pelo GT de Formação com a coordenação da Maria Madalena Ames (APP-Sindicato), Taís Moura Tavares e Andréa

---

<sup>146</sup> Professora aposentada, foi presidente da APP-Sindicato no período de 1988 a 1991, organizadora do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública; presidente do Conselho Fiscal da APP-Sindicato (APP-Sindicato, 2009, f. 2, p. 82).

<sup>147</sup> A coordenação contou com o auxílio do GT composto por Marlei Fernandes de Carvalho, Isabel Catarina Zollner, José Ricardo Corrêa, Áurea de Brito Santana, Janeslei Aparecida Albuquerque, Mariah Seni Vasconcelos Silva, Miguel Angel Alvarenga Baez, Lirani Maria Franco da Cruz, Catarina Ribeiro Lenartovicz, Solange Ferreira dos Santos, Augusto Flávio Rabello Duarte, Haroldo Ferreira da Silva, Giselle Corrêa Nienkotter, Ana Tereza Alves Pereira, Edmilson Feliciano Leite, Valdecir Farias da Silva, Rosani Moreira, Valdirene de Souza e Vanessa Reichenbach e dos colaboradores, Giselle Moura Schnorr, Domênico de Compostela, Avanir Mastey, Dimas Floriane, Geraldo Balduino e João Cláudio Madureira (APP-Sindicato, 2009, f. 3).

<sup>148</sup> Educadora, Filósofa, sócio fundadora do Instituto de Filosofia da Libertação (APP-Sindicato, 2009, f. 3).

<sup>149</sup> Mestre em Ciência Política (APP-Sindicato, 2009, f. 3).

<sup>150</sup> Assessor de relações internacionais da Presidência da República do Paraguai (APP-Sindicato, 2009, f. 3).



Caldas (ambas da UFPR)<sup>151</sup>. Compõem esse caderno de estudos os seguintes textos: “Possibilidades de democratização da gestão da Escola e da Educação”, escrito por Ângelo Ricardo de Souza e Tais Moura Tavares<sup>152</sup>; “O Sofrimento do (no) Trabalho: da Necessária Denúncia ao Enfrentamento”, de Andrea Caldas<sup>153</sup>; “Sistemas de Educação: Subsídios para a Conferência Nacional de Educação”<sup>154</sup>, autoria de Demerval Saviani<sup>155</sup>; “O Impacto das Propostas dos movimentos Sindicais e Sociais na Conferência Nacional de Educação”, texto aprovado na Plenária Final da 7ª Conferência Nacional da Educação da CNTE. E a reflexão do Bertolt Brecht sobre a naturalidade das coisas e mudanças.

Comparando os cadernos de 2009 com os dos dois primeiros anos conseguimos identificar mudanças importantes. Em 2007 e 2008 era um caderno para cada etapa e com muitos textos curtos. Em 2009, os cadernos apresentaram textos mais longos com uma quantidade maior de elementos que possibilitaram um melhor entendimento. A presença de poesia, ilustrações, charges nos cadernos auxiliam no exercício de reflexão e possibilitam, de certa forma, uma elevação na cultura, pois por vezes, apresenta uma arte que até então poderia ser desconhecida por boa parte da turma. Observa-se, no material de 2009, uma aproximação maior da teoria com a prática quando se fala da participação da população nos espaços como o Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública e a CONAE. Embora com características diferentes, entendemos que os materiais utilizados contribuíram significativamente para a formação.

As fichas de inscrição, preenchidas pelas/os cursistas na primeira etapa presencial em cada ano, também serviram como fontes para essa pesquisa. Elas permitiram identificar algumas características dos cursistas que participaram da formação entre 2007 e 2009 no Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

Para facilitar a visualização, sintetizamos na tabela abaixo as informações referentes ao triênio 2007/2009, referentes a sexo, cargo, escolaridade e se a/o cursista tinha a função de representante de escola.

---

<sup>151</sup> Compuseram o GT de Formação Marlei Fernandes de Carvalho, Maria Madalena Ames, Isabel Catarina Zollner, Janeslei Aparecida Alburquerque, Mariah Seni Vasconcelos Silva, Miguel Angel Alvarenga Baez, Lirani Maria Franco da Cruz, Catarina Ribeiro Lenartovicz, Solange Ferreira dos Santos, Giselle Corrêa Nienkotter, Ana Tereza Alves Pereira, Edmilson Feliciano Leite, Valdecir Farias da Silva, Rosani Moreira, Valdirene de Souza e Vanessa Reichenbach (APP-Sindicato, 2009, f. 4).

<sup>152</sup> Professor/a do Núcleo de Políticas, Gestão e Financiamento da Educação da UFPR (APP-Sindicato, 2009, f. 4).

<sup>153</sup> Professora do Setor de Educação da UFPR, Doutora em Educação e pesquisadora do Núcleo de Política, Financiamento e Gestão da Educação (APP-Sindicato, 2009, f. 4).

<sup>154</sup> Texto organizado a pedido da Assessoria do Ministério da Educação – MEC para servir de subsídios às discussões preparatórias da Conferência Nacional da Educação (APP-Sindicato, 2009, f. 4).

<sup>155</sup> Professor Emérito da UNICAMP e Coordenador Geral do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR (APP-Sindicato, 2009, f. 4).

**Tabela 1- Identificação dos Cursistas da Formação DCEPQ, NSFB de 2007 a 2009.**

	N= 61 2007	%	N= 66 2008	%	N= 33 2009	%
<b>Sexo</b>						
Feminino	45	73,8	49	74,2	23	69,7
Masculino	16	26,2	17	25,8	10	30,3
<b>Cargo</b>						
Professoras/es	46	75,4	57	86,4	28	84,9
Funcionárias/os	15	24,6	09	13,6	05	15,1
<b>Escolaridade</b>						
Ensino Fundamental	01	1,6	01	1,5	0	0
Ensino Médio	10	16,4	07	10,6	04	12,1
Ensino Superior ou graduação	19	31,2	14	21,2	12	36,4
Pós Graduação lato sensu	30	49,2	40	60,6	16	48,5
PDE/ Mestrado	0	0	01	1,5	01	3,0
Não respondeu	01	1,6	03	4,6	0	0
<b>Representante de Escola</b>						
Sim	09	14,8	11	16,7	10	30,3
Não	34	55,7	34	5,5	08	24,2
Não respondeu	15	24,6	21	31,8	15	45,5

Fonte: Fichas de Inscrição do Curso, de 2007 – 2009. Informações organizadas pela autora.

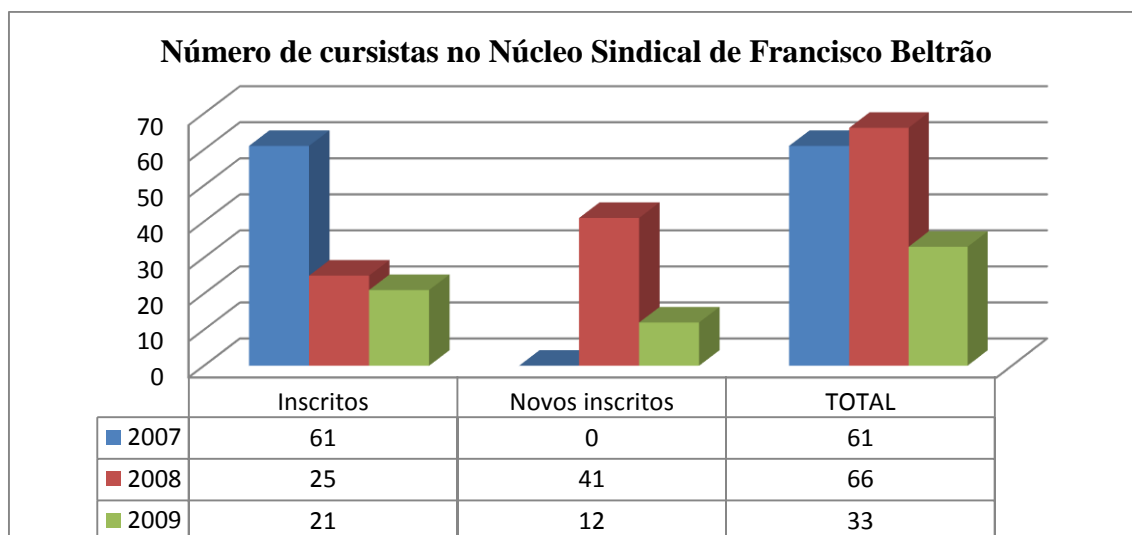
Legenda: DCEPQ: Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos; NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

Considerando as informações da tabela, observamos a predominância do sexo feminino, sendo a maioria professoras/es, com escolaridade predominante, considerando todos os/as educadores/as, de pós-graduação seguida de ensino superior. Sendo significativa também a participação das/os funcionárias/os.

Um dado interessante se refere a/o cursista ser ou não representante de escola, sobre esta questão observamos um aumento no número dos que disseram sim, mas apesar disso, o número de pessoas que não respondeu ou disse não ser representante foi consideravelmente maior. Sobre este dado podemos indagar: será que todos estavam esclarecidos sobre o que perguntava a questão? Será que eles sabiam o que era ser representante de escola? Sabiam qual a função do representante de escola? As respostas poderiam ser obtidas mediante a realização das entrevistas, procedimento que não foi possível viabilizar para esta pesquisa.

Das/os 61 cursistas que iniciaram o curso em 2007, 25 continuaram em 2008, e 21 fizeram os três anos de formação. Isso significa que mesmo pensado para três anos, apenas 21 concluíram a proposta de formação, ou seja, apenas estes tiveram contato com todo o material que compôs os cadernos do triênio 2007 - 2009. Entretanto, aqueles que entraram em 2008 e 2009 perderam a discussão dos conteúdos de 2007, pois os novos inscritos continuaram na turma que já existia, uma vez que não houve abertura de nova turma. Entendemos como fundamental a abertura de novas turmas a fim de que as/os educadoras/es participantes tenham acesso a todo o conteúdo. Através do Gráfico abaixo podemos visualizar melhor esses dados.

**Figura 2- Quantidade de participantes da formação DCEPQ, de 2007 a 2009, NSFB**



Fonte: Fichas de Inscrição no Curso. Informações organizadas pela autora.

Na tabela 02, estão apresentados os dados referentes aos municípios que compõem o Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, tanto os que tiveram participação neste período, quanto os que não tiveram. O objetivo é mostrar a evolução da participação no decorrer dos anos e dar visibilidade aos municípios que não foram representados na formação.

**Tabela 2- Municípios do NSFB, cursistas da Formação DCEPQ, de 2007 a 2009**

Municípios	2007	2008	2009
Ampere	05	01	-
Barracão	-	-	-
Bela Vista da Caroba	-	-	-
Boa Esperança do Iguaçu	01	-	-
Bom Jesus do Sul	-	-	-
Capanema	04	03	02
Cruzeiro	02	-	-
Dois Vizinhos	07	06	03
Enéas Marques	-	-	-
Flor da Serra do Sul	-	-	-
Francisco Beltrão	33	41	16
Manfrinópolis	-	-	-
Marmeleiro	01	02	02
Nova Esperança do Sudoeste	-	-	-
Nova Prata do Iguaçu	-	-	-
Pérola do Oeste	-	01	01
Pinhal de São Bento	01	01	-
Planalto	01	-	-
Pranchita	02	03	01
Realeza	-	01	-
Renascença	-	-	-
Salgado Filho	01	02	02
Salto do Lontra	-	-	01
Santa Izabel do Oeste	-	-	-
Santo Antônio do Sudoeste	03	05	05
São Jorge do Oeste	-	-	-
Total	61	66	33

Fonte: Fichas de Inscrição no Curso. Informações organizadas pela autora. Legenda: DCEPQ: Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos; NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

Dos 26 municípios que compunham a área de abrangência do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, apenas 15 estiveram representados durante o período de 2007 a 2009. Isso significa que 42,3% dos municípios não tiveram representatividade nesta fase da formação sindical.

Diante desses números é importante ressaltar que o programa de formação sofreu alterações na sua organização, para que pudesse cumprir com seus objetivos. Isso pode ser visualizado de forma clara na elaboração dos cadernos. Os dois primeiros eixos temáticos, que corresponderam aos trabalhos nos anos de 2007 e 2008, apresentaram textos mais curtos e de aspectos mais gerais e históricos, para que as/os cursistas pudessem compreender como se construiu a sociedade do presente. A grande maioria desses cadernos apresentou um roteiro de questões para discussão visando orientar o debate e foi elaborado por um ou dois autores, geralmente professores universitários, pesquisadores.

Outro aspecto a ser observado é que os cadernos de 2007 apresentavam um maior número de textos sobre a temática central, até por serem textos curtos. Já em 2009, a quantidade desses textos diminuiu. O terceiro eixo, utilizado em 2009, apresentava textos mais longos, em sua maioria artigos acadêmicos e uma maior aproximação das necessidades enquanto sindicato e sociedade civil organizada. Eles saíram dos aspectos mais gerais, as teorias, para trabalhar temáticas locais, como: o Fórum Paranaense, os movimentos sociais e a CONAE, compreendendo que o global precisa ser entendido para que assim se possa atuar de forma satisfatória localmente. Eles foram organizados pelo GT Estadual de Formação e tiveram como coordenadoras/es educadoras/es da APP-Sindicato e da UFPR.

Outro ponto que merece destaque, diz respeito à forma de repasse das informações pelas/os cursistas nas escolas, que variou conforme a organização de cada escola. A coordenação sugeriu algumas formas de atividades para disseminar as informações, tais como: murais com os informativos, falas nos intervalos e durante as aulas de trinta minutos quando definidas pela categoria, conversas durante a hora atividade ou em reuniões específicas da escola, algumas contemplando o quadro todo das/os educadoras/es e outras apenas parte dele.

Segundo informações da direção estadual da APP-Sindicato (2009), no ano de 2008 já foram observados avanços no programa de formação, o qual trouxe um grande saldo político e organizativo. A formação foi e continua sendo tratada como prioridade na ação sindical, pois preparava/prepara os dirigentes e sindicalizados para o projeto de sociedade defendido pela instituição sindical.

## Curso de Formação para Representantes Escola - OLT, 2008 – 2010

O curso de formação para representantes de escola oferecido de 2008 a 2010, tinha por objetivo oferecer formação para as/os representantes eleitas/os nas escolas, tendo por base o entendimento de que “a organização dos Trabalhadores em Educação é fundamental para o avanço necessário na construção da escola democrática e atuante, na transformação da sociedade, ainda tão injusta, excludente e desigual” (APP-Sindicato, 2008, I, p. 5). Contou apenas com turmas regionais, distribuídas nos vinte e nove núcleos sindicais. A organização dessas turmas foi feita pelas/os participantes da formação estadual, juntamente com os GTs regionais de formação. As orientações para a organização e realização tanto da Jornada Pedagógica “Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos”, quanto para o “Curso de Formação para Representantes de Escola” foram feitas no mesmo momento, durante as etapas da formação estadual.

Conforme matéria publicada no site da APP-Sindicato, este curso surgiu de um convênio entre a UFPR e a APP-Sindicato e foi através desse convênio que a universidade certificou o curso e ofereceu o apoio pedagógico. Na proposta inicial, estava prevista a realização de quatro encontros presenciais de oito horas cada, totalizando a carga horária de trinta e duas horas e vinte oito horas não presenciais (APP-Sindicato, 2008e).

No Núcleo Sindical de Francisco Beltrão realizou-se através da coordenação de José Claudio Rech e Jussara Aparecida Ribeiro, ambos cursistas da Turma Estadual e organizadores da Jornada Pedagógica. Vejamos o disposto no quadro abaixo, que contém as datas de realização, as temáticas e a quantidade de participantes em cada etapa:

**Quadro 9 - Fascículos/datas/participantes da formação CFRE, 2008, NSFB**

Fascículo	Data de realização	Número de Participantes
I – História da Luta dos(as) Trabalhadores (as) em Educação no Brasil - Sindicalismo	16 de maio (sexta-feira) 30 de maio (sexta-feira)	51
II – Concepção, Estrutura e Organização da APP-Sindicato	08 de agosto (sexta-feira)	47
III – OLT, o controle social da fábrica para a escola	17 de outubro (sexta-feira)	82
IV – Gestão Democrática da Escola Pública	11 de novembro (terça-feira)	76

Fonte: Lista de presença de 2008. Informações organizadas pela autora.

Legenda: CFRE: Curso de Formação para Representante de Escola; NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

Conforme mencionado no início deste tópico, não tivemos etapas estaduais específicas deste curso. Nas etapas estaduais da turma de formadoras/es que coordenaram as formações regionais, os estudos e debates referiram-se aos cadernos do curso de formação política, pois os cadernos que compunham o material utilizado no curso de OLT

eram de caráter mais organizativo, conforme apresentado no quadro seguinte.

**Quadro 10 - Cadernos utilizados em 2008 no CFRE, NSF**

Etapas	Título	Autores
I- História da Luta dos (as) Trabalhadores(as) no Brasil - Sindicalismo	O representante sindical e a construção da gestão democrática na escola	Secretaria de Organização da APP-Sindicato
	Constituição Histórica da Categoria dos Profissionais da Educação Escolar no Brasil	João Antonio Cabral de Monlevade
	O movimento de sindicalização dos educadores no Brasil	João Antonio Cabral de Monlevade
	Questões e desafios para o movimento sindical dos educadores	João Antonio Cabral de Monlevade
	Educadoras(es) e militantes de “carne e osso”: alguns apontamentos para o debate	Andréa Caldas
	Trabalhadores/as em educação: da “missão” à profissionalização: elementos para a Formação e Valorização Profissional	Marlei Fernandes de Carvalho
	Indicação de Filmes: Germinal; Nós que aqui estamos por vós esperamos; Wal-Mart – o alto custo do preço baixo; Olga; Quilombo; Sociedade dos poetas mortos; Tempos modernos	
II- Concepção, estrutura e organização da APP-Sindicato princípios norteadores, estatuto, instâncias de deliberação	Breve Histórico; Concepção; Princípios norteadores; Conquistas; Estrutura e Organização da APP-Sindicato; Instâncias Estaduais de Deliberação; Instâncias Regionais de Deliberação; Sindicalizados/as; Desafios; Tarefas;	Materiais construídos coletivamente pela entidade.
III- OLT para o Controle Social da Fábrica para a Escola	Controle Operário, Conselhos Operários, Autogestão	Ernest Mandel
	O Lugar do Marxismo na História	Ernest Mandel
IV- Gestão Democrática da Escola Pública	A Democracia Representativa e a Democracia Participativa	Raul Pont
	Algumas Condições para a Gestão Democrática da Educação	Maria Dativa de Salles Gonçalves; Tais Moura Tavares
	Instrumentos da Gestão Democrática	APP-Sindicato
	Construindo o Conselho Escolar	APP-Sindicato
	Mecanismos de Implementação do Conselho Escolar	APP-Sindicato
	Eleição de Diretoras/es	APP-Sindicato
	Lei N.º 14.231/03 <sup>156</sup> alterada pela Lei N.º 15.329/06	Publicação do Diário Oficial
	Para o Debate na Escola	APP-Sindicato
Tarefa	APP-Sindicato	

Fonte: Cadernos do CFRE, 2008. Informações organizadas pela autora.

Legenda: CFRE: Curso de Formação para Representante de Escola; NSF: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

Este material tinha como proposta situar as/os cursistas no dia a dia do sindicato, para que estes pudessem conhecer e contribuir na construção dos espaços que, enquanto

<sup>156</sup> Essa Legislação definiu os critérios de escolha mediante consulta à Comunidade Escolar, para designação de Diretoras/es e Diretoras/es Auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

filiados, faziam/fazem parte, pois o sindicato não é constituído apenas pela diretoria. Cada sindicalizada/o tem grande importância na construção da instituição. Além da contribuição financeira mensal, a participação e as proposições eram/são peças fundamentais para o avanço das pautas da categoria.

Já o material para as etapas de 2009, teve a pretensão de contribuir para a organização pedagógica-político-sindical dos profissionais, focando no princípio da ação-reflexão-ação, para avançar no processo democrático no interior das escolas. Ainda no projeto que tratou dessa formação, foram apresentadas as dificuldades da realização das práticas coletivas, em virtude da falta de tempo disponível para reunir educadoras/es e alunas/os, de espaços físicos adequados, além das dificuldades de ordem financeira, pedagógicas e administrativas da escola, de práticas autoritárias e da falta de formação teórico-político-pedagógica das/os educadoras/es. Apresentou-se como alternativa na tentativa de superação dessas dificuldades, a organização do trabalho pedagógico da escola com participação coletiva. E, nesse contexto, objetivava-se contribuir para a estruturação do sindicato, respeitando as especificidades e respondendo às demandas de organização e da luta sindical (APP-Sindicato, projeto, 2009).

No núcleo sindical de Francisco Beltrão coordenaram a formação José Claudio Rech, Jussara Aparecida Ribeiro e Valtenor Hang. Foram sessenta horas de estudos, destas, trinta e duas nas sedes regionais e vinte e oito de atividades não presenciais. Fez parte das atividades não presenciais realizadas pelas/os cursistas, a participação destes nas discussões da CONAE e os relatos escritos sobre como se deu esse processo. Muitas/os das/os educadoras/es nunca tinham participado de atividades de discussão de políticas educacionais. Entendemos que este foi/é um importante momento de disputa ideológica, onde ficam muito visíveis as divergências, principalmente no que se refere ao financiamento das instituições públicas e privadas.

#### **Quadro 11- Fascículos/datas/participantes da formação CFRE, 2009, NSFB**

Fascículo	Data de realização	Número de Participantes
I – Princípios da OLT, o papel do(a) representante de Escola, CONAE	08 de maio (sextas-feiras)	72
II – Princípios da OLT	19 de junho (sexta-feira)	65
III – Condições de Trabalho dos/as Trabalhadores (as) em Educação	18 de setembro (sexta-feira)	53
IV – O impacto das propostas dos movimentos sindicais e sociais na Conferência Nacional de Educação	27 de novembro (terça-feira)	54

Fonte: Lista de presença de 2009. Informações organizadas pela autora. Legenda: CFRE: Curso de Formação para Representante de Escola; NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

Foram trabalhados com os cursistas em 2009 os seguintes cadernos:

**Quadro 12- Cadernos utilizados em 2009 no CFRE, NSF**

Etapas	Título	Autores	
I- Princípios da OLT, o papel do(a) Representante de escola, CONAE – Conferência Nacional de Educação	Balanco de Lutas e Conquistas de 2008	APP-Sindicato	
	Campanha Salarial 2009	APP-Sindicato	
	Pauta de Reivindicações 2009	APP-Sindicato	
	História e Objetivos da Organização por Local de Trabalho e Papel dos/as Representantes de Escolas	APP-Sindicato	
	Histórico das Lutas das/os Trabalhadoras/es em Educação: CEBs, CONEDs e CONAE	Giselle Corrêa Nienkotter	
	Tarefas da I Etapa do Curso de OLT	APP-Sindicato	
	Anexos: Agenda de atividades 2009; Atas para eleição de representantes de escola professores/as e funcionários/as; Modelo de Regimento do Conselho Regional	APP-Sindicato	
II- Carreira e Valorização Profissional dos/as Trabalhadores/as em Educação: Conheça seus Direitos	I-	Formação e Valorização dos/as Profissionais da Educação	APP-Sindicato
		Valorização Profissional: Formação e carreira	Congresso Estadual de 2007 da APP-Sindicato
		Trabalhadores/as em Educação: da “Missão” à Profissionalização – elementos para a Formação e Valorização Profissional	Edição Pedagógica 2008
		Eixo IV - Formação e Valorização dos Profissionais da Educação	Do livreto da CNTE (p. 22 a 27)
	II-	Conheça os seus direitos	APP-Sindicato
		Roteiro da Etapa II do Curso para Representantes de Escolas (OLT)	APP-Sindicato
	Anexos	Lei Complementar nº 103/04 Plano de Carreira dos/as Professores/as	
		Tabela de vencimentos dos/as Professores/as	
		Lei Complementar nº 106/04 altera dispositivos do Plano de Carreira dos/as Professores/as	Diário Oficial nº 6880 de 23/12/2004
		Lei Complementar nº 123/08 Plano de Carreira dos/as Funcionários/as da Educação	
		Tabela de vencimentos dos/as Funcionários/as da Educação	
		Contatos importantes	APP-Sindicato
	III – Condições de Trabalho e Saúde dos/as Trabalhadores/as em Educação	A saúde e a organização da luta dos/as trabalhadores/as em educação	O que é trabalho? O que é saúde? As três concepções de saúde; Condições de trabalho e saúde; Elementos para uma Política de Atuação Sindical em Saúde; Proposta de criação do IPESAÚDE; Doenças mais frequentes dos educadores.
Anexos		Da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador	Renê Mendes e Elizabeth Costa Dias
		Como anda a Saúde dos/as Trabalhadores/as da Educação?	June Maria Passos Rezende
		Projeto de Lei sobre Saúde Integral dos/as Servidores/as do Paraná proposto pelo Fórum dos Servidores	
		Lei de Saúde Mental – Nº 14.992/06	
		Lei de Saúde Vocal – Nº 14.939/05	
		CAT – Comunicação de Acidentes de Trabalho	
Questionário sobre Saúde do/a Trabalhador/a em Educação			

Fonte: Cadernos do CFRE, 2009. Informações organizadas pela autora. Legenda: CFRE: Curso de Formação para Representante de Escola; NSF: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.



Comparando os quadros 11 e 12, pode-se constatar que o primeiro menciona quatro etapas de formação, enquanto que o segundo apresenta apenas três cadernos. A falta da apresentação de um caderno no quadro 12 se deu em virtude do não arquivamento desse material no Núcleo Sindical e, na impossibilidade de consegui-lo de outra forma, acabamos sem acesso a ele.

O **“Curso de Formação para Representantes de Escola”**, foi trabalhado em trinta e cinco turmas regionais, sendo coordenado pelas/os cursistas da turma estadual. De acordo com o relatório OLT (2009), “A Jornada teve a participação de 732 participantes, representantes de escola da rede pública estadual do Paraná”. Naquele ano, o diferencial foi a realização do curso no município de Ortigueira com trabalhadores/as da rede municipal.

Conforme informações constantes no site institucional da APP-Sindicato, no dia cinco de fevereiro do ano de 2010, realizou-se em Curitiba um Seminário Estadual de Formação Político Sindical, cujo tema foi: “As relações entre política, vida e trabalho no chão da escola: o papel e vínculos da universidade e do sindicato”, ministrado pelo professor Gaudêncio Frigotto. Para além da palestra e do debate, a atividade contou com a apresentação do Coral Canta APP, apresentação de um grupo de dança, cerimônia de encerramento do Programa de Formação, homenagens e apresentação cultural (APP-SINDICATO, 2010a).

No mês de fevereiro, a direção regional do NS de Francisco Beltrão reuniu-se para planejar as ações para o ano. Sobre a formação, registrou-se que seriam mantidos os cursos e que a direção regional deveria participar das etapas regionais. Debateu-se ainda na reunião a definição de critérios para a escolha das/os coordenadoras/es e foi ressaltada a realização do curso de formação para representantes de escola com quatro encontros durante o ano (Ata 42/10, 2010, p. 13).

O novo ciclo de formação, iniciado em 2010, abrangeu três projetos: I- Curso de Formação Político Sindical (Jornada Pedagógica “Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos”), que será tratado no tópico seguinte, II- Curso de Formação para Representantes de Escola e de Municípios (OLT), tratado neste tópico e III- Curso de Formação em Gênero, Etnia e Diversidade Sexual nas Escolas, o qual não será objeto de análise desta pesquisa (APP-SINDICATO, 2010b).

O curso “Formação para Representante de Escola e Município”, realizou-se em três etapas presenciais, mais a participação na Conferência Regional de Educação da APP-Sindicato. No Núcleo Sindical de Francisco Beltrão organizou-se conforme quadro abaixo:

### Quadro 13- Fascículos/datas/participantes da formação CFRE 2010, NSFB

Fascículo	Data de realização	Número de Participantes
I – Escola e Desigualdade Social	21 de maio (sexta-feira)	110
II – Conferência de Educação	11 de junho (sexta-feira)	93
III – Saúde dos/as Trabalhadores (as) em Educação	10 de agosto (terça-feira)	89
IV – A desigualdade educacional por dentro da escola	26 de novembro (sexta-feira)	84

Fonte: Lista de presença de 2010. Informações organizadas pela autora.

Legenda: CFRE: Curso de Formação para Representante de Escola; NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

A carga horária foi de quarenta e oito horas presenciais, distribuídas em quatro dias e dezesseis horas não presenciais, totalizando sessenta e quatro horas. Teve como objetivo o fortalecimento dos Conselhos Regionais, uma vez que trabalhou-se na perspectiva de instrumentalizar as/os representantes de escola e município, para que através destes, fosse possível uma maior sintonia entre a base e as direções. Além disso, pretendia-se envolvê-los na campanha de sindicalização durante o ano (APP-SINDICATO, 2010b).

Os cursistas que participaram vieram dos municípios descritos no quadro abaixo:

**Tabela 3- Municípios do NSFB, cursistas da Formação CFRE, de 2008 a 2010**

Municípios	2008	2009	2010
Ampere	7	8	7
Barracão	4	4	5
Bela Vista da Caroba	-	-	4
Boa Esperança do Iguaçu	-	-	1
Bom Jesus do Sul	2	1	2
Capanema	5	7	5
Cruzeiro do Iguaçu	-	-	-
Dois Vizinhos	8	10	13
Enéas Marques	2	1	2
Flor da Serra	1	-	-
Francisco Beltrão	23	16	12
Manfrinópolis	-	-	-
Marmeleiro	5	-	-
Nova Esperança do Sudoeste	-	-	-
Nova Prata do Iguaçu	4	-	4
Pérola do Oeste	4	2	7
Pinhal de São Bento	3	2	2
Planalto	-	-	-
Pranchita	6	3	3
Realeza	7	3	6
Renascença	-	-	-
Salgado Filho	2	2	-
Salto do Lontra	7	9	21
Santa Izabel do Oeste	2	2	0
Santo Antônio do Sudoeste	5	2	2
São Jorge do Oeste	1	1	-
Total	98	73	96

Fonte: Fichas de Inscrição do Curso. Informações organizadas pela autora.

Legenda: CFRE: Curso de Formação para Representante de Escola; NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

Coordenaram o curso, em 2010, no Núcleo Sindical de Francisco Beltrão: Catia Aparecida Basso, José Claudio Rech e Valtenor Hang. Somente neste triênio, realizou-se a formação de forma descentralizada, com turmas nas cidades de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos. Fator este que contribuiu para o aumento no número de municípios com representação nestes cursos, sendo que 21 estavam representados, ficando apenas cinco municípios sem representatividade. Normalmente a formação realizava-se em Francisco Beltrão. Considerando que o GT de Formação não possui liberação para o trabalho sindical, ficava/fica mais prático centralizar a formação, pois facilitava/facilita o trabalho de organização, em contrapartida, isso acabou/acaba dificultando a participação de educadoras/es residentes em municípios mais distantes. Quanto mais municípios alcançados mais fácil fica a realização do trabalho de base.

A tabela 04 sintetiza informações coletadas nas fichas de inscrição que as/os cursistas preencheram, em sua maioria, no dia da primeira etapa presencial, nos anos de 2008 e 2009. No ano de 2010 não houve o preenchimento de inscrição, assim os dados sobre o cargo/função foram levantados no portal dia a dia educação.

**Tabela 4- Identificação dos Cursistas da Formação CFRE, NSFB de 2008 a 2010**

	N= 98 2008	%	N= 73 2009	%	N= 96 2010	%
<b>Sexo</b>						
Feminino	76	77,5	59	80,8	83	86,5
Masculino	22	22,4	14	19,2	13	13,5
<b>Cargo</b>						
Professoras/es	58	59,2	38	52,1	23	24,0
Funcionárias/os	40	40,8	35	47,9	55	57,2
Não identificado	0	0	0	0	18	18,8

Fonte: Fichas de Inscrição do Curso e site diaadiaeducacao. Informações organizadas pela autora.

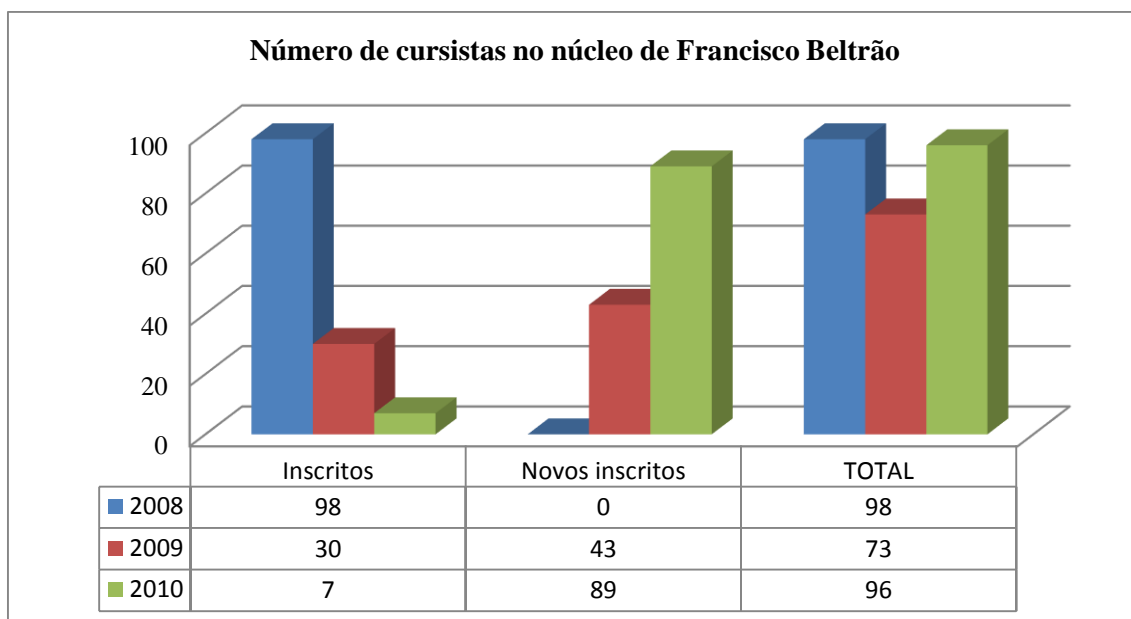
Legenda: CFRE: Curso de Formação para Representante de Escola; NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

A presença feminina na formação continuou crescendo e até hoje é predominante. A presença de professores/as permaneceu superior nos dois primeiros anos e declinou no ano de 2010. Nessa modalidade de formação houve um envolvimento muito significativo das/os funcionárias/os de escolas.

O curso denominado Jornada Pedagógica: Curso de Formação para Representantes de Escola, realizou-se somente no triênio 2008 a 2010, sendo mais de caráter organizativo, objetivando mostrar o dia a dia do sindicato, sua organização e como os/as educadores/as se encaixam no contexto e de que forma podem contribuir para fortalecer a luta.

O gráfico a seguir traz os dados referentes as/os cursistas que participaram da CFRE, no triênio de 2008 a 2010.

**Figura 3- Quantidade de participantes da Formação CFRE, NSFB de 2008 a 2010.**



Fonte: Fichas de Inscrição do Curso. Informações organizadas pela autora.

Das/os 98 educadoras/es que iniciaram o curso em 2008, 30 continuaram em 2009, e 07 fizeram os três anos de formação. Apenas 07 cursistas tiveram contato com todo o material que compôs os cadernos do triênio 2008 – 2010, do curso de formação para representantes de escola. Observando as fichas de inscrições foi possível visualizar que alguns dos inscritos em 2008 acabaram optando por cursar a formação política, no entanto este dado não foi objeto de análise mais detalhada.

### **Formação Política e Sindical, ano de 2010 - 2012**

O objetivo da formação para o triênio 2010 – 2012, segundo publicação no site da APP-Sindicato (2010b), era “realizar um amplo processo de formação a partir da práxis concreta e das contribuições acadêmicas sobre a Realidade da Escola Pública e os desafios postos para as educadoras e os educadores”.

Para tanto, se fez necessário entender como a escolarização se constituiu na forma como vemos hoje, visando conhecer o processo de construção da sociedade e qual o papel do Estado nesse processo. Somente com o conhecimento histórico acumulado poderemos pensar estratégias de atuação que nos possibilitem avançar na busca por uma escola pública de qualidade e na construção de uma sociedade melhor para todas as pessoas. Os eixos de 2010 e 2011 não possuem uma temática específica, já no ano de 2012, a temática é educação sindical, conforme identificado no quadro a seguir que sintetiza o conteúdo dos cadernos utilizados para a formação no triênio 2010 a 2012.

### Quadro 14- Eixos, cadernos e objetivos utilizados na formação, de 2010 a 2012

Eixo	Cadernos	Objetivos do eixo
I – 2010	1- Escola e Desigualdade Social; 2- Capitalismo, Estado e Desigualdade: Impactos na Política Educacional; 3- A Desigualdade Educacional por Dentro da Escola.	Refletir sobre as desigualdades e entender como estas refletem no espaço escolar. Ampliar a consciência das/os educadoras/es levando-as/os a assumir um papel social e político, a tomar partido e deixar de lado a omissão compreendendo melhor a realidade.
II – 2011	1- As Concepções Teóricas, Ideológicas e Pedagógicas da Sociedade e da Escola e seus Impactos na Gestão do Estado; 2- A Formação da/o Dirigente e Gestão Democrática. As elaborações e Concepções Teóricas e Pedagógicas para a Sociedade e Escola no Campo da Tradição Marxista; 3- O Modernismo e o Pós-Modernismo no Contexto do Mundo do Trabalho e da Educação.	Formar para organizar, aprofundar a discussão sobre a sociedade, o indivíduo e a educação que temos e queremos, ampliar a capacidade de participação, intervenção e organização dos educadores na escola, nos movimentos sociais e na vida.
Educação Sindical - 2012	1- Tema I: Como Funciona a Sociedade Capitalista; Tema II: Processo de Consciência da Classe Trabalhadora; 2- Tema III: O ABC DO SINDICATO – PARTE I: Concepção, Estrutura e Organização Sindical; O Projeto Político-Sindical-Educacional da APP-Sindicato; Tema IV: I: O ABC DO SINDICATO – PARTE II: Conheça seus Direitos – A Carreira e a Valorização dos/as Trabalhadores/as em Educação; 3- Tema V: Condições de Trabalho, Saúde e a Luta dos/as Trabalhadores em Educação; Tema VI: A Escola que Queremos.	Ampliar a consciência das/os educadoras/es na perspectiva da construção de uma sociedade sem exclusão e democrática.

Fonte: Cadernos de formação. Informações organizadas pela autora.

O curso planejado continuou com o mesmo nome do triênio anterior, Jornada Pedagógica “**Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos**”, teve sua duração prevista para três anos, sendo composto por uma turma estadual e de turmas regionais em todos os núcleos sindicais. No que se refere à etapa estadual de formação, não temos as datas específicas da sua realização e nem a programação, uma vez que esta informação não está disponível no site institucional e não foi possível consegui-la de outra maneira.

A carga horária da turma estadual foi de cem horas, sendo oitenta de atividades presenciais, dentre estas, oito como participação na Conferência Estadual e/ou Regional de Educação da APP-Sindicato e vinte horas não-presenciais, de estudos, reflexão e elaboração pedagógica. A turma regional teve carga horária de sessenta e oito horas presenciais e trinta e duas horas não presenciais, com participação na Conferência Regional de Educação da APP-Sindicato. As/os cursistas, tanto estaduais, quanto regionais, foi solicitada a participação na campanha de sindicalização daquele ano (APP-SINDICATO, 2010b). Coordenaram a formação no Núcleo Sindical de Francisco Beltrão no ano de 2010: Catia Aparecida Basso, José Claudio Rech e Valtenor Hang.

Para o ano de 2010 foram previstas, para as turmas regionais, a realização em três etapas com a seguinte dinâmica:

**Etapa I Tema:** Como funciona a sociedade? Como funciona a escola? Retomada das principais categorias marxistas estudadas nos três últimos anos. A origem da escola no contexto da revolução francesa. A escola tradicional. A escola como espaço de contradição.

**Turmas Regionais** - 2ª quinzena de abril a 1ª quinzena de junho.

**Etapa II Tema:** Tendências pedagógicas e a construção dos/as trabalhadores/as em educação.

Diferenças entre a escola tradicional e a escola nova. Transição entre essas escolas. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

**Turmas Regionais:** final de junho a outubro.

**Etapa III Tema:** Pedagogias críticas e o projeto de educação para o próximo período

Contexto histórico do surgimento das pedagogias críticas; quais são. Resultado da Conferência de Educação da APP e a perspectiva para a educação no governo recém eleito.

**Turmas Regionais:** novembro a dezembro (APP-SINDICATO, 2010b).

O projeto para o ano de 2010 apresentou como objetivo fortalecer a relação entre universidade e sociedade através da parceria APP-Sindicato e UFPR, na realização dessa formação, bem como “contribuir para a qualificação profissional dos profissionais da educação focada na prática de ensino, no princípio da ação-reflexão-ação e compreende o aperfeiçoamento e a atualização do conhecimento nas várias áreas”, através da articulação entre as reflexões acadêmicas e as práticas pedagógicas. O tema central da formação foi referente às desigualdades e como estas refletem no espaço escolar.

#### **Quadro 15- Fascículos/datas/participantes da formação DCEPQ, 2010, NSF**

Fascículo	Data de realização	Número de Participantes
I – Escola e Desigualdade Social	14 e 15 de maio (sexta-feira e sábado)	42
II – V- Conferência de Educação	11 de junho (sexta-feira)	32
III – Capitalismo, Estado e Desigualdade: Impactos na Política Educacional	17 e 18 de setembro (sexta-feira e sábado)	38
IV – A desigualdade educacional por dentro da escola	19 e 20 de novembro (sexta-feira e sábado)	37

Fonte: Lista de presença do ano de 2010. Informações organizadas pela autora.

Legenda: DCEPQ: Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos; NSF: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

O curso no NSF iniciou com a exposição de como seria organizada a formação para o ano de 2010. Para tanto, foi solicitado que as/os cursistas que respondessem de forma sintética a duas questões: Por que participar do curso? E por que participar do sindicato? Na sequência, foram apresentadas as respostas e, posteriormente, realizada a discussão do primeiro texto e o encaminhamento para o trabalho em grupo.

O estudo do primeiro caderno do ano de 2010 foi dividido em duas partes, sendo que na primeira etapa presencial, no primeiro dia, fez-se o estudo dos textos: “Uma reflexão sobre o processo de consciência” e “Dialética da Totalidade Concreta”. Os textos: “Neoliberalismo e Educação: Manual do Usuário” e “O papel do Empresariado na Educação”, ficaram para o segundo dia dessa etapa. O período de organização com relação ao estudo de cada texto foi de aproximadamente três horas, a dinâmica de trabalho contou com exposição da temática, posterior leitura e discussão no grupo, finalizando com a apresentação dos pontos principais na Plenária. Nessa metodologia, o trabalho do/a formador/a é extremamente importante, pois além de apresentar os textos, é ele/a quem orienta os debates e deve fazer os questionamentos as/os cursistas, procurando fazer com que estas/es possam refletir e relacionar a teoria com o dia a dia na escola.

Os textos do primeiro caderno davam conta de atender aos objetivos propostos pela formação que eram o de refletir sobre o processo de consciência e o pensar a escola a partir da realidade da constituição da sociedade e do Estado. No segundo caderno, a metodologia partiu da questão local, o Paraná, avançando para o Brasil e a América Latina a fim de demonstrar as desigualdades educacionais. E no terceiro caderno a ênfase se dá nos sujeitos que compõem a escola, procura fazer com que o/a educador/a pense a respeito de sua escola a partir da realidade e procure transformá-la.

Uma das características dos cadernos foi a utilização de poemas que retratam a realidade humana e proporcionam reflexões. Nos dois primeiros cadernos foram utilizados: Drummond, Bertolt Brecht, Ferreira Gullar e Manuel Bandeira. No terceiro caderno, do ano de 2010, não encontramos nenhum poema.

Nos cadernos utilizados em 2010, observamos uma grande diversidade de autores e embora não se tenha nenhum texto clássico de Marx, Lênin, Gramsci ou Mészáros, através da leitura do texto encontramos as concepções marxistas presentes (COELHO e CASTANHA, 2014, p. 213).

A linguagem utilizada nas publicações, se considerada a diversidade de escolarização dos cursistas, tornou difícil o entendimento para alguns, especialmente o texto do Kosik. Tal situação acentua a importância do/a mediador/a e do trabalho em grupo durante as etapas presenciais, principalmente na articulação entre as teorias apresentadas e a prática diária. Para melhor visualizar as temáticas trabalhadas na formação regional, apresentamos o quadro abaixo, no qual estão indicados os conteúdos, autores e objetivos dos cadernos utilizados no NSFEB durante o ano de 2010.

**Quadro 16- Conteúdos, autores e objetivos dos cadernos de formação de 2010, NSFB**

Caderno	Título	Autores <sup>157</sup>	Objetivo do caderno
I - Escola e Desigualdades Sociais	Uma reflexão sobre o processo de consciência.	Mauro Luis Iasi	Refletir sobre o processo de consciência, em suas três formas: a consciência alienada, a consciência em si e a consciência para si ou revolucionária. Aprofundar os conhecimentos sobre método e metodologia. Analisar a escola e as desigualdades sociais.
	Dialética da Totalidade Concreta	Karel Kosik	
	Neoliberalismo e Educação: Manual do Usuário.	Pablo Gentili	
	O papel do Empresariado na Educação.	Claudio de Moura Castro	
II – Capitalismo, Estado e Desigualdade: impactos na política educacional	Privatização do Público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal.	Francisco de Oliveira	Abordar temas como: a formação da Sociedade Brasileira, a função do Estado e as relações entre condições socioeconômicas e condições educacionais. O caderno traz indicadores de qualidade de vida, concentração de renda e indicadores educacionais do mundo, América Latina, Brasil e Paraná.
	Qual a relação entre desigualdade social e desigualdade educacional?	Gisele Adriana Maciel Pereira	
	Tabela Resultados do Desempenho em Leitura.	MEC/ INEP/ IPEA	
	Tabela Resultados do Desempenho em Matemática.	MEC/ INEP/ IPEA	
	Tabela Ensino Fundamental Regular – Brasil.	MEC/ INEP/ IPEA	
	Educação e exclusão na América Latina; Exclusão por condição socioeconômica.	José Marcelino Rezende Pinto	
	Tabela Ensino Fundamental Regular – Paraná.	MEC/ INEP/ IPEA	
	Glossário das Tabelas e Mapas.		
	Anexos: I- Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas; II- Biografia de Cândido Portinari; III- Roteiro para turmas regionais.	Mirian Abramovay  Wikipédia	
III – A desigualdade educacional por dentro da escola	Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras.	Daniel Thin	O objetivo com os textos é motivar os educadores a continuar pensando a escola. “E, por acreditarmos que ela pode avançar cada vez mais como uma verdadeira esfera democrática, não nos furtamos de continuar investigando as formas de exclusão, desigualdade e de violência que ela produz ou contribui para produzir, e assim, denunciamos e pensamos saídas, expomos suas fragilidades e refletimos, compreendemos mais um pouco e lutamos” (APP-Sindicato, 2010, III, p. 08).
	Os excluídos do interior.	Pierre Bourdieu	
	Categorias espaços- temporais e socialização escolar: do indivíduo ao narcisismo.	Julia Varela	
	Currículo e sujeitos da escola.	Maria das Mêrces Ferreira Sampaio	
	Quem tem medo dos jovens?	Pedro Rodolfo Bodê de Moraes	
	O sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente e o desafio do trabalho em “Rede”.	Murilo José Digiácomo	
	As APMF <sup>158</sup> s e o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.	Murilo José Digiácomo	

Fonte: Cadernos de Formação, 2010. Informações organizadas pela autora. Legenda: NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

Conforme a reunião de planejamento do NS de Francisco Beltrão, registrada na

<sup>157</sup> Os textos utilizados nos cadernos são das/os autoras/es mencionados e não foram adaptados.

<sup>158</sup> Associação de Pais, Mestres e Funcionários.



Ata nº 60 do ano de 2011, seriam ofertados os cursos de Formação Político Sindical, de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual, bem como o de OLT, sem pagamento de almoço e deslocamento para as/os cursistas. Porém, o OLT não foi ofertado, em virtude das mudanças na organização da formação. A ata registrou a busca de parceria com a Unioeste campus de Francisco Beltrão, para oferta de um curso de formação, destinado à diretoria e as/os representantes de base e município, e, tratou da composição do Grupo de Trabalho<sup>159</sup> que auxiliou na organização da formação neste ano (Ata 60/11, 2011, p. 28v).

No que se refere à etapa estadual, em 2011, só encontramos no site institucional, registros da realização da terceira e última etapa, a qual apresentou a seguinte programação: no dia 30 de setembro, exposição sobre os temas: “O modernismo e o pós-modernismo no contexto do mundo do trabalho e da educação” com as professoras Rose Trojan da UFPR e Isabel Catarina Zollner da APP-Sindicato e “Discutindo as relações raciais na estrutura escolar e construindo uma pedagogia multirracial e popular” com as professoras Joana Passos da UDESC<sup>160</sup> e Janeslei Albuquerque da APP-Sindicato, após a exposição das temáticas aconteceram os debates. No dia 01 de outubro, as atividades foram coordenadas por dirigentes e assessoras/es da APP-Sindicato, sendo elas: oficina de organização do XI Congresso Estadual da APP-Sindicato com Hermes Leão, José Ricardo Correa, Mariah Seni V. Silva; apresentação de vídeo da música "La cigarra", de Mercedes Sosa; fala sobre os/as trabalhadores/as e sua organização em congressos - Miguel Baez; apresentação do Caderno de Teses com Hermes Leão e Marlei Fernandes e organização dos Congressos Regionais e do Estadual com José Ricardo Corrêa e Rosani Moreira (APP-Sindicato, 2011a).

As etapas regionais no NSFb, organizaram-se conforme o quadro abaixo:

#### **Quadro 17- Fascículos/datas/participantes da formação DCEPQ, 2011, NSFb**

Etapa/ Tema	Data de realização	Número de participantes
I – As concepções teóricas, ideológicas e pedagógicas da sociedade e da escola e seus impactos na gestão do estado.	14 de maio (sábado)	61
	18 de junho (sábado)	58
II – A formação da/o dirigente e gestão democrática. As elaborações e concepções teóricas e pedagógicas para a sociedade e escola no campo da tradição marxista.	20 de agosto (sábado)	62
III – Congresso Regional da APP-Sindicato.	08 de outubro (sábado)	60
IV – O modernismo e o pós modernismo no contexto do mundo do trabalho e da educação.	29 de outubro (sábado)	55

Fonte: Lista de presença de 2011. Informações organizadas pela autora. Legenda: DCEPQ: Desafios para a Construção da Escola Pública que Queremos; NSFb: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

<sup>159</sup> Maria Rohling, Eliane Figura, Pedro Almeida, José Claudio, Terezinha Bertaioli, José Fernandes, Vitorino Milani, Susana Lourenci e Catia Basso (Ata 60/11, 2011, p. 28v).

<sup>160</sup> Universidade do Estado de Santa Catarina.

A segunda etapa regional contou com a participação das professoras da Unioeste, Sueli Comar e Franciele dos Santos, que contribuíram para o debate explanando elementos do materialismo histórico dialético e da luta de classes, destacando a relação entre opressores e oprimidos na perspectiva de Paulo Freire. Além de Paulo Freire, o caderno base dessa etapa apresentou Antonio Gramsci, sobre o qual também realizaram-se apontamentos e discussões.

Uma das atividades não-presenciais, além das leituras e dos relatórios, referiu-se à divulgação do Congresso Regional da APP-Sindicato nas escolas do município, ao qual as/os cursistas pertenciam. O congresso foi realizado em 08 de outubro e contou com a participação de todas/os as/os cursistas do NS, tendo a seguinte pauta: análise de conjuntura; debate das Teses para XI Congresso Estadual da APP-Sindicato; eleição dos/as delegados/as para o XI Congresso Estadual da APP-Sindicato.

No ano de 2011, tratou-se das origens e das concepções de escola. Analisando os cadernos pontuamos que:

As bases teóricas e as reflexões dos cadernos de 2011 continuaram abordando a sociedade, o indivíduo e a educação. Educação definida como o processo de formação completa da pessoa, na qual a escolarização tem um papel importante. Além dos textos, o caderno I, traz um quadro com a síntese das concepções e tendências da educação e suas manifestações na prática escolar que ajudam os educadores a reconhecer as bases de suas práticas pedagógicas.

O caderno II traz as reflexões sobre as teorias de Gramsci e Freire, procurando relacioná-las com a gestão e finalidade da escola, a fim de melhorar o entendimento sobre a organização escolar e propiciar novas formas de intervenção, priorizando uma gestão democrática e participativa (COELHO e CASTANHA, 2014, p. 213).

O terceiro caderno centrou-se nas discussões sobre o pós- modernismo e sua repercussão na educação, além de debater as relações raciais na estrutura escolar a partir das desigualdades sociais enfrentadas por boa parte da população. A metodologia de trabalho utilizada na formação foi a mesma do ano anterior. A carga horária em 2011 foi de sessenta horas, com atividades presenciais e não presenciais. Coordenaram as etapas regionais no Núcleo Sindical de Francisco Beltrão neste ano: Catia Aparecida Basso, Maria Gesser Rohling e Valtenor Hang.

Para melhor visualizar às temáticas utilizadas para o debate nos demais encontros, organizamos o quadro abaixo que apresenta os conteúdos, autores e objetivos de todos os cadernos utilizados no Núcleo Sindical de Francisco Beltrão durante o ano de 2011.

## Quadro 18- Conteúdos, autores e objetivos dos cadernos de formação de 2011, NSF

Caderno	Título	Autores <sup>161</sup>	Objetivo do caderno
I – As concepções teóricas, ideológicas e pedagógicas da sociedade e da escola e seus impactos na gestão do estado.	A Escola, o Ensino e o Rito: Cultura Escolar e Modernidade.	Rosilei Boschilia	O caderno apresenta textos sobre as tendências pedagógicas, os primeiros debates no país sobre a educação, a dominação do capitalismo por intermédio da educação e a educação para além do capital. Visando contribuir na formação das/os educadoras/es e militantes.
	Concepções e tendências da educação e suas manifestações na prática pedagógica escolar.	Diana Cristina de Abreu, et al.	
	A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice.	István Mészáros	
	Do lar à fábrica, passando pela sala de aula: A gênese da escola de massas.	Mariano F. Enguita	
	As grandes correntes pedagógicas e suas relações com a sociedade.	Maria Rosa Chaves Kunzle	
II – A formação da/o dirigente e gestão democrática. As elaborações e concepções teóricas e pedagógicas para a sociedade e escola no campo da tradição marxista.	Planejamento e Trabalho Coletivo.	Angelo Ricardo de Souza	Os textos fazem referência a Paulo Freire e Gramsci, com a finalidade de aprofundar os estudos e contribuir para melhorar a prática das/os educadoras/es.
	Política e educação em Gramsci (Reflexões a partir dos escritos de 1916 a 1918).	Anita Helena Schlesener	
	A gestão da Educação pela perspectiva de Gramsci.	Sarita Aparecida de Oliveira Fortunato	
	A dialogicidade – Essência da educação como prática da liberdade.	Paulo Freire	
	O legado de Paulo Freire para as políticas de currículo e para a formação de educadoras/es no Brasil.	Ana Maria Saul e Antonio Fernando Gouvêa Silva	
III – O modernismo e o pós modernismo no contexto do mundo do trabalho e da educação.	(Pós) Modernismo, Trabalho e Educação.	Rose Meri Trojan	Fazer o estudo da crítica ao pós-modernismo, a sociedade da informação, a relativização do papel da escola e a superficialização do conhecimento.
	O renovado conservadorismo da agenda Pós-Moderna.	Maria Célia Marcondes de Moraes	
	Discutindo as relações raciais na estrutura escolar e construindo uma pedagogia multirracial e Popular.	Joana Célia dos Passos	

Fonte: Cadernos de Formação de 2011. Informações organizadas pela autora.

Legenda: NSF: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

No ano de 2011, além da formação proporcionada pela Escola de Formação da APP-Sindicato, o NS de Francisco Beltrão, em parceria com o Grupo de Pesquisa: Sociedade, Trabalho e Educação da Unioeste/FB, ofereceu um curso de extensão denominado de “Estudos sobre o Estado e a Política Educacional Brasileira”, com carga horária de trinta e quatro horas distribuídas nos meses de novembro e dezembro, tendo como público alvo membros da diretoria em exercício e eleitas/os para a próxima gestão, representantes de base e municípios. As temáticas trabalhadas foram: concepção do estado marxista, a categoria estado no Brasil e a reforma do estado e da educação brasileira com apontamentos ao estado do Paraná, ministradas por: José Luiz Zanella, Gilmar Fiorese, Fernando dos Santos Sampaio, Franciele Soares dos Santos e Sueli

<sup>161</sup> Os textos utilizados nos cadernos são das/os autoras/es aqui mencionados, não foram adaptados.

Ribeiro Comar.

No início de 2012, mais precisamente no dia dez de fevereiro, realizou-se em Curitiba o Seminário: “Avaliação e Perspectivas – Programa de Formação da APP-Sindicato”. Essa atividade contou com a participação de aproximadamente oitenta dirigentes de todo o Estado. No período da manhã, avaliou-se o programa de 2011 e à tarde o debate ficou em torno das perspectivas para 2012 (APP-SINDICATO, 2012a). Este seminário teve um caráter organizativo diferente do realizado em 2010, que era formativo.

De acordo com a Secretaria de Formação, na apresentação do Caderno I de formação para o ano de 2012:

Na ESCOLA DE FORMAÇÃO DA APP-SINDICATO, faremos com a turma estadual uma abordagem sobre as/aos militantes homenageadas/os no XII Congresso Estadual, realizado em dezembro de 2011, quando foi aprovada a tese da Revolução Democrática como orientação de nossas ações. Começaremos os estudos e debates por Lênin, no esforço de melhorar e articular cada vez mais a formação de nossos/as dirigentes (APP-SINDICATO, 2012, I, p. 05).

A primeira etapa da formação estadual em 2012 se dedicou a estudar a obra de Lenin, *Que fazer: problemas candentes de nosso movimento*. Os/as cursistas dessa turma receberam o livro impresso, fornecido pela APP-Sindicato, com antecedência para que todos pudessem fazer a leitura antes da atividade presencial. A I Etapa: “Da Teoria da Revolução Permanente à Organização Política Sindical”, realizou-se no dia dezoito de maio. A orientação era para que cada NS encaminhasse duas pessoas para participar da etapa estadual, no entanto, do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão fomos em três para facilitar o repasse na regional: Ana Paula Pereira Dal Pra, Denila Coelho e José Walter Padilha.

A segunda etapa estadual aconteceu nos dias três e quatro de agosto e teve como base de estudos Rosa Luxemburgo e o seu humanismo revolucionário (APP-Sindicato, 2012, II, p. 05). As atividades contaram com uma palestra sobre Rosa Luxemburgo com a professora Isabel Loureiro, seguida de debate, trabalho em grupo, oficina/debate sobre o tema de trabalho nos núcleos sindicais, apresentação e debate do vídeo documentário Miss Representation, lançamento da coleção sobre Rosa Luxemburgo, organização e demais encaminhamentos.

A terceira etapa estadual teve como tema: “Capitalismo e Democracia no Brasil” abordado pela professora da UFPR, Taís Moura Tavares. O encontro foi realizado em dezenove e vinte de outubro, contando com estudos, debates sobre a escola que queremos,

saúde e condições de trabalho e os encaminhamentos para as turmas regionais. Na ocasião, o Professor Emir Sader fez uma fala as/os cursistas e lançou o livro “As armas da crítica: Antologia do Pensamento de Esquerda” (APP-Sindicato, 2012b).

A turma estadual teve carga horária de setenta e quatro horas, sendo cinquenta e seis horas de atividades presenciais e dezoito horas não presenciais. Foi uma etapa de formação de formadores que constituíram-se multiplicadores nas etapas regionais.

Para além dessa formação, ofertou-se também uma turma estadual de Juventude Sindical, que objetivou trazer para o sindicato as/os jovens educadoras/es e formar novas lideranças; turma estadual e regional de formação em Gênero, Etnia e Diversidade Sexual, no intuito de instrumentalizar as/os educadoras/es para combater homofobia, racismo, sexismo e outras formas de discriminação e o cinema militante, com exibição e debate de filmes políticos na sede Estadual da APP-Sindicato em Curitiba. Nas turmas regionais,

[...] o programa ganha o nome de “EDUCAÇÃO SINDICAL”, com o objetivo de estabelecer uma dinâmica de trabalhos e estudos que visem oferecer as bases teóricas e metodológicas para as ações das diretorias regionais, das/os representantes de município e escola, bem como das comissões de negociação das/os trabalhadoras/es municipais (APP-SINDICATO, 2012, I, p. 05).

A carga horária da turma regional foi de sessenta horas, sendo quarenta e oito horas de atividades presenciais e doze horas de estudos, reflexão e elaboração pedagógica. Sendo as etapas regionais no NSFB, organizadas conforme o quadro abaixo:

**Quadro 19- Temas/data/mediadores/participantes da ES, 2012, NSFB**

Etapa/ Tema	Data de realização	Palestrantes/ mediadores	Número de Participantes
Caderno I – Projeto 2012/2014: Tema I – Como funciona a sociedade capitalista	01 de junho (sexta-feira)	José W. Padilha; Denila Coelho; Ana Paula P. Dal Pra.	58
Caderno I – Projeto 2012/2014: Tema II – Processo de Consciência da Classe Trabalhadora	22 de junho (sexta-feira)	Fernando Sampaio; José W. Padilha; Denila Coelho; Ana Paula P. Dal Pra.	58
Caderno II – Projeto 2012/2014: Tema III – O ABC do Sindicato parte I	24 de agosto (sexta-feira)	Vera Lucia Cecchin Dapont; José W. Padilha; Denila Coelho; Ana Paula P. Dal Pra.	55
Caderno II – Projeto 2012/2014: Tema IV – O ABC do Sindicato parte II	21 de setembro (sexta-feira)	José W. Padilha; Denila Coelho; Ana Paula P. Dal Pra.	52
Caderno III – Projeto 2012/2014: Tema V – Condições de Trabalho, Saúde e a Luta dos Trabalhadores em Educação	09 de novembro (sexta-feira)	Ely Ivete Mosquer; José Walter Padilha; Ana Paula Pereira Dal Pra.	50
Caderno III – Projeto 2012/2014: Tema VI – A Escola que queremos	30 de novembro (sexta-feira)	Janeslei Albuquerque Aparecida	49

Fonte: Lista de presença de 2012. Informações organizadas pela autora. Legenda: ES: Educação Sindical; NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

Foram trabalhados nesse ano três cadernos, que estão descritos nos quadros 20 e

21:

**Quadro 20- Conteúdos dos cadernos I e II da ES, 2012, NSF**

Caderno	Título	Autores	Objetivo do caderno	
I-	Tema I: Como Funciona a Sociedade Capitalista.	O capitalismo, por Ernest Mandel.	Ernest Mandel	
		O trabalho e seus sentidos.	Ricardo Antunes	
		Manifesto do Partido Comunista.	Marx e Engels	
	Tema II: Processo de Consciência da Classe Trabalhadora.	Atualidade da teoria leninista da organização à luz da experiência histórica.	Ernest Mandel	
II-	Tema III: O ABC DO SINDICATO – PARTE I: Concepção, Estrutura e Organização Sindical; O Projeto Político-Sindical-Educacional da APP-Sindicato.	A importância do debate sobre organização e estrutura sindical no contexto atual.	Equipe ECO/CUT	
		Concepção, organização e estrutura sindical no mundo.	Equipe ECO/CUT	
		Concepção, organização e estrutura sindical no Brasil.	Equipe ECO/CUT	
		CUT: concepção, organização e estrutura sindical.	Equipe ECO/CUT	
		Movimento Sindical da Educação: Concepção, organização e estrutura sindical.	Equipe ECO/CUT	
		Anexo contribuições ao debate.	Equipe ECO/CUT	
		APP-Sindicato: uma história de lutas e conquistas.	APP-Sindicato	
		Fatos que marcaram a história da APP-Sindicato.	APP-Sindicato	
		A APP-Sindicato não atua sozinha!	APP-Sindicato	
		O projeto estratégico e os princípios que orientam a APP-Sindicato.	APP-Sindicato	
		XI Congresso Estadual da APP-Sindicato Plano de Lutas.	APP-Sindicato	
		Pauta de reivindicações.	APP-Sindicato	
		Tema IV: I: O ABC DO SINDICATO – PARTE II: Conheça seus Direitos – A Carreira e a Valorização dos/as Trabalhadores/as em Educação.	Conheça seus direitos.	APP-Sindicato
			Anexos: Plano de carreira dos professores; Plano de carreira dos funcionários/as; minuta de alteração da Lei nº 123/08.	APP-Sindicato

Fonte: Cadernos de formação 2012. Informações organizadas pela autora.

Legenda: ES: Educação Sindical; NSF: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

Em virtude dos cadernos possuírem uma grande quantidade de títulos, fez-se necessária a organização em dois quadros para apresentá-los, portanto, o quadro 21 é continuidade do quadro 20 e apresenta o terceiro caderno utilizado na formação.

### Quadro 21- Conteúdo do III caderno da ES, 2012, NSF

Caderno	Título	Autores	Objetivo do caderno	
III-	Tema V: Condições de Trabalho, Saúde e a Luta dos/as Trabalhadores em Educação.	O que é trabalho? O que é Saúde? A construção coletiva da concepção de saúde do/a trabalhador/a; a saúde do/a trabalhador/a no Brasil; saúde e prevenção a AIDS; doenças mais frequentes dos/as educadores/as; elementos para uma política de atuação sindical em saúde; nossas propostas.	APP-Sindicato	Explicitar a concepção defendida com relação à saúde, indicar a necessidade de políticas públicas de prevenção e colocar em debate as elaborações conjuntas em torno da temática que são as propostas construídas em conjunto com o FES. Além disso, apresentar a pauta que vai além das questões corporativas e das questões salariais.
		Anexos: Artigo 1: Saúde do Trabalhador: rever conceitos para ressignificar as práticas; Artigo 2: Como anda a saúde dos/as trabalhadores/as da educação?; Proposta de criação do IPE-Saúde (FES); Proposta de anteprojeto de Lei: Saúde Integral dos/as Servidores/as do Paraná (FES); Lei de Saúde Mental – Nº 14992/06; Lei de Saúde Vocacional Nº 14939/05; CAT – Comunicação de Acidentes de Trabalho e um formulário de pesquisa sobre saúde.	Artigo 1: Manoel Messias Mello e Claudia Rejane de Lima; Artigo 2: June Maria Passos Rezende. Demais documentos foram organizados pela APP-Sindicato	
Tema VI: A Escola que Queremos.	A Escola que Queremos.	APP-Sindicato		
	Resumo da V Conferência de Educação da APP-Sindicato.	APP-Sindicato		
	Pedagogia Emancipatória, uma ciência plural.	Juçara Dutra Vieira		
	Primeiro encontro: Até um movimento pedagógico latino- americano.	Declaração de Bogotá		
	Carta da Conferência Estadual da Educação da APP-Sindicato.	APP-Sindicato		

Fonte: Cadernos de formação 2012. Informações organizadas pela autora.

Legenda: ES: Educação Sindical; NSF: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

Cada caderno utilizado possuía material para duas etapas presenciais,

Nos cadernos de 2012, o primeiro traz reflexões sobre a organização e a exploração na sociedade capitalista, com os seguintes textos: *O capitalismo, por Ernest Mandel*, *O trabalho e seus sentidos*, de Ricardo Antunes, *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, *Atualidade da Teoria Leninista da Organização à Luz da Experiência Histórica*, de Ernest Mandel. O Segundo é um caderno mais histórico sobre a luta dos trabalhadores, organização e estrutura sindical. O Terceiro faz referência as condições de trabalho e saúde e qual escola queremos (COELHO e CASTANHA, 2014, p. 214).

Após a exposição das temáticas e objetivos dos cadernos utilizados na formação temos na sequência a tabela 05, que sintetiza informações coletadas nas fichas de inscrição que as/os cursistas preencheram, em sua maioria, no dia da primeira etapa

presencial. Como no ano de 2010 não houve o preenchimento de inscrição, os dados sobre os cargos dos participantes foram consultados no portal Dia a Dia Educação.

**Tabela 5- Identificação dos Cursistas da Formação Política e Sindical, NSFB, de 2010 a 2012**

	N= 35 2010	%	N= 56 2011	%	N= 55 2012	%
<b>Sexo</b>						
Feminino	24	68,6	41	73,2	51	92,7
Masculino	11	31,4	15	26,8	04	7,3
<b>Cargo</b>						
Professoras/es	18	51,4	31	55,4	17	30,9
Funcionárias/os	14	40	25	44,6	38	69,1
Não identificado	03	8,6	0	0	0	0

Fonte: Fichas de Inscrição do Curso. Informações organizadas pela autora.

Legenda: NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

A presença feminina continuou crescendo, sendo predominante nos dois primeiros anos, passando para mais de 90% no terceiro ano. A presença de professores/as permaneceu superior nos dois primeiros anos e caiu consideravelmente em 2012. A ampla maioria dos educadores possui carga horária de quarenta horas semanais, a formação geralmente aconteceu às sextas-feiras ou aos sábados, fator que acabou dificultando a participação.

**Tabela 6- Identificação dos Cursistas da Formação Política e Sindical, NSFB, de 2010 a 2012**

Municípios	2010	2011	2012
Ampére	2	-	-
Barracão	4	5	7
Bela Vista da Caroba	2	-	-
Boa Esperança do Iguaçu	-	-	-
Bom Jesus do Sul	-	2	3
Capanema	2	10	-
Cruzeiro do Iguaçu	-	-	-
Dois Vizinhos	2	3	3
Enéas Marques	-	-	-
Flor da Serra	-	-	-
Francisco Beltrão	9	8	39
Manfrinópolis	-	-	-
Marmeleiro	2	2	-
Nova Esperança do Sudoeste	-	-	-
Nova Prata do Iguaçu	-	6	-
Pérola do Oeste	3	1	2
Pinhal de São Bento	-	-	-
Planalto	-	-	-
Pranchita	-	-	-
Realeza	-	-	6
Renascença	-	-	-
Salgado Filho	-	1	1
Salto do Lontra	6	14	11
Santa Izabel do Oeste	1	1	-
Santo Antônio do Sudoeste	2	3	1
São Jorge do Oeste	-	-	-
Total	35	56	73

Fonte: Fichas de Inscrição do Curso. Informações organizadas pela autora.

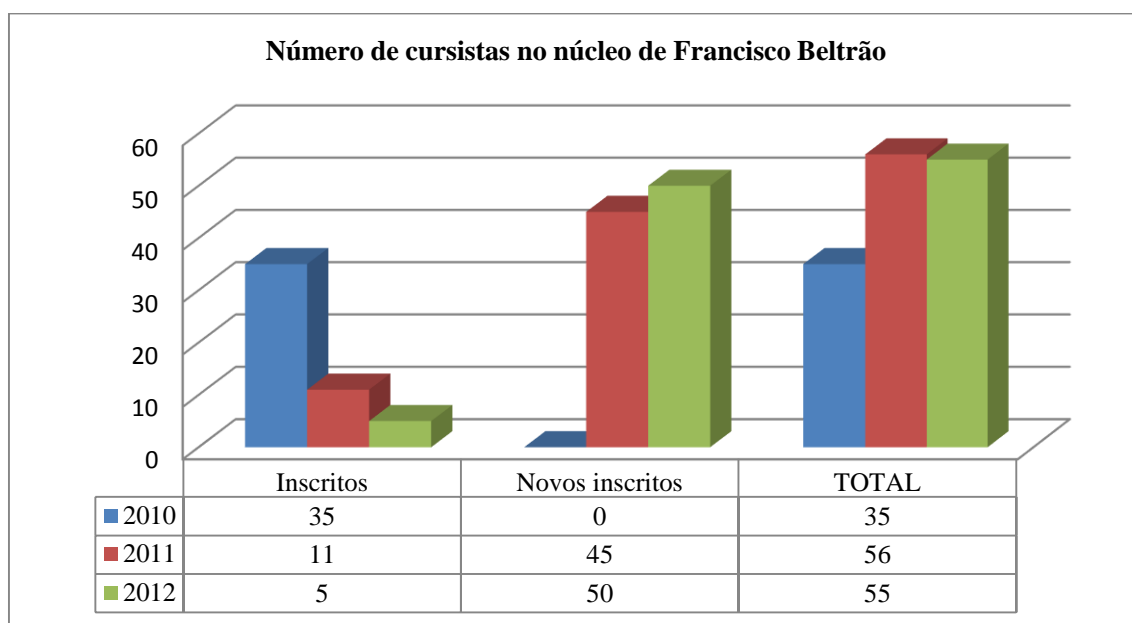
Legenda: NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.



Se considerarmos a quantidade de municípios representados pelos seus cursistas percebemos que dos vinte e seis municípios que compõem o Núcleo Sindical, onze delas não tiveram nenhum/a educador/a participando da formação neste período.

Em virtude de fazer parte do Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão, em 2012, o município de Verê, que anteriormente fazia parte do Núcleo Sindical de Pato Branco, passou então a compor o Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, no entanto, só começou a participar da formação no ano de 2013.

**Figura 4- Quantidade de participantes da Formação Política e Sindical, NSF, de 2010 a 2012.**



Fonte: Fichas de Inscrição do Curso. Informações organizadas pela autora.

Das/os 35 educadoras/es que iniciaram o curso em 2010, 11 continuaram em 2011, e 05 fizeram os três anos de formação. Apenas 05 cursistas tiveram contato com todo o material que compôs os cadernos do triênio 2010 – 2012, do curso de formação política e sindical, uma vez que não foram iniciadas turmas novas a cada ano. As razões pelas quais as/os cursistas não deram sequência na formação não foram analisadas.

#### **Formação Política-Sindical e Educacional, anos de 2013 e 2014**

Em 2013, realizaram-se duas etapas estaduais de três dias cada uma, totalizando a carga horária de setenta e duas horas. A organização contou com quatro segmentos temáticos: Formação Política-Sindical-Educacional; Gênero, Relações Étnico-Raciais e dos Direitos LGBT; Funcionárias/os de Escola (Agentes Educacionais I e II) e Juventude Sindical. Os três primeiros com turmas estaduais e regionais e o último somente com turma estadual.

No entanto, no NS de Francisco Beltrão, não houve abertura de turma separada para o segmento temático Funcionárias/os de Escola (Agentes Educacionais I e II) pois, no segmento temático de Formação Política Sindical e Educacional, das 94 pessoas inscritas que frequentaram a formação, 78 eram funcionários(as) de escola. Dessa forma, concluiu-se como desnecessário fazer a separação e ofertar uma nova turma para este segmento.

As duas etapas estaduais contaram com atividades comuns a todos os segmentos e atividades em separado, onde cada segmento debateu suas especificidades. Na primeira etapa na manhã do dia dois de maio, ocorreu a apresentação dos Núcleos Sindicais, teatro reflexivo com o grupo Nuspartos, informes, apresentação do programa e orientações, apresentação dos segmentos e debate. Coordenaram os trabalhos: Marilda, Edmilson, Rosani e Carlinhos – Assessoras/es da APP, Marlei, Janeslei, Elizamara, Isabel e Silvana – dirigentes estaduais. No período da tarde realizou-se o Seminário: Estado, Democracia e Participação com Ana Lorena e debate. No dia três, o trabalho se deu por segmento. No curso de Formação Política-Sindical-Educacional, foram apresentados os textos do caderno a ser utilizado nas etapas regionais, seguido de trabalho em grupo e posterior plenária para apresentação. Houve uma mesa sobre a CONAE 2014, com apresentação do documento de referência, Eixo I – PNE, Eixo II – Educação e Diversidade, Eixo VII – Financiamento da Educação. A apresentação dos temas e o debate com plenária, foi coordenada pelas dirigentes estaduais: Walkiria Olegário, Marlei Fernandes e Elizandra Goulart Araújo e pela Professora da UFPR: Andrea Gouveia. No dia quatro, continuou o debate do documento e houve a Conferência Livre Estadual sobre o Eixo II – Educação e Diversidade.

A segunda etapa da formação estadual, em 2013, teve início no domingo dia vinte e um de julho com a palestra: “Conjuntura Geopolítica-política Internacional da/na América Latina” com Rafael Freire<sup>162</sup> e com Dr. Rosinha<sup>163</sup>, seguida de debate. No período da tarde a palestra foi: “Movimento Pedagógico Latino-Americano” com Fátima Aparecida da Silva<sup>164</sup>, Francis Mary Nogueira<sup>165</sup> e Marlei Fernandes<sup>166</sup>, seguida de debate. Neste dia também foram repassados os informes, realizada avaliação e um jantar de confraternização com apresentação do Grupo Viento Sur<sup>167</sup>.

No dia vinte e dois tivemos trabalho por segmento. No segmento de Formação

---

<sup>162</sup> Representante da CUT na Confederação Sindical das Américas.

<sup>163</sup> Deputado Federal pelo PT e Secretário Geral Brasileiro do PARLASUL (Parlamento do Mercosul).

<sup>164</sup> Secretária de Relações Internacionais da CNTE.

<sup>165</sup> Professora da UNIOESTE – Cascavel.

<sup>166</sup> Presidenta da APP-Sindicato.

<sup>167</sup> Este grupo canta músicas latinas.

Política-Sindical-Educacional, pela manhã houve a palestra “Educação na América Latina” com Miguel Baez e José Valdivino de Moraes, ambos dirigentes da APP-Sindicato Estadual. À tarde, a palestra foi sobre os movimentos sociais com Francis Mary Nogueira, professora da Unioeste, Janeslei Albuquerque e Walkiria Olegário, dirigentes da APP-Sindicato Estadual. Ambas as palestras foram seguidas de debates. No dia vinte e três pela manhã, a organização da formação seguiu por segmento com sistematização e avaliação dos debates e preparação das etapas regionais. No período da tarde, realizou-se a fuzarca feminista<sup>168</sup>, palestra e debate sobre a luta das mulheres na América Latina com Nalu Faria, integrante da Marcha Mundial de Mulheres. As descrições dessas etapas foram feitas com base em minhas anotações como participante da formação.

No NSFB coordenaram a formação com auxílio do GT Regional de Formação: Denila Coelho e Luciane de Lurdes Padova Girardi, a carga horária foi de 60 horas, de atividades presenciais e não presenciais, conforme descritas no quadro abaixo.

#### **Quadro 22- Temas/data/mediadores/participantes da FPSE, 2013, NSFB**

Etapa/ Tema	Data de realização	Palestrantes/ coordenadores	Número de Participantes
CONAE – PNE – Fóruns de Educação Nacional e Estadual, eixos temáticos da CONAE.	18 de maio	Susana Lourenci, Marizete Pereira da Silva, Eliane Figura, Leane Coelho, Catia Basso, Luciane Girardi.	100
Participação na Etapa Municipal da CONAE ou Conferência Livre <sup>169</sup> .	18 de maio a 28 de junho		95
Estado, Democracia e Participação Popular nas Decisões de Políticas Públicas.	29 de junho	Eliane Figura, Denila Coelho e José Walter Padilha.	95
Estado, Educação e Movimentos Sociais na América Latina.	24 de agosto	Hermes Silva Leão.	91
Estado, Educação e Movimentos Sociais na América Latina.	14 de setembro	Robson Sebastian Formica.	90
Escola como Território de Lutas.	09 de novembro	Janeslei Aparecida Albuquerque.	95

Fonte: Lista de presença de 2013. Informações organizadas pela autora.

Legenda: FPSE: Formação Política, Sindical e Educacional; NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

As atividades regionais do ano de 2013 contaram com o estudo do texto base da CONAE e da realização de uma conferência livre no período da tarde do dia dezoito de maio. A ideia da conferência livre era instrumentalizar os participantes para qualificar os

<sup>168</sup> Também chamada de Batucada Feminista é um grupo de mulheres militantes, feministas, anti-capitalistas e anti-racistas, que, no Brasil surgiu em 2003 como mais um instrumento de luta da Marcha Mundial das Mulheres, e, faz parte das ações contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. A batucada é um espaço irreverente e permanente de organização. Além de um instrumento utilizado para a discussão política é um instrumento de visibilidade das ações da Marcha, seja no espaço de auto-organização ou nos espaços de militância mista (Marcha Mundial de Mulheres, 2015).

<sup>169</sup> Todos os cursistas participaram dos debates da CONAE em seus respectivos municípios e onde não teve conferências municipais, realizou-se conferência livre nas escolas.

debates nas conferências municipais e até mesmo estaduais, através da participação dos cursistas nesse importante espaço de discussão, possibilitando que essas/es trabalhadoras/es tivessem condições de apresentar propostas e defendê-las.

Segundo Coelho e Castanha:

A CONAE é um dos espaços em que fica evidente a divergência de interesses entre o público e o privado, ampliar a participação dos trabalhadores em educação pública, nos debates sobre educação e nesses espaços disputar propostas é um grande desafio, pois é a partir dessas discussões que são pensadas as políticas públicas da educação. Uma educação voltada aos interesses dos trabalhadores depende também da participação da classe nesses debates (2014, p. 207).

A segunda etapa se deu mediante a participação nos debates municipais da CONAE. Nos locais onde não houve Conferência, as/os cursistas organizaram a discussão e debateram o documento da CONAE em suas escolas. O relato escrito sobre essa participação contou como atividade não presencial realizada, somando horas de formação para o fechamento da carga horária do curso. Para além do texto base da CONAE, foram utilizados dois cadernos:

**Quadro 23- Conteúdos dos cadernos utilizados em 2013**

Caderno	Título	Autores	Objetivo do caderno
I – Estado, Democracia e Participação Popular.	Estado e Sociedade Civil no Brasil.	Andrea Caldas Nunes	Objetiva através de seus textos oportunizar a reflexão sobre a dimensão da participação e assim contribuir na construção de uma escola pública de qualidade para todas as pessoas.
	Sistema Nacional de Educação e a escola pública de qualidade para todas/os.	Regina Vinhaes Gracindo	
	Estado, educação e sindicalismo – No contexto da regressão social.	Gaudêncio Frigotto e Helder Molina	
II – Estado, Educação e Movimentos Sociais na América Latina.	Identidades e estratégias sociais na arena transnacional. O caso do movimento social contra o livre comércio nas Américas.	Gonzalo Berron	A proposta é ampliar o conhecimento sobre a situação atual tomando como referência as lutas dos movimentos sociais e sindical, em especial as bandeiras em defesa da educação.
	Funcionários da Educação – O caso do Brasil é singular?	Juçara M. Dutra Vieira	
	O processo de universalização da educação escolar na Venezuela: as missões Robinson, Ribas e Sucre.	Francis Nogueira	
	O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo.	Nalu Faria	
	Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça.	Nilma Lino Gomes	

Fonte: Cadernos de formação 2013. Informações organizadas pela autora.

Para trabalhar as temáticas propostas para a formação de 2013, fez-se necessária a participação de outras pessoas, além das/os coordenadoras/es, uma vez que faltava o

domínio dessas temáticas para conduzir os debates. Outro ponto importante foram os momentos de discussão em conjunto com o grupo regional de Gênero, Relações Étnico-Raciais e dos Direitos LGBT.

Para além dessa formação, em 2013, novamente em parceria com o Grupo de Pesquisa: Sociedade, Trabalho e Educação da Unioeste/FB, o NS de Francisco Beltrão ofereceu o curso de extensão: “Reflexões sobre o Estado e a Educação Atual Brasileira”, com carga horária de quarenta horas, realizado no período de dezessete de maio a treze de setembro, aberto a todas/os as/os sindicalizadas/os da APP-Sindicato e a sociedade. As temáticas trabalhadas foram: Teoria Marxista do Estado; Estado e Desenvolvimento no Brasil; a categoria estado no Brasil; o estado neoliberal e a avaliação em larga escala no Brasil: as implicações do estado neoliberal para uma gestão escolar democrática; educação atual brasileira: contribuições de Antonio Gramsci e Paulo Freire como propostas pedagógicas contra-hegemônicas; contra-hegemonia e as manifestações populares no Brasil em 2013. Os/as palestrantes foram: José Luiz Zanella, Marlon Clovis Medeiros, Gilmar Fiorese, Alexandra Vanessa de Moura Bacinski, Sueli Ribeiro Comar, Suely Aparecida Martins e Franciele Soares dos Santos.

O ano de 2014 foi um ano de grandes desafios e com uma agenda sindical intensa. A turma estadual se organizou no mesmo formato de 2013, sendo todas as turmas com mesmo calendário e com momentos de debates conjuntos e, outros, separados por segmentos. No ano foram realizadas três etapas estaduais, sendo que a primeira delas, prevista para os dias onze e doze de abril, foi adiada em virtude do início da greve geral aprovada para o dia vinte e três de abril. Diante dessa realidade, a etapa realizou-se nos dias treze e quatorze de junho com a temática: “Práxis e concepção de educação: do chão da escola à Conferência da Educação da APP-Sindicato”. Para esta etapa coube as/os cursistas fazerem a leitura antecipada do livro “A Filosofia da Práxis”, de Adolfo Sanches Vasques, fornecido pela APP-Sindicato. O livro foi a referência dessa etapa e o professor Antonio Inácio Andrioli, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) de Chapecó/SC, fez uma fala e abriu o debate.

Também integrou essa etapa da formação uma avaliação das políticas educacionais adotadas pelo governador Beto Richa e o debate sobre o plebiscito popular, por uma constituinte exclusiva e soberana, sobre o sistema político. Essa temática também fez parte da formação regional. O sábado, quatorze de junho, foi destinado ao tema da Conferência, apresentação do caderno de teses e demais encaminhamentos.

A segunda etapa estadual compreendeu a participação na VI- Conferência Estadual da APP-Sindicato, realizada nos dias primeiro e dois do mês de agosto, na qual

as/os cursistas estaduais já tinham suas vagas asseguradas. A redação final do texto base, após as emendas realizadas pelas vinte e nove conferências regionais, foi debatida e aprovada na Conferência Estadual. O texto final da conferência serviu como norteador para a elaboração das perguntas aos candidatos/a ao governo do Estado do Paraná, no debate promovido pela APP-Sindicato no dia 19 de agosto de 2014, realizado no auditório da APP-Sindicato em Curitiba. A participação no debate com os candidatos correspondeu à terceira etapa estadual da formação.

A carga horária da turma estadual foi de sessenta e quatro horas e da turma regional de cinquenta e duas horas. Compuseram a coordenação da turma regional: Denila Coelho, José Walter Padilha e Luciane Padova Girardi, além do GT Regional composto pela diretoria.

Em 2014 não tivemos cadernos específicos para a formação regional. Foram utilizados o caderno de debates da VI- Conferência Estadual da APP-Sindicato e o material específico do plebiscito popular. A primeira etapa regional realizou-se no dia dezenove de julho, com a Conferência Regional, que teve a seguinte programação: mesa de abertura; leitura e aprovação do regimento; breve apresentação do caderno de debate; palestra com o tema: “Educação Paranaense: alguns debates” com a professora Sueli Comar da Unioeste/FB e intervenções no período da manhã; à tarde, houve trabalho em grupo com discussão dos seis eixos temáticos, apresentação e aprovação das emendas e eleição de delegados para a Conferência Estadual.

A segunda etapa regional realizou-se no dia nove de agosto e tratou especificamente do plebiscito popular. A programação contou com falas rápidas sobre a importância da formação, um breve resgate histórico sobre as/os funcionárias/os de escola e o seu dia comemorado em sete de agosto<sup>170</sup>, educação especial e gênero, relações étnico-raciais e direitos LGBT. Houve também a apresentação dos vídeos: “Todo poder emana do povo – plebiscito popular por um novo sistema político” e “Do pão à organização – campanha plebiscito pela constituinte 2014”. Após os vídeos houve a fala do representante do comitê regional, a leitura da cartilha e a orientação para a realização do plebiscito nas cidades.

A terceira etapa regional foi realizada em vinte e sete de setembro e tratou da práxis e concepção da educação. Além da exposição da temática, leitura do texto da Edição Pedagógica 30 de Agosto, intitulado “Mediação e práxis na atividade educativa” de Janeslei Aparecida Albuquerque, houve também debate e informes sobre o resultado

---

<sup>170</sup> Dia instituído pela Lei nº 16.423/2010 de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, para lembrar o reconhecimento dos funcionários de escola, enquanto educadores.

do plebiscito, assim como a leitura da carta entregue aos candidatos no debate estadual. A última etapa foi dedicada à avaliação das atividades do ano e, portanto, demais encaminhamentos e realizou-se no dia 25 de outubro de 2014.

**Quadro 24- Temas/data/mediadores/participantes da FPSE, 2014, NSFB**

Etapa/ Tema	Data de realização	Palestrantes/ coordenadores	Número de Participantes
VI Conferência Estadual da APP-Sindicato	19 de julho	Sueli Comar e José Walter Padilha	73
Plebiscito Constituinte	09 de agosto	Marizete Pereira da Silva e José Walter Padilha	60
Vídeo com os candidatos e candidata ao governo do Estado	27 de setembro	Luciane Girardi e Marizete Pereira da Silva	52
Avaliação	25 de outubro	Luciane Girardi e Marizete Pereira da Silva	53

Fonte: Lista de presença de 2013. Informações organizadas pela autora.

Legenda: FPSE: Formação Política, Sindical e Educacional; NSFB: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão.

Fizeram parte das atividades não presenciais a organização e participação no debate sobre a conferência nas escolas, a organização, divulgação e coleta de votos do plebiscito, em conjunto com os movimentos sociais, e a organização para assistir ao debate dos candidatos com os colegas. Nos locais onde não foi possível assistir em tempo real o debate, foi disponibilizado o vídeo para que pudessem assistir e debater com seus colegas, procurando identificar a concepção de Estado e educação e as propostas educacionais apresentadas nos discursos dos/a candidatos/a.

Os/as cursistas da turma estadual, os/as formadores/as, tiveram/tem suas despesas pagas no que se refere a passagens, hospedagem e alimentação, sendo que a Diretoria Estadual paga 70% do valor gasto e o Núcleo Sindical 30%. Até o ano de 2011, o NSFB pagava as despesas de deslocamento e almoço das/os cursistas regionais que participavam da formação porém, a partir deste ano e mediante aprovação registrada em ata, optou-se pelo não pagamento das despesas regionais devido a construção do auditório da sede regional.

Entendemos que a necessidade sentida pelo sindicato em apresentar as/os seus sindicalizadas/os uma espécie de formação teórica, nos moldes da formalidade, vem no sentido de reforçar a formação prática já vivenciada por estas/es na luta diária por melhorias nas condições de trabalho e na qualidade da educação pública.

As tabelas apresentadas nesse capítulo com dados referentes a representação dos municípios na formação foram pensadas no sentido de contribuir com a direção regional, de forma que esta possa definir estratégias para que se tenha uma maior participação de pessoas desses locais que tem pouca ou nenhuma participação, no intuito de melhorar a organização e fortalecer a instituição.

Avaliamos como válida a articulação entre teoria e luta sindical. Sabemos que a participação nos espaços de debate não garantem por si só as mudanças necessárias, todavia, se a pessoa possui conhecimento sobre as questões e tem convicção da sua postura, ela poderá, através de argumentos, modificar a realidade sobre a qual atua, seja na contribuição para formulação de legislações ou na prática diária com as/os educandas/os.



### **CAPÍTULO III: A SINDICALIZAÇÃO E A FORMAÇÃO POLÍTICA NO NÚCLEO SINDICAL DE FRANCISCO BELTRÃO: VISÕES DA BASE**

O sindicato somos todos nós, que temos consciência da importância da união de uma categoria na luta por seus direitos, as direções do Sindicato representam legalmente toda uma categoria, mas a representam a partir de deliberações propostas por essa categoria, através de conselhos e assembleias (ESC 2, 2014)<sup>171</sup>.

Este terceiro capítulo tem como objetivo principal priorizar a participação das/os educadoras/es, a fim de possibilitar a estas/es que se manifestem sobre alguns assuntos que julgamos pertinentes. A intencionalidade é utilizarmos dados coletados através de questionários, com questões de múltipla escolha e descritivas, para compreendermos o que pensam do sindicato, da formação e como se entendem enquanto classe trabalhadora.

Os questionários foram enviados a educadoras/es de todos os vinte e sete municípios que compõem o Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, entendendo que quanto maior o número de municípios pesquisados, devido às especificidades regionais, mais completo ficaria o trabalho. Para selecionar a população de estudo que participou da construção deste capítulo, utilizamos dados coletados no segundo capítulo. Responderam ao questionário: professoras/es, funcionárias/os, dirigentes sindicais e a base tanto sindicalizada, quanto não sindicalizada.

Elaboramos três tipos de questionários, com questões comuns entre eles e outras específicas para cada grupo. Os questionários foram enviados on-line para educadoras/es não sindicalizadas/os, para sindicalizadas/os que nunca participaram da formação política e para cursistas que participaram, em algum momento da formação, no período de 2007 a 2014. A ideia inicial era aplicar 30 questionários a pessoas que estiveram na formação política da APP-Sindicato, procurando alcançar uma diversidade de localidades e anos de curso; 20 questionários a pessoas sindicalizadas, mas que não fizeram o curso em nenhum momento; 10 pessoas não sindicalizadas, distribuídos entre professores e funcionários. Após a aplicação dos questionários pretendíamos fazer algumas entrevistas na tentativa de identificar as contribuições da Escola de Formação na prática das/os educadoras/es. No entanto, em virtude de contratempos durante o período de pesquisa, não foi possível a realização das entrevistas.

---

<sup>171</sup> A epígrafe se refere a resposta encontrada no questionário 02 do grupo de educadoras/es sindicalizadas/os cursistas e por esta razão não consta nas referências.

Assim sendo, optamos por não fazer as entrevistas, apenas trabalhar com os questionários. Pensamos em ampliar a quantidade de questionários a serem analisados do grupo dos cursistas, para tanto, receberam o questionário via e-mail, todas/os as/os cursistas que participaram da formação e deixaram seus e-mails na ficha de inscrição porém, muitas/os não fizeram a devolução dos mesmos. Algumas pessoas podem não ter recebido os questionários em virtude dos endereços estarem desatualizados e outras não foram contatadas pela falta dos e-mails nas fichas de inscrição. Quanto as/os não cursistas, tanto sindicalizadas/os quanto não sindicalizadas/os, o contato se deu da mesma forma, mas de acordo com meus contatos pessoais. O fato de ser dirigente me possibilitou conhecer muitas pessoas e isso facilitou o contato, no entanto, as pessoas que responderam, o fizeram sem conhecer o teor da pesquisa.

Dos questionários aplicados retornaram: dez de não sindicalizados, vinte de sindicalizados não cursistas e vinte de sindicalizadas/os cursistas. Com base nas respostas dessas questões construímos este capítulo. Cada questionário recebeu uma numeração de acordo com a ordem de recebimento de 1 a 10, no grupo das/os não sindicalizadas/os e de 1 a 20, no grupo de sindicalizadas/os não cursistas e também de 1 a 20, no de sindicalizadas/os cursistas. Nos quadros as respostas das/os educadoras/es pesquisadas/os foram identificadas pela sigla do grupo a que pertencem, pelo número identificado conforme a ordem de retorno do questionário e o ano em que retornou (2014 ou 2015). Um fator que dificultou o retorno dos questionários, certamente se deve aos dois períodos de greves de 2015.

Para analisarmos os questionários, dividimos as questões em três temáticas que são: I- Identificação; II- Vida Profissional; III- Atividades Sindicais, Sociais e Políticas. Organizamos tabelas e quadros com os dados coletados nos questionários, sendo que a parte escrita em negrito nas tabelas e quadros (título da tabela ou quadro) correspondem à síntese da questão presente no questionário. Para auxiliar na organização das tabelas e quadros foram utilizadas siglas que representam os grupos pesquisados, sendo eles: Educador/a Não Sindicalizado/a (ENS), Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista (ESNC), que são os/as sindicalizados/as que não participaram do Programa de Formação Política Sindical e Educacional da APP-Sindicato e Educador/a Sindicalizado/a Cursista (ESC), que são os/as sindicalizados/as participantes do programa de formação. As siglas estão indicadas no final de cada tabela ou quadro para facilitar a leitura e o entendimento e os questionários utilizados estão nos anexos da pesquisa.

## Temática I - Identificação

A tabela 07 corresponde às quatro primeiras perguntas dos questionários que eram comuns aos três grupos pesquisados. As questões remeteram a respostas objetivas, trazendo um pouco do perfil das/os pesquisadas/os, pois tratam da identificação da população de estudo.

**Tabela 7- Identificação da população de estudo**

	<b>ENS</b>	<b>%</b>	<b>ESNC</b>	<b>%</b>	<b>ESC</b>	<b>%</b>
	<b>10</b>		<b>20</b>		<b>20</b>	
<b>Sexo</b>						
Feminino	7	70	13	65	15	75
Masculino	3	30	7	35	5	25
<b>Faixa etária</b>						
De 20 a 30 anos	2	20	2	10	2	10
De 31 a 40 anos	7	70	11	55	8	40
De 41 a 50 anos	1	10	6	30	6	35
De 51 a 60 anos			1	5	3	15
<b>Municípios</b>						
Barracão					4	20
Boa Esperança do Iguaçu			1	5		
Dois Vizinhos			3	15	2	10
Enéas Marques	1	10				
Francisco Beltrão	1	10	5	25	5	25
Nova Prata do Iguaçu	2	20	2	10		
Nova Esperança do Sudoeste	1	10	2	10		
Planalto			1	5		
Renascença					1	5
Salto do Lontra	4	40	3	15	7	35
Santa Izabel do Oeste			1	5		
São Jorge do Oeste			2	10		
Verê	1	10			1	5
<b>Escolaridade</b>						
Ensino Médio	2	20				
Profuncionário						
Ensino Superior	1	10	1	5	1	5
Especialização/ Pós Graduação	7	70	15	75	12	60
PDE			3	15	7	35
Mestrado			1	5		

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Podemos visualizar a predominância das mulheres nos três grupos, mais precisamente 70% do total das/os pesquisadas/os. Quanto à faixa etária, a maioria possui idade entre 31 e 40 anos. Com relação aos municípios, mesmo sendo enviado pelo menos um questionário para cada um dos vinte e sete municípios que compõem o Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, retornaram apenas questionários de treze municípios, conforme indicado na tabela 07.

No que se refere à escolaridade, apenas dois dentre os cinquenta questionários apresentaram escolaridade de nível médio. A grande maioria, conforme apresentado na

tabela, são de educadoras/es com especialização, pós graduação *latu sensu*. A escolaridade mínima exigida para o cargo de Agente Educacional I é ensino fundamental, para Agente Educacional II, ensino médio, para professor/a e professor/a pedagogo/a, ensino superior. Os planos de carreira preveem promoção por escolaridade, sendo ela: para o Agente Educacional I até o limite da graduação, para Agente Educacional II, pós-graduação *latu sensu*, para professor/a e professor/a pedagogo/a, o PDE. O avanço na carreira por pós-graduação *Stricto Sensu* ainda não foi garantido nas leis que regulamentam a carreira das/os educadoras/es da educação básica do Estado Paraná até 2015, embora essa seja uma pauta da categoria e o Estado libere sem prejuízo de remuneração, um número de profissionais estabelecido em edital todos os anos para que estes possam cursar pós-graduação *Stricto Sensu*. No entanto, temos profissionais, tanto agentes educacionais, como professoras/es, com essa titulação, mesmo sem o reconhecimento salarial dessa formação.

## Temática II – Vida Profissional

A tabela 08 tem por objetivo apresentar um pouco da vida profissional das/os educadoras/es pesquisadas/os. Traz como dados o cargo, o vínculo empregatício e a profissionalização no caso das/os agentes educacionais e, da política de formação continuada, no caso das/os professoras/es, ambos conquistados com muita luta da categoria, conforme demonstrado no primeiro capítulo dessa pesquisa.

**Tabela 8- Vida Profissional**

	ENS 10	%	ESNC 20	%	ESC 20	%
<b>Cargo</b>						
Agente Educacional I	1	10	1	5	0	0
Agente Educacional II	3	30	4	20	7	35
Professoras/es	5	50	12	60	9	45
Professoras/es Pedagogas/os	1	10	3	15	4	20
<b>Vínculo empregatício atual</b>						
Estatutário	4	40	16	80	20	100
Celetista, (PSS)	6	60	4	20		
<b>Profuncionário</b>						
Sim	1	25	5	100	7	100
Não	3	75	0	0	0	0
<b>PDE</b>						
Sim	0		3	20	7	53,8
Não	6	100	12	80	6	46,2

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Um dado que merece destaque é que 80% das/os entrevistadas/os foram contratadas/os mediante concurso público, essa condição garante estabilidade e possibilita avanços na carreira, conforme os planos de carreira aprovados em 2004, para as/os professoras/es e em 2008, para as/os funcionárias/os.

A Lei complementar nº 123/08 instituiu o “Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná – QFEB”. As denominações Agente Educacional I e II começaram a ser utilizadas a partir da aprovação desse plano de carreira específico para funcionárias/os de escola, pois anteriormente utilizava-se agente de apoio e agente de execução, respectivamente. Essas nomenclaturas fazem parte do processo de valorização das/os funcionárias/os e da compreensão de que todas/os as pessoas que trabalham na educação são educadoras/es, independente da função exercida. Antes da criação do QFEB, todas/os faziam parte do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, o que significava que poderiam trabalhar em qualquer órgão do Estado. Foi o QFEB que garantiu a/ao funcionária/o de escola que esta/e trabalhará somente na educação, impossibilitando assim, a transferência para outros departamentos estaduais.

Por ocasião dessa lei foram criados vinte mil cargos de agente educacional I, que foram ocupados pelos chamados agente de apoio e quinze mil cargos de agente educacional II, ocupados pelos agentes de execução do QPPE. É importante ressaltar que todas essas pessoas já eram concursadas e atuavam nas escolas do Paraná, no entanto, não estavam ligados à Secretaria de Estado da Educação (SEED) e passaram a condição explicitada em virtude dessa lei.

No artigo 17, da Lei Complementar nº 123/08, está prevista a promoção das/os agentes educacionais mediante a conclusão de Curso de Formação “[...] na Área Profissional 21, consubstanciada em Serviços de Apoio Escolar, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação com carga horária mínima de 1.200 horas, nos termos da regulamentação vigente” (PARANÁ, 2008). O curso mencionado neste artigo é o Profuncionário,

[...] um curso técnico de nível médio, ofertado à distância, para funcionários da educação, em quatro habilitações: técnico em gestão escolar; técnico em multimeios didáticos; técnico em alimentação escolar; e técnico em meio ambiente e manutenção da infraestrutura escolar. A formação proposta pelo Profuncionário, entretanto, não se reduz à aquisição de competências técnicas, pois, além dessas, sobremaneira importantes para a atuação profissional, espera-se que os funcionários também construam e desenvolvam competências para atuar como educadores, como gestores e como cidadãos (BESSA, 2009, p. 485).

Este programa de formação inicial para as/os funcionárias/os da educação básica, foi instituído através da Portaria Normativa nº 25, datada de 31 de maio de 2007. Essa portaria estabeleceu que o gerenciamento do Profucionário seria realizado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e sua implementação através da parceria entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal (BRASIL, 2007).

Do total de quatro agentes educacionais que responderam à pesquisa no grupo das/os não sindicalizadas/os, apenas um cursou o Profucionário, o que corresponde a 25% do total de funcionárias/os pesquisadas/os. Das/os três agentes educacionais que fazem parte desse grupo que responderam não ter cursado o Profucionário, um/a relatou que fará na próxima turma uma vez que tinha acabado de concluir o ensino médio. Os/as outros/as dois/duas possuem contratação pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS), o que impossibilita cursar essa profissionalização que é oferecida apenas para funcionárias/os concursadas/os. Vale pontuar que neste grupo, 20% das/os pesquisadas/os possuem contratos temporários, fator este que além de não possibilitar a garantia de estabilidade e carreira acaba prejudicando a profissionalização e conseqüente o desenvolvimento do trabalho. Atualmente temos um número relevante de educadoras/es contratadas/os pelo regime de PSS, pois o último concurso realizado para agentes educacionais foi nos anos de 2005 e 2006. O concurso público para agentes educacionais é pauta de luta da APP-Sindicato, no entanto, ainda não avançou.

No grupo das/os educadoras/es sindicalizadas/os não cursistas, participaram cinco agentes educacionais e no do de sindicalizadas/os cursistas sete, todos estes cursaram o Profucionário, correspondendo a 100% das/os pesquisadas/os formados em uma das áreas do curso profissionalizante.

Uma questão específica direcionada as/os funcionárias/os participantes da pesquisa foi com relação a contribuição do Profucionário em sua carreira. Questionou-se se houve contribuição na carreira, e para tanto, as perguntas foram objetivas, cujas repostas: sim ou não, deveriam ter suas afirmações justificadas. Do total de treze agentes educacionais profissionalizadas/os através do profucionário, 100% deles afirmaram que este contribuiu em suas carreiras.

Conforme indicação das/os pesquisadas/os, o Profucionário, proporcionou mais conhecimento, avanço salarial, troca de experiências e o sentimento de que ao desempenhar suas funções, as/os agentes educacionais também educam. Em contrapartida, foram apontadas como dificuldades a distância até o local do curso, o fato de não ter atendido às expectativas de formação e ter pouco conhecimento específico na área de atuação. As justificativas descritas estão citadas na íntegra no quadro a seguir.

## Quadro 25- Contribuições do Profuncionário na carreira das/os funcionárias/os de escola

ENS: 1	“Maior conhecimento das outras áreas da educação na própria escola” (ENS 1, 2014) <sup>172</sup> .
ESNC: 5	“Para crescer profissionalmente com mais conhecimento” (ESNC 4, 2014); “Estou no segundo ano do Profuncionário, está sendo dificultoso devido à distância, pois só abriu turma pelo Núcleo Regional de Francisco Beltrão. Mas estou ciente do quanto a conclusão deste curso irá somar em minha carreira Profissional e também para meu conhecimento pessoal” (ESNC 9, 2015); “Abriu novas perspectivas e conseqüentemente novos conhecimentos” (ESNC 15, 2015); “No sentido salarial, valorizo que houve um curso, mas digo que nem sempre formou ou atendeu nossas expectativas de formação, nos ensinou a trabalhar e delimitou o espaço que cada um ocupa na escola. Não sei se isso é bom, preferia que o trabalho fosse sempre de uma equipe acho que os resultados seriam mais satisfatórios” (ESNC 14, 2015); “Na troca de experiências com outros colegas e minimamente conhecimentos específicos do setor” (ESNC 17, 2015).
ESC: 7	“Buscar novos conhecimentos e por Formação Profissional” (ESC 2, 2014); “Ajudou a solucionar dúvidas sobre meu trabalho e me auxiliou em mais informação” (ESC 3, 2015); “Conhecimento da história do/a funcionário/a de escola desde o seu início até os dias atuais e suas lutas. Também em outras áreas, uma vez que como educadores/as temos que ter uma noção, não restringindo-se somente ao setor onde trabalhamos” (ESC 5, 2015); “Para adquirir conhecimento e para subir de nível salarial” (ESC 6, 2015); “O Profuncionário possibilita um conhecimento a mais, um aperfeiçoamento dentro da nossa carreira” (ESC 7, 2015); “Possibilitou entre muitas coisas, o contato com a realidade de outras instituições” (ESC 12, 2015); “O Curso permitiu que eu compreendesse melhor o meu trabalho, me tornando uma profissional ainda mais comprometida. Despertou a consciência de que ao desempenhar minha função dentro da escola, no contato que tenho com os alunos, também estou ensinando” (ESC 14, 2015).

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

A questão seguinte referiu-se ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, previsto pela Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, que tratou do Plano de Carreira das/os professoras/es da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, regulamentado através da Lei Complementar nº 130, de 14 de julho de 2010. De acordo com o parágrafo único da Lei Complementar nº 130/2010:

O PDE é um Programa de Capacitação Continuada implantado como uma política educacional de caráter permanente, que prevê o ingresso anual de professores da Rede Pública Estadual de Ensino para a participação em processo de formação continuada com duração de 2 (dois) anos, tendo como meta qualitativa a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas estaduais de Educação Básica (PARANÁ, 2010).

A/o professora/o tem direito a afastamento remunerado para esta formação, de acordo com sua jornada de trabalho, sendo afastada/o de 100% de sua carga horária no primeiro ano e 25% no segundo ano. No entanto, só podem participar da seleção para

<sup>172</sup> Nas questões que exigiram respostas subjetivas optamos por reproduzir na íntegra as respostas de todas/os entrevistadas/os. Em algumas situações os quadros ficaram longos, mas entendemos que eles expressam/apresentam questões muito relevantes para o processo de formação da categoria.

ingresso no curso, professoras/es do Quadro Próprio do Magistério - QPM, mediante atendimento dos critérios estabelecidos em edital próprio para este fim.

Do total de trinta e quatro professoras/es e professoras/es pedagogas/os pesquisadas/os somente dez cursaram o PDE. No grupo das/os não sindicalizadas/os, nenhum professor/a cursou o PDE, das/os sindicalizadas/os não cursistas foram doze, das/os sindicalizadas/os cursistas, seis. Ou seja, 70,6% das/os professoras/es pesquisadas/os não cursaram o PDE. Das/os que não cursaram o PDE, não mencionaram as razões por não terem cursado: três (50%) no grupo das/os não sindicalizadas/os, quatro (33,3%) no das/os sindicalizadas/os não cursistas e um (16,7%) no das/os cursistas. Os motivos elencados pelos demais participantes pelos quais não cursaram o PDE estão representados no quadro 25.

#### Quadro 26- Razões pelas quais não cursou o PDE

ENS: 3	“Tempo de concurso” (ENS 4, 2015); “Sou professor contratado pelo regime PSS” (ENS 5, 2015); “Sou PSS” (ENS 7, 2015).
ESNC: 8	“Ser restrito aos professores concursados, nos últimos níveis de subida no plano de carreira” (ESNC 1, 2014); “Não cursei e não pretendo cursar. Optei por fazer mestrado na universidade pública, objetivando uma formação mais ampla dentro da linha de pesquisa trabalho, sociedade e educação” (ESNC 2, 2014); “Esta opção não está disponível para os contratados em regime – PSS” (ESNC 3, 2014); “Ainda não consegui passar” (ESNC 7, 2014); “Ainda não fiquei dentro do número de vagas, espero a próxima inscrição do PDE” (ESNC 10, 2015); “Não atingi a pontuação necessária anteriormente, estou dentre os classificados para o PDE 2015” (ESNC 11, 2015); “A seleção do PDE no atual governo impossibilita a participação de professores com aula extraordinária, tendo estes que abrir mão das mesmas, comprometendo a subsistência” (ESNC 12, 2015); “Não tenho ainda a pontuação exigida” (ESNC 18, 2015).
ESC: 5	“Não estou no nível ainda” (ESC 1, 2014); “Só agora atendo os critérios estabelecidos para ingresso (tempo de serviço, nível na carreira, etc.)” (ESC 16, 2015); “Estou classificada para ir este ano” (ESC 17, 2015); “Porque entrei esse ano para o Estado como Professora” (ESC 18, 2015); “Não tive a oportunidade de ser selecionado” (ESC 19, 2015).

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Os motivos citados pela maioria referem-se ao fato de serem PSS e à formação estar restrita aos QPM, concursados em nível determinado na carreira. A seleção se dava todos os anos por meio de edital específico que determinava critérios como o número de vagas e pontuação mínima exigida para a classificação. Alguns, mesmo cumprindo com o critério da pontuação, acabaram não se classificando entre as vagas disponíveis.

Para além disso, citou-se que: “A seleção do PDE no atual governo impossibilita a participação de professores com aula extraordinária, tendo estes que abrir mão das mesmas, comprometendo a subsistência” (ESNC 12, 2015). Temos uma quantidade de professoras/es que possuem apenas vinte horas de concurso e as outras vinte são de aulas



extraordinárias. Esses profissionais podem participar da seleção, no entanto, ao invés de receberem por quarenta horas que é o que recebem quando estão trabalhando, receberiam apenas pelas vinte horas do concurso, o que inviabiliza a participação.

Uma das participantes optou por fazer mestrado em universidade pública, objetivando uma formação mais ampla. A carreira não prevê remuneração pela titulação de mestre ou doutor. No entanto, futuramente, caso o/a professor/a com o título de mestre atenda aos critérios para a seleção do PDE, poderá participar da seleção e estando dentro do número de vagas poderá apresentar o título, sendo dispensada/o de cursar o PDE e garantindo a remuneração referente à conclusão deste curso.

Dentre os que cursaram o PDE, não mencionaram as razões pelas quais o fizeram, no grupo das/os sindicalizadas/os não cursistas, uma pessoa, equivalendo a 33,3%; no grupo de sindicalizadas/os cursistas, três pessoas, correspondendo a 42,9% do total do grupo. Sendo as razões elencadas pelos participantes do PDE descritas no quadro abaixo.

#### **Quadro 27- Razões pelas quais cursou o PDE**

ENS: 0	Nenhum/a dos/as pesquisados/as nessa categoria cursou o PDE.
ESNC: 2	“Investimento no conhecimento para promover uma educação de mais qualidade, além do conhecimento pessoal” (ESNC 19, 2015); “Pela oportunidade e crescimento pessoal” (ESNC 20, 2015).
ESC: 4	“Oportunidade de formação, produção científica e avanço na carreira” (ESC 4, 2015); “Curiosidade” (ESC 10, 2015); “Estou cursando” (ESC 11, 2015); “Porque representou uma oportunidade de acrescer o rendimento em nossa carreira, além de possibilitar um período específico de formação contribuindo para a melhoria de nossa prática pedagógica” (ESC 20, 2015).

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Foram citados como motivos para o ingresso no PDE: investimentos em conhecimento para melhoria da qualidade da educação, crescimento pessoal, avanço na carreira (aumento na remuneração) e curiosidade. Vale lembrar que o PDE é um programa de formação continuada de grande importância, prevista no Plano de Carreira das/os professoras/es, no entanto, ainda de acesso restrito, porque boa parte das professoras/es não atendem aos critérios para participar dessa formação, e, mesmo que fossem atendidos todos os critérios de seleção ainda assim não teriam vagas suficientes para atender a demanda.

Com relação às contribuições do PDE na carreira, apenas um/a pesquisado/a não respondeu a questão, o que corresponde a 10% do total de pesquisados/as que tiveram essa formação. As respostas obtidas foram organizadas no quadro abaixo.

## Quadro 28- Contribuições do PDE

ENS: 0	Nenhum/a dos/as pesquisados/as nessa categoria cursou o PDE.
ESNC: 3	“Financeiramente e intelectualmente” (ESNC 16, 2015); “Maior entendimento no processo do ensino aprendido” (ESNC 19, 2015); “Crescimento intelectual e elevação de nível na carreira” (ESNC 20, 2015).
ESC: 6	“Ampliou conhecimento e oportunidade de rever a nossa prática pedagógica e avançar na carreira” (ESC 4, 2015); “Na melhoria da compreensão dos processos educativos, na ação pedagógica em geral” (ESC 8, 2015); “Voltei a estudar” (ESC 10, 2015); “O fato de voltar a universidade após anos de prática pedagógica, nos faz refletir sobre a prática pedagógica e inovar as metodologias” (ESC 11, 2015); “Foi muito bom ter voltado à Universidade. Aquele contato aluno-professor, os colegas, as pesquisas, as leituras, as produções, o GTR*, tudo foi maravilhoso. Aquele tempo exclusivo só para os estudos. Foi um tempo de luxo estudantil muitíssimo aproveitado” (ESC 13, 2015); “Na possibilidade de repensar novas práticas educacionais que venham somar na melhoria da qualidade da educação pública, além, logicamente de contribuir para a progressão na carreira e consequentemente uma melhor remuneração” (ESC 20, 2015).

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

\* GTR: Grupo de Trabalho em Rede, é uma atividade dentro do PDE.

Foram destacadas, positivamente, contribuições de ordem intelectual e financeira, principalmente no que se refere à prática pedagógica. Dentre as respostas, destacamos:

Foi muito bom ter voltado à Universidade. Aquele contato aluno-professor, os colegas, as pesquisas, as leituras, as produções, o GTR, tudo foi maravilhoso. Aquele tempo exclusivo só para os estudos. Foi um tempo de luxo estudantil muitíssimo aproveitado (ESC 13, 2015).

A falta de tempo da classe trabalhadora para estudos é histórica. Grande parte das/os nossas/os educadoras/es já estavam inseridos no mercado de trabalho no momento em que estavam em formação, não tendo assim um tempo exclusivo para se dedicarem aos estudos. O estudo para as/os professoras/es é vital, daí a importância da luta pela formação continuada e pela hora atividade.

### Temática III – Atividades Sociais, Sindicais e Políticas

Os questionários possuíam algumas questões específicas. No caso das/os educadoras/es não cursistas, uma questão destinada apenas a esse grupo pretendia saber se conheciam a história de luta das/os trabalhadores/as em educação e solicitava que abordassem um pouco esta questão. Em sua maioria, as/os entrevistadas/os reconheceram os avanços obtidos através da luta das/os educadoras/es, em contrapartida, admitem conhecer em partes essa história. Um aspecto que chamou atenção é que, espontaneamente, dizem conhecê-la através da mobilização ou em outros espaços, em nenhum momento citam o conhecimento da história de luta da categoria através da escola, da escolarização. Este fator pressupõe que nós educadoras/es não estamos conseguindo

dar visibilidade a nossa luta. Assim como a história da classe trabalhadora, no geral, aparece pouco nas nossas escolas, a nossa história específica da educação também permanece invisível, cabendo a nós educadoras/es mudar essa realidade.

Das/os dez pesquisadas/os um não respondeu, um/a respondeu que sim e não fez comentários e os outros oito relatos foram organizados no quadro abaixo:

#### **Quadro 29- Relatos das/os não sindicalizadas/os sobre a história de luta das/os trabalhadoras/es em educação**

ENS: 8	“Conheço um pouco da história pelo tempo que já trabalho e pelas vezes que pude acompanhar mobilizações” (ENS 1, 2014); “Conheço em partes, acredito que os trabalhadores conquistaram muitas coisas, dentre elas a hora atividade, salário, e outros direitos sempre com a ajuda da APP” (ENS 2, 2014); “Uma luta que marcou foi a greve e a marcha em Curitiba contando com cerca de 30 mil pessoas, eram professores, funcionários de escolas, estudantes, pais e mães caminhando em direção ao Palácio do Governo. A luta pela hora atividade, e muitas outras. Isso demonstra a força da categoria” (ENS 3, 2015); “Conheço pouco, mas sei das grandes lutas que tiveram para termos as conquistas que hoje temos. Lembro da luta no governo Álvaro Dias, onde a classe foi hostilizada com a cavalaria, e mesmo assim não desistiu da luta” (ENS 6, 2015); “Vagamente os acontecimentos de 30 de agosto, graças a alguns vídeos e conversas com colegas de trabalho. Não tenho ideia de como surgiu, nem de sua estrutura e funcionamento. Segundo minha ex-professora de Geografia, ‘é um sindicato pelego’” (ENS 7, 2015); “Apesar de ser professora me considero pouco conhecedora das histórias da categoria, sempre que posso apoio e faço parte, mesmo me sentindo pouco importante para os demais colegas em cargos efetivos” (ENS 8, 2015); “Sim. Que desde anos atrás se vem lutando por uma educação e qualidade de trabalho digna” (ENS 9, 2015); “Sim. A luta dos trabalhadores da educação tem vários pontos marcantes no decorrer de toda a história, um deles é o dia 30 de agosto de 1988 que jamais será esquecido pelos os educadores. Cada luta é de extrema importância para o processo educativo tanto para a vida do aluno, como para a carreira profissional do educador” (ENS 10, 2015).
--------	--

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Em uma das respostas aparece a expressão “Segundo minha ex-professora de Geografia, ‘é um sindicato pelego’” (ENS 7, 2015). Segundo Rossi e Gerab,

No sindicalismo, pelego é o dirigente que foi imposto, chegou por meios escusos à direção do sindicato ou se degenerou durante o exercício de suas funções. Visa enganar os trabalhadores e trair os seus interesses, favorecendo os patrões ou o governo, tirando proveitos pessoais disso (2009, p. 49).

A expressão mencionada, não cita diretamente a APP-Sindicato, mas não se descarta a possibilidade da/o entrevistada/o estar se referindo a ela, pois já ouvimos de pessoas, de que pelo fato da APP-Sindicato participar das negociações, estaria em acordo com o governo. As direções da APP-Sindicato foram/são legitimamente eleitas e durante os últimos anos, através de uma comissão formada por membros da diretoria e do jurídico da entidade, reuniram-se mensalmente com o governo, a fim de resolver questões da pauta de reivindicações. Uma parte da categoria desconhece que dentre as funções do sindicato,

está a de apresentar as propostas resultantes dessas negociações para posterior avaliação coletiva.

Outra questão destinada as/os não sindicalizadas/os teve por objetivo saber quais os motivos pelos quais este grupo não se sindicalizou. Estatutariamente, “a todo/a trabalhador/a com vínculo empregatício junto à educação pública, estadual ou municipal, do Paraná, sob qualquer regime, ativos/as ou aposentados/as satisfazendo às exigências deste Estatuto, assiste o direito de sindicalização” (Estatuto APP-Sindicato, 2012, p. 09). Para realizar a sindicalização é necessário que o interessado compareça ao Núcleo Sindical com o documento de identificação, o contracheque e preencha a ficha.

De acordo com o Estatuto:

Art. 7<sup>o</sup>. As mensalidades sindicais dos Trabalhadores em Educação da rede pública estadual serão autorizadas por uma Assembleia Estadual, especificadas em pauta, e corresponderão no mínimo a 2% (dois por cento) e no máximo a 5% (cinco por cento) do vencimento inicial das carreiras, para os/as professores/as, e no mínimo 1% (um por cento) e no máximo a 5% (cinco por cento) do vencimento inicial das carreiras, para os/as funcionários/as de escola, incidindo inclusive sobre o 13<sup>o</sup> salário.

Parágrafo único - As mensalidades sindicais dos Trabalhadores municipais em Educação serão autorizadas por assembleias municipais, especificadas em pauta, e corresponderão no mínimo a 2% (dois por cento) e no máximo a 5% (cinco por cento) do vencimento inicial das carreiras, incidindo inclusive sobre o 13<sup>o</sup> salário (Estatuto APP-Sindicato, 2012, p. 09).

O valor da contribuição sindical para os educadores da rede estadual, é de: 4,5% do nível especial I – Classe I para professor/a e agente profissional<sup>173</sup> e 1,48% do inicial das carreiras para as/os funcionárias/os para as/os agentes educacionais I e II.

### **Quadro 30- valor mensal da contribuição sindical**

Cargo	Valor salarial de referência	Valor do desconto sindical
Agente educacional I	R\$ 887,34	R\$ 13,12
Agente educacional II	R\$ 1.331,01	R\$ 19,69
Agente profissional	R\$ 865,64	R\$ 38,95
Professor/a	R\$ 865,64	R\$ 38,95

Fonte: Site da APP-Sindicato. Informações organizadas pela autora.

É importante ressaltar que os valores salariais de referência dos agentes educacionais correspondem à carga horária de 40 horas semanais de trabalho e dos

---

<sup>173</sup> São pessoas que exercem atividades técnicas, mas prestaram concurso para nível superior, diferente dos agentes educacionais que fazem concurso a nível médio. Não são funcionárias/os da Secretaria de Educação, fazem parte do QPPE e podem atuar em qualquer secretaria.

agentes profissionais e professoras/es é referente a 20 horas semanais de trabalho, por isso também a diferença no percentual descontado de cada categoria. Estes valores referem-se tanto ao desconto das/os educadoras/es sindicalizadas/os aposentadas/os, quanto as/os da ativa.

No intuito de saber os motivos pelos quais as/os educadoras/es entrevistadas/os ainda não fazem parte do grupo de sindicalizadas/os, colocamos esta pergunta no questionário e as respostas obtidas foram organizadas no quadro a seguir.

### Quadro 31- Razões pelas quais não é sindicalizada/o

ENS: 10	<p>“Não tenho motivo propriamente dito” (ENS 1, 2014); “Era, mas com a mudança do banco, não fui mais atrás, por isso não sou” (ENS 2, 2014); “Pelo meu comodismo talvez” (ENS 3, 2015); “Pela questão “apartidária” não praticada na instituição, onde este se tornou nos últimos anos trampolim para interesses partidários. E, a perda de horizonte para os dias atuais, onde o governo se utiliza da mídia intensiva para se promover e proteger junto a “massa”, enquanto a categoria fica nos pátios de escola discutindo o quanto somos prejudicados. É preciso se conscientizar em ter a sociedade ao nosso lado, pois é pra ela que prestamos serviços e não ao governo, pois este é um mero gerenciador de impostos da massa e quem ela apoiar ganha” (ENS 4, 2015); “No momento não sou sindicalizada, mas já fui em um momento em que trabalhei como professor PSS no estado, fiquei afastado por algum tempo e quando voltei acabei não sindicalizando, mas pretendo sindicalizar” (ENS 5, 2015); “Comecei a conhecer a luta do sindicato há pouco tempo, agora que conheço um pouco mais, já tenho outra visão” (ENS 6, 2015); “Não acho necessário. Não o conheço, não tenho ideia se funciona ou não. Incerteza de continuidade de contrato PSS” (ENS 7, 2015); “Na verdade, espero passar em um concurso” (ENS 8, 2015); “No meu ponto de vista não acho que o sindicato luta mais pelos professores do que pelos Agentes I e II, tenho a impressão que somos uma classe menos vista para os olhos do sindicato” (ENS 9, 2015); “O motivo de não ser sindicalizado, pois sou PSS e todo final de ano ou, a cada dois anos se encerra o contrato. Sendo que assim cada encerramento de contrato terei que dar baixa na sindicalização” (ENS 10, 2015).</p>
---------	--

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Dentre os motivos citados destacaram-se: comodismo, mudança de bancos, desconhecimento e incertezas com relação a contratação em virtude de ser PSS. Outro apontou não ter motivo. Uma resposta que chamou atenção foi a seguinte: “Pela questão “apartidária” não praticada na instituição, onde este se tornou nos últimos anos trampolim para interesses partidários” (ENS 4, 2015). Nesta resposta encontramos um elemento constantemente presente no discurso de muitas/os educadoras/es que é a questão do “apartidário”. A mídia reforça frequentemente esse conceito tentando mostrar à sociedade que os partidos são todos iguais e nenhum é digno de confiança, principalmente os de esquerda. Sobre os partidos trataremos mais à frente em uma questão específica.

Nas últimas eleições houve muitas/os militantes do movimento sindical que se candidataram a cargos de vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, deputados estaduais, deputados federais e governador, baseados no entendimento de que, enquanto classe trabalhadora, é o dever do trabalhador/a ocupar os espaços e representar seus pares. Compreende-se que a luta ultrapassa as barreiras do sindicalismo e precisa avançar para

o campo das legislações, uma vez que a maioria do legislativo é composto por pessoas que não representam os interesses da classe trabalhadora, mas sim os interesses de grupos específicos, aos quais estão ligados. Alguns foram eleitos/as e outros não.

A questão seguinte teve por objetivo saber qual o entendimento que as pessoas têm sobre sindicato. Segundo a definição de Rossi e Gerab, “Os sindicatos são organismos sociais, que se destinam à defesa dos interesses econômicos e sociais dos componentes das suas respectivas categorias profissionais, individual ou coletivamente” (2009, p. 13). Vejamos as respostas elencadas no quadro a seguir.

### Quadro 32- O que é o Sindicato? E qual o papel do Sindicato?

<p>ENS: 10</p>	<p>“Uma instituição que luta pelo bem comum de uma classe” (ENS 1, 2014). “É uma associação de Professores e Funcionários, o seu papel é de defender e ajudar de uma forma ou outra o professor e ou funcionário, nas defesas e do que for necessário” (ENS 2, 2014); “Sindicato é uma associação de trabalhadores, tendo como função defender os seus interesses e direitos profissionais e de sua cidadania. O fato de poderem intervir como parte legítima em ações judiciais e o direito de participação. Os sindicatos defendem os interesses profissionais, sociais e políticos dos seus associados, são entidades civis, sem fins lucrativos, com fins de coordenação e de representação legal dos trabalhadores” (ENS 3, 2015); “A princípio é uma associação voluntária, apartidária de pessoas de um mesma classe, neste caso dos profissionais da educação, onde estes representam, discutem e defendem os interesses da classe junto ao órgão empregador” (ENS 4, 2015); “O Sindicato é uma associação que reúne pessoas do mesmo segmento trabalhista ou econômico, para mim o objetivo principal de um sindicato é a defesa dos interesses, profissionais, sociais, econômicos e políticos dos seus associados, também tem como objetivo realização de estudos da área em que atuam e a realização de atividades como palestras, cursos e reuniões voltadas ao aperfeiçoamento profissional dos associados, também são responsáveis pela organização de greves e manifestações voltadas para a melhoria das condições de trabalho e salarial da categoria a qual representa” (ENS 5, 2015); “O sindicato representa nossa classe, eu não sou associada, mas estou em movimentos, greves, discuto com professores sobre a classe e o papel da APP, que fortalece nossa classe, e sempre está em busca de valorização do funcionário e da escola” (ENS 6, 2015); “Representa uma determinada classe de trabalhadores. Ligado aos movimentos de trabalhadores. Defende os interesses da classe” (ENS 7, 2015); “Um órgão eleito por todos os professores e funcionários sindicalizados, que tem a função de defender os direitos da categoria” (ENS 8, 2015); “Para representar a sua categoria” (ENS 9, 2015); “O sindicato é uma associação, o papel dele é lutar pelos direitos de todo educador e educando sempre almejando uma educação com qualidade” (ENS 10, 2015).</p>
<p>ESNC: 20</p>	<p>“O sindicato é a entidade defensora do trabalhador, o qual tem como finalidade a discussão dos direitos trabalhistas e a defesa do proletariado” (ESNC 1, 2014); “Organização por categorias de trabalhadores, cuja função simplista é organizar os trabalhadores pela luta comum de manter e conquistar direitos. Mas, além disso, tem função política de organização contra hegemônica, formar bases locais, regionais, estaduais e federais, as quais devem estar trabalhando em defesa e para a conscientização da grande massa” (ESNC 2, 2014); “É a instituição representativa dos interesses dos trabalhadores. Também luta pelos ideais de uma educação pública de qualidade” (ESNC 3, 2014); “Para mim é a organização dos trabalhadores para conseguirem serem ouvidos pelos governos, permitindo uma luta “organizada” (ESNC 4, 2014); “O sindicato representa a garantia dos direitos dos trabalhadores da educação, e vem de contrapartida na luta contra as mazelas do estado e o sucateamento da rede pelas políticas neoliberais destrutivas dos organismos sociais” (ESNC 5, 2014); “Entendo que o sindicato seja uma instituição de ordem representativa de determinada classe trabalhista. Seu papel acredito que seja, justamente, representar esta classe junto aos empregadores, visando atender aos interesses coletivos e também individuais. Também é de responsabilidade do sindicato a mobilização para a realização de movimentos que objetivem avanços, melhorias, garantias de lei e atendimento destas garantias” (ESNC 6, 2014); “Organização de trabalhadores de uma determinada classe. Lutar para o bem dos associados e melhorar sua vida profissional” (ESNC 7, 2014); “Sindicato é a associação para a defesa e coordenação dos interesses econômicos,</p>

	<p>profissionais dos indivíduos os quais são empregados, empregadores, profissionais liberais, autônomos entre outros, que exercem a mesma atividade. Além disso, o sindicato mantém os serviços de orientação sobre os direitos trabalhistas e a maioria deles conta também com um departamento jurídico para defender os interesses de seus associados e os mantém informados sobre os processos” (ESNC 8, 2015); “Sindicato é o alicerce da nossa categoria, todas as conquistas até aqui se deve as lutas sindicais. Sindicato vem em defesa dos educadores, e conquistando ao longo desses anos carreira e salários melhores para a categoria. Todos os educadores e funcionários deveriam ser sindicalizados, pois com todas as lutas e conquistas, sabemos que ainda temos colegas que não são sindicalizados e que não participam das lutas” (ESNC 9, 2015); “O sindicato é uma associação que reúne pessoas de um mesmo segmento trabalhista. O sindicato tem como objetivo principal a defesa dos interesses econômicos, profissionais, sociais e políticos dos seus associados. O sindicato é responsável pela organização de greves e manifestações voltadas para a melhoria salarial e das condições de trabalho da categoria” (ESNC 10, 2015); “O sindicato é o representante legal da categoria a qual pertence o trabalhador, assim sendo seu papel é de defender os direitos desses, bem como desenvolver políticas de formação continuada para a formação e conscientização do trabalhador” (ESNC 11, 2015); “Para mim ele me representa. O papel que ele desempenha é o de cuidar de minha carreira, dos meus direitos e de me proteger das atrocidades que possam me prejudicar profissionalmente” (ESNC 13, 2015); “É a entidade que representa a categoria e tem papel fundamental na defesa dos direitos dos funcionários públicos ligados à educação” (ESNC 12, 2015); “É o órgão que representa uma classe de profissionais e luta por seus direitos, garantindo assim, uma unidade cujo interesse é comum a todos seus sindicalizados” (ESNC 15, 2015); “Representação dos trabalhadores, defesa dos direitos dos trabalhadores” (ESNC 16, 2015); “Entendo o sindicato como sendo um grupo escolhido por nós sindicalizados para representar professores e funcionários. Para mim, o sindicato tem um papel fundamental enquanto entidade representativa dos profissionais da educação, sua importância é essencial para defender os nossos direitos” (ESNC 17, 2015); “Sindicato é uma associação que representa seus sindicalizados e o bem comum” (ESNC 18, 2015); “É uma instituição necessária para os trabalhadores, unifica as reivindicações, fortalece a consciência, constrói uma sociedade mais justa” (ESNC 19, 2015); “É uma associação de trabalhadores, seu papel é o de defender os interesses e direitos dos profissionais e de sua cidadania” (ESNC 20, 2015).</p>
<p>ESC: 19</p>	<p>“É a união dos trabalhadores da educação. Seu papel é contribuir na luta por uma escola pública de qualidade” (ESC 1, 2014); “O sindicato somos todos nós que temos consciência da importância da união de uma categoria na luta por seus direitos, as direções do Sindicato representam legalmente toda uma categoria, mas a representam a partir de deliberações propostas por essa categoria, através de conselhos e assembleias” (ESC 2, 2014); “É a organização dos trabalhadores, sendo sua função lutar pelos direitos dos trabalhadores” (ESC 3, 2015); “O sindicato é uma instituição organizada legitimamente por cidadãos de uma categoria que juntos lutam por direitos. Seu papel fundamental é a defesa dos direitos dos trabalhadores” (ESC 4, 2015); “Instituição que nos representa e nos propicia participarmos de Cursos de Formação direcionados à categoria” (ESC 5, 2015); “É a união de pessoal com objetivos em comum. Serve para nos orientar sobre nossos direitos e obrigações sendo que nos passa segurança quando solicitamos informações” (ESC 6, 2015); “O sindicato é representação do trabalhador, é através do sindicato que unimos forças para conseguirmos novas conquistas, e mostrar que estamos unidos” (ESC 7, 2015); “É uma organização de trabalhadores. O papel do sindicato é formar seus membros, orientar sobre os direitos e deveres, motivar iniciativas de melhora das ações em relações aos assuntos empregador x empregado, também celebrar conquistas, lutas” (ESC 8, 2015); “Organização da classe dos educadores. Possui objetivo de favorecer para esclarecimentos necessários para nossa profissão como estudos, lutas que contribuam em nossa carreira” (ESC 10, 2015); “O sindicato é uma instituição que defende e busca a valorização dos profissionais da educação. Ele precisa estar sempre buscando auxiliar os seus associados nas irregularidades que surge no decorrer do exercício da profissão” (ESC 11, 2015); “O sindicato é o nosso alicerce, ele é a unidade que nos representa que fomenta nossa luta para não perdermos direitos e conquistar novos. O sindicato é uma bandeira, é um movimento que nos organiza e que precisa de seus membros trabalhadores sempre ativos e engajados nas suas lutas” (ESC 12, 2015); “O Sindicato é como se fossem os nossos pais. Vigilantes, protetores, críticos, amigos, disponíveis, solidários, atenciosos, simples, humildes, sábios” (ESC 13, 2015); “O Sindicato é a Instituição que representa uma determinada categoria de trabalhadores na luta por direitos e melhorias nas condições de trabalho. O papel do Sindicato é o de fazer a luta e a resistência diária na defesa dos trabalhadores. Sua força se dá, a partir da consciência de classe daqueles que percebem a necessidade de fazer parte do sindicato, ser filiado para com isso fortalecer o</p>

<p>movimento sindical e desenvolver o trabalho de base, já que é a base que dá sustentação aos membros das direções, tanto Estadual como Regional” (ESC 14, 2015); “Sindicato é a organização social na qual os envolvidos se unem em prol dos objetivos, causas, discussões, debates relevantes a sua categoria. Sendo esse espaço no qual busca-se conquistar o bem comum, no qual se refletem as ações coletivas” (ESC 15, 2015); “Sindicato é uma forma legítima de organização dos trabalhadores para que os mesmos possam de forma mais organizada lutar por seus direitos. Na minha concepção, o papel do sindicato é bastante amplo abrangendo por exemplo, formação continuada, formação de lideranças, informação e formação acerca de legislação pertinente à categoria, bem como de fiscalização e denúncia, entre outros” (ESC 16, 2015); “O Sindicato é a nossa organização de trabalhadores e seu papel é nos representar em todos os momentos de nossa carreira” (ESC 17, 2015); “O Sindicato é uma instituição, composta por educadores, que visa conquistar a melhoria da categoria e do nosso ambiente de trabalho. O Papel do sindicato é nos manter cientes de que tudo o que é possível de se fazer, dentro da lei, para que nossa qualidade de vida no trabalho melhore será feito. Isso inclui melhores salários, melhores cursos (os do Sindicato são muito melhores do que os que o Estado nos proporciona), melhores instalações e equipamentos nas escolas etc. Para isso, temos que passar por muitas situações humilhantes, como o dia 29 de abril, porém, sabemos do nosso valor e não iremos abaixar nossas cabeças diante de quem não busca a melhoria da sociedade” (ESC 18, 2015); “É espaço de debates, formação de conscientização dos trabalhadores. Este tem o papel fundamental de fazer os trabalhadores entenderem o mundo, o modo de produção e tipo de sociedade ele está inserido” (ESC 19, 2015); “Sindicato para mim é um órgão representativo da classe que o compõem, que tem como ideal a luta em defesa dos interesses econômicos e profissionais de maneira coletiva e representativa” (ESC 20, 2015).</p>
--

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Quando indagadas/os sobre o que é o sindicato e qual o seu papel, observamos que as/os não sindicalizadas/os estão cientes do que se trata, de maneira geral, têm a compreensão de que é uma instituição que luta pelos interesses da categoria, acabam participando das discussões e dos movimentos mesmo sem estarem sindicalizadas/os e apontaram a luta pelos direitos de educadoras/es e educandas/os almejando uma educação de qualidade. A contradição é interessante: mesmo cientes do que é e do que representa, não são sindicalizadas/os.

Ao passar as respostas das/os sindicalizadas/os não cursistas, constatamos que entendem o sindicato como uma entidade organizativa da categoria e, para além da defesa de interesses econômicos, melhoria das condições de trabalho assinalam a luta por uma educação pública de qualidade. Nesse grupo apareceram expressões como: defesa do proletariado, função política de organização contra hegemônica, formar base, fortalecer a consciência.

Sintetizando, o grupo das/os cursistas destacou que é uma organização, espaço de debates e conscientização das/os trabalhadoras/es, com a função de representá-los e cujo papel é o de fazer a luta e a resistência, defender as/os trabalhadoras/es, objetivando melhorias nas condições de trabalho e valorização. Foi mencionada a importância da filiação para o fortalecimento da instituição e para o trabalho de base, bem como apareceu a citação de que “Este tem o papel fundamental de fazer os trabalhadores entenderem o



mundo, o modo de produção e o tipo de sociedade que ele está inserido” (ESC 19, 2015). Apenas um/a cursista deste grupo não declarou o que pensa sobre este assunto.

Um fato curioso é que praticamente não apareceu a ideia de que o sindicato deve fazer a luta de classe para além da categoria que representa, mesmo estando em processo de tomada de consciência ainda estamos mais preocupadas/os com as necessidades da categoria e não da sociedade como um todo.

Quando se fala em consciência, parte-se do princípio de que esta é processo e que a relevância está na transformação que será decorrente deste processo.

Iasi (2010), tratando sobre consciência, ressaltou que inicialmente se forma pela interiorização de valores, normas, comportamentos, estabelecidos através das relações imediatas, formando assim, uma concepção de mundo. No decorrer da sua vivência, o ser humano vai estabelecendo novas relações, podendo, através das contradições entre os valores assumidos e das novas relações vividas, gerar uma inicial superação da alienação, sendo o grupo considerado por ele como uma pré-condição para que isso se realize, pois, quando se tem um problema individual, comumente ocorre a revolta, em contrapartida, se o mesmo for observado no coletivo proporciona o desenvolvimento de uma ação contrária.

Ainda de acordo com Iasi “Essa via de superação é ainda mais clara ao tratarmos da classe operária, é na greve sua mais didática manifestação. A injustiça vivida como revolta é partilhada numa identidade grupal, o que possibilita a ação coletiva” (2010, p. 19). Essa etapa do processo corresponde a superação da consciência inicial em função de uma segunda forma de consciência:

É a chamada consciência em si, ou consciência da reivindicação. A forma mais clássica de manifestação dessa forma de consciência é a luta sindical, sua forma de organização mais típica é o sindicato, mas podemos incluir nessa forma, as lutas populares, os movimentos culturais, o movimento de mulheres e outras manifestações de lutas coletivas de setores, grupos e categorias sociais das mais diversas. O que há de comum nestes casos particulares é a percepção dos vínculos e da identidade do grupo e seus interesses próprios, que conflitam com os grupos que lhes são opostos (IASI, 2010, p. 20).

A grande contradição apresentada por Iasi (2010), na passagem da consciência em si para a consciência para si ou revolucionária, refere-se ao fato das alterações de consciência serem vivenciadas individualmente, enquanto que as transformações ocasionadas devem realizar-se socialmente, envolvendo além da ação individual, a de classe. Essa alteração de consciência não ocorre de forma homogênea em todo o grupo, porque depende muito das vivências e das percepções de cada um.

Sobre o Sindicato, Gramsci destacou:

O sindicalismo revelou-se nada mais do que uma forma da sociedade capitalista, não uma superação potencial desta sociedade. Ele organiza os operários não como produtores, mas como assalariados, ou seja, como criaturas do regime capitalista de propriedade privada, como vendedores da mercadoria “trabalho”. O sindicalismo une os operários segundo o instrumento de trabalho ou segundo a matéria a transformar, isto é, o sindicalismo une os operários segundo a forma que lhes imprime o regime capitalista, o regime do individualismo econômico (2004, v. 1, p. 299b).

De acordo com Gramsci, o/a operário/a só vai se compreender enquanto produtor/a, no momento em que ele/a se enxergar como parte inseparável do sistema de trabalho. É a partir da fábrica visualizada como unidade que ele/a eleva a compreensão de unidades mais amplas até chegar à nação, ao mundo. O/a operário/a é produtor/a quando possui consciência de sua função no processo produtivo, em todos os graus, desde o particular (fábrica) até o geral (mundo) (2004, v.1, p. 300-301b). Gramsci destacou em seus escritos que,

o sindicato não é esta ou aquela definição de sindicato: o sindicato se torna uma determinada definição, ou seja, assume uma determinada figura histórica na medida em que as forças e as vontades operárias que os constituem lhe imprimem uma específica orientação e põem como meta da sua ação o objetivo que lhe foi afirmado na definição (2004, v. 1, p. 367b).

Para ele, “É certo que os sindicatos assumem um caráter revolucionário somente se sua ação for dirigida não apenas para fins imediatos, mas para um fim último, que vá além dos limites da luta corporativa, e se este fim for explícito e consciente” (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 313b).

Voltando aos dados levantados pelos questionários, apresentamos na sequência a tabela 09, destacamos que as questões mencionadas na referida tabela, possuíam a opção de assinalar mais que uma alternativa, portanto, a somatória da coluna não totaliza 100%. Sendo assim, todas as respostas foram consideradas de forma individual e comparadas com o total de entrevistados. Vale ressaltar que a terceira linha da tabela não apresenta dados dos ENS, uma vez que a pergunta trata especificamente da participação das/os educadoras/es no sindicato, e, por essa razão essa questão não foi aplicada ao grupo que não é sindicalizado.

**Tabela 9- Atividades Sociais e Sindicais**

	ENS 10	%	ESNC 20	%	ESC 20	%
<b>Na instituição/ escola onde você trabalha você tem participação em:</b>						
Conselho Escolar	7	70	13	65	14	70
Construção do P. P. P. <sup>174</sup>	4	40	13	65	18	90
Processo de escolha de representantes						
Escola APP-Sindicato	3	30	19	95	20	100
Escolha de Material didático/pedagógico	3	30	16	80	13	65
Outro. Qual?	3	30	1	5	2	10
Não tem participação em nenhuma atividade	2	20	1	5		
<b>No seu sindicato você participa</b>						
Assembleias, congressos, conselhos	1	10	11	55	13	65
Cursos de Formação	1	10	3	15	20	100
Atos públicos	5	50	14	70	18	90
Em coletivos temáticos. Qual?			2	10	5	25
Paralisações e mobilizações	8	80	20	100	20	100
Não tem participação em nenhuma atividade.	2	20				
<b>Você no sindicato:</b>						
Vai ao sindicato para tratar de questões específicas de seu interesse.			7	35	1	5
Atua nas atividades do sindicato procurando socializar as informações com os educadores do local onde trabalha.			18	90	15	75
É liderança e desenvolve atividades junto a base e direção do sindicato.			2	10	7	35
Não respondeu					2	10

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Diante da pergunta sobre a participação na instituição em que trabalha, seja no conselho escolar, na construção do Projeto Político Pedagógico, na escolha de representantes de escola da APP-Sindicato, na escolha de material didático pedagógico e outros, apenas três pessoas responderam não ter participação em nenhuma atividade. Isso corresponde a 6% das/os entrevistadas/os.

As pessoas que afirmaram participar de outras atividades, registraram sua participação no grêmio estudantil, na brigada escolar, na construção do regimento escolar, na coordenação de eventos pedagógicos, em planejamentos e formação continuada. A grande maioria participa de mais de uma atividade mencionada.

Sobre a escolha de representantes de escola da APP-Sindicato, 84% do total da amostra afirmam ter participado desse momento. Até mesmo 30% do grupo das/os não sindicalizadas/os, afirmaram escolher seus representantes de escola que participam do Conselho Regional da APP-Sindicato. Essa escolha faz parte da organização por local de

<sup>174</sup> Projeto Político Pedagógico.

trabalho, sobre a qual Caldas salientou que não é uma proposta nova no movimento sindical, sendo inspirada na Comuna de Paris e na experiência de Conselhos de Fábrica defendida por Gramsci. “A criação da CUT, em 1983, terá como pressupostos fundamentais, o sindicalismo de ‘massas’, organizado pela ‘base’, postulando a relação horizontal entre o sindicato e as organizações do local de trabalho” (CALDAS, 2007, p. 50-51). De acordo com a autora:

No caso dos sindicatos dos trabalhadores(as) em educação, esta relação aparece através dos Representantes de escola e de base, reunidos nos Conselhos de Representantes, com poder deliberativo, dentro da organização sindical. O desafio posto, é tornar estes representantes, dinamizadores de uma autêntica organização no local de trabalho, evitando-se que se tornem meros “repassadores” de informações, do sindicato para a escola (2007, p. 51)

A relação abordada por Caldas referente as/os representantes de escola é extremamente significativa. No início de cada ano, as escolas escolhem suas/seus representantes daquele ano para compor a Comissão Sindical Escolar, através da eleição de professoras/es e um funcionárias/os titulares, bem como, seus suplentes, em cada período de funcionamento da escola. De acordo com o estatuto vigente, “a Comissão Sindical Escolar será composta por no mínimo 03 (três) e no máximo 09 (nove) membros e, seus/suas respectivos suplentes, obedecida a proporção de 03 (três) membros para cada turno de funcionamento da escola/colégio” (APP-Sindicato, 2012, p. 30). Os nomes dos titulares e, na falta deles os suplentes, legitimados pela ata de eleição feita na escola são encaminhados ao Núcleo Sindical. Eles são membros efetivos do Conselho Regional com direito a voz e voto.

De acordo com o Estatuto em vigor:

Art. 73. O Conselho Regional deverá reunir-se ordinariamente, no mínimo uma vez por semestre, e extraordinariamente sempre que o momento o exigir.

§1º. O Conselho Regional deverá aprovar o seu Regimento Interno de Funcionamento, prevendo reuniões em horário que privilegie a participação de pelo menos um/a representante por local de trabalho dos turnos da manhã, tarde e noite.

§2º. Na primeira reunião de cada ano deverá ser aprovado o calendário anual de reuniões.

§3º. Nas reuniões do Conselho Regional deverão ser previstas atividades de formação política, pedagógica e sindical (APP-Sindicato, 2012, p. 25).

Surge desse conceito de organização por local de trabalho, a necessidade de trabalhar a formação para entender como funciona a sociedade capitalista e qual a postura

que deveremos ter mediante ela. Entendemos que o/a educador/a tem papel central na construção da sociedade através da transmissão do conhecimento sistematizado e da formação da/o cidadã/ão capaz de intervir e transformar o meio em que vive.

Ainda referindo-se a OLT, Caldas ressaltou que:

A organização por local de trabalho, obra dos próprios trabalhadores(as), volta-se para as questões imediatas do processo de trabalho, assenta-se sobre as questões cotidianas, que afetam a vida e a qualidade de vida dos trabalhadores. Mas, há o risco de que essas lutas, percam-se, em si mesmas, até porque, muitas delas, embora, sejam mais claramente vivenciadas no locus de trabalho, não esgotam-se aí, e tem suas raízes, na própria organização capitalista geral, nacional e transnacional (2007, p. 52).

A organização por local de trabalho, realizada pela APP-Sindicato através dos representantes de escola, se assemelha às comissões internas mencionadas por Gramsci em seus escritos políticos. Essas comissões,

[...] inicialmente concebidas como representação dos sindicatos em cada empresa, começaram a ser criadas já em 1906. Contudo, elas jamais foram aceitas plenamente pelos empresários. Somente no final da guerra, em 1919, é que as associações dos industriais estipulou com a federação dos metalúrgicos a aceitação das comissões, ou seja, do direito dos operários de terem uma representação no interior da própria fábrica. Segundo o acordo, as comissões internas – eleitas apenas pelos operários sindicalizados – teriam a tarefa de cuidar dos direitos dos trabalhadores no local de trabalho (2004, v. 1, p. 491b).

As reuniões do Conselho Regional da APP-Sindicato, Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, não possuem datas pré-estabelecidas, geralmente acontecem antes da assembleia regional ou sempre que houver a necessidade de retirar um posicionamento do núcleo sindical com relação a algum encaminhamento importante no que diz respeito à categoria. Nesses casos, mesmo que a posição de algum representante de base seja contrária, se a categoria definiu no conselho um posicionamento é este que será defendido na esfera estadual.

Portanto, é nesse espaço, no Conselho Regional, que são pautadas as necessidades do chão da escola, para que as/os Representantes de Base levem para a discussão e, conseqüente encaminhamento no Conselho Estadual. As/os Representantes de Base também são eleitos para mandatos anuais, de acordo com a quantidade de educadoras/es sindicalizados, no Núcleo Sindical a que pertencem e estabelecidos no estatuto, na última assembleia regional de cada ano. De acordo com o artigo 33 do estatuto da APP-Sindicato:

Os/as Representantes de Base do Núcleo Sindical serão eleitos/as na proporção de 1 (um) representante até 1.000 (um mil) sindicalizados/as; 2 (dois) representantes até 2.000 (dois mil) sindicalizados/as; e assim sucessivamente, devendo ser eleito igual número de suplentes.

§1º. Poderá candidatar-se o/a sindicalizado/a que, na data da realização das assembleias regionais de eleição de representante de base, tiver no mínimo 6 (seis) meses de inscrição no quadro sindical da APP-Sindicato, na forma deste estatuto, e estiver em dia com as mensalidades sindicais (2012, p. 15).

Estes/as participam do Conselho Estadual, com direito a voz e voto. Sendo uma das atribuições do Conselho Estadual a organização das assembleias estaduais.

A segunda questão da tabela 09 se referiu à participação no sindicato, e, traz consigo um dado de grande relevância, 80% das/os não sindicalizadas/os têm participação em mobilizações e paralisações. Mesmo sem contribuir financeiramente para a manutenção da instituição que representa sua categoria, entende que é representado/a por ela e colabora com o coletivo, participando desses importantes momentos de luta. Apenas 4% do total de entrevistados/as, ou seja, duas pessoas, responderam não participar de nenhuma atividade promovida pelo sindicato.

As/os sindicalizadas/os registraram sua participação em coletivos temáticos, sendo mencionados em suas respostas os coletivos de funcionárias/os e de gênero e diversidade. Esses coletivos ocorrem sempre que é necessário debater alguma temática, não tendo um calendário específico. Além destes que foram citados no Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, já foram realizados coletivo de mulheres, da educação especial e da juventude.

A questão sobre a atuação no sindicato foi aplicada apenas as/os sindicalizadas/os, com a opção de assinalar mais de uma resposta, sendo que 82,5% do total de sindicalizadas/os respondeu que participa das atividades do sindicato e procura socializar as informações com as/os educadoras/es do local onde trabalha.

Uma questão que entendemos ser relevante na tentativa de identificar como o/a educador/a tem cuidado da sua formação pessoal, diz respeito a ter ou não o hábito da leitura. Tenho uma resposta afirmativa, solicitou-se que as pessoas pesquisadas citassem alguns/algumas autores/as que são de sua preferência. Sendo assim, os dados sobre o hábito da leitura foram apresentados na tabela 10, que traz um levantamento de dados referentes a questões de formação e atuação política. E na sequência apresentamos um quadro com os/as autores/as que foram mencionados/as.

**Tabela 10- Atividades de Formação e Políticas**

	ENS 10	%	ESNC 20	%	ESC 20	%
<b>Tem o hábito da Leitura</b>						
Sim	8	80	19	95	19	95
Não	1	10	1	5	1	5
Às vezes	1	10				
<b>É filiado em Partido Político</b>						
Sim	1	10	6	30	7	35
Não	9	90	14	70	13	65
<b>É militante em Movimentos Sociais</b>						
Negro			3	15	1	5
LGBT			1	5		
Idoso			1	5		
Comunitário (Associação de moradores, bairros)					2	10
Ecológico					1	5
Direitos Humanos			3	15		
Estudantil			1	5		
Igreja	5	50	1	5	8	40
Outro. Qual?			1	5	1	5
Não respondeu	5	50	13	65	7	35

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Quando perguntados se tinham o hábito da leitura, 92% do total de pesquisadas/os responderam que sim, 6% que não, e 2% não respondeu. Sobre quais autores/as costumavam ler e qual o tipo de leitura que gostavam, as respostas foram organizadas no quadro abaixo.

### Quadro 33- Quais autores costuma ler

ENS: 9	“Graciliano Ramos, Erico Verissimo” (ENS 1, 2014); “Zibia Gasparetto, livros espíritas” (ENS 2, 2014); “Augusto Cury, Machado de Assis, José de Alencar, Clarice Lispector, Bíblia” (ENS 3, 2015); “Não há um autor em específico, mas gosto de leituras técnicas, economia, sociedade, política, desenvolvimento tecnológico” (ENS 4, 2015); “Não tenho preferência de leitura, apenas gosto de ler e estar informada” (ENS 5, 2015); “Não lembro nome, mas gosto de ler contos” (ENS 6, 2015); “Vários. Bem eclético, lendo obras para formação acadêmica a romances” (ENS 7, 2015); “Tenho gostado de ler livros espíritas mais voltados à motivação. Superação” (ENS 8, 2015); “Lauro Trevisan, Machado de Assis, Monteiro Lobato” (ENS 9, 2015).
ESNC: 18	“Da área de História: Marc Bloch, Boris Fausto, Mary Del Piore, Karl Marx, entre outros. Da área da Educação: Demerval Saviani, Piaget, Vigotsky, Libâneo, Gasparin. Literatura como por exemplo: a Menina que roubava livros, Escondendo Edith, Guia politicamente incorreto da História do Brasil e da América Latina, entre outros” (ESNC 1, 2014); “Karl Marx, Antonio Gramsci, Karel Kosik, Vladimir Ilitch Lenin, Gaudêncio Frigotto, Dermeval Saviani, Newton Duarte, Eneida Oto Shiroma, Maria Célia Marcondes de Moraes, Olinda Evangelista, Paolo Nosella, Álvaro Vieira Pinto, Pablo Gentilli, Mario A. Manacorda, Acácia Kuenzer, Antonio Macarenko, Marilena Chauí, José Paulo Neto, entre vários outros que olham para educação das massas” (ESNC 2, 2014); “Clássicos da filosofia e sociologia” (ESNC 3, 2014); “Leio jornais e assuntos de meu interesse” (ESNC 4, 2014); “Antonio Gramsci, Karl Marx, Pierre Bourdieu, Paulo Freire, Saviani, Pacheco, Lênin, Caio P. Junior, Marilena Chauí, Mészáros, Lukács, Sartre, Lowy, dentre outros...” (ESNC 5, 2014); “Gosto muito de Rubem Alves e Saviani, dentre tantos que tratam da educação. Gosto muito de leituras informativas, matérias jornalísticas e sinto falta da leitura de romances, clássicos, policiais” (ESNC 6, 2014); “Machado de Assis, Castro Alves, Markus Zusak, Mario de Andrade, Angela Paiva Dionísio,

	<p>Anna Rachel Machado, Eça de Queirós, Duda Nogueira, Giovanni Boccaccio, Odilon Soares Leme, Luiz Carlos Travaglia, Ingedore Villaga Koch, Thais Cristófaros Silva, Maria Teresa Serafini, João Guimarães Rosa, entre outros” (ESNC 8, 2015); “Literatura, revistas, jornais, decretos, dia a dia educação” (ESNC 9, 2015); “Sou viciada em quase todos os autores da literatura brasileira. Machado de Assis, Cecília Meireles, Cora Coralina, Marina Colasanti. Sou apaixonada por romance, histórias em quadrinhos e gosto muito de contar contos” (ESNC 10, 2015); “Além dos autores voltados a educação mantenho uma leitura bem eclética” (ESNC 12, 2015); “Gosto de notícias, descobertas da ciência, política e os acontecimentos que nos rodeiam” (ESNC 13, 2015); “Não é que costume ler, mas já li várias coisas de Gimeno Sacristan, Karl Marx; Demerval Saviani, entre outros. Gosto de ler tudo o que serve para abrir os nossos olhos em relação ao nosso cotidiano” (ESNC 14, 2015); “Como minha formação é em Letras Literatura, procuro ler os autores de renome, ou seja, aqueles que contribuem para a formação do indivíduo. Não gosto de ler livros de autoajuda, ou de literatura cujo interesse é apenas comercial, sem valor literário” (ESNC 15, 2015); “História e romance” (ESNC 16, 2015); “Içami Tiba, Augusto Cury. Gosto de livros sobre educação e vida, além de jornais” (ESNC 17, 2015); “João L. Gasparin, Jorge Arruda, Edileuza Penha de Souza e jornais locais e revistas; Planeta e Escola” (ESNC 18, 2015); “Karl Marx, Vladimir Lenin, artigos ligado a construção políticas sociais” (ESNC 19, 2015); “Leituras informativas / atualidades, de jornais; revistas; sites diversos” (ESNC 20, 2015).</p>
<p>ESC: 18</p>	<p>“Literatura estrangeira, vários autores, nenhum específico” (ESC 1, 2014); “Diversos autores e tipos de leitura também” (ESC 2, 2014); “Blogs” (ESC 3, 2015); “Leonardo Boff, Frei Beto, Foucault, Marx. Gosta de leituras relacionadas a escola, mulheres e a sociedade civil organizada” (ESC 4, 2015); “Demerval Saviani – Escola e Democracia – Teorias da Educação. Vitor Paro – Administração Escolar. Marilena Chauí” (ESC 5, 2015); “Jornal – autores diversos – principalmente de autoajuda” (ESC 6, 2015); “Atualmente leio autores da literatura clássica, pois preciso revê-lo complementando minha prática pedagógica (prof. Português). Leio revistas das áreas de Língua Portuguesa, educação inclusiva, basicamente literaturas relacionadas a minha área de atuação” (ESC 8, 2015); “Variados autores como espiritualidade, ficção, autoajuda” (ESC 9, 2015); “Dentro da minha profissão, leio autores como Guacira Lopes Louro, Foucault, entre outros” (ESC 10, 2015); “De livros didáticos a literatura fictícia. No momento estou lendo Anton Makarenko e George R. R. Martin” (ESC 12, 2015); “Livros de autoajuda, jornal e revistas” (ESC 13, 2015); “Leonardo Boff, Emir Sader, Milton Santos, Eduardo Galeano. Atenho-me mais a textos relacionados à política e à história. Leio muito sites como Carta Maior, Carta Capital, Diário do Centro do Mundo, Brasil de Fato, (preferencialmente sites de esquerda), etc” (ESC 14, 2015); “Saviani, Gasparim, Galeano” (ESC 15, 2015); “Gosto de ler principalmente sobre Educação, Política e Psicologia. Autores diversos” (ESC 16, 2015); “Leio textos diversos, principalmente ligados à geografia” (ESC 17, 2015); “Gosto de diversos autores e tipos de livros, os preferidos são: 1984 e A Revolução dos Bichos de George Orwell, Evangelho Segundo Jesus Cristo de José Saramago, Cem anos de Solidão de Gabriel Garcia Márquez, Grande SERTÃO: Veredas de Guimarães Rosa, Fogo Morto de José Lins do Rego entre outros” (ESC 18, 2015); “Não tenho autores específicos. Mas gosto de leituras informativas jornalísticas, revistas artigos entre outros” (ESC 19, 2015); “Não tenho preferências por determinado autor, minha leitura é muito eclética, variando os gêneros textuais de acordo com o momento em que me encontro e a necessidade que sinto de aprofundar determinados temas” (ESC 20, 2015).</p>

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Foram citados/as diversos/as autores/as. No grupo das/os não sindicalizadas/os, a maioria são de literatura brasileira, mas também mencionaram livros espíritas, de contos, economia, política, formação acadêmica e romance. No grupo de sindicalizadas/os, tanto cursistas quanto não cursistas, foram citadas/os além das obras de literatura brasileira e estrangeira, autores/as como: Marx, Lenin, Gramsci, Saviani, Frigotto, Nosela, Mészáros, Gasparin, Boff, Frei Beto, Sader, Galeano, Chauí, Gentili, dentre outros, além de revistas, jornais, artigos, sites e livros de autoajuda.

Com relação à filiação em partido político, 72% do total de entrevistadas/os



respondeu não ser filiado em nenhum partido. No grupo das/os não sindicalizadas/os, nove pessoas, o equivalente a 90% desse grupo, não são filiadas/os a nenhum partido político. Desses, 22% não citaram o motivo pelo qual optaram pela não filiação. As respostas dos 78% destacaram a falta de interesse, falta de oportunidade, desconhecimento do funcionamento dos partidos, o não gostar de política e o fato de assim poderem escolher livremente a quem apoiar. Deste grupo, uma pessoa respondeu ser filiada correspondendo a 10% do total do grupo, sendo esta filiada ao PMDB.

No grupo de sindicalizadas/os não cursistas, 14 educadoras/es, o que equivale a 70% das/os pesquisadas/os nesse grupo, afirmaram não serem filiadas/os a nenhum partido político, 28,6% destes não responderam as razões pelas quais não se filiaram, 71,4% citaram diversos motivos por não terem filiação partidária, dentre eles: questões pessoais, o fato de não gostarem de política, a decepção, a falta de crença em partido, o voto em propostas e não em partidos. Dentre as/os que responderam, destacamos as respostas que mais chamaram a atenção:

O vínculo partidário fomenta a rejeição dos estudantes e por vezes até “bitolando” a nossa visão de mundo, a medida que somos levados a erguer uma bandeira e a defender. Nos pequenos municípios a vinculação partidária limita o trabalho pedagógico, ainda mais quando se trabalha as questões políticas e sociais, levando aos estudantes as relações de amor ou ódio – não atingindo o objetivo da reflexão (ESNC 3, 2014);

Sabemos das dificuldades em se discutir política nas escolas e, principalmente em municípios pequenos, porém abster-se da participação é uma questão que preocupa. Outra resposta possui uma visão diferente, sustentando a questão da não representatividade dos partidos.

Não gosto da ideia de ser conivente com algo que não me representa, nesse sentido prefiro ser independente para analisar esta ou aquela proposta, independente de qual partido seja, sei que existem por trás de cada partido político linhas que geralmente seguem, por exemplo a neoliberal que vem trazendo vários retrocessos a educação, e destes, nós educadores devemos nos manter afastados, mas ainda assim não sou nem pretendo me filiar em partido algum (ESNC 14, 2015);

A questão da não representatividade talvez possa ser resolvida com a nossa maior participação neste espaço. E uma terceira resposta apresenta uma contradição interessante, “Nunca tive vontade de ser filiada, mas sei da importância da política em nossa vida” (ESNC 17, 2015). Deste grupo, seis pessoas possuem filiação partidária, o que corresponde a 30% do grupo sendo que destes 83,3% são filiadas ao PT e 16,7% ao

PMDB.

No grupo das/os sindicalizadas/os cursistas, treze pessoas, o equivalente a 65% desse grupo, não são filiados a nenhum partido político. Desse total, 23,1%, não citaram o porquê optaram por não se filiarem. Os 76,9% que responderam, ressaltaram: opção, falta de interesse, o fato de não se identificarem com a filosofia dos partidos, por não acharem necessário estar filiado para se posicionarem com relação à conjuntura, porque essa condição possibilita avaliar melhor cada candidato/a e por acreditar que podemos ter uma função transformadora, sem vínculo partidário. Deste grupo, sete pessoas responderam serem filiadas, correspondendo a 35% do total. Dentre as filiadas, 85,7% são filiadas ao PT e 14,3% ao PMDB.

A questão partidária tem sido colocada como um empecilho na organização sindical, devido às características dessas instituições no Brasil e da falta de esclarecimento que a população tem sobre o papel dos partidos na transformação social. No entendimento de Gramsci, o partido era/é uma organização que tinha/tem por objetivo

“[...] elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (2004a, v. 2, p. 24-25).

Para Gramsci, no partido “[...] importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual” (v. 2, 2004a, p. 25). Nos seus *Escritos Políticos*, Gramsci reforçou que o partido deveria ser o órgão da educação comunista e que este não poderia abrir suas portas a quem não estivesse habituado ao exercício da responsabilidade e da disciplina (v. 1, 2004b, p. 246). Essa referência foi feita aos partidos da época, todavia, ao compararmos com a nossa realidade, constatamos que os partidos políticos não possuem essa função educativa. As pessoas se filiam aos partidos, no entanto, desconhecem suas perspectivas e diretrizes, muitas/os das/os filiadas/os não têm participação ativa e acabam apenas participando nos momentos de eleições, muitas vezes sendo manipuladas/os nas convenções. Os partidos têm funções diretivas e organizativas, porém, apenas um pequeno grupo de filiadas/os se apropria da parte educativa, intelectual que o partido exerce.

A questão da opção partidária, a qual as/os educadoras/es devem pertencer ou não, não será tratada neste estudo, mas entendemos que as/os trabalhadoras/es devem ser filiados a partidos que defendam a classe trabalhadora. Ao considerar as respostas sobre a questão dos partidos, verificamos que as/os entrevistadas/os não se sentem

representadas/os pelos partidos, ou ainda não têm interesse em ser parte dessas organizações.

Um ponto que queremos chamar atenção é para o fato de que, enquanto educadoras/es e intelectuais por profissão, precisamos estar cientes de que o nosso sistema político prevê a organização através de partidos. Ao não nos envolvermos nessas organizações, deixamos de ocupar um importante espaço de decisão, que interfere diretamente em nossas vidas. As leis e as políticas públicas que organizam a sociedade, como um todo, são elaboradas e votadas nas câmaras de vereadores/as dos municípios, nas assembleias legislativas dos Estados, na Câmara e no Senado Federal.

Atualmente, são nesses espaços que ocorrem as disputas políticas e ideológicas e que as forças políticas defendem seus interesses. Ao abster-se de participar desse processo, estamos permitindo que outras pessoas decidam por nós. Delegamos as/os nossas/os representantes essa função e acabamos não acompanhando e não fazendo parte dessa construção histórica. Esse desinteresse ou resistência faz com que a maioria das pessoas eleitas para nos representar, não representem os interesses da classe trabalhadora e, sim, seus próprios interesses ou dos grupos que os financiam. Diante desse cenário, só teremos outras opções de escolhas se começarmos a construir uma proposta diferente, do contrário, continuaremos descontentes e inertes frente aos descasos cometidos contra as/os trabalhadoras/es.

No que se refere ao envolvimento com os movimentos sociais, terceira questão mencionada na tabela 10, 50% responderam não ter nenhuma militância. Alguns/algumas pontuaram o apoio às causas, mas sem participação efetiva. Dentre as/os que disseram fazer parte de alguns movimentos, o segmento que teve maior participação foi a igreja, com 28% dentre as/os pesquisadas/os.

Na sequência da nossa análise das respostas dos questionários, passamos para a questão que tratou da função de cada um/a, enquanto educador/a, as respostas foram organizadas no quadro a seguir:

#### **Quadro 34- Descreva sua função enquanto educador/a**

ENS: 10	“Participar ativamente no processo de ensino” (ENS 1, 2014); “Como Professor além de transmitir o ensino ao meu aluno é desempenhar as funções sociais, e da comunidade escolar da minha escola” (ENS 2, 2014); “A minha função é a de fazer com que o educando participe do seu grupo ativa e afetivamente, apropriando-se de valores, crenças, conhecimentos acadêmicos e referenciais sócio históricos. Uma apropriação significativa tanto para si como para o outro, tornando-se uma pessoa consciente e responsável pela transformação da realidade em que está inserido” (ENS 3, 2014); “Promover o desenvolvimento humano baseado no conhecimento acumulado pela humanidade” (ENS 4, 2014); “Além de trabalhar o conteúdo específico de minha disciplina, também preparar o aluno para a vida, questionando o olhar crítico e autônomo enquanto cidadão, para que possa ir além do senso comum, estar preparado
------------	---

	<p>para argumentar e para compreender as necessidades existentes em sociedade” (ENS 5, 2014); “Mesmo sendo funcionária vejo que nós temos um papel importante na formação dos alunos também, porque organizamos a escola, o lugar onde eles vêm para aprender” (ENS 6, 2014); “Estimular a apropriação do conhecimento acadêmico; Mediar a comunicação da Comunidade Escolar e alunos surdos; Contribuir para a formação de cidadãos críticos e atuantes” (ENS 7, 2014); “Professora de Arte e Educação física” (ENS 8, 2014); “Auxiliar os professores, direção e o alunos da melhor forma possível” (ENS 9, 2014); “A função enquanto educador é contribuir para a formação do educando, orientando e dando bons exemplos de como viver em sociedade sendo um cidadão crítico e participativo no meio social” (ENS 10, 2014).</p>
<p>ESNC: 20</p>	<p>“Sou professora de História, minha função é conduzir o processo de ensino e aprendizagem do conhecimento historicamente acumulado, assim como, conduzir ao processo de emancipação e construir um conhecimento crítico no qual o educando seja capaz de mudar a sociedade em que está inserido” (ESNC 1, 2014); “Sou pedagoga, conhecer e mediar questões relacionadas à estrutura e funcionamento da escola. Organizar juntamente com o coletivo as formações, estruturação de PPP, PPC<sup>175</sup>, PTD<sup>176</sup>, Planejamento anual da escola, reuniões pedagógicas, reuniões com os pais, orientar alunos e professores, trabalhar questões da práxis dos funcionários, (agentes educacionais) (considero que devo ter esse diálogo e mediar dentro do possível à práxis como educadores). A ação do pedagogo consciente não se limita a atender, pais, alunos e professores. É uma função reflexiva, ativa, política em prol da classe trabalhadora. No entanto nos deparamos com uma estrutura fragmentada que no decorrer do dia-a-dia, não nos permite fazer nosso trabalho como deveríamos, mas a retomada pelos interesses contra hegemônicos é diária” (ESNC 2, 2014); “Sendo professor de filosofia e sociologia – devo contribuir para que os estudantes desenvolvam a consciência crítica, constituindo sujeitos datados de uma boa visão de homem/sociedade/mundo” (ESNC 3, 2014); “Secretário” (ESNC 4, 2014); “A do mediador da transformação social, da formação humana em detrimento do bem comum” (ESNC 5, 2014); “Como educadora, acredito que tenho por função contribuir, significativamente, na formação dos educandos por quem for responsável ao longo da carreira. Objetivo uma formação acadêmica de qualidade para os alunos, mas também e sobretudo, uma formação que contribua para a transformação da sociedade, mesmo que os resultados positivos sejam pequenos ou demorem a aparecer, é uma atividade que exige persistência e compromisso” (ESNC 6, 2014); “Passar conteúdos e ajudá-los a serem pessoas melhores, preparar para o trabalho” (ESNC 7, 2014); “De formar cidadãos críticos e conscientes para o mercado de trabalho, como também de ajudar a transformar a sociedade em que vivemos” (ESNC 8, 2015); “Agente Educacional II” (ESNC 9, 2015); “A função do educador vai além da simples necessidade de repassar conteúdos acumulados no decorrer da História e preparar os que estão sob sua responsabilidade somente para o mercado de trabalho, mesmo sabendo que vivemos numa sociedade capitalista onde o individualismo reina absoluto” (ESNC 10, 2015); “Sou professor readaptado, trabalho momentaneamente na mecanografia, prestando auxílio no laboratório de informática e auxiliando professores no trato com as TIC<sup>177</sup>s” (ESNC 11, 2015); “Formador de opinião” (ESNC 12, 2015); “Poder socializar meu conhecimento de maneira que eu possa transmitir novos conhecimentos aos educandos” (ESNC 13, 2015); “A minha função de trabalho na escola é realizar o trabalho burocrático pouco valorizado pelos que desconhecem sua importância, e dizer que mesmo na comunidade escolar vindo de uma cultura de muito tempo, há quem diga que não tem nada de importante, mas vamos trabalhando aos poucos uma nova cultura, plantando uma sementinha de crítica hoje, uma amanhã e assim fazendo o mesmo que as formigas fazem, aos pouquinhos vamos mudando a realidade. Pois também estamos sempre envolvidos com os alunos e podemos lhes transmitir muitas coisas, inclusive conhecimentos, criticidade e questionamentos, de não aceitar calados tudo o que lhes é imposto” (ESNC 14, 2015); “Atuo no colégio em que trabalho, como inspetor de alunos, porém, faço outras funções inerentes ao meu cargo, isto é, como agente educacional I” (ESNC 15, 2015); “Transmitir conhecimentos que historicamente construímos” (ESNC 16, 2015); “Orientação aos alunos a partir de conversas fora da sala de aula” (ESNC 17, 2015); “Orientar a formação do conhecimento científico” (ESNC 18, 2015); “Promover o processo de ensino aprendizagem, promover cidadania aos jovens, adolescentes e independência, igualdade e fraternidade aos educandos” (ESNC 19, 2015); “A função enquanto educador vai muito além da necessidade de repassar conteúdos acumulados no decorrer da História. Também temos de fazer com que o educando participe do seu grupo ativa e afetivamente, apropriando-se de valores, crenças, conhecimentos e referenciais sócio históricos. Fazer tornar-se uma pessoa consciente e responsável pela transformação da</p>

<sup>175</sup> Proposta Pedagógica Curricular.

<sup>176</sup> Plano de Trabalho Docente.

<sup>177</sup> Tecnologias da Informação e Comunicação.

	realidade em que está inserido. Tanto o educador quanto o educando descobrem e aprendem muitas coisas juntos” (ESNC 20, 2015).
ESC: 20	<p>“Orientação dos educandos como sujeitos críticos e conscientes de suas ações” (ESC 1, 2014); “Ajudar no processo de formação de cidadão críticos e conscientes de seu papel transformador na sociedade e atuando assim na construção de uma sociedade justa e igualitária” (ESC 2, 2014); “Orientar e criar consciência crítica nos educandos” (ESC 3, 2015); “Ensinar e ensinar bem, dando a oportunidade da reflexão, ação e novas reflexões sobre a realidade que cercam a sociedade, sem perder de vista os conteúdos produzidos historicamente” (ESC 4, 2015); “Realizar as tarefas educativas com autonomia e responsabilidade, comprometido com os resultados de sua atividade profissional; analisando as diferentes formas de realização de sua atividade cotidiana na escola” (ESC 5, 2015); “Agente Educacional II – impressão- xerox” (ESC 6, 2015); “Procurar promover a mudança do processo de ensino-aprendizagem, promovendo o conhecimento” (ESC 7, 2015); “Ensinar, contribuindo na formação cidadã de meus educandos” (ESC 8, 2015); “Dialogar com nossos colegas sobre a importância do sindicato e da classe trabalhadora” (ESC 9, 2015); “Fazer o melhor para a aprendizagem dos alunos como pedagoga, contribuindo no processo pedagógico juntamente com os professores” (ESC 10, 2015); “Procuo ser crítica, participativa e refletir sobre as diferentes ações desenvolvidas pela comunidade escolar” (ESC 11, 2015); “Busco um processo dialógico, aproveitando ao máximo o contato com meus educandos, para mostrar que eles ou estão, ou estarão inseridos nas relações de trabalho e que é necessária a compreensão de si e do mundo para fazer valer a proposta de uma Instituição Crítica” (ESC 12, 2015); “Em julho de 2009, consegui ser readaptada para a área pedagógica, em função de que eu possuo somente 50% de audição. Meu sistema nervoso estava abalado há muitos anos. Caso eu continuasse em sala de aula, acho que já não estaria mais aqui. O anjo que me auxiliou e me salvou, foi a Diretora Lorena Schmitz Pilonetto” (ESC 13, 2015); “Minha função não está diretamente relacionada à transmissão de conhecimentos científicos, mas enquanto funcionária, sou educadora através das minhas atitudes, das conversas com os alunos, do meu posicionamento buscando conhecer e contribuir com as questões pedagógicas da Escola, realizando assim, um importante trabalho como educadora” (ESC 14, 2015); “Instigar, provocar o conhecimento, desafios constantes de acompanhar as inúmeras informações, mediador desse conhecimento, efetivando uma formação crítica desse educando” (ESC 15, 2015); “Sou Professora Pedagoga e este campo de atuação é bastante vasto, já que a escola é eminentemente pedagógica. Desse modo, minha função permeia todo trabalho no âmbito escolar, desde acompanhamento e orientação ao trabalho docente, observação, acompanhamento e intervenção junto aos alunos, trabalho junto às famílias dos alunos, acompanhamento e organização da hora atividade e formação continuada, bem como a construção e implementação de forma coletiva do Regimento Escolar e do Projeto Político Pedagógico, entre outras” (ESC 16, 2015); “Enquanto educadora me preocupo em mostrar aos alunos as realidades e fazê-los através do conhecimento científico questioná-la” (ESC 17, 2015); “Conduzir meus alunos ao aprendizado, seja ele através das disciplinas, seja inserindo-os no papel de cidadão” (ESC 18, 2015); “Como formadores de opinião devemos sempre estar nos instrumentalizando para que possamos atuar na sociedade de forma coerente, afinal somos vistos como exemplos” (ESC 19, 2015); “Um intermediador entre o conhecimento científico e o sistematizado, e espero que minha atuação enquanto educador esteja contribuindo de forma autêntica para formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para atuar na sociedade em que estão inseridos” (ESC 20, 2015).</p>

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Sobre a função enquanto educador/a, para além dos conteúdos específicos, no grupo das/os não sindicalizadas/os, foram citadas a preparação para a vida, as contribuições na formação de cidadãos/ãs críticos/as e atuantes, a apropriação de conhecimentos a fim de tornar-se consciente e responsável pela transformação da realidade em que está inserido.

As/os educadoras/es sindicalizadas/os não cursistas utilizaram-se de expressões para descrever a função de educador/a como: condução do processo de ensino/aprendizagem do conhecimento historicamente acumulado, processo de

emancipação que possibilite a transformação social; “função reflexiva, ativa, política em prol da classe trabalhadora”; mediador da transformação social; mudança de cultura. Apontaram dificuldades com relação à estrutura, a preparação para o mercado de trabalho e à preocupação em ir além, objetivando a transformação social, apesar dos limites que a sociedade capitalista impõe e do individualismo que é visivelmente presente na nossa sociedade.

No grupo das/os educadoras/es sindicalizadas/os cursistas observamos, através das respostas, a preocupação com a formação de pessoas críticas e conscientes, a menção ao conhecimento das relações de trabalho e da realidade, a fim de que cientes de seus direitos e deveres possam atuar na sociedade em que estão inseridos. Todavia, também houve algumas pessoas que simplesmente definiram o cargo que ocupam nas escolas, ou seja não entenderam o objetivo da questão.

Outra questão formulada foi: Que tipo de trabalhador/a você se considera? Vejamos as respostas no quadro que segue:

#### **Quadro 35 - Que tipo de trabalhador/a você se considera?**

ENS: 10	“Aquele que pode contribuir para que algo novo possa ser construído” (ENS 1, 2014); “Me considero um trabalhador que desempenha uma função de coordenar e ajudar ao próximo, ensinar acima de tudo” (ENS 2, 2014); “Um profissional consciente das minhas obrigações no desenvolvimento humano, que prioriza a responsabilidade, o respeito e o diálogo” (ENS 3, 2015); “Responsável socialmente” (ENS 4, 2015); “Como trabalhadora me considero dedicada” (ENS 5, 2015); “Gosto do que faço. Mas vejo que falta mais valorização para o trabalhador” (ENS 6, 2015); “Dedicado e comprometido com a função” (ENS 7, 2015); “Aquele que veste a camisa e se dedica buscando sempre os melhores resultados, porém por muitas vezes desmotivada” (ENS 8, 2015); “Procuro fazer meu trabalho da melhor forma possível, ajudando sempre no que for preciso meus colegas de trabalho” (ENS 9, 2015); “Sou um trabalhador responsável, pois sempre cumpro tudo o que é de minha função, desempenhando da melhor forma possível e quando não consigo realizar alguma coisa procuro sempre me informar e ter conhecimento daquilo que desejo concretizar” (ENS 10, 2015).
ESNC: 20	“Que cumpre com os seus papéis e obrigações. Que luta por uma educação de mais qualidade” (ESNC 1, 2014); “Assalariado e explorado” (ESNC 2, 2014); “Um trabalhador que trabalha com ideias, buscando purificar as ideias dos outros. Destruindo e construindo saberes” (ESNC 3, 2014); “Responsável” (ESNC 4, 2014); “Consciente das relações de trabalho do sistema vigente” (ESNC 5, 2014); “Me considero boa profissional, comprometida com o trabalho e com seus reflexos na sociedade” (ESNC 6, 2014); “Atuante, ativo um trabalhador normal” (ESNC 7, 2014); “Ativo” (ESNC 8, 2015); “Dedicada, comprometida. Os setores públicos estão carentes de pessoas sérias e éticas, precisamos de pessoas comprometidas e que também sejam humanas acima de tudo” (ESNC 9, 2015); “Comprometido e habilidoso” (ESNC 10, 2015); “Prestativo, dedicado, com muitas limitações principalmente na nova função principalmente pela falta de capacitação, no entanto procuro por conta própria uma atualização e aprender sempre com todos e todas que estão no meu dia a dia” (ESNC 11, 2015); “Sou atuante na área da educação há 40 anos, tenho participado ativamente de todos os movimentos e mobilizações promovidas pelo sindicato por acreditar que tenho muito a contribuir com a categoria e com a educação do Paraná” (ESNC 12, 2015); “Responsável, comprometida, interessada em poder transmitir o conhecimento para o qual me preparei” (ESNC 13, 2015); “Me considero uma trabalhadora/educadora crítica, gosto de analisar através dos trabalhos ou provas que passam por minhas mãos, através deste me questiono enquanto professora fora de função que sou: Eu faria um trabalho deste para meus alunos? Eu faria melhor? Ou ainda gostaria que este trabalho fosse dado ao meu filho? No que isso vai contribuir na sua formação,

	<p>ou ainda, já vi excelentes ideias que parei e pensei por que não existem aqui na escola pelo menos uma dúzia igual, acho que se todos os educadores fizessem uma reflexão ou se o próprio sistema educacional refletisse, teríamos uma educação melhor” (ESNC 14, 2015); “Trabalhador da educação, não valorizado e muitas vezes se tornando invisível aos outros colegas educadores, ou até mesmo pelos educandos” (ESNC 15, 2015); “Fiel e companheiro” (ESNC 16, 2015); “Me considero uma trabalhadora eficiente, que tenta fazer o possível para realizar meu trabalho, tratando a todos com respeito” (ESNC 17, 2015); “Ser Professor não é profissão é dom, não é pra qualquer um, deve ser valorizado, investido, apoiado e reconhecido, embora saibamos que não é assim que acontece, adoro o que faço e faço com amor, pois lidamos com seres humanos em formação e que serão o futuro desta nação. Somos trabalhadores sim e não proletariados do governo, cabe e depende de nós, cobrar e exigir o melhor para a educação” (ESNC 18, 2015); “Consciente” (ESNC 19, 2015); “Considero-me comprometida e responsável” (ESNC 20, 2015).</p>
ESC: 20	<p>“Comprometido com a educação” (ESC 1, 2014); “Consciente de meus direitos e deveres, atuante na construção de mundo mais justo e na união de todos/as os trabalhadores/as” (ESC 2, 2014); “Crítico e consciente” (ESC 3, 2015); “Consciente” (ESC 4, 2015); “Um Profissional de Educação comprometido com a comunidade escolar” (ESC 5, 2015); “Um trabalhador dedicado e honesto ao trabalho a mim confiado” (ESC 6, 2015); “Um trabalhador que gosta do que faz” (ESC 7, 2015); “Engajado nas lutas, cumpridor dos deveres, comprometido” (ESC 8, 2015); “Na ativa, pois, sempre estou lendo sobre o interesse da classe e informando os colegas” (ESC 9, 2015); “Me considero muito responsável” (ESC 10, 2015); “Uma trabalhadora participativa nas lutas por melhores condições de trabalho e por uma educação pública de qualidade” (ESC 11, 2015); “Em busca de conhecimento” (ESC 12, 2015); “Uma trabalhadora que faz o melhor que pode em suas funções e luta por um mundo mais justo e igualitário” (ESC 13, 2015); “Uma trabalhadora consciente da condição de explorada. Busco participar ativamente do Sindicato que representa os trabalhadores em educação do Paraná, no qual sou filiada e sempre apoio a luta dos movimentos sociais por direitos para a classe trabalhadora” (ESC 14, 2015); “Considero ser uma trabalhadora que exerço meu trabalho com responsabilidade, conhecimento e realizada na escolha, com muitas questões a pensar e de aprimoramento do conhecimento” (ESC 15, 2015); “O trabalho do educador é eminentemente intelectual” (ESC 16, 2015); “Envolvido com o trabalho que realizo e procuro utilizar minha prática na transformação dos sujeitos com quem convivo” (ESC 17, 2015); “Penso que não sou perfeita, porém, sempre busco melhorar, dia após dia, e esse é meu objetivo de vida, ser a melhor profissional que eu puder ser, ser a melhor pessoa que eu puder ser, e todos os dias acordar com o intuito de melhorar e mudar meus defeitos” (ESC 18, 2015); “Consciente do meu papel na sociedade e conhecedor e defensor dos nossos direitos para evitar de ser massa de manobra do sistema capitalista” (ESC 19, 2015); “Uma profissional realizada na profissão que escolhi e a exerço com amor e dedicação. Adoro ser professora e estar em contato com meus educandos. De outra forma, me considero uma trabalhadora atuante, conhecedora dos meus deveres e responsável por minhas ações, porém insatisfeita com o reconhecimento do órgão governamental que nos rege e também pela forma como a grande maioria dos alunos atualmente têm encarado a educação, não dando a importância que ela representa e representará na vida deles” (ESC 20, 2015).</p>

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Quando indagados/as sobre que tipo de trabalhador/a se consideram, no grupo das/os não sindicalizadas/os, obtivemos as seguintes respostas: responsável, consciente, que contribui, ajuda. Em contrapartida apareceram expressões como desmotivada e falta de valorização.

No grupo das/os sindicalizadas/os não cursistas se consideram: um/a trabalhador/a assalariado/a, explorado/a, responsável, consciente, ativo/a, atuante, dedicado/a, comprometido/a, trabalhador/a que trabalha com ideias, consciente das relações de trabalho vigentes, trabalhador/a da educação, não valorizado/a e invisibilizado/a,

eficiente, fiel e companheiro/a, trabalhadores/as sim e não proletariados do governo, que luta por educação de qualidade. Em uma das considerações, o entendimento de ser professor/a enquanto dom. Nesse grupo também foram apontadas as limitações em virtude da falta de capacitação.

No grupo das/os sindicalizadas/os cursistas, as respostas foram: comprometidos/as, conscientes, que gostam do que fazem, cumpridor de deveres, participativo nas lutas por melhores condições de trabalho e educação pública de qualidade, que faz o melhor que pode e luta por um mundo justo e igualitário, consciente da condição de explorada/o, responsável, consciente do papel na sociedade, conhecedor/a e defensor/a dos direitos, atuante, mas insatisfeita/o com o reconhecimento do órgão governamental e da forma como as/os alunas/os tem tratado a educação.

Ao questionarmos sobre como cada um/a se vê no processo produtivo, as respostas foram as seguintes:

#### **Quadro 36- Como você se vê no processo produtivo**

ENS: 10	“Muitas vezes amarrado pela direção as quais os métodos e práticas governamentais são impostas” (ENS 1, 2014); “Contribuo para uma sociedade mais justa e humana” (ENS 2, 2014); “Como um educador que vai além da simples necessidade de repassar conteúdo, mas orientando para o melhor caminho” (ENS 3, 2015); “Trabalhador” (ENS 4, 2015); “Como educadora trabalhando com a disciplina de Sociologia, acredito que tenho um papel muito importante para o processo de produção de caráter e cidadania junto ao aluno” (ENS 5, 2015); “Procuro sempre fazer, ou dar o melhor de mim” (ENS 6, 2015); “Fomentador de ideias e de ações, para que os trabalhos ocorram de maneira produtiva” (ENS 7, 2015); “Com força para o trabalho, conhecimento e vontade, mas desmotivada pelas atuais situações impostas pelo poder” (ENS 8, 2015); “E onde o trabalho tem um desenvolvimento que vem acrescentar na qualidade administrativa” (ENS 9, 2015); “A minha função enquanto educador (agente educacional II) é extremamente importante, pois o meu trabalho desempenhado é com relação aos documentos legais da vida escolar do aluno” (ENS 10, 2015).
ESNC: 20	“Vejo como o elemento que pode transformar vidas, através de um conhecimento crítico construído no ambiente escolar” (ESNC 1, 2014); “Vendendo minha força de trabalho” (ESNC 2, 2014); “Uma peça na engrenagem, mas uma peça importante, a qual pode e muitas vezes faz a diferença, produzindo novas formas de vida” (ESNC 3, 2014); “Um educador” (ESNC 4, 2014); “Desarticulado dos processos de alienação do capital e consciente da necessidade de transformação da realidade, enquanto superação da sociedade capitalista” (ESNC 5, 2014); “Me vejo corresponsável pelos rumos que a sociedade venha a tomar. Ao assumir essa responsabilidade, reconheço que todas as minhas ações na escola e fora dela, podem contribuir positiva ou negativamente, e por isso, procuro agir sempre de modo consciente e ponderado, com coerência e, sobretudo, procuro fundamentar a minha prática. Já fui mais reservada com relação ao posicionamento político diante dos processos produtivos no capitalismo, mas hoje me sinto livre para manifestar publicamente o que penso e isso me faz muito bem. Sinto que ainda falta conhecer muito mais a fundo essa relação entre educação e os processos de produção, as entrelinhas dos “documentos pedagógicos oficiais”, no entanto, com o pouco que sei, já consegui apontar ao grupo de professores com quem trabalho, algumas ideias implícitas em materiais que recebemos e as relações com tendências políticas. Gostaria de poder saber e fazer mais” (ESNC 6, 2014); “Acredito que atuando com essa produtividade” (ESNC 7, 2014); “Produtivo” (ESNC 8, 2015); “Atuante. Procurando sempre melhorar e me atualizar, eu como cidadã tenho a obrigação de fazer minha parte social, e buscar sempre melhorar enquanto pessoa” (ESNC 9, 2015); “Como uma ponte a mediar tanto na escola como na vida profissional” (ESNC 10, 2015); “Se estamos tratando da minha participação como profissional da educação, considero-me, agente produtor e transformador, pois com minha ação no



	<p>estabelecimento de ensino muitas outras pessoas puderam, de certa forma, ter maior avanço no domínio das TICS, bem como novas ferramentas para o trabalho em sala de aula” (ESNC 11, 2015); “Busco me manter ativa, contribuindo com o conhecimento de que disponho para a formação de jovens capazes de enfrentar dignamente a vida, bem como lutar pelos seus direitos. Sendo que com uma formação plena possam buscar melhores condições de vida” (ESNC 12, 2015); “Sou parte integrante desse processo e me vejo com importância relevante” (ESNC 13, 2015); “No processo produtivo da educação somos uma engrenagem da máquina, precisamos dar suporte aos alunos e professores e zelar pela relação da escola/sociedade somos a entrada da comunidade na instituição, nesse sentido dá pra imaginar o tamanho da nossa importância” (ESNC 14, 2015); “Não me vejo como parte do processo produtivo, porém, penso que de alguma forma, contribuo para que os alunos encontrem seu ambiente escolar, com o mínimo de organização” (ESNC 15, 2015); “Trabalhador que com direito e dever cumpre seu papel na sociedade” (ESNC 16, 2015); “Apesar das dificuldades, da falta de funcionários, penso que sou importante para o processo produtivo, pois meu trabalho depende do meu conhecimento e dedicação ao que faço” (ESNC 17, 2015); “Muitas vezes nos sentimos usados pelo capitalismo outras vezes pelo poder político, mas assim mesmo desempenhamos da melhor forma nosso trabalho diretamente com o aluno” (ESNC 18, 2015); “Explorado” (ESNC 19, 2015); “Vejo-me como uma peça fundamental no ato de educar e de transformar a sociedade em que estamos inseridos” (ESNC 20, 2015).</p>
<p>ESC: 20</p>	<p>“Alienado” (ESC 1, 2014); “Vendo minha força de trabalho, não de maneira alienada, mas consciente de que podemos ser ou não explorados nessa relação entre patrão e empregado” (ESC 2, 2014); “Infelizmente como uma pequena engrenagem que ajuda a girar o motor do eterno capital (precisamos conscientização para nos livrarmos desta prisão)” (ESC 3, 2015); “Explorado, porém na luta de melhores condições de vida e de trabalho” (ESC 4, 2015); “Trabalhando no cotidiano da escola para a comunidade escolar” (ESC 5, 2015); “Procuro desenvolver minhas atividades em tempo hábil que não venha prejudicar o bom andamento do trabalho no colégio e pelas pessoas que necessitam das minhas atividades” (ESC 6, 2015); “Inserido nesse processo estou participando da constante transformação do mesmo” (ESC 7, 2015); “Mais para dinâmico, procuro acompanhar, questiono, tenho algumas revoltas, procuro compreender e refletir sobre as situações de cada momento” (ESC 8, 2015); “Muito desigual. Pois temos que correr para produzir, porém sem reconhecimento” (ESC 9, 2015); “Me vejo como participante deste processo” (ESC 10, 2015); “Buscando sempre me aperfeiçoar para acompanhar a evolução do conhecimento” (ESC 11, 2015); “Como parte importante do processo” (ESC 12, 2015); “Me sinto parte do processo de educação. Trabalhando em prol de uma educação com qualidade. E ao lutarmos pelos nossos direitos, já damos um grande exemplo para os alunos, pais, enfim, toda a sociedade” (ESC 13, 2015); “Entendendo que enquanto trabalhadora, sou fundamental para o processo produtivo e que com meu trabalho, contribuo para a produção de riquezas das quais não tenho acesso, já que o lucro do trabalho não é dividido com a classe trabalhadora” (ESC 14, 2015); “Talvez já vivo um momento de reconstrução do conhecimento, de reflexão e de buscar novas formas de construir o conhecimento” (ESC 15, 2015); “Me vejo como trabalhadora espoliada, participante de uma categoria historicamente desvalorizada, sobre a qual, o descaso da sociedade e do meio político incidem maciçamente. Mas por outro lado, ocupante de uma função extremamente importante no sentido de formação humana e intelectual que possa vir a contribuir na compreensão e reversão (mesmo que lenta) dessa realidade” (ESC 16, 2015); “Contribuindo para a formação de pessoas preocupadas com o mundo que vivem” (ESC 17, 2015); “Procuro orientar os alunos no papel de cidadão que eles exercem na sociedade e quais são suas responsabilidades” (ESC 18, 2015); “Tenho atuado no sentido de lutar e ajudar os menos esclarecidos a perceberem que num mundo e num modo de produção exploratório, no qual estamos inseridos, precisamos de estar fortes unidos e vigilantes, no sentido de defender-se das mazelas do sistema” (ESC 19, 2015); “Um agente ativo, colaborador e comprometido com o processo educacional buscando formar cidadãos dinâmicos, ambiciosos de saber científico, lutadores de seus ideais e não alheios à realidade que os cerca. Mas consciente que os resultados nem sempre são os almejados” (ESC 20, 2015).</p>

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Quando perguntados sobre como se veem no processo produtivo, as respostas das/os educadoras/es não sindicalizadas/os foram as mais diversas: amarrado/a diante das

imposições da estrutura governamental; contribuindo com uma sociedade mais justa e humana; como educadores/as; trabalhador/a; importante; fomentador/a de ideias; apta/o para o trabalho, mas desmotivada/o pelas situações impostas pelo poder.

Dentre as respostas das/os educadoras/es sindicalizadas/os não cursistas, destacamos que estes sentem-se como trabalhadoras/es que vendem sua força de trabalho, são exploradas/os, usadas/os pelo capital, mas que, em contrapartida, se entendem como elementos de transformação, são conscientes da necessidade de transformação da realidade. Ainda foram utilizadas expressões como: atuante, ativa/o, produtiva/o. Sendo que uma pessoa destacou que: “Não me vejo como parte do processo produtivo, porém, penso que de alguma forma, contribuo para que os alunos encontrem seu ambiente escolar, com o mínimo de organização” (ESNC 15, 2015).

Da mesma forma as/os sindicalizadas/os cursistas expressaram suas opiniões com relação à questão apontando expressões do tipo: alienada/o; vendo minha força de trabalho, de maneira consciente; engrenagem do capital; explorada/o, mas na luta por melhores condições de vida e trabalho; inserida/o no processo e participante de suas transformações; dinâmica/o; como parte importante; na busca de uma educação com qualidade; trabalhador/a; que contribui com a produção de riquezas, das quais não tem acesso; parte de uma categoria desvalorizada, mas com função importante de formação humana e intelectual, que possa contribuir na compreensão e mudança dessa realidade, orientação e reflexão sobre o mundo e o modo de produção e a necessidade de união diante desse cenário; agente ativo/a, colaborador/a e comprometido/a.

Sobre a questão, como você entende a profissão de educador/a no processo produtivo, as respostas foram as seguintes:

### **Quadro 37- Como você entende a profissão de educador/a no processo produtivo**

ENS: 10	“Como difusor e elo de ligação do conhecimento e a criança” (ENS 1, 2014); “O Educador tem um papel que desempenha ao ensinar e acho que a produção depende do nosso aluno e de nós mesmos, através da dedicação para com um todo na escola” (ENS 2, 2014); “Ser pedagogo não é ensinar qualquer coisa, para ser um bom profissional, precisa-se estar atento a tudo, estar atualizado sempre, pois, cada vez mais, os alunos nos exigem isso um profissional dinâmico, criativo e flexível, pois os desafios que se colocam para o educador, na atualidade, parecem se multiplicar dia após dia” (ENS 3, 2015); “Formador e desenvolvedor de pessoas” (ENS 4, 2015); “Para mim, a profissão de educador pode ser transformadora na vida do indivíduo, através da conscientização, do conhecimento de um mundo novo, no qual estamos inseridos e suas transformações” (ENS 5, 2015); “Educador é a base da sociedade, para formar qualquer outra profissão precisa de um professor, professor produz o bem mais escasso da humanidade o senso crítico” (ENS 6, 2015); “São muitas as vertentes que tentam definir. Porém, creio que o papel é ser base, para o desenvolvimento de todos os processos” (ENS 7, 2015); “desvalorizada” (ENS 8, 2015); “Vejo como uma parte muito importante, pois o papel do educador é umas das bases principais para tornar-se um adulto com um bom caráter no futuro” (ENS 9, 2015); “O educador é um profissional muito importante para a vida do aluno, pois é através dele que o aluno tem o acesso ao ensino científico, tornando um ser humano mais crítico perante ao meio social” (ENS 10, 2015).
------------	---

<p>ESNC: 20</p>	<p>“Essencial e indispensável. É o educador que com o conhecimento científico identifica e situa o educando no processo produtivo, podendo fazer com que sejam críticos, ou mantendo-os alienados, variando de acordo com cada perfil de educador, porém, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária depende muito dessa classe” (ESNC 1, 2014); “Tenho que ser consciente da exploração que sofremos enquanto classe trabalhadora, buscando mesmo que em uma esfera micro trabalhar as questões hegemônicas que assolam a educação, não deixando de lutar pela emancipação social, política e econômica dos menos favorecido” (ESNC 2, 2014); “O educador deve desenvolver as diversas dimensões dos seres humanos, inclusive a capacidade produtiva, entretanto, o verdadeiro educador deve levar os educandos a superar as diversas formas de alienação existentes no processo produtivo. Para isso, é necessário a realização de uma reflexão profundo sobre a vida e todos os aspectos que a cercam, compreendendo a diversidade cultural e as diversas formas de vida possível. Com este conhecimento é possível instrumentalizar os educandos para a valorização da vida e a inserção no mercado de trabalho” (ESNC 3, 2014); “Formador de opinião” (ESNC 4, 2014); “Entendo que a escola traz mudanças significativas para a construção de uma sociedade justa e igualitária, quebrando o círculo rotativo do capital, e enquanto educador preside no professor e nos educadores em geral, o compromisso da prevalência concreta da liberdade e da autonomia do educando, qual se fará pelo científico em consonância à formação humana” (ESNC 5, 2014); “Acredito já ter, de certa forma respondido na questão anterior, mas penso que ao educador seja imprescindível uma leitura mais crítica de todos os materiais, documentos, orientações, legislação que organizam e direcionam a educação brasileira e as especificidades de cada estado. Não é concebível que um educador desconheça a função social e política que a escola exerce na sociedade, pois sua negação contribui para a reprodução do modelo de produção capitalista. E ainda, em (re)conhecendo esta função, ao educador vem a tarefa de transpor para sua prática as discussões acerca da sociedade e os processos produtivos com todas as suas implicações. Acredito na possibilidade da associação entre ideologia e método” (ESNC 6, 2014); “Como principal agente de ensino e conhecimento para termos pessoas de bem e trabalhadoras” (ESNC 7, 2014); “O que mesmo forma profissionais liberais e crítico para o mercado de trabalho” (ESNC 8, 2015); “Precisamos nos atualizar, vejo ainda, muitas dificuldades por parte de alguns educadores, percebo que muitos ainda não se adaptaram com as novas tecnologias e com as mudanças que vem surgindo, e principalmente, nota-se que muitos ficam acomodados sem nenhum interesse de participação e enriquecimento curricular e pessoal” (ESNC 9, 2015); “Que as novas exigências colocadas pelo desenvolvimento tecnológico e social. Caracteriza-se por aproximar as competências desejáveis ao pleno desenvolvimento humano daquelas necessárias à inserção dos indivíduos no processo produtivo. Os educadores devem, portanto, buscar desenvolver as competências básicas, tanto para o exercício da cidadania, como para o desempenho de atividades profissionais. Portanto, todo conhecimento começa na busca incessante do desconhecido ou na curiosidade do ser, é aí que evoluímos como seres pensantes, permeando esse conhecimento com a cultura e os valores éticos, que são elementos imprescindíveis na escola e na ação educativa como um todo” (ESNC 10, 2015); “Como disse anteriormente, acredito que o educador tenha que fazer a diferença, mostrar, desenvolver, provocar no outro essa responsabilidade pela produção da sua vida, pela construção do caminho a ser percorrido e não simplesmente trilhar rotas pré-estabelecidas por outrem” (ESNC 11, 2015); “O educador é fundamental no processo produtivo de qualquer pessoa, uma vez que só através da educação é possível obter condições de entender seu papel como agente transformador da sociedade” (ESNC 12, 2015); “Às vezes frustrada, pois temos educandos que simplesmente vêm porque não podem perder o Bolsa Escola, mas não produzem e atrapalham os que têm pouca vontade de produzir” (ESNC 13, 2015); “Educar e produzir por mais que queiramos separar estão sempre caminhando lado a lado, precisamos buscar diversas formas de solucionar problemas e repassar quando necessário, vale ressaltar que cada função tem suas especificidades e cada escola tem uma forma de tratar e conduzir esse processo, às vezes me frustro, por ver que não somos consultados nem valorizados mesmo com tanta coisa para discutir e contribuir. (Sei lá talvez desabafei e não entendi o sentido da pergunta)” (ESNC 14, 2015); “Penso que, o educador como um todo, produz uma gama de possibilidades ao educando, pois ao entrar no meio escolar, o aluno tende a se transformar intelectualmente e socialmente, visto que a escola exerce sua função social para com o aluno e a sociedade escolar” (ESNC 15, 2015); “Como um ajudante do pensar nas tantas mudanças sociais” (ESNC 16, 2015); “Entendo que todos dentro do espaço escolar são educadores, sendo assim, devem agir como tal, ou seja, a função exercida por cada um não é o mais importante e sim o contato com o aluno, o aprendizado, as lições de vida, o diálogo constante, o querer bem, direcionamento para o que é bom, isso sim faz parte da profissão de educador e faz com que sejamos completos em nosso trabalho na escola” (ESNC 17, 2015); “Almejo o dia em que o sistema educativo se preocupe realmente</p>
---------------------	--

	<p>com o ensino e aprendizagem, ou seja, com o conhecimento e pare de tratar a escola como uma babá que está lá só pra atender aos interesses do capitalismo e de uma política abusiva e corrupta” (ESNC 18, 2015); “Educar para libertar” (ESNC 19, 2015); “É o de transformar a educação e a escola que temos na educação e na escola que precisamos ter. Exercer sobre as crianças e adolescentes uma influência verdadeiramente construtiva, com ações transformadoras diante da realidade. O de ressignificar, isto é, revestir de um novo valor, de um novo sentido e de um novo significado a educação. Tornar os educandos cidadãos críticos construtivos, criativos e solidários. O que somos e fazemos dependerá de nossa capacidade de discernir o que é essencial do que é acessório, aquilo que é permanente daquilo que pode e deve mudar com o tempo e as circunstâncias. Ter claro o modo como percebemos o mundo à nossa volta e o nosso posicionamento frente à compreensão que construímos da realidade. Lembrando: a busca incessante do aperfeiçoamento, ou seja, da melhoria da qualidade do que fazemos, tornou-se um imperativo de sobrevivência. Enquanto educadores necessitamos seguir aprendendo ao longo de toda nossa vida. Indagar constantemente acerca do nosso papel e de nossa responsabilidade enquanto pessoa, enquanto profissional e enquanto cidadão” (ESNC 20, 2015).</p>
<p>ESC: 20</p>	<p>“É um dos meios de tornar o processo produtivo justo” (ESC 1, 2014); “Somos trabalhadores, como todas as outras classes, a diferença consiste naquilo que é gerado pela venda de nossa força de trabalho, que não é algo pronto ou acabado, intermediamos um processo de constante formação humana, não somos donos do conhecimento, mas sim transmissores de algo construído e acumulado historicamente pela humanidade, mas que também não está pronto e acabado e sim em constante processo de transformação. Não somos a “elite pensante”, somos trabalhadores que precisam estar unidos e organizados para terem seus direitos garantidos” (ESC 2, 2014); “Como principal agente de transformação da consciência social” (ESC 3, 2015); “Entendo de sua importância, porém precisamos entender que somos pertencente a uma categoria e desta forma, precisamos desempenhar nosso papel de educador na construção de uma sociedade mais justa e igualitária e observar que somos explorados pelo capital, desta forma nossa unidade deva ser nossa maior arma” (ESC 4, 2015); “Um profissional da educação é um prático que adquiriu a competência para realizar suas tarefas educativas com autonomia e responsabilidade, comprometido com os resultados de sua atividade profissional; analisando as diferentes formas de realização de sua atividade; refletindo sobre as exigências éticas que desempenha; escolhendo caminhos que valorize a construção, imaginação e criação de seus alunos; adaptando-se as transformações necessárias ao seu crescimento e aprendendo com seus alunos” (ESC 5, 2015); “Entendi através do curso de prófuncionário a diferença entre ag. educ. II e educador. Hoje vejo que realmente sou uma educadora, pois faço além das minhas atividades do dia a dia, atendo com carinho e dedicação tanto os alunos como também os colegas educadores” (ESC 6, 2015); “O Educador é a base para que esse processo transforme-se” (ESC 7, 2015); “É uma profissão de grande importância, pois na medida que se envolve nos processos pode gerir esforço para que os sujeitos atuem em favor de mudanças” (ESC 8, 2015); “Nossa profissão é maravilhosa, porém a grande maioria está desmotivada, não temos curso de motivação, de capacitação sobre esse nosso público que está em nossas salas de aula” (ESC 9, 2015); “Devemos participar do processo produtivo” (ESC 10, 2015); “Essencial, pois trabalhamos com seres pensantes. É através da educação que transformamos a sociedade, fazendo com que nossos alunos sejam cidadãos críticos e participativos no debate por uma sociedade mais justa” (ESC 11, 2015); “Essencial, afinal dentro do processo de escolarização temos a potencialidade de reproduzir ou explicar o processo da luta de classes para os educandos e suas particularidades” (ESC 12, 2015); “O Educador é a essência, o início de tudo. Precisamos ser lutadores incansáveis, fortes, nos valorizarmos sempre mais e mostrar para os governantes a força que temos juntos. É a nossa única alternativa: UNIR, LUTAR E VENCER!” (ESC 13, 2015); “A Educação é crucial para que o trabalhador aprenda, não somente a desempenhar seu trabalho com eficiência, mas que aprenda a pensar a respeito das relações de trabalho, sobre a sociedade, na qual está inserido e tenha consciência da classe à qual pertence e quais interesses essa classe defende” (ESC 14, 2015); “O educador é o mediador que instiga, provoca e propõe o conhecimento através das mais variadas formas” (ESC 15, 2015); “Penso que está respondido na questão anterior” (ESC 16, 2015); “A única capaz de semear inquietudes e formar sujeitos ativos e transformadores de sua realidade” (ESC 17, 2015); “Hoje eu penso que é o educador que pode ajudar a mudar a realidade da nossa sociedade, vejo que somos mais fortes do que a maioria da população e mais politizados. Temos mais consciência de tudo o que existe de errado em nosso país, e é nossa obrigação tentar abrir os olhos de quem não tenta informar-se a respeito da nossa vida em sociedade, para assim torná-la mais justa e boa para todos” (ESC 18, 2015); “Procuro sempre orientar os educandos da necessidade de fazer parte de uma entidade sindical no sentido de conhecerem e lutaram por seus direitos para evitarem de serem massa de manobra das mídias e dos sistemas</p>

de produção ao qual fazem parte” (ESC 19, 2015); “O professor constitui-se um trabalhador da educação, dessa forma, entende-se que seu trabalho apesar de não estar ligado diretamente a transformação de matéria prima ao seu produto final relaciona-se a formação do ser humano que atenderá essa demanda do processo capitalista” (ESC 20, 2015).
---

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Quando perguntados sobre como entendem a profissão de educador/a no processo produtivo se posicionaram da seguinte forma no grupo das/os não sindicalizadas/os: como elo; a base da sociedade; desvalorizada; parte importante; possibilidade de acesso ao conhecimento e “Para mim, a profissão de educador pode ser transformadora na vida do indivíduo, através da conscientização, do conhecimento de um mundo novo, ao qual estamos inseridos e suas transformações” (ENS 5, 2015).

No grupo das/os sindicalizadas/os não cursistas, a profissão de educador/a no processo produtivo é entendida como: essencial e indispensável; a que pode tornar o educando/a crítico/a ou mantê-lo/a alienado/a; ser consciente da exploração, trabalhar as questões hegemônicas e lutar pela emancipação; levar o/a educando/a à superação da alienação; possibilidade de proporcionar liberdade e autonomia a/o educanda/o, aliando o conhecimento científico à formação humana; é imprescindível ao educador/a uma leitura crítica de todos os materiais, não é concebível que se desconheça a função social e política que a escola exerce na sociedade; agente de ensino e conhecimento; se caracteriza por aproximar as competências desejáveis ao pleno desenvolvimento humano; é o que tem que fazer a diferença; fundamental no processo produtivo, pois só a educação pode transformar a sociedade; educar e produzir, pois caminham juntas; educar para libertar e “É o de transformar a educação e a escola que temos na educação e na escola que precisamos ter” (ESNC 20, 2015).

No entanto, duas respostas me deixaram apreensiva, a primeira: “Às vezes frustrada, pois temos educandos que simplesmente vêm porque não podem perder o Bolsa Escola, mas não produzem e atrapalham os que têm pouca vontade de produzir” (ESNC 13, 2015), e a segunda: “Almejo o dia em que o sistema educativo se preocupe realmente com o ensino e aprendizagem, ou seja, com o conhecimento e pare de tratar a escola como uma babá que está lá só pra atender os interesses do capitalismo e de uma política abusiva e corrupta” (ESNC 18, 2015).

Com referência ao Bolsa Família, entendo que a escola pública tem por objetivo atender, principalmente aos filhos/as da classe trabalhadora, que em boa parte estão à margem da sociedade, sem as condições mínimas de vida digna. Estes, especificamente são os/as que mais precisam de nós, do nosso carinho, atenção e do conhecimento

historicamente acumulado. Uma vez que só através da elevação da sua cultura e do conhecimento sistematizado terão condições de entender e transformar suas realidades.

Com relação a questão da escola se preocupar com a aprendizagem e o ensino, acreditamos que só será possível a partir do momento em que se mude a estrutura social e a educação passe a ser para além do capital, no entanto, para que isso de fato se efetive entendemos que seja necessário que as/os trabalhadoras/es pensem as políticas públicas de educação e que as escolas sejam de fato populares.

No grupo de sindicalizadas/os cursistas, ressaltou-se que a profissão de educador/a no processo produtivo é um meio de tornar o processo produtivo justo; que somos trabalhadores/as que fazem a intermediação em um processo constante de formação humana; principal agente de transformação da consciência social; necessidade de desempenhar nosso papel na construção de uma sociedade justa e igualitária; é base para a transformação; essencial; através da educação podemos transformar a sociedade; fundamental para que o trabalhador/a aprenda pensar as relações de trabalho; orientar para que conheçam e lutem pelos seus direitos e

“O professor constitui-se um trabalhador da educação, dessa forma, entende-se que seu trabalho apesar de não estar ligado diretamente a transformação de matéria prima ao seu produto final relaciona-se a formação do ser humano que atenderá essa demanda do processo capitalista” (ESC 20, 2015).

Nas respostas destacou-se a consciência do/a educador/a com relação à importância da sua função enquanto mediador/a, responsável pela transmissão do conhecimento historicamente acumulado e pela formação de consciência crítica na/o educanda/o, a fim de possibilitar a este ser um/a agente transformador/a da sociedade.

Por fim, trataremos sobre os questionamentos aos sujeitos da pesquisa sobre a escola de formação política da APP-Sindicato. As/os sindicalizadas/os não cursistas, perguntamos se estas/es conheciam os cursos de formação organizados pela APP-Sindicato, 65% disseram não conhecer e 35% disseram conhecer. Quando perguntadas/os sobre qual conheciam, citaram: o curso de gênero e diversidade e da juventude sindical.

Outra pergunta destinada a este grupo referiu-se à participação dessas pessoas em outros cursos que não os de formação política sindical, sendo que, 85% responderam que não participaram e 15% que sim. Das que disseram ter participado, citaram a participação no curso de gênero e diversidade e no curso sobre o Estado realizado através da parceria com a Unioeste, mencionados no capítulo II.

Quando perguntadas/os se já haviam sentido interesse em participar dos cursos

oferecidos e organizados pela APP-Sindicato, 10% respondeu que não e 90% respondeu que sim. A questão que se refere aos motivos pelos quais não participaram dessa formação foi somente aplicada as/os educadoras/es sindicalizadas/os uma vez que ela é oferecida às pessoas que fazem parte dessa instituição. Das vinte pessoas consultadas, dezoito responderam à questão.

Dentre os impedimentos, destacam-se o deslocamento, os horários, a falta de disponibilidade de tempo e pouca informação. Esses impedimentos são de fato problemas a serem superados. Todavia, considerando que as direções regionais da APP-Sindicato são compostas por educadoras/es que possuem carga horária de quarenta horas semanais, a serem cumpridas nos estabelecimentos estaduais de ensino, isso acaba dificultando e limitando o trabalho sindical. Conforme pode ser observado no capítulo II, tanto as etapas estaduais, como as regionais, realizaram-se em sua maioria nos finais de semana ou no período de férias.

Outro impedimento apontado refere-se ao deslocamento. A experiência de descentralizar a formação possibilitou uma maior participação de pessoas. No entanto, com a construção da sede regional, em Francisco Beltrão, e em virtude da pouca disponibilidade de tempo das/os organizadoras/es optou-se pela centralização dos cursos em Francisco Beltrão, assim evitam-se gastos com aluguel e não há a necessidade de chegar com muita antecedência para organizar o espaço.

As respostas na íntegra sobre essa questão foram organizadas no quadro a seguir.

### **Quadro 38- Motivos pelos quais nunca participou da formação Política da APP-Sindicato**

ESNC: 18	<p>“Sou sindicalizada há poucos meses” (ESNC 1, 2014); “Sempre trabalhando na sexta e no sábado e algumas questões particulares, me constranjo ao falar, se entrasse na militância, teria que abrir mão da família, particularmente contribuiria menos do que contribuo hoje” (ESNC 2, 2014); “Dificuldade de agenda e acesso (deslocamento)” (ESNC 3, 2014); “Pouca informação” (ESNC 4, 2014); “Pelo choque de horário já que o curso que gostaria de fazer, naquele momento, tinha encontros nas sextas, outros, por falta de comunicação, contudo, alguns por falta de iniciativa da minha parte” (ESNC 5, 2014); “A princípio, não participei noutros anos porque estava sem carro e ficava difícil o deslocamento. Neste ano, quando recebi o convite, já estava envolvida noutras formações” (ESNC 6, 2014); “Nunca me interessei, pois sempre os cursos começa na sexta feira não podendo faltar na escola” (ESNC 7, 2014); “Tempo disponível, e estar fazendo outros cursos de formação ‘Especializações’ ” (ESNC 8, 2015); “Não era do meu conhecimento” (ESNC 9, 2015); “Por falta de divulgação e por não conhecer a real finalidade do sindicato” (ESNC 10, 2015); “Sindicalizado a pouco tempo” (ESNC 11, 2015); “Falta de disponibilidade de tempo” (ESNC 12, 2015); “Por conta das datas e, por não me programar” (ESNC 13, 2015); “Os cursos eram sempre oferecidos nas cidades onde se encontrava os núcleo sindicais, e até 2013, morava em uma cidade distante e não tinha como ir. Outro motivo é que até este período estava sempre envolvida com Graduação e Pós Graduação, e não conseguiria dar conta ainda da formação que era aos sábados” (ESNC 14, 2015); “Desinformado/desconhecido” (ESNC 15, 2015); “Disponibilidade em tempo” (ESNC 16, 2015); “Cursos realizados no sábado e com muitas horas de estudo fora do presencial” (ESNC 17, 2015); “Falta de tempo” (ESNC 20, 2015).</p>
----------	--

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015. Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Uma pergunta destinada ao grupo das/os cursistas referiu-se à participação em outros cursos que não a formação política sindical, sendo que 55% responderam que não e 45% que sim. Das nove pessoas que disseram ter participado, quatro citaram a participação no curso de gênero e diversidade, duas no curso sobre o Estado realizado através da parceria com a Unioeste, e três não disseram de qual participaram.

Dentre as/os sindicalizadas/os cursistas, dezenove, das vinte pessoas questionadas, relataram os motivos que as levaram a participar da formação política organizada pela APP-Sindicato. Todas as respostas estão indicadas no quadro a seguir:

**Quadro 39- Motivos que a/o levou a participar da formação Política da APP-Sindicato**

ESC: 19	<p>“Conhecimento” (ESC 1, 2014); “Vontade de absorver novos conhecimentos” (ESC 2, 2014); “Interesse pessoal e necessidade para tentar entender as diversidades de classes e a organização social” (ESC 3, 2015); “Conhecimento e entendimento da organização das lutas da categoria” (ESC 4, 2015); “São cursos direcionados a funcionários/as que visam também a subida de nível” (ESC 5, 2015); “O sindicato ofertou um curso específico ao assunto que despertou interesse” (ESC 7, 2015); “Motivação do grupo no ambiente de trabalho. Tive vontade de saber como era, compreender melhor” (ESC 8, 2015); “Conhecer a instituição e aprimorar meu conhecimento como sindicalizada” (ESC 9, 2015); “Interesse em conhecer assuntos vinculados à educação” (ESC 10, 2015); “Para entender um pouco mais sobre a função do sindicato e buscar novos conhecimentos” (ESC 11, 2015); “Compreender os mecanismos que envolvem nossas relações de trabalho e as correlações de forças” (ESC 12, 2015); “Motivada em saber como funciona o sindicato e aprender, adquirir conhecimentos específicos que não nos são repassados em lugar nenhum” (ESC 13, 2015); “Pelo fato de ser um curso da área educacional, mas naquele momento não tinha a dimensão do quanto essa formação seria importante para o processo de tomada de consciência política” (ESC 14, 2015); “A busca por objetivos, pela defesa das causas sociais, o pensar a realidade e não se conformar, querer mudanças e transformações; fatos que percorreram toda a minha vida, desde a infância, algo intrínseco de querer lutar por mudanças e ter esse aspecto do bem comum” (ESC 15, 2015); “A necessidade de maior interação e conhecimento acerca das possibilidades e limites para uma melhor organização e unidade no espaço escolar, bem como a possibilidade de certificação para avanço na carreira” (ESC 16, 2015); “Como representante de escola precisava entender melhor sobre política e organização sindical. Gostaria de continuar participando ativamente do sindicato, mas como tenho filhos pequenos sou apenas sindicalizada. Mas no futuro vou me envolver mais” (ESC 17, 2015); “Pela parceria com a Unioeste e por saber da qualidade dos cursos” (ESC 18, 2015); “Por ser um espaço de conscientização e formação de lideranças para atuar junto na sociedade” (ESC 19, 2015); “A necessidade e vontade de conhecer a forma de atuação, sua estrutura organizacional e estar mais envolvido com o sindicato que nos representa, e posso afirmar que foi de grande valia, porque a partir do mesmo, um novo olhar foi despertado para as causas que o sindicato está à frente. Um dos pontos também que me levou a fazer foi porque os cursos promovidos pela APP são reconhecidos e conta a carga horária para subir de nível” (ESC 20, 2015).</p>
------------	--

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015.

Legenda: ENS – Educador/a Não Sindicalizado/a; ESNC – Educador/a Sindicalizado/a Não Cursista e ESC – Educador/a Sindicalizado/a Cursista.

Uma das hipóteses levantadas com relação a participação das pessoas na formação do sindicato era a de que estas participavam em função do reconhecimento da certificação para avanço na carreira. A resposta foi espontânea e apenas dois/duas cursistas dentre os/as dezenove que responderam a esta questão, mencionaram a utilização como razão para terem participado, porém, apenas um/a citou somente esse motivo. Este fato, no



entanto, não significa que os/as demais não tenham utilizado ou não se utilizam dessa certificação para evolução na carreira, mas pressupõe que a certificação não foi o objetivo central ou a motivação principal para o ingresso na formação, da maioria das/os cursistas pesquisadas/os.

Ainda sobre a utilização da certificação para a progressão vale destacar que o avanço na carreira tanto de professoras/es quanto de funcionárias/os de escola se dá através da progressão que é a passagem de uma classe para outra mediante as normas pré-estabelecidas pelo plano de carreira específico de cada um e por resoluções que regulamentam o processo. A tabela das/os professoras/es possui níveis e classes por isso difere da tabela das/os funcionárias/os, que possui apenas classes.

Para explicitar melhor como se dá esse processo nos utilizamos da Resolução nº 590 da SEED, publicada no Diário Oficial, de 18 de abril de 2015, que regulamentou a progressão das/os professoras/es em 2015. De acordo com este documento,

**Art. 3º** A progressão será efetuada mediante combinação de avaliação de desempenho e de participação em atividades de formação e/ou qualificação profissional e produção.

§ 1º A avaliação de desempenho, realizada nos termos da Lei Complementar n.º 103/2004, será composta das avaliações semestrais referentes ao interstício avaliado (01/07/2013 a 30/06/2015).

§ 2º A pontuação obtida na avaliação de desempenho será calculada, para efeitos de Progressão em 2015, proporcionalmente, correspondendo os 40 (quarenta) créditos obtidos na avaliação, aos 15 (quinze) pontos estabelecidos pelo §3.º, do art. 14 da Lei Complementar n.º 103/2004<sup>178</sup> (PARANÁ, 2015).

De maneira geral, a primeira progressão ocorre após o cumprimento do estágio probatório e depois com a frequência de dois em dois anos, tanto para professoras/es, quanto para funcionárias/os e compõe-se de avaliação de desempenho e cursos/formação profissional. A Resolução que regulamentou a progressão para funcionárias/os foi a Resolução nº 592 da SEED, publicada no Diário Oficial, de 18 de abril de 2015. Segundo este documento,

**Art. 3º** Os Eventos e Certificados, a serem avaliados, deverão estar relacionados com a área de atuação na Educação e/ou voltados para as áreas de concentração, conforme Artigos 6.º e 7.º da Lei Complementar n.º 123/2008.

**Art. 4º** Os Eventos e Certificados, a serem pontuados para esta Progressão deverão estar cadastrados no Sistema de Cadastro de

---

<sup>178</sup> § 3º. A cada interstício de 02 (dois) anos ficam computados até 15 (quinze) pontos para avaliação de desempenho e até 30 (trinta) pontos para atividades de formação e/ou qualificação profissional (PARANÁ, 2015).

Capacitação Profissional da Secretaria de Estado da Educação, até 20/07/2015.

§ 1º Os Eventos promovidos e certificados pela SEED serão cadastrados pela Coordenação de Formação Continuada - CFC, não sendo necessária a sua apresentação.

§ 2º Para a Progressão de agosto/2015, o funcionário deverá apresentar os originais e cópias dos Certificados e Eventos de outras instituições ao Documentador Escolar e ao Núcleo Regional de Educação – NRE, até o dia 10/07/2015.

**Art. 5.º** Os Agentes Educacionais I e II que atingirem a carga horária de 80 (oitenta) horas de Formação Continuada, mediante critérios desta Resolução, progredirão duas classes, sendo 40 (quarenta) horas para cada classe.

**Art. 6.º** Os critérios de avaliação dos Certificados, para fins de Progressão, estão estabelecidos no Anexo Único desta Resolução.

**Art. 7.º** Para os efeitos previstos nesta Resolução, as funções são as estabelecidas pela Lei Complementar n.º 123/2008 e Lei Complementar n.º 156/2013.

**Art. 8.º** A participação em Comissão instituída por Resolução ou Portaria, designada pelo Secretário de Estado da Educação ou pela Diretoria- Geral/SEED, receberá carga horária de 10 (dez) horas.

**I** – Serão pontuadas duas participações em comissões por período de interstício.

**Art. 9.º** Os Cursos e Eventos relacionados nos incisos a seguir só serão considerados se os documentos de conclusão contiverem os dados exigidos pela Legislação vigente:

**I** – Eventos e cursos de Formação Continuada realizados pelo Programa de Capacitação/SEED, nos moldes estabelecidos pelo Anexo Único desta Resolução.

**II** – Eventos e cursos de Formação Continuada, treinamento e atualização realizados por: a) Instituições de Ensino Superior e/ou órgãos a ele vinculados; b) MEC e/ou órgãos a ele vinculados; c) Ministérios Federais ou Secretarias Estaduais ou Municipais que apresentem eventos de formação voltados à área da educação básica ou atuação; d) Instituições que mantenham Termo de Cooperação Técnica ou Convênio com a SEED (PARANÁ, 2015).

Os cursos oferecidos através da escola de formação da APP-Sindicato só são reconhecidos para evolução funcional porque a sua certificação se dá através da Universidade, do contrário não teria como utilizá-lo. Vale lembrar que a quantidade de horas exigidas principalmente no caso de funcionárias/os é muito pequena e pode facilmente ser atingida através da formação continuada oferecida pela SEED.

As demais respostas às questões presentes no questionário referem-se a busca por conhecimento, algumas delas especificam o conhecer e entender as lutas da categoria, a instituição, a política e a organização sindical. Ainda ressaltaram a vontade de mudanças, a qualidade da formação, por ser ali um espaço de conscientização e formação de lideranças, “Pelo fato de ser um curso da área educacional, mas naquele momento não tinha a dimensão do quanto essa formação seria importante para o processo de tomada de consciência política” (ESC 14, 2015), em outra resposta a/o cursista/o observa que passou

a olhar de forma diferente para as lutas sindicais a partir da formação.

A questão de número dezesseis do questionário das/os cursistas diz respeito a participação destes nesta formação em outros anos, porém, foi mal elaborada e, por conta disso dificultou o entendimento das/os participantes. A pergunta foi a seguinte: 16- É o primeiro ano que participa ou já participou de outros anos? a) ( ) Sim. Quantos? \_\_\_\_ Quais anos? \_\_\_\_\_. b) ( ) Não. Por conta desse descuido na elaboração da pergunta, a partir das respostas chegou-se ao seguinte entendimento: 10% não respondeu, em 30% dos questionários não foi possível identificar a resposta e 60% respondeu ter participado em outros anos. Das/os que participaram em outros anos, 16,7% participaram em um ano, 25% em dois anos, 8,3% em cinco anos, 16,7% em seis anos, 16,7% em sete anos, 8,3% em todos os anos e 8,3% participaram em mais de cinco anos. De maneira geral, das/os que responderam já terem participado da formação em outros anos, 58,3% afirmaram participarem de cinco anos ou mais. Ou seja, mesmo ela sendo feita de forma anual mais de cinquenta por cento das/os cursistas continuaram participando da formação.

Depois de avaliar as respostas, destacamos algumas considerações sobre os diversos aspectos abordados. Podemos observar através da pesquisa que boa parte das/os educadoras/es que participaram da pesquisa possuem graduação ou pós-graduação *latu sensu*, que mesmo sem remuneração prevista para pós-graduação *stricto sensu*, teve educador/a que optou por essa formação por acreditar que esta é mais abrangente que o PDE, oferecido através do Estado do Paraná em parceria com Universidades Estaduais, com regularidade até 2014.

Apenas 20% das/os pesquisadas/os foram contratadas/os pelo regime de PSS, o que significa um avanço, pois a maioria já é efetiva/o no Estado. Lembrando que não foi pré-estabelecida a quantidade de questionários que seriam analisados de cada regime de trabalho.

Um fato que chamou bastante atenção foi não ter obtido o retorno de nenhum questionário de cursista do cargo de agente educacional I mesmo tendo um número considerável de participantes na formação política sindical. Observou-se através das fichas de inscrição que boa parte das/os agentes educacionais I não deixaram seus e-mails nessas fichas e esse foi o instrumento utilizado para o contato com os cursistas. Porém, mesmo assim, foram encaminhados questionários suficientes para garantir a participação desse segmento na pesquisa. A razão pelas quais estes questionários não retornaram são desconhecidas no momento, mas podem ser objetos de pesquisa em outra oportunidade.

Um outro ponto que merece destaque é o fato da restrição, tanto das/os professoras/es quanto funcionárias/os PSS, com relação à formação oferecida através do

Estado, como é o caso do PDE e do Profuncionário. Sabemos que não há vagas suficientes para todas as pessoas com interesse em cursá-las, mas acreditamos que é só através de formação continuada de qualidade, que podemos melhorar a qualidade da educação pública. São duas formações diferenciadas, pois o Profuncionário é uma formação inicial enquanto que o PDE é uma formação continuada. O PDE acaba se tornando ainda mais restrito, uma vez que nem todas/os as/os professoras/es efetivos têm acesso devido à insuficiência de vagas. Como é uma formação recente, espera-se que com o passar do tempo seja ofertada também para as/os professoras/es com menos tempo de carreira, o que possibilitaria um maior aproveitamento dos estudos na prática pedagógica, pois atualmente muitos das/os que concluem o PDE estão próximas/os da aposentadoria. As pessoas que tiveram oportunidade de fazer essas formações, avaliaram como positivas suas participações, apesar das dificuldades e das limitações.

Sobre a história de luta das/os trabalhadoras/es em educação, observou-se através da pesquisa que há um reconhecimento da importância do movimento por parte das/os não sindicalizadas/os, apesar de afirmarem não terem muito conhecimento sobre o assunto. A contradição que se apresenta é que, mesmo reconhecendo a importância da luta e da organização das/os trabalhadoras/es, permanecem não sindicalizadas/os, em contrapartida 80% participam das paralisações e mobilizações e 30% participam da eleição para escolha de representantes de escola da APP-Sindicato.

O quadro 40 apresenta dados referentes ao total de trabalhadoras/es ativas/os no Estado, sendo que quando apresentamos os dados de sindicalizadas/os estão excluídos desse total o número de sindicalizadas/os aposentadas/os.

**Quadro 40- Quantidade de Educadoras(es)/Ativas(os)/sindicalizadas(os) no PR e NSFb, total e porcentagem de 2007 a 2012**

Ano	TA/PR	TA/PR Sindicalizados	% Sindicalizados	TA/NSFB	TA/NSFB Sindicalizados	% Sindicalizados
2007	80.244	23.391	29,1	3.151	1.256	39,9
2008	86.226	29.851	34,6	3.358	1.351	40,2
2009	94.270	31.659	33,6	3.719	1.442	38,8
2010	68.353	32.446	47,5	2.729	1.731	63,4
2011	70.431	35.069	49,8	2.816	1.838	65,2
2012	103.523	40.339	39,1	4.142	2.035	49,1

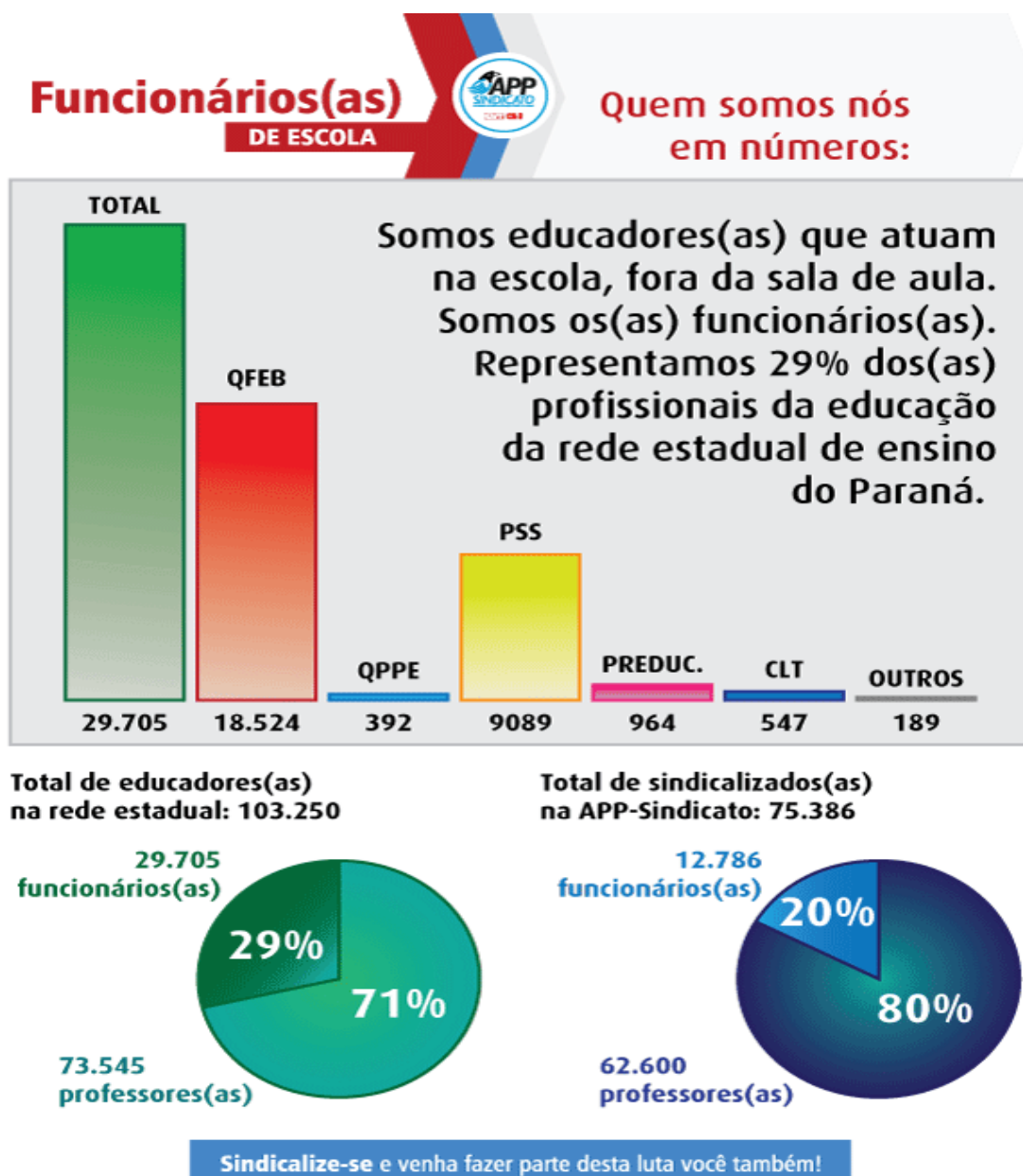
Fonte: Secretaria de Sindicalizados APP-Sindicato e site da SEED. Informações organizadas pela autora.  
Legenda: TA: Trabalhadoras/es ativas/os.

A quantidade de trabalhadoras/es está diretamente ligada à quantidade de

matrículas existentes no Estado no ano, lembrando que além das turmas regulares são contabilizadas para fins de contratação as turmas de sala de apoio e demais projetos de complementação curricular. No ano de 2009 para 2010 há uma quebra no número de educadoras/es atuando na rede de ensino, as razões que fizeram com que houvesse essa diminuição no número de trabalhadoras/es não foi investigada.

Analisando este quadro, duas questões nos chamaram a atenção: a primeira é que o aumento no número de trabalhadoras/es não significa aumento no número de sindicalizadas/os na mesma proporção; a segunda é que, se comparado a quantidade de trabalhadoras/es em educação existentes com a quantidade de sindicalizadas/os, o percentual de sindicalizadas/os no NSFEB é maior do que o do Estado.

Figura 5- Material da Secretaria de Funcionárias/os.



Fonte: Secretaria de Funcionários/as da APP-Sindicato.

A figura 05 foi produzida pela secretaria de funcionárias/os da APP-Sindicato Estadual, no mês de agosto de 2015, mês em que se comemora o dia da funcionária/o de escola e foi apresentada aqui com o objetivo de demonstrar o quanto ainda podemos avançar na sindicalização das/os trabalhadoras/es em educação no Paraná, e também com o objetivo de demonstrar a quantidade de agentes educacionais que temos hoje atuando nas escolas de todo o Estado.

O ser sindicalizado/a vai muito além da contribuição financeira, que é apenas um instrumento de manutenção da estrutura sindical e da luta. Ser sindicalizado/a precisa significar ser participativo/a, atuante, conhecedor/a da realidade e propositivo/a, para que possamos construir unidade nas divergências, em prol de um mundo melhor. No entanto, boa parte das/os nossas/os sindicalizadas/os não possuem consciência política de forma geral e não participam ativamente nos espaços políticos da sociedade.

Uma questão que chamou a atenção nas respostas foi o fato de encontrar dois/duas professores/as readaptados/as dentre as cinquenta pessoas pesquisadas. Readaptados/as é o nome que se dá às pessoas que estão na escola cumprindo o horário e executando funções diferentes daquelas para as quais foram contratadas, em virtude de adoecimento e impossibilidade de desempenharem suas funções normais. Estamos cientes de que nossas/os colegas de trabalho estão adoecendo e, na maioria das vezes, esse adoecimento é ocasionado pela falta de condições adequadas de trabalho.

Entendemos que o objetivo do capítulo que era o de mapear a visão das/os educadoras/es sobre o sindicato, a formação política e demais temas relacionados foi alcançado de forma satisfatória. No que se refere às respostas de maneira geral, podemos observar que as/os não sindicalizadas/os responderam de forma mais vaga; as/os sindicalizadas/os não cursistas, responderam com clareza, de forma mais densa, descritiva e as/os sindicalizadas/os cursistas responderam com clareza de forma mais objetiva, evidenciando uma formação política mais consistente.

Foram apontadas, na pesquisa de campo, as dificuldades de participação da formação pelas questões de horários, datas e de distância. Sabemos das dificuldades em superar esses empecilhos devido, principalmente, às limitações de tempo das/os coordenadoras/es da formação, os quais possuem 40 horas de trabalho semanais nos estabelecimentos de ensino. Uma alternativa possível, seria a realização de cursos mais curtos de forma descentralizada para que assim pudessem atingir um número maior de educadoras/es. Sobre as limitações e propostas para a formação pretendo abordar de forma mais específica nas considerações sobre a pesquisa.

## FORMAÇÃO POLÍTICO SINDICAL DA APP-SINDICATO – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender (Paracelso apud Mészáros, 2005, p. 47).

Através do estudo histórico entendemos que não se pode negar a defesa dos interesses, primeiramente das/os professoras/es, ainda enquanto associação e, posteriormente, das/os trabalhadoras/es em educação, enquanto sindicato. Apesar das dificuldades enfrentadas e também por conta delas, observou-se um crescimento considerável nos aspectos organizativos, estratégias de luta e mobilização da categoria. Fatores que somados proporcionaram conquistas não só de ordem corporativa, mas também de qualidade no trabalho, conscientização e participação da classe trabalhadora.

De acordo com Caldas,

Ainda hoje, grande parte do trabalho sindical tem sido comprometido com a luta cotidiana pela manutenção dos direitos conquistados, constantemente ameaçados. No entanto, para além dessas questões (e incluindo estas), o movimento dos trabalhadores(as) da educação vem incorporando crescentemente lutas mais gerais pela defesa da escola pública, gratuita, democrática e de qualidade, buscando a articulação com outros setores da sociedade, em entidades como os Fóruns em Defesa da Escola Pública e a aproximação com demais setores sociais (2007, p. 49).

A luta por melhorias no salário e por condições dignas de trabalho permanecem vivas nos dias de hoje. É através do conhecimento histórico e da tomada de consciência que buscamos a transformação da realidade, entendendo que a regulamentação dos direitos das/os trabalhadoras/es através da legislação é resultante de muita luta e organização. Um processo lento que nem sempre é tranquilo.

Historicamente, a APP-Sindicato fez a luta em defesa de melhores salários, condições dignas de trabalho e em defesa da escola pública, desde o seu surgimento até os dias atuais. A questão que nos inquieta é: como avançar para além da questão corporativa se ainda se faz necessária a realização de greves para que haja o cumprimento das legislações que garantem o direito à reposição salarial?

A pesquisa referiu-se ao período de 2007 a 2014, porém, entendemos que devido à proporção e à importância dos acontecimentos ocorridos em 2015, faz-se necessário trazer alguns apontamentos mesmo que de maneira sucinta. Entendemos a consciência e a mudança cultural, enquanto um processo em curso e como tal estas não ocorrem de um

dia para o outro. Acreditamos que a tentativa de melhorar a organização através da formação obteve êxito quando observamos o movimento grevista do ano de 2015.

A rapidez com que a categoria se organizou em todo o Estado do Paraná e também no Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, mediante o encaminhamento de um projeto de lei para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), que retirava direitos das/os servidoras/es, demonstrou uma sintonia da direção com a base e uma significativa capacidade organizativa. Uma evidência clara disso se deu com a participação na assembleia estadual da categoria realizada no dia sete de fevereiro. Para participar da referida assembleia, o NSFEB contava com a inscrição de educadoras/es para lotarem três ônibus, contudo, mediante a apresentação do Projeto na ALEP, no dia quatro de fevereiro e o trabalho de base realizado na sequência, conseguimos lotar nove ônibus com educadoras/es para participarem dessa Assembleia Estadual.

Na ocasião, deliberou-se por greve por tempo indeterminado com início na segunda-feira, dia nove de fevereiro. Várias caravanas do interior se deslocaram até Curitiba ainda no domingo à noite. Com o início da greve, iniciou-se também um acampamento no Centro Cívico, com a finalidade de pressionar o governo e acompanhar as atividades na ALEP. No dia dez de fevereiro, mediante a aprovação da comissão geral que votaria os projetos sem o devido debate nas comissões parlamentares, as/os educadoras/es, juntamente com as/os demais servidoras/es, ocuparam a ALEP e impediram a votação. Várias tentativas foram realizadas com o intuito de retirada dos projetos, além da tentativa de diálogo, a bancada de oposição composta pelos Deputados Estaduais: Tadeu Veneri (Partido dos Trabalhadores - PT) – Líder; Anibelli Neto (Partido do Movimento Democrático do Brasil - PMDB); Mauricio Requião Filho (PMDB); Nereu Moura (PMDB); Péricles de Melo (PT); Professor Lemos (PT), protocolou junto ao Tribunal de Justiça um pedido de inconstitucionalidade referente ao processo de formação de Comissão Geral. Como não houve sucesso, as/os servidoras/es permaneceram no plenário e nas galerias da ALEP, impedindo a votação.

No dia doze houve nova tentativa de votação, as entradas haviam sido bloqueadas, o plenário continuava ocupado e o centro cívico estava tomado por servidoras/es do estado, que demonstravam seu descontentamento com a lei que estava prestes a ser votada e aprovada. Mesmo assim, os/as deputados/as favoráveis ao projeto chegaram dentro de um camburão, acabaram cortando a cerca e entrando escoltados para prosseguir os encaminhamentos da votação no restaurante da ALEP. Diante desse fato, ocorreu nova ocupação no prédio impedindo novamente a votação. Essa ocupação não foi tranquila, houve repressão da tropa de choque, inclusive com algumas pessoas feridas, mas sem



maior gravidade. No final desse dia, o prédio foi desocupado mediante a retirada dos projetos de lei.

A categoria permaneceu em greve e teve diversas atividades durante o mês de fevereiro. O acampamento na praça na frente do Palácio Iguazu foi mantido durante todos os dias de greve; além disso, realizaram-se reuniões com a comissão de negociação; a mobilização dos cem mil educadores/as em todo o Estado; Atos Públicos em Curitiba e em diversas cidades do Estado, sendo que, no NSFEB os atos públicos foram realizados em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, cidades onde se localizam os Núcleos Regionais de Educação; reuniões do Conselho Estadual e dos Comandos de greve Estadual e Regionais; caminhadas; passeatas que reuniram vários setores da sociedade, demonstrando apoio à causa; dentre outras atividades. Ainda em fevereiro, o governo judicializou a greve na tentativa de desmobilizar a categoria, que permaneceu firme em sua posição.

No mês de março, realizaram-se duas assembleias estaduais, a do dia quatro que contou com a participação de aproximadamente vinte e cinco mil educadoras/es, provavelmente a maior assembleia já realizada na história da APP-Sindicato, a qual manteve a continuidade da greve e retirou novos encaminhamentos para a luta. No dia nove houve uma nova assembleia que aprovou a suspensão da greve e o retorno ao Estado de Greve. Tomou-se esse encaminhamento após reunião com o Tribunal de Justiça do Paraná, que fez a mediação das negociações. Foram vinte e nove dias de greve.

Mediante a suspensão da greve, os discursos de muitas pessoas era de que seria muito difícil mobilizar novamente a categoria. No entanto, observou-se o contrário, frente ao descumprimento do acordo por parte do governo ao enviar o projeto sobre o ParanaPrevidência sem amplo debate com as/os servidoras/es de todas as categorias, no dia vinte e cinco de abril, deliberou-se pela retomada da greve. Na mesma assembleia foi aprovada a prestação de contas e a campanha salarial para 2015.

Na segunda-feira, vinte e sete de abril, foi retomada a greve e as/os educadoras/es retornaram ao Centro Cívico, para acompanhar a tramitação do projeto que alterava a Previdência do Estado. Alguns/algumas educadores/as passaram a noite no Centro Cívico e foram reprimidos com violência no acampamento, ocorrendo inclusive a retirada do caminhão de som que estava lá. O dia vinte oito foi tenso e teve um pequeno confronto quando o caminhão de som retornou ao local. Muitos policiais se faziam presentes, inclusive, muitos deles já ocupavam os arredores da Assembleia Legislativa ainda no sábado, quando as/os educadoras/es reunidos em Assembleia Estadual aprovaram a retomada da greve.

No dia vinte e nove muitas/os servidoras/es de diversas categorias se deslocaram do interior do Estado para participar do Ato Público. Na tarde deste dia estava prevista a votação do projeto que alterava a previdência. Os/as servidores/as pediam a retirada ou a rejeição do projeto, permanecendo o tempo todo do lado de fora da ALEP, uma vez que foi negado o direito de acompanharem os trâmites dentro da assembleia.

O cerco policial impediu a aproximação das/os manifestantes, a ALEP foi isolada pela polícia militar e pela tropa de choque, o que sucedeu nesse espaço foram cenas de guerra. Numa luta desigual, soldados armados covardemente atacaram servidores públicos de diversas categorias que tinham como armas apenas suas vozes. Foram quase duas horas de tiros de balas de borracha, bombas de gás e jatos de água, utilizaram-se inclusive de helicópteros que lançavam bombas de gás lacrimogêneo no meio dos manifestantes. Tudo isso foi transmitido ao vivo pela internet. Em torno de duzentas pessoas ficaram feridas fisicamente, mas milhares ficaram feridas na alma, pelos requintes de crueldade com que foram tratadas.

Uma contradição interessante e ao mesmo tempo triste é que os mesmos policiais que estavam ali reprimindo violentamente seus colegas servidores públicos, atuando como aparelho coercitivo do Estado, estavam sendo prejudicados pelo projeto de lei que foi votado e aprovado na ALEP durante essa ação, colocando o direito à aposentadoria de ambos em risco. Mais do que a aposentadoria, o que estava em jogo era a democracia no Paraná. A truculência adotada nesse movimento nos remete ao tempo da ditadura, mas não militar e sim uma ditadura civil. Os/as eleitos/as para nos representar, além de não nos representarem, nos trataram com violência.

Na ocasião foram detidas quatorze pessoas, sob a alegação de serem infiltradas no movimento, sendo todas liberadas após depoimento. Dentre os feridos, um cinegrafista foi mordido por um cão que fazia parte da operação policial. Todas as pessoas feridas foram atendidas, na medida do possível, pois, além das bombas que estavam sendo jogadas, as ambulâncias não conseguiam chegar até as/os feridas/os.

Os dias que se seguiram foram de demonstração de solidariedade e de muitas caminhadas e atos públicos pela democracia. No dia cinco de maio, em Assembleia Estadual, a categoria definiu pela continuidade da greve e várias ações realizaram-se na sequência, como: denúncias do massacre em Brasília, reunião com a secretária da educação, atos públicos em todo o Estado, atos em frente as delegacias regionais da receita estadual e na Secretaria da Fazenda, recepção as/os deputadas/os que aprovaram o projeto, em todo o Estado, panfletagem na capital e no interior, vigília em frente a Secretaria da Fazenda e fechamento de todos os Núcleos Regionais de Educação, com

acampamento, bem como diversas reuniões dos comandos de greve municipais, regionais e estaduais.

Regionalmente, no NSFEB foram formados os comandos de greve em cada município e estes organizavam reuniões diárias com educadoras/es grevistas que organizavam as atividades a serem realizadas. Durante a greve organizaram-se palestras em parceria com a Unioeste – FB; aulas no calçadão em Francisco Beltrão e em outras cidades destinadas as/os alunas/os que fariam o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, em 2015; atos públicos em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos; ato interestadual com educadoras/es grevistas do Paraná e Santa Catarina em Barracão; caminhadas em favor da educação pública em diversos municípios; visitas às escolas nas quais as/os educadoras/es permaneciam mesmo sem a presença das/os alunas/os; recepção as/os deputadas/os; vigília nas residências das/os deputadas/os que moram na região; reuniões com as/os diretoras/es de escola e com a comunidade escolar.

O parecer do Ministério da Previdência apontou como irregular a legislação aprovada sobre a previdência dos servidores, mesmo assim, as medidas aprovadas seguiram seu curso. Por conta dos acontecimentos relatados e mediante a pressão dos servidores/as, para evitar um desgaste ainda maior do governo, foram substituídas a chefe dos Recursos Humanos da SEED, os Secretários de Educação e Segurança Pública e ainda houve a renúncia do cargo de Comando Geral da Polícia Militar no Paraná.

A Assembleia Estadual de nove de junho avaliou a greve que já durava quarenta e quatro dias e decidiu encerrar a greve, mesmo sem ter as reivindicações atendidas e em respeito as/os alunas/os e à comunidade escolar, definiram-se outras estratégias de luta. No ano de 2015 totalizaram setenta e três dias de greve, uma greve de resistência que teve por objetivo impedir a retirada de direitos conquistados ao longo do tempo através de muita luta das/os educadoras/es. Desta greve temos o seguinte entendimento: as/os educadoras/es, juntamente com os demais servidores/as, fizeram o enfrentamento às políticas adotadas pelo governo, demonstrando organização e denunciando os atos antidemocráticos adotados pelo governo.

Como mencionado no capítulo I, houve um período longo de ausência de greves entre 2002 e 2013. Nestes momentos em que a greve se fez ausente foi porque a negociação conseguiu garantir avanços na pauta. As/os educadoras/es têm ciência de que estes avanços nem sempre foram satisfatórios, uma vez que é visível a precariedade da infraestrutura das nossas escolas, dentre outras questões que interferem diretamente na qualidade da educação, como é o caso da superlotação das salas de aula e da falta de professoras/es e agentes educacionais para atender às demandas.

Grande parte das escolas do nosso Estado estão funcionando em construções antigas que não acompanharam as demandas da comunidade escolar e que não tiveram a manutenção necessária ao longo dos anos. Sendo assim, atualmente não oferecem condições adequadas de trabalho as/os educadoras/es e nem condições favoráveis ao ensino e aprendizagem dos educandos.

Em síntese, o que nós temos é uma luta de classes permanente, na qual as/os trabalhadoras/es estão lutando contra o poder hegemonicamente construído ao longo dos anos na forma de Estado. Uma luta desigual, na qual a APP-Sindicato tem conseguido fazer o movimento contra-hegemônico, algumas vezes com maior consistência, outras nem tanto, mas sempre na busca por uma educação pública de qualidade, melhoria das condições de vida, trabalho e valorização das/os trabalhadoras/es em educação pública do Paraná, sem perder de vista a construção de uma sociedade justa e igualitária para todas as pessoas.

Apesar de haver mudanças e conquistas históricas significativas, ainda nos vemos obrigados a lutar por questões mais imediatas, deixando mais distante a conquista de uma sociedade justa e igualitária. Entendemos que inicialmente se faz necessário atender às necessidades básicas de condições de vida digna, sem isso fica ainda mais difícil a elevação da cultura e a luta contra o sistema de produção vigente.

O sindicalismo precisa ser propositivo e para isso é necessário que as/os educadoras/es conheçam a realidade da qual fazem parte. Para tanto, a formação é um dos caminhos para que estes entendam a educação como um processo mais amplo, do qual a escolarização é parte integrante, mas não a única forma de educar. É importante destacar que no decorrer dos anos as decisões que envolveram a categoria, fossem elas as pautas de reivindicações, ou mobilizações ou greves sempre passaram pela aprovação da assembleia, tanto para o seu início quanto para o seu final.

Um grande desafio que se observa no meio sindical é a renovação dos quadros dirigentes e a mobilização da categoria, uma vez que fazer isso em meio a uma sociedade capitalista com forte ideário neoliberal não é nada fácil.

A formação não só de dirigentes, mas da base como um todo, a fim de que qualquer sindicalizado/a possa ser um bom dirigente, deve ser ou pelo menos deveria ser uma preocupação constante de todos os sindicatos. A APP-Sindicato procurou materializar essa preocupação através da chamada Escola de Formação da APP-Sindicato para melhorar a organização e instrumentalizar melhor não só os quadros dirigentes, mas toda a base para que pudessem atuar de forma mais consistente.

Vale lembrar que o sindicato, por si só, já é um espaço de formação e de luta da

categoria, ou seja, uma grande “escola”. Assim, conforme indicam Coelho e Castanha:

Além das atividades realizadas pela Escola de Formação da APP-Sindicato, a instituição conta com outros mecanismos que auxiliam na formação política dos educadores. Dentre eles destacamos: a Edição Pedagógica do Jornal 30 de agosto, com duas publicações anuais trazendo textos que buscam refletir sobre a ação pedagógica; as conferências regionais e estaduais da APP-Sindicato realizadas desde 1999; os congressos e seminários regionais e estaduais com apresentação das resoluções com a finalidade de nortear as ações; os coletivos, que são estudos mais específicos por segmentos, como por exemplo, da juventude e de funcionários e de gênero. Além disso, a categoria promove desde 2006 um debate com os candidatos ao governo do Estado para discutir as questões e propostas educacionais (2015, p. 118-119).

O programa de formação político sindical, uma parceria entre APP-Sindicato/CNTE/UFPR, conforme mencionado no decorrer da dissertação, foi uma experiência muito rica para a categoria e que merece ser analisada. Por isso, faremos alguns apontamentos sobre os limites e possibilidades dessa formação.

A maneira como foi e é conduzida a Formação Política Sindical nos núcleos sindicais não é igual em todo o Estado. A sede estadual faz o repasse das informações igualmente para todos, no entanto, os encaminhamentos nas regionais são organizados pelas respectivas diretorias. Sendo assim, cada região tem suas especificidades e de acordo com suas prioridades se organiza. Da mesma forma que podemos ter o dirigente que entende a importância e a necessidade desse debate, podemos ter aqueles que só reproduzem o curso de formação, enquanto uma formalidade a ser cumprida.

Outro fator que pode interferir nesse processo são as eleições sindicais. Cada agrupamento político dentro do sindicato possui questões de interesses, que muitas vezes podem não ser consenso. Existe consenso no que se refere à luta por melhorias nas condições de trabalho, salário e na transformação social, em contrapartida, existe dissenso na forma de lutar, ou seja, nos encaminhamentos para se atingir estes ou aqueles objetivos. Durante todo esse período da formação, a Direção Estadual esteve sobre o comando político do mesmo grupo, eleita pela maioria de votos, formada por composição de diversas forças.

De 2007 a 2014 passamos por três eleições na APP-Sindicato. A orientação era para que as diretorias regionais participassem das formações contribuindo e aprendendo com os debates. No intuito de verificar se houve ou não essa participação dos componentes da diretoria nos detemos na composição das diretorias do NSF e verificamos as listas de presenças da formação, chegando à seguinte conclusão:

No ano de 2008, dos 17 membros eleitos, 8 fizeram parte da formação em 2007, 10 em 2008 e 7 em 2009. Três fizeram os três anos de formação e apenas uma pessoa não teve registrada sua presença em nenhuma das listas de presença dos cursos neste triênio. Dessa composição permaneceram 11 pessoas na direção que iniciou o mandato em 2011. Do total de 17 membros que compunham a direção em 2011, 3 não participaram de nenhuma formação, 1 fez apenas um ano, 6 fizeram dois anos e sete fizeram quatro anos ou mais. Da diretoria de 2011 permaneceram apenas 5 membros na direção eleita em 2014, significando uma grande renovação. Do total de 17, 7 pessoas nunca participaram da formação, 2 participaram de um ano, 2 de dois anos e 6 participaram de quatro anos ou mais.

Sobre a composição dos quadros dirigentes, o Art. 38 do Estatuto define que,

A Diretoria Estadual da APP-Sindicato, necessariamente, terá que atender as seguintes condições:

I. Será permitida apenas uma recondução para o mesmo cargo na mesma instância de direção.

II. Fica limitada a participação na direção ao máximo de três mandatos consecutivos, eleitos na forma deste Estatuto.

III. Obrigatoriamente será garantida a renovação mínima de 25% da direção executiva nas chapas apresentadas, computando como renovação a vaga aberta pelo/a diretor/a que some três mandatos consecutivos.

IV. As chapas que concorrem às eleições da da APP-Sindicato para a Diretoria Estadual deverão conter obrigatoriamente em sua composição professores/as, funcionários/as e aposentados/as.

V. Obrigatoriamente será garantida cota mínima de 50% de mulheres na composição da direção, preservando cota mínima de 30% de homens nas chapas apresentadas.

VI. As substituições de cargos de diretorias estadual e regionais que venham a ocorrer deverão manter a cota de mulheres e homens prevista no inciso V deste artigo.

VII. A substituição no cargo de direção que supere 50% do período do mandato, será computada como mandato integral para fins do disposto nos incisos I e II indicados acima (2012, p. 16-17).

O mesmo é válido para as direções regionais, lembrando que o objetivo primeiro da instituição, com o desenvolvimento desse programa de formação, era a formação de quadros dirigentes, conforme se observou em vários documentos da entidade mencionados no segundo capítulo. Com o passar do tempo a formação foi sendo modificada e, conseqüentemente, seus objetivos também foram alterados, ela passou de uma formação de quadros para uma formação de massa.

Pedagogicamente, a escola de formação procurou trazer para a realidade das/os educadoras/es um pouco da história das/os trabalhadoras/es que não possui muita visibilidade, pois apesar da história ser presente no currículo escolar seu conteúdo não dá

visibilidade as/os trabalhadoras/es. A trajetória da classe trabalhadora e a própria expropriação do processo de trabalho acaba não sendo devidamente tratada durante a escolarização, propiciando formação de mão-de-obra alienada para a manutenção do sistema capitalista. A partir da consciência sobre estas questões, a proposta de formação da APP-Sindicato procura construir uma história de vida diferente, almejando uma sociedade justa, digna e socialista.

O programa foi estruturado pelas/os trabalhadoras/es, pois mesmo sem a participação direta da base, ela estava representada através dos membros da CNTE e da coordenação do projeto na APP-Sindicato. Os cadernos inicialmente foram elaborados pela CNTE, o que impossibilitava a participação da base no que se referia à escolha dos conteúdos, uma vez que já chegavam prontos. Porém, com o passar dos anos, através da realização dos seminários e avaliações, os cadernos passaram a ser elaborados pela direção estadual e o GT de formação em parceria com a UFPR, que consideravam as sugestões das/os cursistas e as demandas da entidade. Certamente, é impossível atender a todas as solicitações, uma vez que são vinte e nove núcleos sindicais distribuídos em todo o Estado, cada qual com realidades diversas e prioridades diferenciadas.

Os cadernos utilizados na formação apresentam textos com base no materialismo histórico dialético, mas não foram feitos estudos dos textos clássicos do marxismo. O grande número de autoras/es apresentadas/os e/ou produtoras/es de análises possibilita, ao mesmo tempo, o conhecimento de uma diversidade de pensamentos, mas dificulta o aprofundamento teórico. Entendemos, a partir da leitura dos cadernos e das próprias colocações presentes nos textos, que a ideia geral não era a de formar especialistas, mas sim de contribuir com elementos históricos e teóricos para um debate que pudesse construir uma nova visão de mundo.

As mudanças de conteúdo e de organização, com relação aos cadernos podem ser facilmente observadas e foram mencionadas no segundo capítulo. Houve um esforço em melhorar a qualidade da apresentação a cada ano e uma prova disso é que a organização dos cadernos teve alterações ao longo do período. Até 2009 os cadernos possuíam um/a autor/a específico para cada caderno. A partir de 2009, eles passaram a serem organizados pelo GT de formação, composto por representantes da APP-Sindicato e da Universidade Federal do Paraná.

A estrutura dos textos se modificou com o tempo, inicialmente eram em maior número e mais curtos, depois passaram a ser mais longos e em menor quantidade. Em muitas etapas, os cadernos acabavam sendo entregues no dia da etapa presencial em que seriam trabalhados. Entendemos que isso não foi positivo, pois se estes fossem entregues

antes aos cursistas, possibilitaria uma leitura prévia do conteúdo e um melhor aproveitamento no debate.

Devido ao fato de a turma estadual preparar também as/os formadoras/es, principalmente nos primeiros anos, o trabalho foi direcionado para o estudo dos cadernos que foram utilizados nos cursos regionais e parte da carga horária destinou-se ao planejamento e organização dos cursos que seriam trabalhados nas regionais. Quando os temas e conteúdos trabalhados na estadual foram os mesmos para as etapas regionais, facilitou o repasse.

Em 2012, a turma estadual trabalhou em uma das etapas o livro do Lenin, *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento* e em outra Rosa Luxemburgo, um pouco da sua história de vida e militância e das defesas que fez em sua trajetória.

Em 2014, realizou-se uma etapa estadual de formação que teve como debate o Livro *Filosofia da Práxis* de Adolfo Sánchez Vázquez. Temos ciência de que é impossível estudar esses autores/as de forma satisfatória em um curto espaço de tempo, pois, são leituras que exigem bastante do leitor, todavia se faz necessário inseri-las de alguma forma no nosso cotidiano. Particularmente considero importante registrar que o meu primeiro contato com as/os autoras/es acima mencionados se deu em virtude da formação da APP-Sindicato. Essa experiência e esse contato inicial contribuíram de forma significativa não só para o meu trabalho sindical, como também nas atividades do mestrado.

Realizaram-se ainda, em 2014, as Conferências Regionais e Estaduais de Educação da APP-Sindicato. As orientações de como seriam realizadas as conferências foram repassadas na primeira etapa estadual de formação e ambas fizeram parte da carga horária do curso de formação política, sindical e educacional, tanto nas turmas estaduais, quanto nas regionais.

A etapa não presencial para o grupo que fez a formação em nível estadual foi a realização da formação nos seus núcleos sindicais. O fato de essa turma ser para formadoras/es ou multiplicadoras/es não impede que sejam convidadas outras pessoas para colaborar no desenvolvimento dos cursos. Porém, para que estas pessoas possam contribuir é necessário o conhecimento do conteúdo daquela etapa. Acreditamos que a participação de pessoas que não estejam diretamente ligadas ao sindicato, especificamente da APP-Sindicato, no decorrer do curso, ajuda a qualificar o debate. É uma possibilidade de um olhar diferente sobre as questões que pode proporcionar um aumento cultural.

A metodologia das etapas presenciais realizadas no Núcleo Sindical de Francisco



Beltrão, normalmente, contou com uma explanação sobre a temática, vídeos, leitura, discussão em grupo e socialização dos pontos principais discutidos no grupo com a plenária. Em vários cadernos estiveram presentes questões que foram utilizadas para nortear o debate. A partir das questões eram levantadas outras e assim seguiam as discussões. Muito mais do que obter respostas aos questionamentos apresentados nos cadernos, as questões tinham por objetivo levar o cursista a refletir sobre a teoria e o seu reflexo na prática.

Em alguns momentos, o tempo destinado às etapas presenciais acabou sendo insuficiente para trabalhar todo o conteúdo do caderno de forma satisfatória. As etapas não presenciais que fizeram parte da carga horária total do curso eram destinadas a leituras, sínteses, reuniões para socialização das informações no local de trabalho, participação na CONAE, no plebiscito popular, nos Congressos e conferências de educação da APP-Sindicato.

Não encontramos arquivados no Núcleo Sindical de Francisco Beltrão os cadernos utilizados na formação, assim como não encontramos registros da programação das atividades realizadas. Isso evidencia que estamos nos descuidando com a nossa história, pois acabamos não registrando nossas atividades.

A proposta inicial de formação foi pensada por triênio, com conteúdo para os três anos, mas como as inscrições e a certificação foram feitas anualmente e não havia a obrigatoriedade de que as/os cursistas frequentassem os três anos, a maioria das/os participantes não tiveram a formação completa. Durante toda a pesquisa, uma das inquietudes referia-se aos motivos que levaram os cursistas a participarem da formação. Será que o fato da formação ter sido certificada pela UFPR foi uma das razões pelas quais houve um bom número de participantes? Na pesquisa de campo, em uma das perguntas espontâneas, apenas um/a dentre as vinte pessoas entrevistadas citou a certificação como motivo pelo qual optou por fazer a formação, outro/a citou esta razão como uma das razões. Entendemos a certificação como um incentivo, pois ela contribui para a valorização profissional e por mais que a pessoa se disponha a participar somente por esse motivo é impossível que ela saia desse espaço de formação sem ter aproveitado nada do debate ou sem ter contribuído de alguma forma.

O fato de não ter um calendário fixo, algumas vezes acabou atrapalhando, porque a mudança de data acabava coincidindo com outras atividades e impossibilitando a presença. Outro fato que dificultou a participação das/os educadoras/es, também mencionado na pesquisa de campo, foi a questão da distância de algumas cidades até o núcleo sindical, ocasionando problemas de deslocamento. Somado a isso, tem o fato da

formação na maioria das vezes ser realizada nos finais de semana, geralmente, sextas-feiras e sábados. Para quem tem uma jornada intensa, isso torna-se mais um empecilho. A falta de tempo e espaço não só para formação, mas também para discussão da educação com o coletivo da escola, foram apontadas pelas/os cursistas.

Por conta da necessidade de familiarizar a/o sindicalizada/o com o dia a dia do sindicato, realizou-se uma formação de caráter mais específico denominada Curso para Representante de Escola - OLT, também tratada anteriormente no segundo capítulo, com o objetivo de organizar o sindicato nas escolas. Essa formação, assim como as demais proporcionadas através do sindicato, auxiliaram na organização por local de trabalho, principalmente por se destinar, prioritariamente, para os representantes de escola, facilitando a organização nas escolas e proporcionando uma aproximação entre a base e a as direções sindicais. Uma vez que o representante acaba sendo o contato direto do sindicato com a escola.

As turmas regionais se organizaram, mediante a vontade e a disponibilidade do/a educador/a em participar dos cursos, sendo assim, as turmas eram bem heterogêneas, no que se referia à escolaridade e às diversas especialidades presentes. Alguns possuíam mais familiaridade e leitura de determinadas temáticas do que outros. Da mesma forma que este fator, por vezes, limitou a discussão, em outros momentos enriqueceu o debate e proporcionou uma elevação da cultura e da consciência política.

Através da pesquisa de campo, percebemos que desconhecemos ou conhecemos pouco nossa história e nossas organizações. Gramsci, analisando o povo italiano, constatou que eles não conheciam a Itália e nem dispunham de instrumentos adequados para fazê-lo. Porém, segundo ele, “a classe operária teve grandes mestres (Marx, Engels), que mostraram como examinar os fatos, as situações, e como extrair deste exame as diretrizes para a ação” (2004b, v. 2, p. 233-234), a classe operária tem como opção, a elevação da sua consciência histórica e da sua consciência de classe através do materialismo histórico. Para Gramsci,

[...] é preciso começar precisamente disto: do estudo da doutrina própria da classe operária, que é a filosofia da classe operária, que é a sociologia da classe operária, ou seja, do estudo do materialismo histórico, do estudo do marxismo (2004b, v. 2, p. 234-235).

Cada país possui suas especificidades, cada cidade expressa uma realidade, é por isso que nenhuma “fórmula universal” terá sentido. Daí a insistência de Gramsci para que as/os trabalhadoras/es se conheçam e se entendam no processo produtivo. Gramsci nos ensinou que é através do conhecimento de si mesmo e da nossa realidade que podemos

avançar na transformação social.

Muito mais do que a teoria propriamente dita, o curso de formação teve/tem o intuito de manter a unidade, trocar experiências, mostrar ao outro que este não está sozinho na luta para trabalhar em prol da coletividade e buscar o conhecimento teórico que possa auxiliar nesse processo.

Um ponto que considero essencial e positivo foi/é a tentativa de conciliar a teoria da formação com a prática sindical. A formação tem que servir para compreender o mundo em que vivemos, para saber quem somos e quem é a classe opressora, não pode ser apenas um amontoado de teorias desvinculadas de práticas. Os avanços históricos não acontecem de uma hora para outra. O processo é lento e conta com elaboração de propostas, debates, organização e lutas. Conforme Jinkings e Sader “Para os que buscam a transformação revolucionária do mundo, a teoria precisa ser instrumento da política, da materialização dos seus ideais em projetos concretos” (2012, p. 09).

A teoria tem a função de qualificar a prática, mas para tanto, inicialmente é preciso compreender como se dá essa prática; de que forma se organiza a instituição; em que instâncias e espaços se constroem as propostas e são tomadas as decisões. O processo de tomada de consciência não é algo que acontece de um dia para o outro, demanda tempo e trabalho. O fato da formação política sindical ter assumido um caráter mais organizativo, característico da OLT, através dos cursos para representante de escola, não diminuiu sua importância.

Um fato importante é que as/os educadoras/es que vêm para a formação trazem consigo diversas vivências e culturas. É com essa base que elas/es absorvem a teoria ali trabalhada. No livro *A Escola de Gramsci*, Nosella, ao abordar os trabalhadores ressaltou: “A primeira e fundamental preparação ele a recebe – como já dissemos – na própria fábrica; a segunda, indispensável, mas complementar, ele a recebe no sindicato e sobretudo no partido” (2010, p. 69). O mesmo raciocínio serve para as/os educadoras/es com relação à escola.

A ideia é que começando o trabalho pela parte organizativa, o processo de consciência e a elevação da cultura, conforme mencionado por Gramsci, acabam por desencadear um processo de mudança e uma busca por aprofundamento teórico. Além dos fatores já mencionados, vale destacar que a formação também é um importante espaço de contato com a base, fortalecendo a relação e o diálogo com as massas.

As/os trabalhadoras/es almejam viver em uma sociedade justa e igualitária, onde todas as pessoas tenham condições de vida digna sem a divisão por classes como está constituída a sociedade capitalista. No entanto, a realidade que temos é a de uma

sociedade em que a classe trabalhadora está em constante conflito e disputa por melhoria, não só nos salários, mas também nas condições de trabalho e de cidadania. A transformação da sociedade em que vivemos para aquela que julgamos ser justa, é um longo processo que está em curso e demanda muito esforço da classe trabalhadora, a fim de que esta tome consciência de seu papel enquanto agente transformador.

Mas afinal, o que são as classes? Segundo Lenin, classes em geral,

É o que permite a uma parte da sociedade se apropriar do trabalho de outra. Se uma parte da sociedade se apropria de toda a terra, temos a classe dos latifundiários e dos camponeses. Se uma parte da sociedade possui fábricas, as ações e os capitais, enquanto a outra trabalha nessas fábricas temos a classe dos capitalistas e a dos proletários (2005, p. 21).

Lenin apontou como dificuldade suprimir as classes, pois elas permitem a uma parte da sociedade se apropriar do trabalho do restante das pessoas. O grande desafio é fazer com que as pessoas tenham consciência coletiva, que parem de pensar individualmente e busquem o bem comum, pois a partir do momento em que se produz mais do que o necessário e se utiliza o excedente para tirar proveito dos que necessitam, se age como explorador/a.

Lenin destacou ainda a necessidade da participação ativa da maioria das/os trabalhadoras/es na direção da sociedade e do Estado promovendo uma revolução cultural, garantindo o acesso da grande massa operária a novos níveis de cultura. No entanto, a dificuldade em resolver essas questões fizeram com que apenas uma vanguarda do proletariado participasse efetivamente do processo revolucionário russo. A Revolução Russa, da forma como foi idealizada por Lenin, abriria o caminho para uma revolução mundial, mas isso acabou não se efetivando.

Ao tomarmos como base as reflexões de Lênin, entendemos que a escola formal na atual estrutura e organização não consegue criar cidadãos críticos e atuantes na vida social. Os nossos jovens e adultos, em sua maioria, são desinteressados principalmente nas questões políticas. Criou-se uma cultura de que politicamente todos são iguais, que a realidade não vai mudar nunca mesmo. Pouco se faz para diminuir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida do conjunto da classe trabalhadora.

Se os nossos jovens estão com essas dificuldades de entendimento é porque de alguma forma nós como educadores, não estamos fazendo com que eles se apropriem do conhecimento necessário para o seu desenvolvimento integral. É importante pontuar que não estamos culpando os professores por este problema, pois falta estrutura física adequada, currículo que atenda de fato as necessidades dos educandos, formação inicial e continuada para os educadores, etc. Ou seja, temos uma escola pública que ainda não é popular. Assim, temos como desafio

a ampliação da participação dos trabalhadores nos espaços de decisão, mas isso requer conhecimento teórico e formação política-organizativa (COELHO e CASTANHA, 2014, p. 206-207).

A educação através da escolarização é um importante instrumento para que as mudanças ocorram. No entanto, se faz pertinente retomar uma crítica feita por Marx ao antigo Partido Operário Alemão, o qual exigia do Estado: “Educação popular universal e igual sob incumbência do Estado. Escolarização universal obrigatória. Instrução gratuita” (2012, p. 45). Marx questionava o que se entendia por essas palavras e defendia a exigência de escolas técnicas, que trabalhassem teoria e prática, combinadas com a escola pública. Para ele,

Absolutamente condenável é uma “educação popular sob incumbência do Estado”. Uma coisa é estabelecer, por uma lei geral, os recursos das escolas públicas, a qualificação do pessoal docente, os currículos, etc. e, como ocorre nos Estados Unidos, controlar a execução dessas prescrições legais por meio de inspetores estatais, outra muito diferente é conferir ao Estado o papel de educador do povo! O governo e a Igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola (2012, p. 46).

Uma escolarização organizada pelas/os trabalhadoras/es não pode ser imposta pelo Estado, ela precisa ser fruto da construção coletiva dessas/es trabalhadoras/es. O Projeto Político Pedagógico, construído coletivamente no interior das escolas, é importante nesse processo, contudo, para que tenhamos uma educação pensada pelas/os trabalhadoras/es e para eles, buscando sua formação omnilateral, é necessária uma modificação nas estruturas escolares, que vão desde a infraestrutura, passando pelo currículo e pela formação das/os docentes. Segundo Marx, “a doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens, e que o próprio educador tem de ser educado” (2009, p. 120).

Educar enquanto ato político não é somente entender das teorias de Marx, Gramsci e sobre a luta de classes, mas é, principalmente, saber qual posição devemos tomar diante dos desafios encontrados no cotidiano escolar. É fundamental entendermos a finalidade pedagógica expressa em nossas escolas. É saber por exemplo que as conquistas da carreira são frutos de toda uma luta de classes ao longo de anos, que muitas vezes ultrapassaram as barreiras da categoria e custaram inclusive suor e sangue de nossas/os companheiras/os.

Um princípio abordado por Gramsci, o qual entendemos ainda pertinente, foi/é o fato de que todos os espaços são educativos e devem ser ocupados. Temos que parar de considerar que a educação se dá apenas nas instituições formais. Logo nos primeiros dias

de cárcere Gramsci organizou uma espécie de escola para os grupos que ali estavam com cursos primários, de cultura geral e também palestras.

Gramsci destacou que as/os trabalhadoras/es tem que primeiramente se conhecerem, tem que ter conhecimento histórico e se entender nesse processo de construção histórica. Para ele, a escola tem como função a elevação da concepção de mundo e o repasse da técnica do mundo do trabalho. No entanto, a escola é um aparelho de hegemonia da classe dominante, mas que pode se constituir um instrumento de luta pela hegemonia da classe trabalhadora. Para tanto, como indicado por Coelho e Castanha:

A discussão deve centrar-se sobre qual educação temos/precisamos? Seria uma educação transformadora ou uma educação que visa manter a ordem já estabelecida pelo capital e as classes dominantes? Sabemos que somos parte de uma sociedade de classes, na qual observamos diariamente interesses conflitantes. Fazendo uma breve análise da sociedade observamos que é uma pequena parcela da população que comanda uma ampla maioria. Teoricamente essa minoria representa os interesses de toda a população. Nos perguntamos será que isso ocorre de fato? Ou será que estamos apenas colaborando para a manutenção da sociedade como foi constituída ao longo do tempo e ainda acreditando que essa é a melhor forma de organização? (2014, p. 206).

O que se observa é que a classe trabalhadora participa pouco da gestão do estado, enquanto que a grande maioria reduz sua participação apenas ao voto, ou seja, não tem participação nos espaços de decisão e de construção de políticas públicas. Avançamos em alguns pontos, como exemplo podemos citar as diretrizes da educação de forma geral, inicialmente eram elaboradas por um intelectual ou por grupos de intelectuais sem a participação das massas. Ultimamente houve uma abertura maior devido às mobilizações e às participações populares, mesmo sendo mais restrita as/os educadoras/es, como é o caso da CONAE e dos Planos Municipais, Estaduais e Nacionais de Educação.

Mesmo assim, com um maior debate sobre essas questões, com a participação mais efetiva das bases na elaboração de propostas, ainda não há garantias de efetivação pelos órgãos competentes, devido à correlação de forças presentes nesses espaços. Portanto, se faz necessário maior organização da classe trabalhadora, buscando aumentar a consciência sobre a luta de classes e muita disposição para a luta. Ou seja, é extremamente necessário qualificar e preparar as massas para que possamos ser agentes de transformação.

Segundo Gramsci, a filosofia da práxis tem por objetivo a elevação do senso comum dos simples e essa condição só é possível através do contato direto entre eles e os intelectuais. Somente pela elevação intelectual das massas e não apenas de pequenos grupos é que caminharemos para a transformação social. Nesse processo as/os

educadoras/es têm papel extremamente importante, pois exercem a função intelectual cotidianamente. Para tanto, é fundamental superar a contradição entre discurso e prática vivenciada por muitas/os educadoras/es (2004a, v.1, p.103). Lenin, ao refletir sobre a relação teoria e prática constatou “um dos maiores males que nos deixou como herança a velha sociedade capitalista é o completo divórcio entre o livro e a vida prática” (2005, p. 11). Já Gramsci, ao refletir sobre essa relação nos indica o caminho:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (2004a, v.1, p. 96).

Gramsci, ao estudar a relação entre o senso comum e a filosofia, partiu do princípio de que todos os homens são filósofos e que o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que se é, o conhecer a si mesmo. Para ele, a filosofia deve ter seu ponto de partida no senso comum e a escola deve trabalhar para elevar o senso comum e popularizar o saber científico. Assim, segundo o pensador italiano, a aproximação entre intelectuais e as massas é fundamental.

Gramsci defende a ideia de que todos os homens são intelectuais e que os grupos sociais formam seus intelectuais. Um exemplo claro disso vem da educação. Todos os professores são intelectuais por profissão, mas nem todos praticam essa intelectualidade, ou seja, nem todos exercem na sociedade a função de intelectuais. O intelectual mencionado por Gramsci é aquele que atua enquanto dirigente do seu grupo, que é capaz de organizar, de mobilizar.  
(COELHO e CASTANHA, 2014, p. 206).

Nesta perspectiva, o ser humano precisa superar o senso comum e ser um agente de transformação, sendo o intelectual orgânico aquele que concilia a teoria e a prática e mantém uma coerência de ações, na busca pela transformação da sociedade. Ainda sobre essa questão, Gramsci reforçou que,

Não pode existir governo operário se a classe operária não for capaz de se tornar, em sua totalidade, o poder executivo do Estado operário. As leis do Estado operário devem ser postas em execução pelos próprios operários: somente assim o Estado operário não corre o risco de cair em mãos de aventureiros e politiquês, de se tornar uma contrafação do Estado burguês. Por isso, a classe operária deve se preparar, deve se

educar para a gestão social, deve adquirir a cultura e a psicologia de uma classe dominante; e deve fazer isso com seus próprios meios e seus sistemas, com os comícios, com os congressos, com as discussões, com a educação recíproca. Os conselhos de fábrica foram uma primeira forma dessas experiências históricas da classe operária, que tem como meta o autogoverno no Estado operário (2004b, v.1, p. 333).

Sobre a questão cultural abordada por Gramsci, Gruppi fez uma consideração importante,

Temos então um processo pelo qual as classes populares, embora tenham interesses antagônicos ao sistema, são basicamente subordinadas; porque não têm sua própria concepção de mundo, sua própria cultura, mas absorveram a cultura das classes dominantes de maneira heterogênea, desorganizada, passiva. De forma que a maneira de pensar das classes subalternas é destituída de organicidade, de capacidade crítica. As classes subalternas são levadas a rebelião, mas esta não passa de um abalo que não consegue traduzir-se numa política, porque há uma subordinação ideal, cultural.

É necessário então todo um processo a fim de que as classes subordinadas fiquem autônomas, se deem um partido, uma linha política, uma concepção cultural. Então, conquistada essa autonomia, lutam para ficar hegemônicas, dirigentes. Elas podem ficar hegemônicas ainda antes da conquista do poder, e é uma condição essencial de conquista do poder (1986, p. 82).

O momento da formação, se comparado com o pensamento de Gramsci, nos parece estar associado ao momento em que as/os trabalhadoras/es ainda necessitam conhecer a si mesmos e se entenderem na realidade em que estão inseridos. Os cadernos utilizados na formação contribuíram/contribuem para isso, pois além das teorias, trazem questões históricas e de organização da entidade sindical. É preciso difundir o conhecimento historicamente acumulado, e a partir desses e da realidade, construir novas alternativas. Entendemos o sindicato como um instrumento de ordem organizativa, diretiva, que para além das lutas corporativas possibilite a elevação cultural das massas.

Em uma reunião do Conselho Regional da APP-Sindicato Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, em 1994, o debate norteador trouxe a reflexão sobre a relação entre sindicato e partido político. Entre os registros na Ata 28, encontramos a seguinte colocação do advogado João Marchiori que tratou deste tema:

o sindicato não é partidário, mas os membros que participam de partido político devem e podem ser sindicalistas. Hoje os sindicatos tem se projetado abrindo a visão do trabalhador para, até mesmo, atuar politicamente, atuar na sociedade como um todo. O sindicato quer trabalhista, quer patronal não tem seus dirigentes apolíticos, mas que tem uma conduta atuante que tenham uma visão e uma perspectiva dentro da caminhada (Ata 28, 1994, p. 25).



A preocupação das lideranças do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão com esclarecimentos e conscientização da categoria pode ser observada nas atas redigidas praticamente desde a sua fundação, mais precisamente do ano de 1982 até os dias atuais. Ao abordar nos questionários perguntas referentes ao sindicato e ao partido o objetivo era saber qual o entendimento das/os educadoras/es referentes a estes temas, uma vez que conforme apontou Gramsci,

O Partido e os sindicatos não devem se pôr como tutores ou como superestruturas já constituídas dessa nova instituição, na qual ganha forma constatável o processo histórico da revolução, mas devem se posicionar como agentes conscientes da libertação dos conselhos das amarras que se concentram no Estado burguês, pondo assim como objetivo a organização das condições externas (políticas) nas quais o processo revolucionário ganha a maior celeridade possível, nas quais as forças produtivas liberadas encontram sua máxima expansão (2004b, v.1, p. 367).

Para Gramsci, o sindicato antecede o partido e, o partido, além da função diretiva e organizativa, tem a função intelectual. Embora tenha ficado evidente a consciência da função do sindicato na sociedade capitalista pelos três grupos pesquisados, podemos observar uma grande resistência, quando se refere à organização através dos partidos políticos. Para Gramsci, uma nova forma de sociedade só será possível mediante a organização da classe trabalhadora, a consciência e o domínio de si mesma.

De acordo com Gramsci, o conselho de fábrica é a instância máxima de organização das/os trabalhadoras/es, superando o sindicato e o partido. Para ele,

O conselho de fábrica é uma instituição de caráter “público”, enquanto o partido e o sindicato são associações de caráter “privado”. O operário faz parte do conselho de fábrica, enquanto produtor, ou seja, em consequência de uma sua característica universal, de sua posição e de sua função na sociedade, do mesmo modo como o cidadão faz parte do Estado democrático parlamentar. No partido e no sindicato, o operário ingressa “voluntariamente”, assinando um compromisso escrito, firmando um “contrato”, que ele pode romper a qualquer momento: o partido e o sindicato, por serem de caráter “voluntário”, “contratualista”, não podem de modo algum ser confundido com o conselho, instituição representativa, que se desenvolve de modo não aritmético mas morfológico, e tende, em suas formas superiores, a emprestar a marca proletária ao aparelho de produção e de troca criado pelo capitalismo com o objetivo do lucro (GRAMSCI, 2004b, v.1, p. 406).

Os conselhos de fábrica podem ser comparados com a função da/o representante de escola, no que se refere à organização do local de trabalho e à organização das/os trabalhadoras/es. A diferença fundamental consiste no fato de que, segundo Gramsci, “os

conselhos de fábrica têm sua lei em si mesmos, não podem e não devem aceitar a legislação dos organismos sindicais, já que têm a finalidade imediata de renovar fundamentalmente tais organismos” (2004b, v. 1, p. 410), enquanto que as/os representantes de escola se constituem como uma forma de organização sindical. Nessa lógica, o primeiro emana das massas, o segundo é parte da estrutura sindical. É com esse grupo que representa as suas escolas, que são trabalhadas as formações regionais do sindicato.

Um dos objetivos desta pesquisa era/é saber quais os impactos da formação oferecida pela APP-Sindicato na consciência política das/os educadoras/es e nas suas ações pedagógicas. No decorrer da pesquisa percebemos que é impossível medir esse impacto na ação pedagógica. Conforme apontou Saviani, “só se poderia dizer que um processo pedagógico deu resultados e se estes corresponderam ou não na medida em que se verificasse a ação que o egresso deste processo realiza na sua prática social” (1997, p. 16).

Compartilhamos do entendimento de que a educação só transforma a sociedade, na medida em que essa sociedade transforma sua forma de educar e, para que isso de fato ocorra, é preciso começar por nós mesmos. Só será possível uma nova forma de organização social se mudarmos o pensamento das pessoas, por isso, a elevação da cultura é tão importante no processo de tentativa de mudança social. Conforme as pessoas vão mudando suas concepções de mundo, elas vão agindo de forma diferente e, conseqüentemente, alteram suas relações sociais e transformam a sociedade. Esta, ao se transformar, produz novas formas de pensar e alimenta o ciclo. Em síntese, de nada adianta uma teoria desvinculada da prática, é preciso fazer a conexão entre as duas até que a teoria expresse a prática e vice-versa.

Tanto Lenin, quanto Gramsci foram enfáticos em afirmar que uma cultura proletária só pode ser criada mediante o conhecimento da cultura desenvolvida historicamente. Portanto, a formação política, sindical e educacional é um instrumento que pode contribuir significativamente nesse processo. Estamos cientes de que ela não dará conta de atender toda a demanda e nem de conseguir que toda a categoria tenha uma consciência coletiva homogênea.

A proposta que temos em mente para uma formação política sindical e educacional, levando em conta as particularidades do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão, deve ser pensada para três anos. O primeiro ano deve ser dedicado ao estudo do Estatuto da APP-Sindicato, questões de organização sindical, história de luta das/os trabalhadoras/es de forma geral e, mais específica, sobre a das/os trabalhadoras/es em

educação. No segundo ano, o Estudo dos Clássicos, Marx, Lenin e Gramsci. E por último, e não menos importante, pensamos como necessário o estudo das pedagogias, com ênfase na Pedagogia Histórico-Crítica, entendendo que ela pode contribuir efetivamente para articulação entre teoria e prática no processo de escolarização. Sendo pré-requisito ter participado desde o início para prosseguir nos anos seguintes, a fim de que todos os participantes passem por todas as etapas. Essa formação deveria ser regular, com ingresso de nova turma a cada ano.

Pensando a proposta dessa forma, entendemos conseguir proporcionar um conhecimento mais específico da instituição que defende os interesses da categoria, e além disso, refletir sobre a teoria, que apesar de estar presente nos documentos escolares, não se efetiva na prática docente. Nesse sentido, o estudo dos clássicos poderá aproximar teoria e prática, aumentando a esperança da transformação social. Entendemos que o estudo dos três autores no mesmo ano não irá contemplar todas as especificidades do pensamento de cada um, no entanto, acreditamos ser importante fazê-lo desta forma para garantir unidade da proposta. No entanto, eles podem ser estudados de forma diferenciada no estudo das pedagogias e posterior a isso, dependendo do interesse do grupo, pode se criar uma espécie de grupos de estudo para que eles sejam estudados de forma mais específica.

A ideia é de que através desses autores possamos compreender melhor a nossa realidade, o modo de produção no qual estamos inseridos, a fim de transformá-los de alguma maneira. Não significa que estes têm a fórmula de como fazê-lo, até porque viveram em um tempo histórico e em realidades bem distintas das nossas, embora muitas das angústias, demandas e anseios vivenciadas por eles ainda se fazem muito presentes.

Para além da estrutura dos conteúdos, pensa-se na parceria com professoras/es universitários especificamente nos dois últimos anos, para a discussão das teorias e dos autores.

Apesar de ter alguns diferenciais com relação à proposta de formação que vem sendo efetivada, teremos os limitadores de tempo e de deslocamento, os quais só poderemos tentar minimizar a partir do momento que tivermos em mãos as inscrições das/os interessadas/os.

O objetivo da Formação Política Sindical da APP-Sindicato é instrumentalizar os seus sindicalizados, a fim de que estes se tornem dirigentes em potencial e possam, através de suas ações, intervir, buscando a transformação da realidade social. Essa experiência formativa aos olhos de muitos pode parecer pequena se considerarmos a quantidade de educadoras/es que temos na rede de ensino, a carga horária do curso e o

não aprofundamento teórico, principalmente pelo tempo destinado ao curso. É consenso que ela por si só é insuficiente, mas se considerarmos que cada participante não sai da mesma forma que entrou e suas atitudes podem desencadear um processo de mudança entendemos essa experiência como significativa.

O sindicalismo no geral possui dificuldades com questões simples, inclusive de ordem organizativa e, na APP-Sindicato, essa realidade não é diferente por diversos fatores. Como exemplo, citamos a falta de liberação para os sindicalistas em cargos de direção nos núcleos sindicais, uma vez que o trabalho sindical se realiza fora da carga horária do/a trabalhador/a sindicalista dificultando assim, o trabalho de base. E a falta de consciência da classe trabalhadora, uma vez que boa parte das/os trabalhadoras/es não participa dos sindicatos. Essas questões acabam concentrando as ações em questões mais imediatas, distanciando-se assim da grande política.

Acredita-se que as/os trabalhadoras/es ainda não possuem um nível de consciência que nos permita avançar nesse debate. Cabe registrar que não culpabilizamos o/a trabalhador/a por isso, essa condição é fruto da construção social em que vivemos. Em entrevista ao portal da CUT, João Felício, da Confederação Sindical Internacional (CSI) destacou:

[...] considerando todos os trabalhadores representados pela CSI por meio das centrais, temos 7% de todos os sindicalizados. Isso é metade dos trabalhadores ligados a algum sindicato em todo o mundo. Portanto, 85% da classe trabalhadora está fora da organização sindical, e esse é um problema gravíssimo (2014).

É preciso ampliar a sindicalização da classe trabalhadora e fazer a disputa ideológica para assim avançar na luta de classes. Isso só ocorre com muito trabalho de base e com o despertar da consciência da classe. Para acompanhar as mudanças do mundo do trabalho é necessário estudar cada vez mais para que seja possível intervir de forma adequada, principalmente quando se é dirigente sindical. Temos ciência de que a educação por si só não transforma a sociedade, mas ela nos possibilita condições de mudar a estrutura e, conseqüentemente, partindo dela a realidade.

Entendemos que a derrota do capital não se dará na esfera local, mas sim a nível mundial, o que justifica o conhecimento da conjuntura internacional e a defesa do internacionalismo sindical, organização em centrais sindicais como é o caso da CUT e demais organizações como a CSI e CSA<sup>179</sup>, pois o enfrentamento se dá localmente. É

---

<sup>179</sup> Central Sindical das Américas.

preciso encontrar elementos aglutinadores que fortaleçam a luta e não a fragmentem, pois todas as mudanças estruturais dependem não apenas das condições locais, mas também das condições históricas para que se realizem.

Em síntese, quando a entidade representativa das/os trabalhadoras/es em educação pública do Paraná iniciou suas atividades, ainda enquanto associação, utilizava a denominação APP, Associação dos Professores do Paraná, com o passar do tempo e após a mudança para sindicato e a posterior unificação com o sindicato que representava as/os funcionárias/os, a nomenclatura foi alterada para APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. Essa mudança indicou o entendimento de que pelo menos parte da categoria se percebia enquanto trabalhador.

Ao se organizar através de diretorias regionais distribuídas em vinte e nove núcleos sindicais em todo o Estado ocorreu a tentativa de atender satisfatoriamente o coletivo, não se detendo somente ao local, no caso Curitiba onde está localizada a sede estadual do sindicato. Essa distribuição em regionais abrangendo todo o Estado possibilita um acúmulo maior de força e, ao mesmo tempo, a união da categoria, facilitando a organização e a mobilização das/os educadoras/es.

O maior desafio enquanto sindicato é ultrapassar a pauta da categoria em prol da luta de classes e da efetivação da transformação social, sendo a formação um elo importante nesse processo de transformação, para estabelecer uma consonância entre as direções sindicais e a base, para que não haja dissonância entre as defesas das direções e a prática na base.

Esta pesquisa não se esgota aqui e, dentre as questões que poderão ser base de investigações futuras, destaco a mulher no movimento sindical. Uma das questões que chama muita atenção é o fato de uma categoria predominantemente feminina, ter historicamente homens ocupando principalmente os cargos de presidência, tanto no Núcleo Sindical de Francisco Beltrão quanto na direção estadual.

## REFERÊNCIAS

### **APP – SINDICATO: Matérias do Site:**

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. *Projeto de Formação Político Sindical APP-Sindicato*. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=1005>> Publicada em 12 mar 2007a, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Esclarecimento sobre o Programa de Formação da APP-Sindicato. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=1020>> Publicada em 19 mar 2007b, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. APP-Sindicato promove curso de formação sindical. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=1104>> Publicada em 11 abr 2007c, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Programa de Formação Sindical: última etapa do ano. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=1607>> Publicada em 26 out 2007d, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. APP inicia Curso de Formação Sindical. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=1120>> Publicada em 18 abr 2007e, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. APP-Sindicato realiza Curso de Formação Sindical. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=1364>> Publicada em 17 jul 2007f, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. APP promove IV Etapa Estadual de Formação Sindical. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=1528>> Publicada em 27 set 2007g, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. APP promove V Etapa do Curso de Formação. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=1605>> Publicada em 25 out 2007h, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Secretaria de Formação participa do II Seminário Nacional de Formação da CNTE. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=1866>> Publicada em 06 mar 2008a, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. APP lança curso de formação sobre OLT. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=1852>> Publicada em 28 fev 2008b, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Curso de Formação da APP/CNTE/UFPR recomeça neste final de semana. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=1932>>

Publicada em 02 abr 2008c, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. III- Etapa Estadual Curso de Formação da APP. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=2562>> Publicada em 07 nov 2008d, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. GT de Formação Sindical da APP prepara material do Curso de OLT. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=2833>> Publicada em 10 mar 2008e, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. 1ª Etapa do Curso de Formação da APP começa amanhã. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=2953>> Publicada em 23 abr 2009a, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Agende-se: APP divulga calendário dos cursos de Formação Política e de Representantes de Escola. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=2991>> Publicada em 07 mai 2009b, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Curso de Formação Político-Sindical: etapas regionais – maio de 2009. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=3046>> Publicada em 26 mai 2009c, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. II Etapa do Curso de Formação Político Sindical APP-Sindicato/CNTE/UFPR. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=3186>> Publicada em 02 jul 2009d, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. APP realiza última etapa do curso de formação 2009. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=3704>> Publicada em 06 nov 2009e, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Seminário Estadual marca conclusão de curso de formação. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=4066>> Publicada em 22 fev 2010a, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. APP terá novo ciclo de Formação. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=4141>> Publicada em 11 mar 2010b, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Curso de Formação APP/CNTE/UFPR tem a última etapa do ano. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=6361>> Publicada em 30 set 2011, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Rumos do Programa de Formação da APP avaliados em seminário. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=6869>> Publicada em 12 fev 2012a, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. III- Etapa de Formação Política Sindical acontece em Curitiba. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=7819>> Publicada em 19 out 2012b, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Etapa Estadual da Formação da APP inicia nesta quinta-feira (2). Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=8586>> Publicada em 30 abr 2013, acesso em: 21 abr. 2013.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/coletivo.aspx?id=14>> acesso em: 21 abr. 2013.

### **APP – SINDICATO: Cadernos da Formação:**

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Caderno I projeto 2012/2014 Curso de Educação Sindical, Curitiba: APP-Sindicato, 2012, 70 p.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Caderno II projeto 2012/2014 Curso de Educação Sindical, Curitiba: APP-Sindicato, 2012, 88 p.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Caderno III projeto 2012/2014 Curso de Educação Sindical, Curitiba: APP-Sindicato, 2012, 63 p.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. *O Impacto das Propostas dos Movimentos Sindicais e Sociais na Conferência Nacional de Educação: Programa de Formação da CNTE/ APP-Sindicato/ UFPR: Um novo conceito de atuação sindical.* Fascículo 4, Curitiba: World Laser, 2009, 94 p.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. *A Expressão do Marxismo nos Movimentos Sociais: A Proposta do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública: Programa de Formação da CNTE/ APP-Sindicato/ UFPR: Um novo conceito de atuação sindical.* Fascículo 2, Curitiba: World Laser, 2009, 90 p.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. *A Expressão da Filosofia da Libertação nos Movimentos Sociais: A Proposta de Escola do MST e da APP-Sindicato: Programa de Formação da CNTE/ APP-Sindicato/ UFPR: Um novo conceito de atuação sindical.* Fascículo 3, Curitiba: World Laser, 2009, 86 p.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Caderno I, *Etapa I: História da Luta dos(as) Trabalhadores(as) em Educação no Brasil – Sindicalismo.* Curso de Formação para Representante de Escola, Curitiba: APP-Sindicato, 2008, 38 p.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Caderno I, *Etapa I: Princípios da OLT, o papel do(a) Representante de Escola, CONAE – Conferência Nacional de Educação.* Curso de Formação para Representante de Escola, Curitiba: APP-Sindicato, 2009, 28 p.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Caderno III, *A Desigualdade Educacional por Dentro da Escola.* Programa



de Formação da APP-Sindicato, Curitiba: APP-Sindicato, 2009, 102 p.

**APP – SINDICATO: Jornal 30 de Agosto:**

Jornal 30 de agosto. Edição especial – Estado de Greve. Set. 2012. Ano XXII, n. 174.

Jornal 30 de agosto. Out. 2012. Ano XXII, n. 175.

Jornal 30 de agosto. Dez. 2012. Ano XXII, n. 177.

Jornal 30 de agosto. Mar. 2013. Ano XXIII, n. 180.

Jornal 30 de agosto. Jul. 2013. Ano XXIII, n. 183.

Jornal 30 de agosto. Edição especial – Greve Geral. Abr. 2014. Ano XXIV, n. 190.

Jornal 30 de agosto. Edição especial – Fim de Ano. Dez. 2014. Ano XXIV, n. 197.

**APP – SINDICATO: Outras publicações:**

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Proposta dos Trabalhadores em Educação para o Próximo Governo. *Revista da Conferência Estadual Extraordinária da Educação da APP-Sindicato*, Curitiba: APP-Sindicato, jan. 2007a.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Avaliação das Políticas Educacionais – Avanços e Desafios: Proposta dos Trabalhadores da Educação para o Próximo Governo. *Caderno de Resoluções da V - Conferência Estadual de Educação da APP-Sindicato*, Curitiba: APP-Sindicato, jan. 2011a.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Construindo o Plano Estadual de Educação para um novo governo. *Revista da III Conferência Estadual de Educação*, Curitiba: APP-Sindicato, jun. 2002.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. *Resoluções do X Congresso Estadual da APP-Sindicato*. Curitiba: APP-Sindicato, dez. 2007b.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. *Caderno de Teses do XI Congresso Estadual da APP-Sindicato*. Curitiba: APP-Sindicato, dez. 2011b.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. *Estatuto*. Curitiba, 2012.

**APP – SINDICATO: vídeo:**

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. 30 de Agosto de 1988 (vídeo). *Sequência do dia 30 de agosto da greve de 1988*, Curitiba: APP-Sindicato, ago. 2006.

**APP – SINDICATO: Outros documentos:**

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Relatórios do curso de Formação. Curitiba: Secretaria de Formação, 2007.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO

PARANÁ. Projetos do curso de Formação. Curitiba: Secretaria de Formação, 2008.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Relatórios do curso de Formação. Curitiba: Secretaria de Formação, 2008.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Projetos do curso de Formação. Curitiba: Secretaria de Formação, 2009.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Relatórios do curso de Formação. Curitiba: Secretaria de Formação, 2009.

**APP – SINDICATO: Núcleo Sindical de Francisco Beltrão – Atas:**

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Ata nº: 01 de 1981. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Ata nº: 35 de 1985. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Ata nº: 45 de 1986. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Ata nº: 52 de 1987. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Ata nº: 54 de 1988. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Atas nº: 02, 07, 09 de 1989. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Ata nº: 18 de 1992. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Atas nº: 28, 32 de 1994. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Atas nº: 35, 39, 42, 44 de 1995. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Atas nº: 01, 10, 11, 15 de 1996. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Ata nº: 11, de 1997. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Ata nº: 08 de 1998. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Atas nº: 02, 09 de 1999. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Atas nº: 01, 06, 08, 09, 11, 12 de 2000. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Atas nº: 09, 10 de 2001. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Atas nº: 06, 12 de 2003. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Atas nº: 16, 22, 27 de 2004. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Atas nº: 03, 06 de 2005. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Atas nº: 05 de 2007. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Atas nº: 42, 55 de 2010. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Ata nº: 60 de 2011. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Atas nº: 108, 113 de 2013. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

APP – SINDICATO. Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. Ata nº: 123 de 2014. Francisco Beltrão, arquivo do NS.

### **Outras Referências**

ALBUQUERQUE, Luiz C. da S. Vídeo institucional da APP-Sindicato Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. 2013.

ANDREATA, Isolde Benilde. Histórico do Fórum Paranaense da Escola Pública. *A Expressão do Marxismo nos Movimentos Sociais: A Proposta do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública: Programa de Formação da CNTE/ APP-Sindicato/ UFPR: Um novo conceito de atuação sindical*. Fascículo 2, Curitiba: World Laser, 2009, p. 81-89.

ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha dos. *APP-Sindicato – 60 anos. Cascavel e região – 40 anos: História e memórias*. Cascavel: ASSOESTE, 2008, 174p.

BAUER, Carlos; PAULISTA, Maria Inês e DINIZ, Cassio. O Sindicato na Sociedade Capitalista e a Exterioridade do Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil. In: BAUER, Carlos; PAULISTA, Maria Inês e DINIZ, Cassio (orgs.). *Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 05-64.

BRASIL NUNCA MAIS. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 312p. Prefácio de Dom Evaristo Arns.

BRASIL. Ato Institucional nº 01, de 09 de abril de 1964. *Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2014.

BRASIL. Ato Institucional nº 02, de 27 de outubro de 1965. *Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2014.

BRASIL. Ato Institucional nº 03, de 05 de fevereiro de 1966. *Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das capitais dos Estados e dá outras providências*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoin/1960-1969/atoinstitucional-3-5-fevereiro-1966-363627-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

BRASIL. Ato Institucional nº 04, de 07 de dezembro de 1966. *Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República e dá outras providências.* Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-4-7-dezembro-1966-363630-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

BRASIL. Ato Institucional nº 05, de 13 de dezembro de 1968. *São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.* Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2014.

BRASIL. Decreto nº 1.637, de 05 de janeiro de 1907. *Crea sindicatos profissionais e sociedades cooperativas.* Disponível no endereço: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=55323>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931. *Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências.* Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D19770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm)>. Acesso em: 28 ago. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. *Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.* Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978. *Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse de segurança nacional.* Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1632.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1632.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2014.

BRASIL. Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964. *Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal.* Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4330.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4330.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2014.

BRASIL. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. *Cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências.* Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8031.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm)>. Acesso em: 03 dez. 2014.

BRASIL, MEC. Parecer CNE/CEB nº 16/2005, de 03 de agosto de 2005. *Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar.* Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb016\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb016_05.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2014.

BRASIL. Portaria Normativa Nº 25, de 31 de maio de 2007. *Institui o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – PROFUNCIONÁRIO e dá outras providências.* Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/profunc\\_port25.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/profunc_port25.pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2014.

BESSA, Dante Diniz. *Profucionário Curso de Formação para os Funcionários da Educação.* Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 5, p. 485 – 487. jul./dez 2007.

ISSN: 1982 – 131X.

BUONICORE, Augusto C.. Uma Memória das Lutas Camponesas. Revista Espaço Acadêmico, n. 46, mar 2005. ISSN: 1519.6186. Ano IV. Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/046/46res\\_buonicore.htm](http://www.espacoacademico.com.br/046/46res_buonicore.htm)>. Acesso em 23 jan 2015.

CALDAS, Andréa. APP-Sindicato: A Organização por Local de Trabalho e o controle social da educação. *Caderno Pedagógico nº 4*, Curitiba: APP-Sindicato, p. 49-56, abr. 2007.

CARVALHO, Marlei Fernandes de. *Cargo de 40 horas (Decreto 4213): Conquista da categoria!* Publicado no site da APP-Sindicato em 17 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/Include/Paginas/noticia.aspx?id=2853>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

CARVALHO, Marlei Fernandes de. *Avaliar para Avançar! Nenhum retrocesso, nenhum passo atrás!* Jornal 30 de Agosto, Edição Pedagógica, jan. 2011.

CNTE. Projeto do Programa de Formação. Disponível no endereço: <<http://cnte.org.br/index.php/secretarias/formacao/951-projeto-do-programa-de-formacao.html>> publicado em 08 mai. 2008, acesso em: 21 abr. 2013.

COELHO, Denila e CASTANHA, André Paulo. *Formação política dos educadores: Presença de Lenin e Gramsci nos cadernos utilizados na Escola de Formação da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná*. Revista HISTEBR online, Campinas, nº 59, p. 204 – 217. out 2014. ISSN: 1676 – 2584.

COELHO, Denila e CASTANHA, André Paulo. Sindicalismo no Brasil: A Experiência da APP-Sindicato-PR. In: BAUER, Carlos; DANTAS, Vanessa; MIGUEL, Miriam Maria Bernardi; PAIVA, Luis Roberto Beserra de; DINIZ, Cássio (orgs.). *Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil – Volume 2*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. 420 p.

CSB. Histórico. Disponível no endereço: <<http://csbbrasil.org.br/conheca-a-csp-2/>> Acesso em: 05 dez. 2014.

CTB. Institucional. Disponível no endereço: <<http://portalctb.org.br/site/>> Acesso em: 05 dez. 2014.

CUT. Histórico. Disponível no endereço: <<http://www.cut.org.br/conteudo/historico>> Acesso em: 05 dez. 2014.

DAL ROSSO, Sadi. Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. *Associativismo e Sindicalismo em Educação*. Brasília: Paralelo 15, p. 17-27, jun. 2011.

DIA A DIA EDUCAÇÃO. Consulta Recursos Humanos. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=779>> Acesso em: 20 jul. 2014.

DIA A DIA EDUCAÇÃO. Programas e Projetos – PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>> Acesso em: 10 jul. 2014a.

DIEESE. *Negociação Coletiva e Orçamento Público na Área de Educação: Programa de Formação da CNTE/ APP-Sindicato/ UFPR: Um novo conceito de atuação sindical*. Brasília, DF: Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, 2008, 56 p.

FELICIO, João. Entrevista. In: CUT. *Prestes a eleger president da maior central sindical do mundo, CUT vai a Berlim discutir ampliação de direitos*. Disponível no endereço:

<<http://www.cut.org.br/noticias/prestes-a-eleger-presidente-da-maior-central-internacional-do-mundo-cut-vai-a-be-073b/>> Publicada em 15 mai. 2014. Acesso em: 04 ago. 2014.

FERREIRA, Eudson de Castro. *Introdução à Sociologia: programa de formação da CNTE: um novo conceito de atuação sindical*. 3 ed. Brasília – DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2011.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio. BITTAR, Marisa. *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)*. São Paulo: Terras do Sonhar: Edições Pulsar, 2006. 108p.

FORÇA SINDICAL. Histórico. Disponível no endereço: <<http://fsindical.org.br/a-historia-da-forca/introducao>> Publicada em 25 out. 2010. Acesso em: 05 dez. 2014.

FORLIN, Miguel. Depoimento para vídeo institucional da APP-Sindicato Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. 2013a. Arquivo pessoal.

FORLIN, Miguel. Vídeo institucional da APP-Sindicato Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. 2013b.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 3 ed. 1994. p. 69-89.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010, 263p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projetos societários educacionais em disputa: uma análise conjuntural da educação nacional. *Revista da III Conferência Estadual de Educação*, Curitiba: APP-Sindicato, p. 18-29, jun. 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio; MOLINA, Helder. Estado, educação e sindicalismo no contexto da regressão social. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 4, n. 6, p.37-51, jan./jun. 2010.

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 311p.

GOETTERT, Jones Dari. *Introdução à história do movimento sindical: Programa de Formação da CNTE/ APP-Sindicato/ UFPR: Um novo conceito de atuação sindical*. 2. ed. Brasília, DF: Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, 2007, 91 p.

GRAEFF, Milton. Vídeo institucional da APP-Sindicato Núcleo Sindical de Francisco Beltrão. 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 1, Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 2, Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*, volume 1, Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*, volume 2, Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel – as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. 7 ed. Rio Grande do Sul: L&PM Editores LTDA, 1986.

IASI, Mauro Luís. Uma Reflexão sobre o Processo de Consciência. APP – SINDICATO

DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. *Curso de Educação Sindical – Escola e Desigualdade Social, Projeto 2010/ 2012, Caderno I*. Curitiba, 2010, 59 p.

JINKINGS, Ivana. SADER, Emir. *As armas da crítica: antologia do pensamento de esquerda: clássicos*. São Paulo: Boitempo, 2012. 300 p.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *As tarefas da juventude na construção do socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LINS e SILVA, Patricia Konder. *Associação Brasileira de Educação*. Disponível em <[www.abe1924.org.br](http://www.abe1924.org.br)>. Publicado em 13 dez 2009. Acesso em: 21 jun. 2014.

MACIEL, João Orlando Flores. *Economia Política: Programa de Formação da CNTE/ APP-Sindicato/ UFPR: Um novo conceito de atuação sindical*. 2. ed. Brasília, DF: Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, 2007, 84 p.

MARCHA MUNDIAL DE MULHERES. Histórico. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/batucada-feminista>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012, 140 p.

MARX, Karl. Teses sobre Fierbach. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 128 p.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 7-54.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 160p.

MATTOSO, Jorge. O Brasil Herdado. In: SADER, Emir. GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010. p. 31-55.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MIRANDA, Kênia. Como os trabalhadores da educação pensam a educação dos trabalhadores: Um estudo sobre os sindicatos do Rio de Janeiro. *Associativismo e Sindicalismo em Educação*. Brasília: Paralelo 15, p. 105-127, jun. 2011.

MONLEVADE, João Antonio Cabral de. *Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação no Brasil*. 2. ed. Brasília, DF: Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, 2007, 94 p.

NCST. Histórico. Disponível no endereço: <<http://www.ncst.org.br/subpage.php?id=18483>> Publicada em 18 ago. 2014. Acesso em: 05 dez. 2014.

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NUNES, Odilon Carlos. A Formação do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública. *A Expressão do Marxismo nos Movimentos Sociais: A Proposta do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública: Programa de Formação da CNTE/ APP-Sindicato/ UFPR: Um novo conceito de atuação sindical*. Fascículo 2, Curitiba: World Laser, 2009, p. 75-80.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Tabora de. História da Educação no Brasil, Fragmentos de uma história moderna. *Caderno Pedagógico nº 2*, Curitiba: APP-Sindicato, p. 16-18, mar. 1999.

PARABOCZ, Cleilda. Vídeo institucional da APP-Sindicato Núcleo Sindical de

Francisco Beltrão. 2013.

PARANÁ ONLINE. MST nasceu em Cascavel, vinte anos atrás. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/71298/>>. Publicada em 19 jan 2004. Acesso em 23 jan 2015.

PARANÁ. Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004. *Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do professor da Rede Pública de Ensino do Paraná, e adota outras providências.* Disponível em <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7470&codItemAto=63745#63745>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

PARANÁ. Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008. *Institui o Plano de Cargos, Carreiras e vencimentos do Quadro de Funcionários da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.* Publicada no Diário Oficial nº 7.802 de 09 de setembro de 2008. Disponível em <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=14087&codItemAto=822345>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

PARANÁ. Lei Complementar nº 130, de 14 de julho de 2010. *Regulamenta o Programa de Desenvolvimento – PDE, instituído pela Lei Complementar 103/2004, que tem como objetivo oferecer Formação Continuada para o professor da Rede Pública de Ensino do Paraná, conforme especifica.* Disponível em <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56184&codItemAto=434917>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

PARANÁ. Resolução nº 590, de 18 de abril de 2015. *Regulamenta o processo de avaliação para concessão da Progressão, no ano de 2015.* Disponível em <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=139765&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

PARANÁ. Resolução nº 592 de 18 de abril de 2015. *Dispõe sobre os Critérios Específicos de Avaliação de Desempenho para a Progressão dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.* Disponível no endereço: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=139819&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

PARANÁ, Portal do Servidor. *Licença para Exercer Mandato Sindical.* Disponível em <<http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

PASSOS, Luiz Augusto. *Fundamentos de Filosofia. Os caminhos do “pensar” para quem quer transformação: Programa de Formação da CNTE/ APP-Sindicato/ UFPR: Um novo conceito de atuação sindical.* Brasília, DF: Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, 2008, 129 p.

PITON, Ivania Marini. Políticas educacionais e movimento sindical docente: Reformas educativas e conflitos docentes na educação básica paranaense. *Caderno Pedagógico nº 4*, Curitiba: APP-Sindicato, p. 44-48, abr. 2007.

RECH, Pedro Elói. Neoliberalismo – Uma retomada dos princípios da sociedade de mercado capitalista. *Caderno Pedagógico nº 4*, Curitiba: APP-Sindicato, p. 27-38, abr. 2007.

ROCETO, João Antonio. ORSO, Paulino José. A luta pela terra no Brasil e no Paraná e suas implicações sócio-educacionais. In: SILVA, João Carlos da, et al (org.). *História da Educação: formação de professores e escolarização na Região Oeste do Paraná.* Cascavel: Edunioeste, 2013. p. 145-152.



- ROSSI, Waldemar e GERAB, William Jorge. *Para entender os Sindicados no Brasil: uma visão classista*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 128p.
- SADER, Emir. Brasil, De Getúlio a Lula. In: SADER, Emir. GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010. p. 11-29.
- SANTIAGO, Claudia. GIANNOTTI, Vito. *Teoria e Prática da Comunicação Sindical: Programa de Formação da CNTE/ APP-Sindicato/ UFPR: Um novo conceito de atuação sindical*. Brasília, DF: Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, 2008.
- SANTIAGO, Claudia. MORAES, Reginaldo Carmello de. *Como fazer uma análise de conjuntura: Programa de Formação da CNTE/ APP-Sindicato/ UFPR: Um novo conceito de atuação sindical*. Brasília, DF: Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, 2008, 81 p.
- SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. 474p.
- SAVIANI, Demerval. APP-Sindicato: A Pedagogia Histórico-crítica Contextualização histórica e teórica. *Caderno Pedagógico nº 1*, Curitiba: APP-Sindicato, p. 49-56, abr. 1997.
- SILVEIRA, Alair Suzeti da. *Teoria Política: Programa de Formação da CNTE: Um novo conceito de atuação sindical*. 2. ed. Brasília, DF: Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, 2007, 73 p.
- UGT. Histórico. Disponível no endereço: <<http://www.ugt.org.br/index.php/Historico>> Acesso em: 05 dez. 2014.

## ANEXOS

### QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO (Não sindicalizado):

Prezado(a) educador(a):

Sou aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Educação, nível de Mestrado, da Unioeste – Campus de Francisco Beltrão, turma 2013/2014. Minha pesquisa tem como tema a Escola de Formação da APP-Sindicato, orientada pelo professor doutor: André Paulo Castanha.

Para que eu possa desenvolvê-la, além do levantamento bibliográfico se faz necessário a aplicação de questionários a fim de contribuir na coleta de dados que serão utilizados nesta pesquisa. Sendo assim solicito a sua colaboração para responder o questionário abaixo:

1 – Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

2 – Idade: \_\_\_\_\_ 3 – Cidade: \_\_\_\_\_

4 – Escolaridade:

- a) ( ) Ensino Fundamental Incompleto                      b) ( ) Ensino Fundamental Completo  
c) ( ) Ensino Médio    d) ( ) Ensino Superior  
e) ( ) Especialização/ Pós Graduação                      f) ( ) Mestrado  
g) ( ) Profucionário    h) ( ) PDE

5 – Cargo/ função:

- a) ( ) Agente Educacional I                                      b) ( ) Agente Educacional II  
c) ( ) Professor(a)    d) ( ) Professor(a) pedagogo(a)

6 – Qual é o regime de seu vínculo empregatício atual?

- a) ( ) estatutário (concurado)  
b) ( ) celetista, contratado pelo Estado (PSS)  
b) ( ) celetista, contratado por empresa (CLADE, Paraná Educação)

7- Se for funcionário(a) cursou o Profucionário?

- a) ( ) Sim    b) ( ) Não  
c) Porque?

8 – O curso Profucionário contribuiu com sua carreira?

- a) ( ) Sim. Em que sentido?  
b) ( ) Não. Por que?

9- Se for professor(a) cursou o PDE?

- a) ( ) Sim    b) ( ) Não  
c) Porque?

10 – O PDE contribuiu com sua carreira?

- a) ( ) Sim. Em que sentido?  
b) ( ) Não. Por que?

11 – Na instituição/ escola onde trabalha você tem participação em: (marque mais que uma alternativa se necessário)

- a) ( ) Conselho Escolar/ APMF  
b) ( ) Construção do Projeto Político Pedagógico  
c) ( ) Processo de escolha de representantes de Escola da APP-Sindicato  
d) ( ) Escolha de material didático/ pedagógico  
e) ( ) Outra atividade. Qual? \_\_\_\_\_  
f) ( ) Não tem participação em nenhuma atividade.

12- Para você o que é o sindicato? E qual é o papel do Sindicato?

13 – Você conhece o sindicato que te representa?

- a) ( ) Sim    b) ( ) Não

14 – De quais atividades do sindicato você participa? (Marque mais que uma alternativa se necessário)

- a) ( ) assembleias, congressos, conselhos
- b) ( ) Cursos de formação
- c) ( ) atos públicos
- d) ( ) em coletivos temáticos. Qual? \_\_\_\_\_
- e) ( ) Paralisações e mobilizações
- f) ( ) Não tem participação em nenhuma atividade.

15 – Você conhece a história de luta dos trabalhadores/as em educação? Fale um pouco sobre essa questão.

16 – Você não é sindicalizado, qual o motivo pelo qual não se sindicalizou?

17- Descreva qual é sua função enquanto educador?

18 – Você tem o hábito da leitura?

- a) ( ) Sim
- b) ( ) Não

19 – Quais autores você costuma ler? Qual o tipo de leitura que você gosta?

20 – É filiado em Partido Político?

- a) ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_
- b) ( ) Não. Por quê?

21 – É militante de movimentos sociais?

- a) ( ) Negro
- b) ( ) LGBT
- c) ( ) Idoso
- d) ( ) Comunitário (Associação de moradores, bairros)
- e) ( ) Ecológico
- f) ( ) Direitos Humanos
- g) ( ) Estudantil
- h) ( ) Igreja
- i) ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

22 - Que tipo de trabalhador você se considera?

23- Como você se vê no processo produtivo?

24 - Como você entende a profissão de educador no processo produtivo?

Termo de consentimento:

eu \_\_\_\_\_, respondendo o questionário acima, autorizo, a mestrande **Denila Coelho**, RG 7.657.078-7 e CPF 035.539.799-41, a utilizar os dados desse questionário, vinculado, ao material em texto desenvolvido como Pesquisa de Campo para o desenvolvimento da Dissertação de Mestrado em Educação, organizados e/ou licenciados pela UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão - PR, sem limitação de tempo, **sem divulgação do meu nome.**

Nome:

Data:

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO (Sindicalizado não-cursista):

Prezado(a) educador(a):

Sou aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Educação, nível de Mestrado, da Unioeste – Campus de Francisco Beltrão, turma 2013/2014. Minha pesquisa tem como tema a Escola de Formação da APP-Sindicato, orientada pelo professor doutor: André Paulo Castanha.

Para que eu possa desenvolvê-la, além do levantamento bibliográfico se faz necessário a aplicação de questionários a fim de contribuir na coleta de dados que serão utilizados nesta pesquisa. Sendo assim solicito a sua colaboração para responder o questionário abaixo:

1 – Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

2 – Idade: \_\_\_\_\_ 3 – Cidade: \_\_\_\_\_

4 – Escolaridade:

- a) ( ) Ensino Fundamental Incompleto b) ( ) Ensino Fundamental Completo  
c) ( ) Ensino Médio d) ( ) Ensino Superior  
e) ( ) Especialização/ Pós Graduação f) ( ) Mestrado  
g) ( ) Profucionário h) ( ) PDE

5 – Cargo/ função:

- a) ( ) Agente Educacional I b) ( ) Agente Educacional II  
c) ( ) Professor(a) d) ( ) Professor(a) pedagogo(a)

6 – Qual é o regime de seu vínculo empregatício atual?

- a) ( ) estatutário (concurado)  
b) ( ) celetista, contratado pelo Estado (PSS)  
b) ( ) celetista, contratado por empresa (CLADE, Paraná Educação)

7- Se for funcionário(a) cursou o Profucionário?

- a) ( ) Sim b) ( ) Não  
c) Porque?

8 – O curso Profucionário contribuiu com sua carreira?

- a) ( ) Sim. Em que sentido?  
b) ( ) Não. Por que?

9- Se for professor(a) cursou o PDE?

- a) ( ) Sim b) ( ) Não  
c) Porque?

10 – O PDE contribuiu com sua carreira?

- a) ( ) Sim. Em que sentido?  
b) ( ) Não. Por que?

11 – Na instituição/ escola onde trabalha você tem participação em: (marque mais que uma alternativa se necessário)

- a) ( ) Conselho Escolar/ APMF  
b) ( ) Construção do Projeto Político Pedagógico  
c) ( ) Processo de escolha de representantes de Escola da APP-Sindicato  
d) ( ) Escolha de material didático/ pedagógico  
e) ( ) Outra atividade. Qual? \_\_\_\_\_  
f) ( ) Não tem participação em nenhuma atividade.

12- Para você o que é o sindicato? E qual é o papel do Sindicato?

13 – De quais atividades do seu sindicato você participa? (marque mais que uma alternativa se necessário)

- a) ( ) assembleias, congressos, conselhos  
b) ( ) Cursos de formação  
c) ( ) atos públicos  
d) ( ) em coletivos temáticos. Qual? \_\_\_\_\_  
e) ( ) Paralisações e mobilizações

f) ( ) Não tem participação em nenhuma atividade.

14 – Você no sindicato:

- a) ( ) vai ao sindicato para tratar de questões específicas de seu interesse.  
b) ( ) atua nas atividades do sindicato procurando socializar as informações com outros(as) educadores (as) do local onde trabalha.  
c) ( ) é liderança e desenvolve atividades junto a base e direção do sindicato.

15- Você já participou de outros cursos de formação organizados pela Escola de Formação APP-Sindicato além da Formação Política Educacional?

- a) ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_ b) ( ) Não

16- Você já conhece os cursos de formação organizados pela Escola de Formação da APP-Sindicato?

- a) ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_ b) ( ) Não

17- Já sentiu interesse em participar de algum dos cursos oferecidos?

- a) ( ) Não b) ( ) Sim.

18 – Por qual motivo nunca participou?

19- Descreva qual é sua função enquanto educador?

20 – Você tem o hábito da leitura?

- a) ( ) Sim b) ( ) Não

21 – Quais autores você costuma ler? Qual o tipo de leitura que você gosta?

22 – É filiado em Partido Político?

- a) ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_ b) ( ) Não. Por quê?

23 – É militante de movimentos sociais?

- a) ( ) Negro b) ( ) LGBT c) ( ) Idoso  
d) ( ) Comunitário (Associação de moradores, bairros)  
e) ( ) Ecológico f) ( ) Direitos Humanos g) ( ) Estudantil  
h) ( ) Igreja i) ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

24- Que tipo de trabalhador você se considera?

25 - Como você se vê no processo produtivo?

26 - Como você entende a profissão de educador no processo produtivo?

Termo de consentimento:

eu \_\_\_\_\_, respondendo o questionário acima, autorizo, a mestrande **Denila Coelho**, RG 7.657.078-7 e CPF 035.539.799-41, a utilizar os dados desse questionário, vinculado, ao material em texto desenvolvido como Pesquisa de Campo para o desenvolvimento da Dissertação de Mestrado em Educação, organizados e/ou licenciados pela UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão - PR, sem limitação de tempo, **sem divulgação do meu nome**.

Assinatura:

Data:

## QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO (Cursistas):

Prezado(a) educador(a):

Sou aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Educação, nível de Mestrado, da Unioeste – Campus de Francisco Beltrão, turma 2013/2014. Minha pesquisa tem como tema a Escola de Formação da APP-Sindicato, orientada pelo professor doutor: André Paulo Castanha.

Para que eu possa desenvolvê-la, além do levantamento bibliográfico se faz necessário a aplicação de questionários a fim de contribuir na coleta de dados que serão utilizados nesta pesquisa. Sendo assim solicito a sua colaboração para responder o questionário abaixo:

1 – Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

2 – Idade: \_\_\_\_\_ 3 – Cidade: \_\_\_\_\_

4 – Escolaridade:

- |                                      |                                    |
|--------------------------------------|------------------------------------|
| a) ( ) Ensino Fundamental Incompleto | b) ( ) Ensino Fundamental Completo |
| c) ( ) Ensino Médio                  | d) ( ) Ensino Superior             |
| e) ( ) Especialização/ Pós Graduação | f) ( ) Mestrado                    |
| g) ( ) Profucionário                 | h) ( ) PDE                         |

5 – Cargo/ função:

- |                             |                                 |
|-----------------------------|---------------------------------|
| a) ( ) Agente Educacional I | b) ( ) Agente Educacional II    |
| c) ( ) Professor(a)         | d) ( ) Professor(a) pedagogo(a) |

6 – Qual é o regime de seu vínculo empregatício atual?

- a) ( ) estatutário (concurado)  
b) ( ) celetista, contratado pelo Estado (PSS)  
b) ( ) celetista, contratado por empresa (CLADE, Paraná Educação)

7- Se for funcionário(a) cursou o Profucionário?

- a) ( ) Sim b) ( ) Não  
c) Porque?

– O curso Profucionário contribuiu com sua carreira?

- a) ( ) Sim. Em que sentido?  
b) ( ) Não. Por que?

9- Se for professor(a) cursou o PDE?

- a) ( ) Sim b) ( ) Não  
c) Porque?

10 – O PDE contribuiu com sua carreira?

- a) ( ) Sim. Em que sentido?  
b) ( ) Não. Por que?

11 – Na instituição/ escola onde trabalha você tem participação em: (marque mais que uma alternativa se necessário)

- a) ( ) Conselho Escolar/ APMF  
b) ( ) Construção do Projeto Político Pedagógico  
c) ( ) Processo de escolha de representantes de Escola da APP-Sindicato  
d) ( ) Escolha de material didático/ pedagógico  
e) ( ) Outra atividade. Qual? \_\_\_\_\_  
f) ( ) Não tem participação em nenhuma atividade.

12- Para você o que é o sindicato? E qual é o papel do Sindicato?

13 – De quais atividades do seu sindicato você participa? (Marque mais que uma alternativa se

necessário)

- a) ( ) assembleias, congressos, conselhos
- b) ( ) Cursos de formação
- c) ( ) atos públicos
- d) ( ) em coletivos temáticos. Qual? \_\_\_\_\_
- e) ( ) Paralisações e mobilizações
- f) ( ) Não tem participação em nenhuma atividade.

14 – Você no sindicato:

- a) ( ) vai ao sindicato para tratar de questões específicas de seu interesse.
- b) ( ) atua nas atividades do sindicato procurando socializar as informações com outros(as) educadores (as) do local onde trabalha.
- c) ( ) é liderança e desenvolve atividades junto a base e direção do sindicato.

15- Você já participou de outros cursos de formação organizados pela Escola de Formação APP-Sindicato além da Formação Política Educacional?

- a) ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_
- b) ( ) Não

16- É o primeiro ano que participa ou já participou de outros anos?

- a) ( ) Sim. Quantos? \_\_\_\_ Quais anos? \_\_\_\_\_
- b) ( ) Não

17 – Qual o motivo que o levou a participar do curso de formação política da APP-Sindicato?

18- Descreva qual é sua função enquanto educador?

19 – Você tem o hábito da leitura?

- a) ( ) Sim
- b) ( ) Não

20 – Quais autores você costuma ler? Qual o tipo de leitura que você gosta?

21 – É filiado em Partido Político?

- a) ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_
- b) ( ) Não. Por quê?

22 – É militante de movimentos sociais?

- a) ( ) Negro
- b) ( ) LGBT
- c) ( ) Idoso
- d) ( ) Comunitário (Associação de moradores, bairros)
- e) ( ) Ecológico
- f) ( ) Direitos Humanos
- g) ( ) Estudantil
- h) ( ) Igreja
- i) ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

23- Que tipo de trabalhador você se considera?

24 - Como você se vê no processo produtivo?

25 - Como você entende a profissão de educador no processo produtivo?

Termo de consentimento:

eu \_\_\_\_\_, respondendo o questionário acima, autorizo, a mestranda **Denila Coelho**, RG 7.657.078-7 e CPF 035.539.799-41, a utilizar os dados desse questionário, vinculado, ao material em texto desenvolvido como Pesquisa de Campo para o desenvolvimento da Dissertação de Mestrado em Educação, organizados e/ou licenciados pela UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão - PR, sem limitação de tempo, **sem divulgação do meu nome.**

Nome:

Data: